

ISSN 1980-1858

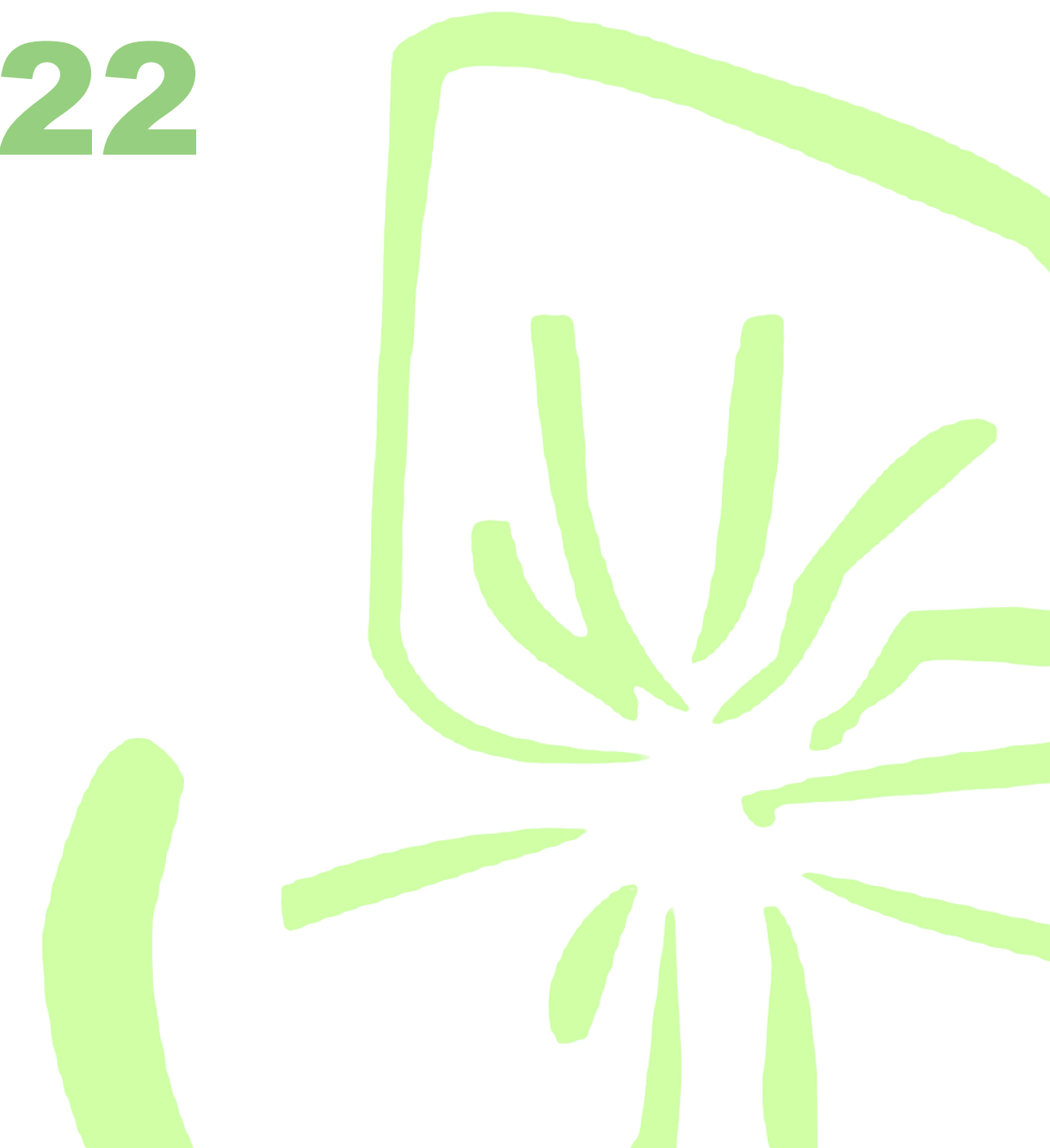
Guavira Letras

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras

UFMS / Câmpus de Três Lagoas

Jan./Jun. 2016

22





Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Reitora

Célia Maria da Silva Oliveira

Vice-Reitor

João Ricardo Filgueiras Tognini

Diretor do Campus de Três Lagoas

Osmar Jesus Macedo

Editores

Kelcilene Grácia-Rodrigues (Chefe)

Aparecida Negri Isquerdo (Adjunta)

Editoração e Diagramação

Kelcilene Grácia-Rodrigues

Arte da Capa

Natália Tano Portela

Organizadores do Dossiê deste volume

Hella Olbertz (Universiteit van Amsterdam)

Joceli Catarina Stassi-Sé (Universidade Federal de São Carlos)

Solange de Carvalho Fortilli (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Os autores são responsáveis pelo texto final, quanto ao conteúdo e quanto à correção da linguagem.



© Copyright 2016 – os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(UFMS, Três Lagoas, MS, Brasil)

G918

Guavira Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras

/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Graduação e Pós-Graduação em Letras. – n. 22 (1. semestre, 2016), 172 p. - Três Lagoas, MS, 2016 -

Semestral.

Descrição baseada no: n. 22 (jan./jun./ 2016)

Tema especial: Gramaticalização em perspectivas

Organizadores:

Hella Olbertz (Universiteit van Amsterdam)

Joceli Catarina Stassi-Sé (UFSCar)

Solange de Carvalho Fortilli (UFMS)

Editor:

Kelcilene Grácia-Rodrigues (Editor-Chefe)

Aparecida Negri Isquerdo (Editor-Adjunto)

ISSN 1980-1858

1. Letras - Periódicos. 2. Estudos Linguísticos

I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras. II. Título.

(Revista On-Line: <http://www.guaviralettras.ufms.br>)

CDD (22) 805



Conselho Editorial

Amanda Eloina Scherer (UFSC)
Angela Stube (UFFS)
Beatriz Eckert-Hoff (UnB)
Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento (UFMS)
Diana Luz Pessoa de Barros (USP/Macknezie)
Eneida Maria de Souza (UFMG)
Graciela Inés Ravetti de Gómez (UFMG)
Ivânia dos Santos Neves (UFPA)
João Luís Cardoso Tápias Ceccantini (UNESP/Assis)
José Batista de Sales (UFMS)
José Luiz Fiorin (USP)
Kelcilene Grácia-Rodrigues (UFMS)
Luiz Gonzaga Machezan (UNESP/Araraquara)
Márcia Aparecida Amador Máscia (USF)
Márcia Teixeira Nogueira (UFCE)
Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)
Maria do Rosário Valencise Gregolin (UNESP/Araraquara)
Maria José Faria Coracini (UNICAMP)
Marisa Philbert Lajolo (Mackenzie)
Rauer Ribeiro Rodrigues (UFMS)
Rita Maria Silva Marnoto (Universidade de Coimbra – Portugal)
Roberto Acízelo Quelha de Souza (UERJ)
Roberto Leiser Baronas (UNEMAT)
Sheila Dias Maciel (UFMT)
Silvia Inês Coneglian Carrilho de Vasconcelos (UEM)
Simone de Souza Lima (UFAC)
Tania Maria Sarmento-Pantoja (UFPA)
Vera Lúcia de Oliveira (Università degli Studi di Perugia – Itália)
Vera Teixeira de Aguiar (PUC/Porto Alegre)
Véronique Marie Braun Dahlet (USP)



Pareceristas do número

Aliana Lopes Câmara (IFSP/Matão)
Aparecida Negri Isquerdo (UFMS)
Elizabete Aparecida Marques (UFMS)
Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale (UFSCar)
Hella Olbertz (Universiteit van Amsterdam)
Joceli Catarina Stassi-Sé (UFSCar)
Juliano Desiderato Antonio (UEM)
Kelcilene Grácia-Rodrigues (UFMS)
Lucia Regiani Lopes-Damasio (UNESP/Assis)
Márcia Cristina do Carmo (UEPG)
Marcos Luiz Wiedemer (UERJ)
Mircia Hermenegildo Salomão Conchalo (UNESPAR/Paranaguá)
Norma Barbosa Novaes Marques (UNIESP)
Rauer Ribeiro Rodrigues (UFMS)
Solange de Carvalho Fortilli (UFMS)
Taísa Peres de Oliveira (UFMS)
Talita Storti Garcia (UNESP/São José do Rio Preto)



Sumário

Editorial	8
-----------------	---

Apresentação	9
--------------------	---

Hella OLBERTZ (Universiteit van Amsterdam)
Joceli Catarina STASSI-SÉ (UFSCAr)
Solange de Carvalho FORTILLI (UFMS/Três Lagoas)

Dossiê: Gramaticalização em perspectivas

Synthetic and analytic verb forms in the major languages of Europe	14
<i>Formas verbais sintéticas e analíticas nas principais línguas europeias</i>	

Rolf THIEROFF (Universität Osnabrück)

A multifuncionalidade do item “mesmo” e sua(s) possível(is) trajetória(s) de gramaticalização	31
<i>The multifunctionality of the item “mesmo” and its possible trajectories of grammaticalization</i>	

Ivelã PEREIRA (UFSC)
Edair GÖRSKI (UFSC)

Não só <i>semântica</i> , como também <i>pragmaticamente</i> : uma análise cognitivo-funcional de construções correlatas no Português Brasileiro	48
<i>Not only semantical, but also pragmatically: a cognitive-functional analysis of correlative constructions in brazilian Portuguese</i>	

Paulo Roberto GONÇALVES-SEGUNDO (USP)
Marcelo MÓDOLO (USP)

A trajetória da gramaticalização de <i>ir</i> + infinitivo em português	66
<i>The trajectory of the grammaticalization of ir + infinitive in Portuguese</i>	

Josane Moreira de OLIVEIRA (UEFS)



A gramaticalização de <i>no caso de</i> no português brasileiro: um enfoque discursivo-funcional	80
--	----

The grammaticalization of 'no caso de' in Brazilian Portuguese: a functional discourse grammar approach

Kátia Elaine de Souza BARRETO (UFMS/Três Lagoas)
Edson Rosa Francisco de SOUZA (UNESP/IBILCE)

Historicidade, gramaticalização e a semântica do <i>nego</i> no português brasileiro	105
--	-----

Historicity, grammaticalization and the semantics of nego in Brazilian Portuguese

Danniel CARVALHO (UFBA)

Vária

Uma primeira história da Gramática Funcional	123
--	-----

A first history of Functional Grammar

J. Lachlan MACKENZIE (Vrije Universiteit Amsterdam)

De la linguistique à la grammaire: l'étude de trois exemples d'actualisation	136
--	-----

From linguistic to grammar: a study on three examples

Inès SFAR (Université Paris-Sorbonne)

A repetição de sintagmas verbais na oralidade a partir da perspectiva funcionalista	146
---	-----

The repetition of verb phrases in oral communication from the functional view

Lorena Oliveira SANTOS (UESB)
Valéria Viana SOUSA (UESB)

Considerações sobre o <i>ethos</i> e a morfoestilística na poética de Manoel de Barros	159
--	-----

Considerations on the ethos and morpho-stylistics in Manoel de Barros's poetics

Antonio Carlos Silva de CARVALHO (UNICSUL)
Guaraciaba MICHELETTI (UNICSUL)



Editorial

Dada a crescente produção científica sobre gramaticalização em âmbito nacional e internacional em diferentes perspectivas, é possível observar, mesmo entre as correntes funcionalistas, grande diversidade de abordagens teóricas, métodos e enfoques analíticos que refletem a multiplicidade de escolas e tendências interessadas no tratamento da variação e da mudança linguística.

Este número da revista consiste em um dossiê com o tema **Gramaticalização em perspectivas** e se dedica a congregar essa diversidade de abordagens funcionalistas que tratam da gramaticalização, com o objetivo de oferecer um panorama das semelhanças e diferenças e das contribuições de cada orientação na investigação de fenômenos linguísticos dentro desse escopo.

O número 22 da *Guavira Letras*, sob a organização das professoras Hella Olbertz (Universiteit van Amsterdam), Joceli Catarina Stassi-Sé (Universidade Federal de São Carlos) e Solange de Carvalho Fortilli (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), apresenta as seções **Dossiê** e **Vária**. O Dossiê **Gramaticalização em perspectivas** reúne seis artigos que examinam, em diversos aspectos, o tema Funcionalismo/Gramaticalização. Já a seção **Vária** contém quatro artigos que versam sobre pesquisas no âmbito dos estudos linguísticos.

Este número da *Guavira Letras* conta com a colaboração de autores de universidades internacionais (Universität Osnabrück – Alemanha, Vrije Universiteit Amsterdam – Holanda e Université Paris-Sorbonne – Paris) e de autores de diferentes instituições brasileiras: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

Boa leitura!

Kelcilene Grácia-Rodrigues
Editora-Chefe



Apresentação

Hella OLBERTZ¹

Joceli Catarina STASSI-SÉ²

Solange de Carvalho FORTILLI³

Os trabalhos reunidos no número 22 da *Guavira Letras* constituem um dossiê sobre o tema **Gramaticalização em perspectivas**, organizado pelas professoras Hella Olbertz (Universiteit van Amsterdam), Joceli Catarina Stassi-Sé (Universidade Federal de São Carlos) e Solange de Carvalho Fortilli (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul).

A motivação para a publicação de um dossiê sobre essa temática se deve à diversidade de perspectivas nas quais o tema da gramaticalização pode ser desenvolvido dentro do próprio viés funcionalista. No cenário científico atual, é possível observar diversos enfoques analíticos que lançam mão de diferentes abordagens e estratégias metodológicas para tratar desse tipo de mudança linguística.

O dossiê concentra essa diversidade de abordagens funcionalistas que tratam da gramaticalização, trazendo desde panoramas tipológicos de pesquisa até panoramas descritivos, passando por abordagens funcional-cognitivistas, sistêmico-funcionais, funcional-estruturalistas e abordagens teóricas do processo, a fim de proporcionar ao leitor um cenário com diferentes perspectivas de investigação de fenômenos que envolvem gramaticalização.

Uma das mais conhecidas acepções do fenômeno é a de que se trata de um processo unidirecional de mudança linguística, por meio do qual elementos ou construções lexicais passam a desempenhar funções gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 1993), e, pela continuidade do processo, tendem a assumir novas funções dessa natureza. Os estudos sobre gramaticalização, ainda que com revisões e incorporações de novos aspectos que explicam as mudanças nas formas, é um campo de descrição e análise linguística significativamente produtivo, o que justifica a relevância do presente dossiê, que traz tanto estudos que se mantêm no âmbito da definição clássica da gramaticalização como aqueles que ampliam seu escopo.

Assim, o tema conta com trabalhos desenvolvidos por colaboradores de instituições internacionais, como a Universität Osnabrück (Alemanha) e nacionais, como a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual Paulista e Universidade Federal da Bahia. Ao todo, são seis artigos que versam sobre o fenômeno supracitado em diferentes perspectivas.

De maneira geral, os trabalhos aqui compilados tratam dos usos da língua, tanto falada como escrita, em perspectivas histórica, sincrônica e pancrônica, visando atrair interlocutores que se interessam pelo funcionalismo linguístico voltado à análise de fenômenos constitutivos do paradigma da gramaticalização.

¹ Universiteit van Amsterdam.

² Universidade Federal de São Carlos

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Câmpus de Três Lagoas.



Rolf Thieroff, no artigo *Synthetic and analytic verb forms in the major languages of Europe*, apresenta um estudo tipológico sobre as línguas europeias modernas em que faz considerações sobre a trajetória de formação de tempos verbais analíticos nessas línguas, a partir da configuração sintética que os mesmos podem ter. A codificação na forma sintética ou analítica segue uma tendência hierarquicamente organizada de acordo com a categoria em questão: voz > aspecto > tempo > modo > pessoa/número e, com relação ao tempo, segue a hierarquia perfeito > pretérito (aoristo/imperfeito) > futuro. Assim, ainda que com algumas exceções, os resultados apontam que a passagem de formas verbais sintéticas para analíticas nas línguas europeias tende a proceder das categorias mais fortemente vinculadas aos verbos para aquelas não tão exclusivas dessa classe.

Em *A multifuncionalidade do item “mesmo” e suas possíveis trajetórias de Gramaticalização*, Ivelã Pereira e Edair Maria Gorski estudam provável(is) trajetória(s) funcional(is) do vocábulo *mesmo*, a partir da análise da multifuncionalidade do item em amostra escrita atual, em perspectiva pancrônica, com base em uma perspectiva funcionalista de gramaticalização. As autoras passam por questões etimológicas do vocábulo e direcionam a pesquisa a suas funções, que, relacionadas ao cline pessoa > espaço > tempo > texto, podem explicar o percurso do fenômeno nesse caso específico.

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo e Marcelo Módolo, em *Não só semântica, como também pragmaticamente: uma análise cognitivo-funcional de construções correlatas no Português Brasileiro*, analisam aspectos da construção correlativa aditiva *não só...mas também* e suas variáveis construcionais a partir das relações entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Cognitiva. O olhar dos autores está voltado, sobretudo, para o sistema de avaliatividade, a organização Dado-Novo e esquemas imagéticos de CONTÊNER e FORÇA, às noções de Trajetor e Marco e às atividades de identificação de entidades, eventos, ações e propriedades possibilitadas pelas operações semânticas de restrição e inclusão que caracterizam a construção. Assim, percebem que tais operações se ligam a processos de contração dialógica associados a projeções do enunciador em relação a concepções de realidade alternativas do leitor-ouvinte, de caráter restritivo, contra as quais o enunciador se coloca, visando a modificar tal posicionamento.

Josane Moreira de Oliveira, em *A trajetória de ir+infinitivo no português brasileiro*, analisa, do ponto de vista histórico, o processo de gramaticalização da estrutura *ir + infinitivo* em português, em que o verbo passa de pleno a auxiliar para codificar o tempo futuro. O artigo apresenta a trajetória da forma, que amplia seu escopo funcional de movimento no espaço para movimento no tempo, tornando-se um verbo auxiliar e inserindo-se como um expediente bastante produtivo na língua, chegando a superar a forma do futuro simples no estágio atual da língua falada no Brasil.

Kátia Elaine de Souza Barreto e Edson Rosa Francisco de Souza, em *A gramaticalização de no caso de no português brasileiro: um enfoque discursivo-funcional* investiga essa construção, levando em consideração não somente aspectos sintáticos, como também aspectos semânticos e pragmáticos associados ao uso de *no caso de* como conectivo condicional. Para tal, os autores se utilizam do aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e dos preceitos teóricos da Gramaticalização (TRAUGOTT, 1995; BYBEE, 2003). A pesquisa conduz à ideia de que orações introduzidas por *no caso de* têm valor condicional e estabelecem um grau médio de integração sintático-semântica entre a oração adverbial e a oração principal, fato reforçado pela correlação modo-temporal (presente do indicativo/infinitivo) e a não-correferência dos sujeitos das orações. Ademais, os autores sugerem que o processo de mudança de *no caso de* opera em várias camadas, tratando de uma trajetória de mudança atinente à ideia de



pragmatização de Traugott (1982) e Traugott (1995). De acordo com os autores, disso resulta a possibilidade de que as orações introduzidas pela construção sejam classificadas, como condicionais de conteúdo; condicionais proposicionais/epistêmicas; e condicionais de atos de fala.

Daniel Carvalho, em *Historicidade, gramaticalização e a semântica de “nego” no português brasileiro*, analisa, a partir dos princípios da teoria da gramaticalização de Hopper (1991), o suposto processo de gramaticalização sofrido pela palavra *nego* no português brasileiro que, em determinados contextos, passou da condição de nome à de pronome, podendo ter duas leituras pronominais distintas: uma definida ou referencial, caracterizada por elementos sintáticos definidores e outra indefinida. O autor faz também um cotejo entre a palavra *nego* e *nigga* do inglês afro-americano (African American Vernacular English – AAVE), partícula que também adquiriu um status de pronome, com significado aproximado de *guy* (“cara”) no inglês americano geral (General American – GA).

Além do dossiê, o número conta com a seção **Vária**, dedicada a outros temas de relevância dentro dos estudos da linguagem, e que foi motivada pelo interesse de diferentes pesquisadores em compor a edição.

Os artigos que compõem essa seção são *Uma primeira história da Gramática Funcional* e *De La linguistique à lagrammaire: l’étude de trois exemples d’actualisation*, dos pesquisadores convidados J. Lachlan Mackenzie (Professor Emérito da Vrije Universiteit Amsterdam) e Inès Sfar (Universidade Paris-Sorbonne), além de contribuições de autores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e da Universidade Cruzeiro do Sul.

No artigo de John Lachlan Mackenzie, *Uma primeira história da Gramática Funcional*, traduzido do original inglês por George Henrique Nagamura, é traçada a trajetória da Gramática Funcional desenvolvida por Simon C. Dik (1940-1995), da Universidade de Amsterdã, e seus parceiros. O percurso inicia-se com o gradual desenvolvimento de uma das primeiras teorias funcionalistas por Dik, passando pela publicação da obra de 1978, *Functional Grammar*, e pela morte precoce do pesquisador. Em seguida, mostra-se a continuidade da obra de Dik, com a emergência de uma teoria sucessora na forma da Gramática Discursivo-Funcional desenvolvida por Kees Hengeveld, que culmina na publicação de *Functional Discourse Grammar* por Hengeveld e Mackenzie em 2008.

Inès Sfar, em seu artigo *De la linguistique à la grammaire: l’étude de trois exemples d’actualisation*, visa a demonstrar, por meio do exame de três exemplos de realização linguística (os empregos do subjuntivo, a escolha do auxiliar nas formas compostas do verbo e os valores aspectuais), a relação complementar que deveria haver entre os manuais de gramática, os livros didáticos e a descrição linguística, uma vez que a elaboração de conteúdos pedagógicos tende a se beneficiar, baseando-se na descrição clara do funcionamento da língua alvo, independentemente das escolhas teóricas e didáticas, bem como da natureza dos alunos (nativos ou não nativos). Com base na língua francesa, a autora defende a ideia de que uma boa abordagem didática é aquela que é construída sobre uma descrição clara e precisa dessa língua (levando em conta a interação entre todos os níveis de língua), bem como uma descrição apropriada para o público alvo, seja de francês como língua materna, de francês como língua estrangeira ou de francês como segunda língua. Nesse sentido, seria necessário propor aos aprendizes, de uma maneira geral, e de francês como língua estrangeira (FLE), em particular, conteúdos gramaticais, ao mesmo tempo modernos (concebidos como uma continuidade das descrições linguísticas), claros (com exemplos ilustrativos extraídos de realizações discursivas atuais) e unívocos (evitando o máximo possível a confusão teórica ou terminológica). Após o exame das diferentes abordagens que



foram apresentadas na gramática e nos livros didáticos, a autora conclui que nenhuma delas, consideradas de forma isolada, pode dar conta de todas as especificidades das categorias gramaticais como o tempo, o modo e o aspecto.

Em *A repetição de sintagmas verbais na oralidade a partir da perspectiva funcionalista*, Lorena Oliveira Santos e Valéria Viana Sousa estudam a repetição de sintagmas verbais na oralidade, tendo como base os estudos funcionalistas. O objetivo é mostrar que, por meio da repetição, o informante produz diversas funções na fala, segmentos que auxiliam na organização tópica, na monitoração da coerência textual e na coesão, gerando sequências mais compreensíveis em uma situação de comunicação. Para as autoras, a repetição de sintagmas verbais permite um processo de construção e reconstrução, mediante estruturas repetidas regulares, desencadeando estruturas mais completas nos textos orais.

Em “Considerações sobre o ethos e a morfoestilística na poética de Manoel de Barros”, Antonio Carlos Silva de Carvalho e Guaraciaba Micheletti focalizam, amparados no referencial teórico da estilística (MARTINS, 2003) e do discurso (AMOSSY, 2014), como o uso da prefixação confere traço distintivo à poesia de Barros, assinalando um projeto estético arquitetado desde o primeiro livro, *Poemas concebidos sem pecado* (1937), até a última obra publicada em vida pelo poeta, *Escritos em verbal de ave* (2011). Os autores abordam, também, a questão do *ethos* do enunciador que permeia um conjunto de poemas do escritor mato-grossense, pois, para Carvalho e Micheletti, o discurso poético de Barros “guarda um sentido etimológico anterior ao do aristotélico, em virtude de sua busca pelo primevo”.

Os quatro artigos que compõem a seção vária são dedicados a interlocutores com interesses diversos, mas que convergem para um mesmo objeto: a linguagem. Os estudos percorrem desde a evolução de um arcabouço na linguística teórica funcional, passando pela interface entre a análise de fenômenos linguísticos no francês e a aquisição dessa língua, bem como pela análise funcional do português oral, para findar com a análise estilística no âmbito de textos literários.

Esperamos que o volume atenda à comunidade científica, oferecendo a devida visibilidade aos estudos desenvolvidos e que possa contribuir para o debate com respeito aos temas neles tratados.



Dossiê: Gramaticalização em perspectivas



Synthetic and analytic verb forms in the major languages of Europe

Formas verbais sintéticas e analíticas nas principais línguas europeias

Rolf THIEROFF¹

RESUMO: Em muitas línguas europeias, pode ser observado um desenvolvimento de formas verbais sintéticas para analíticas. Formas verbais sintéticas podem ser substituídas por novas formas analíticas ou formas verbais analíticas já existentes podem adotar o significado de uma forma sintética ao seu significado original. A distribuição das formas verbais sintéticas e analíticas basicamente segue a hierarquia voz > aspecto > tempo > modo > pessoa/número e, com relação ao tempo, segue a hierarquia perfeito > pretérito (aoristo/imperfeito) > futuro. Assim, na maior parte das línguas europeias modernas, a passiva é construída analiticamente, assim como o aspecto flexional, por exemplo, o progressivo. No interior da categoria tempo, o perfeito também é analítico em todas as línguas. Em contraste, os tempos pretérito e futuro e as categorias de modo são, em maior parte, sintéticos. Quanto à mudança de sintético para analítico, defendo que tais mudanças seguem as mesmas hierarquias. Portanto, em diversas línguas, o aoristo e o pretérito estão na realidade sendo substituídos pelo perfeito analítico. Enquanto os imperfeitos normalmente se mantêm sintéticos, os futuros permanecem sintéticos em algumas línguas e são analíticos em outras. Os subjuntivos sintéticos estão desaparecendo em diversas línguas e estão sendo substituídos por imperfeitos ou pretéritos, ou ainda, pelas assim chamadas “formas condicionais” analíticas. Como resultado, com apenas algumas exceções, o desenvolvimento de formas verbais sintéticas em analíticas nas línguas europeias tendem a proceder das categorias mais verbais para as menos verbais.

PALAVRAS-CHAVE: Formas verbais analíticas. Formas verbais sintéticas. Tempo. Aspecto. Modo

ABSTRACT: In many European languages a development from synthetic to analytic verb forms can be observed. Synthetic verb forms may be replaced by new analytic forms or already existing analytic verb forms may adopt the meaning of a synthetic form in addition to their original meaning. The distribution of the synthetic and analytic verb forms basically follows the hierarchy voice > aspect > tense > mood > person/number and within tense the hierarchy perfect > preterit (or aorist/imperfect) > future. Thus, in most Modern European languages, the passive is construed analytically, and so is inflectional aspect as e.g. the progressive. Within the tense category, the perfect is analytic in all languages as well. In contrast, preterits, future tenses and mood categories are mostly synthetic. As for the change from synthetic to analytic I argue that such changes follow the same hierarchies. So in a number of languages the aorist and the preterit are actually being replaced by the analytic perfect. Whereas imperfects usually remain synthetic, futures remain synthetic in some languages and are analytic in others. The synthetic subjunctives are vanishing in many languages and are being replaced by either imperfects or preterits or by analytic so called “conditional forms”. As a result, with only a few exceptions, the development from synthetic to analytic verb forms in the European languages tends to proceed from the most verbal to the least verbal category.

KEYWORDS: Analytic verb forms. Synthetic verb forms. Tense. Aspect. Mood

¹ Universität Osnabrück – Germanistik – Neuer Graben 40 – 49074 Osnabrück – Alemanha – E-mail: rolf.schoeneich@uni-osnabrueck.de



Introduction

In Latin words like *cantaretur* ‘it would be sung’ or *cantavisset* ‘he would have sung’, categories of voice, tense, mood, person and number are encoded synthetically in only one verb form, whereas in English the passive, the subjunctive, the (past) perfect as well as person and number are encoded analytically – the English translations of the Latin word forms require no less than four word forms. Similar highly synthetic verb forms as in Latin are to be found in a number of other old European languages such as Ancient Greek, Old Church Slavonic, Classical Armenian or Classical Basque, whereas in many modern European languages analytical verb forms prevail (as in the English translations of the Latin forms).

This paper addresses the question which of the six verbal categories voice, aspect, tense, mood, person, and number are encoded respectively synthetically and analytically in a number of modern languages of Europe and which categories have undergone a change from synthetic to analytic in the history of the languages. Languages investigated are most Germanic, Romance, and Slavic languages, Greek, Armenian, and Basque, i.e. for the most part languages belonging to so-called “Standard Average European”.

In most modern European languages passives are analytic.² Notable exceptions are the Scandinavian languages with the synthetic *s*-passive which exists alongside the analytic passive forms. While the analytic passive forms always have passive meaning, the *s*-forms can have different meanings depending on the verb and on the situation, e.g. an *s*-form can simply express intransitivity. Yet, where the *s*-form does have a passive meaning, it is a clear counter-example to the periphrastic passives in the majority of European languages³.

Aspectual distinctions are not always separable from tense distinctions. An example are the aorist and the imperfect in the Romance languages and in several Southern European languages. Both aorist and imperfect are past tenses, with the aorist being perfective, the imperfect imperfective. Since aorist and imperfect are tenses, they are treated in the first section on the development towards analytical tense forms. Clear tense-independent aspects are progressive constructions like English *is singing*. Progressives are analytic in all European languages. Another aspect independent of tense is the aspect in Slavic. The aspectual distinction between e.g. Russian imperfective *delat’* and perfective *sdelat’* is synthetic, however there are good reasons to analyse the Slavic aspect as belonging to word formation rather than inflection: “the Slavic-type aspect categories are no proper ‘inflectional categories’ but rather ‘derivational’ or maybe even ‘grammaticalized lexical categories’” (DAHL, 1985, p. 89).

Since there is no variation as to whether the forms are analytical or not, passive and (progressive) aspect are not treated in detail in this paper. Instead the focus is on tense and mood. These categories have undergone considerable changes in the last two thousand years and further changes are still under way.

This paper consists of five sections. In the first section, I shall have a look at the diachronic development of the tense forms in a number of European languages. In the second section, “Hierarchy of verbal categories”, I will present some criteria that will allow to put the verb categories into a hierarchy, in the third section, criteria for a hierarchy of the tense

² Even in Latin, the perfect passive forms (Perfect, Pluperfect and Future Perfect) are analytic (*cantatum est / erat / erit*).

³ Other exceptions are, for example, Finnish, which has also a synthetic passive, and Turkic, which has only a synthetic passive.



categories will follow, in the fourth section, the development of analytical categories will be investigated in some detail and finally, the fifth section will present a conclusion.

The development towards analytical tense forms in European languages

If we look at the diachronic development of the tense systems in selected European languages, we find one astonishing conformity among these languages: during their historical development in almost all European languages synthetic verb forms are by and by replaced by analytic forms, i.e. the number of synthetic forms decreases considerably in time. However, there are important differences among the languages 1) with regard to the overall structure of the tense system and 2) with regard to the tenses that are affected.

(1) Tenses in Old Church Slavonic (3rd SG IND ACT) and Modern Bulgarian (1st SG IND ACT)⁴

	OCS <i>nesti</i> 'carry'	Bulgarian <i>xodja</i> 'go'
PRES	Nesetъ	xodja
IMPF	Nesěšaše	xodex
AOR	Nese	xodix
PERF	neslъ jest	xodil sam
PLUP	neslъ beaše	xodil bjax

A very rare case is Bulgarian in (1). In this language, the inherited Old Church Slavonic system is perfectly preserved, including the original distribution of synthetic and analytic forms. Note, however, that the Perfect and the Past Perfect are already analytic forms in Old Church Slavonic – in contrast to Ancient Greek and Latin. Whereas Old Church Slavonic has no future tenses (DIELS, 1932, p. 225; LESKIEN; ROTTMANN, 2002, p. 81; HUNTLEY, 2008), Modern Bulgarian has several future tenses which are all analytic.

(2) Tenses in Ancient Greek and Modern Greek (1st person)

	Ancient Greek <i>lúein</i> 'loose'	Modern Greek <i>ghráfo</i> 'write'
PRES	lúei	ghráfo
IMPF	élue	éghrafa
AOR	éluse	éghrapsa
PERF	lélukei	éxo ghrápsi
PLUP	elelúkei	íxa ghrápsi
FUT	lúsei	tha ghráfo
FUTPERF	—	tha éxo ghrápsi

In Ancient Greek in (2), too, the system is preserved in the sense that for each form of Ancient Greek there is a corresponding form in Modern Greek. Yet Modern Greek differs considerably from Ancient Greek in that it preserved only three forms of Ancient Greek,

⁴ In the following paradigms the verb forms are in the indicative mood and in the active voice. If not indicated otherwise they are in the 3rd person singular. Reasons for choosing the 1st person singular in certain cases are formal irregularities with the 3rd person singular (e.g. in Bulgarian in the 3rd person singular the Present and the Aorist are homonyms).



whereas three forms (the Perfect, the Pluperfect, and the Future) are replaced by analytic forms. The Future Perfect is an innovation of Modern Greek.

In the Romance and in the Slavic languages analytic forms emerge too, but, different from Greek, they do not only replace former synthetic forms, but instead the whole system, especially within the domain of the past tense forms, is reorganized, sometimes even more than once.

(3) Tenses in Latin, Spanish and Catalan

	a) Latin <i>cantare</i> 'sing'	b) Spanish <i>cantar</i> 'sing'	c) Catalan <i>cantar</i> 'sing'
PRES	cantat	canta	canta
IMPF	cantabat	cantaba	cantava
AOR	cantavit	cantó	va cantar
PERF		ha cantado	ha cantat
PLUP	cantaverat	había cantado	va haver cantat
FUT	cantabit	cantará	cantarà
FUTPERF	cantaverit	habrá cantado	haurà cantat

In all Romance languages, in a first step, for the Latin perfectum in (3a) there evolve two forms – one is the synthetic aorist, the (etymological) continuation of forms like *cantavit*, the other is a new form, a “real” perfect, built with ‘have’ or ‘be’ plus the participle, thus an analytic form. The future, too, is built periphrastically in Vulgar Latin, but in the modern Romance languages it becomes a synthetic form again. Among the modern Romance languages, Spanish in (3b) has, together with Portuguese, the most conservative tense system. In Catalan in (3c), the older synthetic Aorist still exists (*canté* ‘he sang’), but Catalan also has invented a new, analytic aorist form, *va cantar* (resembling a typical future form).⁵

(4) Tenses in Italian and French

	a) Standard Italian <i>cantare</i> 'sing'	b) Northern Italian <i>cantare</i> 'sing'	c) Standard French <i>chanter</i> 'sing'	d) Spoken French <i>chanter</i> 'sing'
PRES	canta	canta	chante	chante
IMPF	cantava	cantava	chantait	chantait
AOR	cantò	ha cantato	chantà	a chanté
PERF	ha cantato		a chanté	
PLUP	aveva cantato	aveva cantato	avait chanté	avait chanté
FUT	canterà	canterà	chantera	va chanter
FUTPERF	avrà cantato	avrà cantato	aura chanté	aura chanté

The tense systems of Standard Italian in (4a) and written French in (4c) are like the ones of Spanish (in (3b)), but here considerable changes are under way. In Italian, spreading from the north to the south, the Aorist is vanishing and is being replaced by the Perfect; see

⁵ For the problem how to explain the new perfective aspect in Catalan *va cantar*, see e.g. Juge (2006); Jacobs (2011).



(4b)⁶. The (northern) Italian system thus resembles the Latin system, but only three of the Latin six synthetic forms have survived, the others are now analytic. In spoken French the Aorist does no longer exist either, it has been replaced by the Perfect too. Furthermore, French has developed a new analytic future, the so called *va*-future, which seems to oust the older synthetic future ((4d); SOKOL, 1999).

According to Squartini (1998, p. 20), in Spanish and Portuguese, too, “there is a new analytic Future formed with the auxiliary ‘go’ + infinitive that is nowadays quite common in conversational language”, however it is not clear whether these *go*-futures are already more frequent in the spoken varieties than are the synthetic futures. With regard to Spanish, Olbertz (1998, p. 351) writes that it “is sometimes claimed that *ir a* + infinitive is gradually taking over the functions of the synthetic future [...], above all in oral use”. Olbertz does not seem to quite agree with this view, yet she concedes that in a corpus of oral texts with 55.2% synthetic futures “the difference in frequency between the synthetic future and the periphrasis is only slight” (1998, p. 352). So after all the Future might well be the first candidate in Modern Spanish for a tense to become analytic.

(5) Tenses in Latin and Romanian

	a) Latin <i>cantare</i> ‘sing’	b) Standard Romanian <i>cînta</i> ‘sing’	c) Spoken Romanian <i>cînta</i> ‘sing’
PRES	cantat	cînt	cînt
IMPF	cantabat	cîntám	
AOR	cantavit	cîntái	am cîntat
PERF		am cîntat	
PLUP	cantaverat	cîntasem	cîntasem
FUT	cantabit	voi cînta	voi cînta
FUTPERF	cantaverit	voi fi cîntat	voi fi cîntat

18

Finally, according to Beyrer et al. (1987, p. 150f), in spoken Romanian, the older system in (5b) is replaced by the system in (5c), where the perfect takes over the places of the perfect and of the imperfect. Astonishingly, the synthetic Pluperfect, derived from the Latin Pluperfect Subjunctive, is preserved even in spoken Romanian. As for the number of synthetic tense forms, spoken French (4d) and spoken Romanian (5c) are, with two synthetic forms each, the farthest away from their Latin source in (5a), with six synthetic forms.

(6) Tenses in Old Church Slavonic, Czech and Russian

	a) OCS <i>nesti</i> ‘carry’	b) Czech <i>koupit</i> ‘buy’	c) Russian <i>delat’</i> ‘do’
PRES	nesetъ	kupuji	delaet
IMPF	nesease		
AOR	nese	koupil jsem	delal
PERF	neslъ jest		
PLUP	neslъ bease		

⁶ In the northern Italian dialects this development has already come to an end. There “the S[imple] P[ast] does not even exist as a remote morphological possibility” (SQUARTINI; BERTINETTO, 2000, p. 421).



One of the most radical reorganizations of the tense system is to be found in the North Slavic languages, where, as e.g. in Czech in (6b) or in Russian in (6c), of the former four Old Church Slavonic past forms only one, the perfect tense, has survived. Because of the loss of the auxiliary, in Russian this form has become synthetic again.

(7) Tenses in Classical Armenian and Modern Eastern Armenian (1st person)

	a) Classical Armenian <i>ber-</i> ‘carry’	b) Modern Eastern Armenian <i>grel</i> ‘write’
PRES	berem	grum em
IMPF	berei	grum ēi
AOR	beri	grec’i
PERF	—	grel em
PLUP	—	grel ēi
FUT	—	grelu em
FUTPERF	—	grelu ēi

Another language with a considerable change of the tense system is Armenian. Classical Armenian had only three tenses, the Present, the Imperfect, and the Aorist (GODEL, 1975, p. 37; SCHMITT, 1981, p. 133-157). All three tenses were synthetic, as shown in (7a). Modern Eastern Armenian has four more tenses – a Perfect, a Pluperfect, a Future and a Future Perfect. All these tenses are analytic, as are now the Present and the Imperfect. The Aorist thus is the only tense in Modern Eastern Armenian which is not construed analytically (KOZINTSEVA, 1995, DUM-TRAGUT, 2009, p. 186f).

19

According to Lafon (1943), quoted by Haase (1994, p. 280) and Gómez and Sainz (1995, p. 239), in Basque texts of the 16th century one finds almost sixty verbs with synthetic forms.⁷ In Modern Basque, however, the number of verbs possessing synthetic forms has dramatically decreased. According to Gómez and Sainz (1995, p. 238) there are 26 such verbs in Modern Basque, Bendel (2006, p. 136) lists 24, Haase (1994, p. 279) only 16 and Trask (1997, p. 103f) speaks of “a handful of verbs” which do not have only periphrastic forms.

(8) Synthetic and Analytic tense-aspect forms in Basque

	a) Synthetic forms <i>etorri</i> ‘come’	b) Analytic forms <i>kantatu</i> ‘sing’
PRES	dator	kantatzen du
PRES PROG	etortzen da	—
PRET	zettorren	—
AOR	etorri zen	kantatu zuen
IMPF	etortzen zen	kantatzen zuen
FUT	etorriko da	kantatuko du
SBJV	datorke	kantatuko duke

⁷ Gómez and Saiz speak erroneously of “almost sixty verbs with analytical forms” (1995, p. 239), but it is clear from the context that they mean synthetic verbs (“This can give an idea of the process of gradual loss that must have affected synthetic forms since ancient times”; *ibid.*).



In (8) the forms of a synthetic and an analytic verb are represented, following Haase (1994) and Thieroff (1994, p. 30f). *Etorri* in (8a) is a so-called synthetic verb, whereas *kantatu* in (8b) is a so-called analytic verb. Whether the interpretation of each form in (8) is entirely correct cannot be discussed here. For different interpretations of some of the forms see Bendel (2006, p. 165). The important point is that the paradigm in (8a) with three synthetic verb forms is the older one, while the paradigm in (8b) without any synthetic verb form is the younger one. Note that, like in Armenian, even the simple present is an analytic form. It is obvious that this form corresponds to the progressive of the synthetic verb. Note as well that the paradigm of Modern Basque represents in a way the opposite of the Latin paradigm: In Latin, in the Active, there are only synthetic, no analytic tense forms. In Modern Basque, there are only analytic, no synthetic verb forms. The Basque paradigm in (8b) shows how the majority of European tense systems might possibly end up.

Hierarchy of verbal categories

We have seen that in virtually all European languages there is a tendency for verb forms to change from synthetic to analytic. A question to be asked is whether certain verbal categories have a stronger tendency to change into analytical categories than others and whether there is a specific order in which categories switch from synthetic to analytic. To find that out, we have to ask first if there is any kind of order of the verbal categories in general. There are different criteria according to which the verbal categories can be put in an order.

Anderson (1985) postulates three different kinds of inflectional categories, which he calls relational, inherent and agreement categories. Considering the verb, voice is a relational category, aspect, tense and mood are inherent categories, and person and number are the agreement categories; cf. (9).

- (9) Three groups of verbal categories (ANDERSON, 1985)

Relational: voice
Inherent: aspect, tense, mood
Agreement: person, number

Bybee (1985) investigated the serialization of verbal morphemes in 50 languages and concluded that universally the preferred ordering is the one in (10). If a language has such morphemes at all, then next to the verb root comes a morpheme indicating the valency of the verb, then comes voice, then aspect, then tense, then mood and the farthest away from the verb come person and number, in most languages represented in one portmanteau morpheme. Bybee's hierarchy is represented in (10).⁸

- (10) Hierarchy of verbal morphemes (BYBEE, 1985, p. 34f, p. 196)
(verb)—valency—voice—aspect—tense—mood—person/number

In an agglutinating language like Turkish, you can indeed have verb forms with a morpheme for each category in (10) as in the verb form in (11).

- (11) Turkish (WÄLCHLI; ENDER, 2013, p. 95)
in-dir-il-iyor-du-ysa-m
go_down-CAUS-PASS-PROG-PRET-COND-1SG
'If I had been brought down'

⁸ For modifications of the Bybee hierarchy see e.g. Foley and Van Valin (1984) and Hengeveld (1989).



If we compare Anderson's three groups of categories with Bybee's hierarchy, we see that in the latter the inherent categories are adjacent and so are the agreement categories. In other words: Bybee's hierarchy of the verb morphemes provides also a hierarchy of Anderson's three groups: first come the relational categories, then the inherent categories and finally the agreement categories.

For the European languages the sequence of the morphemes within the inherent categories (i.e. voice before aspect before tense before mood before person/number) correlates with a number of other features. These are:

- (i) Voice and aspect are categories of non-finite and finite verb forms, whereas mood and person and number only appear with finite verb forms.
- (ii) The mood category subjunctive has a strong tendency to develop towards an agreement category in that the subjunctive is triggered syntactically, as in Romanian and widely in French, where certain verbs and certain conjunctions select the subjunctive.⁹
- (iii) The fact that tense is situated between aspect and mood correlates with the semantics of these categories: There are tense categories with an aspectual meaning and there are tense categories with a modal meaning, but there are practically no aspects with a modal meaning and there are no moods with an aspectual meaning. Examples for modal uses of the Future and of the Preterite in English in (12).
- (12) Modal uses of future and past:
 - a. *That'll be (FUT) the postman*
'this probably is (now, at speech time) the postman'
 - b. *If he came (PRET) now [at speech time], I would leave immediately*
- (iv) The voice category passive and the aspect category progressive are almost always analytic (an exception is Turkish), person and number are always synthetic.

These are four independent factors confirming the Bybee hierarchy. The features discussed are visualized in Fig. 1 (with the Bybee hierarchy in line (iii)). In line (v) it is indicated which categories are normally, by default, synthetically (S) and analytically (A) encoded.

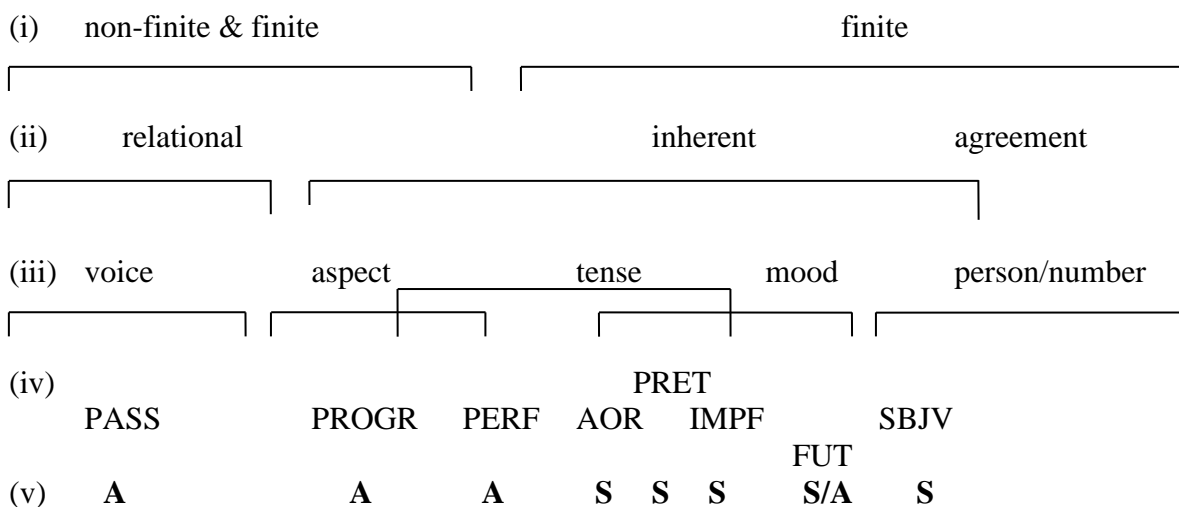


Fig. 1. Hierarchy of verbal categories

⁹ For a detailed discussion of the category subjunctive in the languages of Europe see Thieroff (2010).



Hierarchy of tense categories

Another question is whether within the super-category of tense there is a hierarchy or a “natural” order of the different tense categories. In order to find that out, we can simply check the points we have just made for the verbal categories in general. As for the serialization of the tense categories, we do not get convincing results, simply because there are not many languages with verb forms which are mainly construed synthetically. So we can state that in Latin the Perfect morpheme comes before the Imperfect and before the Future morpheme, as illustrated in (13).

- (13) Latin
canta-v-erat
sing-PERF-IMPF:3SG
‘he/she had sung’
canta-v-erit
sing-PERF-FUT:3SG
‘he/she will have sung’

We can also see that in French (and similarly in the other Romance languages) the Future morpheme comes before the Imperfect morpheme, as in (14).

- (14) French
chante-r-ait
sing-FUT-IMPF:3SG
‘he/she would sing’

But (13) and (14) are cases of individual languages which do not allow any general conclusions for the order of the tense categories.

The next point concerns the question whether there are tenses which appear also in non-finite forms. The answer is yes, there is one such tense, the perfect. In all languages I have investigated so far, the perfect can be non-finite, even in Latin, with its synthetic perfect (*cantavisse*). In most European languages the perfect is construed with the auxiliary ‘have’ or ‘be’ and a participle form of the main verb. In all these languages the auxiliary can be in the infinitive (e.g. English *to have done*, French *avoir fait* etc.). In contrast, there are no non-finite pasts in the languages of Europe. Futures do not appear as non-finite forms in most modern European languages either, arguably however in Latin (*laudaturus esse*).

As for the semantics, the perfect is for some scholars not a tense but an aspect. An author often cited for calling the perfect an aspect is Comrie (1976). However, Comrie’s argumentation for the perfect being an aspect is not convincing. At the very beginning of his book on aspect, Comrie writes: “As the general definition of aspect, we may take the formulation that ‘aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation’” (COMRIE, 1976, p. 3). However, when coming to the perfect, Comrie states that the perfect is an aspect very different from the other aspects:

Aspect, as we have been concerned with it hitherto, has been concerned with different ways of representing the internal temporal constitution of a situation. The perfect is rather different from these aspects, since it tells us nothing directly about the situation in itself, but rather relates some state to a preceding situation. [...] [T]he perfect indicates the continuing present relevance of a past situation. [...] [I]t is an aspect in a rather different sense from the other aspects treated so far. One way in



which the perfect differs from the other aspects [...] is that it expresses a relation between two time-points, on the one hand the time of the state resulting from a prior situation, and on the other the time of that prior situation. (COMRIE 1976, p. 52)

Despite these fundamental differences between the perfect on the one hand and aspects like perfective, imperfective, or progressive on the other hand, Comrie maintains that the perfect be an aspect. However, his final reason for this classification is not very convincing when he writes: “given the traditional terminology in which the perfect is listed as an aspect, it seems most convenient to deal with the perfect in a book on aspect” (COMRIE 1976, p. 52). In Comrie (1981) the author draws explicitly the perfect near tense: „In the perfect one’s view-point of the situation is from a later point, where its result is felt, so that the perfect has much in common with relative past tense” (COMRIE 1981, p. 67). As a result, even the arguments of an author who claims the perfect to be an aspect are rather reasons for categorizing the perfect as a tense.

At the same time the analyses clearly show that the perfect is semantically nearer to the aspect category than the other tenses. Furthermore, in the modern European languages there is one tense which is, like the aspect categories, always built analytically, and that is again the perfect. So, for the perfect we have a clear result: Among the tense categories, the perfect is the tense nearest to aspect, i.e. it is the “leftmost” tense (see Fig. 1).

As for past and future, the picture is less clear. The morpheme sequence future—past (the so-called “Conditional”) is mainly restricted to the Romance languages, and that is not sufficient to postulate any cross-linguistic tendency. Both past and future only exist in finite forms, which means that finiteness is no criterion either for a hierarchy between past and future. As for the semantics, there is an interesting parallel with the perfect: Just like the perfect is sometimes seen as an aspect, likewise the future is regarded by some scholars as a modal category, i.e. the future seems to be semantically nearer to mood than the past. However, there are also linguists who argue that pasts, too, are used modally, as e.g. in cases like sentence (12b). With regard to analysis and synthesis, futures are by far more often analytic than pasts, pasts tend to remain synthetic very long. My conclusion therefore is that it is not possible to establish any hierarchy between past and future tenses.

Finally, there are languages (like the Romance languages), which do not have one past category, but two, an aorist and an imperfect. Here it is clear that the aorist is “left” of the imperfect (see Fig. 1), firstly because of its semantic vicinity to the perfect and secondly, in connection with this vicinity, because the semantic domain of the aorist is often taken over by the perfect. Thirdly, aorists never have modal uses, whereas for imperfects modal uses are the rule (see THIEROFF, 1999).

As a result, we get the hierarchy of tense categories in line 4 of Fig. 1, with imperfect and future on the same level. Note that the preterite is so to say aorist+imperfect — a language can have *either* a preterite, *or* an aorist and an imperfect.

Development of analytical categories

If we look at the data presented until now, the question arises whether it is possible to find something like a rule according to which synthetic categories tend to develop into analytic categories. Is it possible to predict which categories are more likely to become analytic? Considering the data in (1) to (8) and the picture in Fig. 1, I come to the following hypotheses.



Hypothesis 1: The nearer a verbal category is to the verbal root, the more likely it will be built analytically; the farther it is away from the verbal root, the more likely it will be built synthetically.

A stronger hypothesis is Hypothesis 2.

Hypothesis 2: There are no analytic verb forms to the right of synthetic verb forms, and there are no synthetic verb forms to the left of analytic verb forms.

As for the development from synthetic to analytic this leads to hypothesis 3.

Hypothesis 3: A development from synthetic to analytic will always proceed along the Bybee hierarchy from left to right, from verb nearest to verb farthest.

In the following figures we find again the categories mentioned above, in the order discussed. Note once more that in the languages under consideration, in the semantic domain of the past there are *either* the tense preterite (PRET) *or* the two tenses aorist (AOR) and imperfect (IMPF). To the right of the subjunctive the present is listed additionally. In the first column the total number of analytic forms (A) is listed, in the last column the total number of the synthetic forms (S) is mentioned (Fig. 2). In the following figures, the tenses with a grey background are analytic, the others are synthetic.

A: <i>n</i>	PASS	PROG	PERF	PRET		FUT	SBJV	PRES	S: <i>n</i>
				AOR	IMPF				

Fig. 2. Order of verbal categories

Ancient Greek has – among the categories listed here – no analytic forms, which is why we have a zero in the first column. It has altogether 7 synthetic forms, and that is marked in the last column. In Modern Greek four of the initial (Ancient Greek) synthetic forms have become analytic, namely the passive, the perfect, the future, and the subjunctive. Only the aorist and the imperfect and (of course) the present remain synthetic. I will come back to this pattern.

Ancient Greek	A: Ø	PASS	—	PERF	AOR	IMPF	FUT	SBJV	PRES	S: 7
Modern Greek	A: 4	PASS	—	PERF	AOR	IMPF	FUT	SBJV	PRES	S: 3

Fig. 3. Analytic and synthetic verb forms in Ancient and Modern Greek

Like Ancient Greek, Latin disposes of synthetic verb forms only. As for the Romance languages displayed in Fig. 4, we can see very nicely how the analytic forms intrude the synthetic ones from the left. First, in Spanish, Portuguese, Standard Italian and Standard French, the passive and the perfect become analytic – and the new progressive aspect, absent in Latin, is analytic, too. Then, in Northern Italian, the aorist is pushed out by the analytic perfect and disappears. This also happens in Spoken French, but here the synthetic Future is under pressure too, by the new *va*-future. In spoken French, only the Imperfect remains a stable synthetic form. The subjunctive is endangered too. In spoken French, only two tense forms of the SBJV have survived (the present and the perfect), and these become more and more a mere agreement category.



In Standard Romanian there is *only* an analytic future, and the subjunctive is analytic too. Finally, in spoken Romanian, not only the aorist (as in Northern Italian and spoken French) but also the imperfect are replaced by the perfect, with the result that in spoken Romanian no synthetic verb forms are left – with the exception of the archaic synthetic pluperfect, not shown in Fig. 4, and, of course, the present.

Latin	A: Ø	PASS	—	PERF		IMPF	SBJV	PRES	S: 6
					FUT				
Spn, Prt, St. It, St. Fr	A: 3	PASS	PROG	PERF	AOR	IMPF	SBJV	PRES	S: 5
					FUT				
Northern Italian	A: 3	PASS	PROG	PERF	IMPF		SBJV	PRES	S: 4
					FUT				
Spoken French	A: 4	PASS	PROG	PERF		IMPF	SBJV	PRES	S: 3
					FUT				
Standard Romanian	A: 5	PASS	PROG	PERF	AOR	IMPF	SBJV	PRES	S: 3
					FUT				
Spoken Romanian	A: 5	PASS	PROG	PERF			SBJV	PRES	S: 1
					FUT				

Fig. 4. Analytic and synthetic verb forms in Latin and the Romance languages

Old Church Slavonic already had the same distribution of synthetic and analytic forms as has Modern Greek today. As we have already seen in the first section, “The development towards analytical tense forms in European languages”, in Bulgarian, one of the successors of Old Church Slavonic, nothing has changed. But in the North Slavic languages, such as Czech, both the aorist and the imperfect have been lost and there remains only one past tense which is the successor of the former (Old Church Slavonic) perfect. As for Russian, it once had the same system as Czech, but then the old perfect (built of a form of ‘be’ and a participle) lost the auxiliary, only the ancient participle remained, and this is a new (or newer) synthetic form. This seems to be an idiosyncratic development I have not found in any other language so far.¹⁰

Old Church Slavonic	A: 4	PASS	—	PERF	AOR FUT	IMPF	SBJV	PRES	S: 3
Bulgarian	A: 4	PASS	—	PERF	AOR FUT	IMPF	SBJV	PRES	S: 3
Czech	A: 4	PASS	—	PRET FUT			SBJV	PRES	S: 1
Russian	A: 3	PASS	—	PRET FUT			SBJV	PRES	S: 2

Fig. 5. Analytic and synthetic verb forms in Old Church Slavonic and Slavonic languages

¹⁰ For the analysis of the so called “Conditional” in the Slavic languages as the cross-linguistic category “Subjunctive” see Thieroff (2010).



In contradistinction to Greek, the Romance languages and the more archaic South Slavic languages, the Germanic languages do not have the aorist vs. imperfect distinction, instead they have only one past tense, the preterite. In the modern Germanic languages only this preterite and the subjunctive appear in a synthetic form, as in Standard German in Fig. 6. In Standard English the subjunctive is restricted to the verb *be* and to the 3rd person singular present; in spoken English the subjunctive is almost non-existent (see THIEROFF, 2004). Thus, for Spoken English the field for the subjunctive would have to be empty.

This same distribution (with the subjunctive missing) is also valid for almost all other Germanic languages. However, in a few Germanic languages the synthetic preterite is vanishing and being replaced by the perfect. This has happened in Yiddish and in Afrikaans, which both have no remnants of the preterite left, it has happened in the Southern German dialects and it is currently happening in Spoken German, where the preterite is being more and more replaced by the perfect too. In addition, the synthetic subjunctive becomes more and more restricted to a few frequently used verbs (among them the modal verbs) in Spoken German and is being replaced by the analytic Conditional¹¹, with the result that in Spoken German the present practically remains as the only synthetic form.

St. German	A: 4	PASS	PROG	PERF	PRET	SBJV	PRES	S: 3
St. English					FUT			
Spoken German	A: 5	PASS	PROG	PERF	FUT	SBJV	PRES	S: 1

Fig. 6. Analytic and synthetic verb forms in German and English

That even a present can be a periphrastic form is shown by Modern Eastern Armenian and by Modern Basque. As we have seen in the first section of this paper, in Modern Eastern Armenian a number of tenses are innovations with regard to Classical Armenian, which only had the three tenses Present, Aorist and Imperfect (Fig. 7). The only tense remaining synthetic in Modern Eastern Armenian is the Aorist, along with the subjunctive mood. All other tenses are “analytic”, irrespective of whether they existed already in Classical Armenian or not.

Classical Armenian	A: Ø	—	—	—	AOR	IMPF	SBJV	PRES	S: 4
Mod. Eastern Armenian	A: 5	PASS	—	PERF	AOR	IMPF	SBJV	PRES	S: 2
					FUT				

Fig. 7. Analytic and synthetic verb forms in Classical and Modern Eastern Armenian

In Modern Basque, it is a former progressive that has become the unmarked present, which has, according to Haase (1994) led to the loss of the progressive category.¹² In Fig. 8 the picture of a so called synthetic verb is contrasted with a so called analytic verb. As was noted in the first section, “The development towards analytical tense forms in European languages”, with maximally two dozen items the synthetic conjugation clearly represents an older state of the language, the analytic conjugation is the pattern of the future. In this analytic

¹¹ For reasons to reanalyze the German so-called “Conditional” as a new subjunctive form, see Thieroff (1992, p. 293-297).

¹² According to Bendel (2006, p. 165) there are, however, new periphrastic progressive constructions in the analytic verbs, not mentioned by Haase.



paradigm there is not one synthetic verb category left – with regard to the number of synthetic and analytic verb forms it is so to say the exact contrary of Latin.

Fig. 8. Analytic and synthetic verb forms in Basque

Conclusion

The data presented in the above section, “Development of analytical categories”, fully confirm Hypothesis 1: The nearer a verbal category is to the verbal root, the more likely it is analytical; the farther it is away from the verbal root, the more likely it is synthetic. In all languages of the sample having a periphrastic construction at all, the verb-nearest categories passive, progressive and perfect are analytic. With the exception of the Scandinavian *s*-passive, in the sample there is not one language with analytic verb forms having a synthetic passive, progressive or perfect.

The stronger Hypothesis 2 – there are no analytic verb forms to the right of synthetic verb forms, and there are no synthetic verb forms to the left of analytic verb forms – is not completely confirmed. Languages with synthetic forms to the left of analytic forms are Standard Romanian, Modern Greek, Old Church Slavonic, Bulgarian, Modern Eastern Armenian, and Classical Basque. However, it is striking that analytic forms are always adjacent, in other words, to the left of an analytic form there is always at least one additional analytic form. Since the perfect is always analytic, it is clear that an aorist or a future becoming analytic is adjacent to an analytic form – namely the perfect. However, there is only one single case where an imperfect becomes analytic without the aorist turning analytic before. This language is Modern Eastern Armenian, but precisely in that language the future is analytic too. One could get the idea that in Modern Eastern Armenian the imperfect can become analytic only because the future is already analytic. And, even more strikingly, the subjunctive seems to be able to get analytic only if the adjacent future is analytic too. So what we do not find is an analytic form which has only synthetic forms to its left – the only exception to this rule is Modern Russian with its innovative synthetic past. Thus, Hypothesis 2 has to be reformulated as follows:

Hypothesis 2a: There are no analytic verb forms which do not have an adjacent analytic form to their left.

As for the synthetic forms, we have seen that the various past tenses tend to resist the analytic drift longer than other categories. Prominent examples are Modern Greek, Old Church Slavonic, Bulgarian, and Modern Eastern Armenian. In these languages, the synthetic verb forms look like islands having resisted to the development towards analytic forms.

Finally, Hypothesis 3 – a development from synthetic to analytic will always proceed from left to right, from verb nearest to verb farthest – is fully confirmed. Although in the languages just mentioned, the pasts are not (yet?) affected, in all languages the process of “analyticization” starts from the left and proceeds to the right. In principle, for a category to



become analytic it is necessary that there be an analytic category at its left. This is at least what the sample of languages in the above section on the development of analytical categories tells us.

Yet, there are also a few data which do not quite fit into the picture drawn. One problem is the Scandinavian *s*-passive, a synthetic passive in a system which otherwise is the same as the system indicated for Standard German and English. There is also an analytic passive in the Scandinavian languages, which is good for our hypotheses, but the synthetic *s*-passive is a clear counterexample to the regularities shown.

Another problem is the position of the present in the hierarchy. Since it is the (semantically) unmarked tense, it does not really fit anywhere in the hierarchy.

Finally, I did not say anything about person and number. Since person and number are the rightmost in the hierarchy, it is to be expected that they remain synthetic, and that is what they normally do. An alternative is the complete disappearance of person-number-agreement, as e.g. in the Scandinavian languages and almost (with the exception of the *s* in the third singular present of full verbs) in English. It is questionable whether there is something like an analytic person-number marking. A candidate for analytic person-number marking would be French. One could argue that the so called weak pronouns, clitics in the singular, are analytic person-number markers, not really pronouns, since the pronouns are the so called strong pronouns (*moi, toi, lui* etc.). Comparing the French system with a pro-drop language like Italian, one could argue that *je chante* equals *canto*, *tu chantes* equals *canti*, *il chante* equals *canta*, whereas *moi je chante* is *io canto*, *toi tu chantes* is *tu canti*, and *lui il chante* is *lui canta*. From this point of view, *je, tu* and *il* would indeed be part of the verb form and we would have analytic person-number marking in French. Such an analysis would mean one more exception to the rule, since person and number being to the right of the subjunctive, which is still synthetic in French, would mean that the process of analyticization would skip a synthetic form. Furthermore, the resulting person-number markers *je, tu* etc. would no longer be to the right of the verbal root. Obviously the encoding of person and number, i.e. of the agreement categories, is a different story.¹³

Abbreviations

1 / 1st = 1st person; 3 / 3rd = 3rd person; ACT = active; AOR = aorist; CAUS = causative; COND = conditional; FUT = future; FUTPERF = future perfect; IMPF = imperfect; IND = indicative; MEA = Modern Eastern Armenian; OCS = Old Church Slavonic; PASS = passive; PERF = perfect; PL = plural; PLUP = pluperfect; PRES = present; PRET = preterite; PROG = progressive; Prt = Portuguese; SBJV = subjunctive; SG = singular; Spn = Spanish; St. Fr = Standard French; St. It = Standard Italian

REFERENCES

ANDERSON, S. R. Inflectional Morphology. In: Shopen, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description III: Grammatical categories and the lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 150-201.

¹³ I thank Kees Hengeveld, Heiko Narrog, and Hella Olbertz for valuable comments on an earlier version of this paper.



- BENDEL, C. *Baskische Grammatik*. Hamburg: Buske, 2006.
- BEYRER, A.; BOCHMANN, K.; BRONSERT, S. *Grammatik der rumänischen Sprache der Gegenwart*. Leipzig: Enzyklopädie, 1987.
- BYBEE, J. L. *Morphology. A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1985.
- COMRIE, B. *Aspect. An introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- COMRIE, B. Aspect and voice: some reflections on perfect and passive. In: Tedeschi, P.; Zaenen, A. (Eds.). *Syntax and Semantics 14: Tense and aspect*. New York: Emerald, 1981. p. 65-78.
- DAHL, Ö. *Tense and aspect systems*. Oxford: Blackwell, 1985.
- DIELS, P. *Altkirchenslavische Grammatik. Mit einer Auswahl von Texten und einem Wörterbuch. I. Teil: Grammatik*. Heidelberg: Carl Winter, 1932.
- DUM-TRAGUT, J. *Armenian. Modern Eastern Armenian*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2009.
- FOLEY, W. A.; VAN VALIN, R. D. Jr. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- GODEL, R. *An introduction to the study of Classical Armenian*. Wiesbaden: Reichert, 1975.
- GÓMEZ, R., SAINZ, K. On the origin of the finite forms of the Basque verb. In: Hualde, J. I.; Lakarra, J. A.; Trask, R. L. (Eds.). *Towards a history of the Basque language*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 235-274.
- HAASE, M. Tense and aspect in Basque. In: Thieroff, R.; Ballweg, J. (eds.), *Tense systems in European languages*. Tübingen: Niemeyer, 1994. p. 279-292.
- HENGVELD, K. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 127-157, 1989.
- HUNTLEY, D. Old Church Slavonic. In: Comrie, B.; Greville G. C. (eds.), *The Slavonic languages*. London & New York: Routledge, 2008. p. 125-187.
- JACOBS, B. Present and historical perspectives on the Catalan *go*-past. Frankfurt am Main, *Zeitschrift für Katalanistik*, v. 24, p. 227-255, 2011.
- JUGE, M. L. Morphological factors in the grammaticalization of the Catalan “go” past. Amsterdam, *Diachronica*, v. 23, n. 2, p. 313-339, 2006.
- KOZINTSEVA, N. The tense system of Modern Eastern Armenian. In: Thieroff, R. (Ed.). *Tense systems in European languages II*. Tübingen: Niemeyer, 1995. p. 277-297.



LAFON, R. *Le système du verbe basque aus XVIème siècle*. Bordeaux: Delmas, 1943. Repr. Donostia - San Sebastián: Hordago, 1980.

LESKIEN, A.; ROTTMANN, O. A. *Handbuch der altbulgarischen (altkirchenslavischen) Sprache. Grammatik. Texte. Glossar*. Erstellt auf der Grundlage der Ausgabe von A. Leskien von O. A. Rottmann unter Mitarbeit von A. Hausmann und C. Schwarz. Elfte, vollständig neu erstellte Auflage. Heidelberg: Winter, 2002.

OLBERTZ, H. *Verbal periphrases in a Functional Grammar of Spanish*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 1998.

SCHMITT, R. *Grammatik des Klassisch-Armenischen mit sprachvergleichenden Erläuterungen*. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft der Universität, 1981.

SOKOL, M. *Das Zusammenspiel der Verbalkategorien und die französischen Futura*. Tübingen: Niemeyer, 1999.

SQUARTINI, M. *Verbal periphrases in Romance. Aspect, actionality, and grammaticalization*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 1998.

SQUARTINI, M.; BERTINETTO, P. M. The simple and compound past in Romance languages. In: Dahl, Ö. (ed.): *Tense and aspect in the languages of Europe*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2000. p. 403-439.

THIEROFF, R. *Das finite Verb im Deutschen. Tempus – Modus – Distanz*. Tübingen: Narr, 1992.

THIEROFF, R. Inherent verb categories and categorizations in European languages. In: Thieroff, R.; Ballweg, J. (Eds.), *Tense systems in European languages*. Tübingen: Niemeyer, 1994. p. 3-45.

THIEROFF, R. Preterites and imperfects in the languages of Europe. In: Abraham, W.; Kulikov, L. (Eds.), *Tense-aspect, transitivity and causativity. Essays in honour of Vladimir Nedjalkov*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 141-161.

THIEROFF, R. The subjunctive mood in German and in the Germanic languages. In: Abraham, W. (Ed.). *Focus on Germanic typology*. Berlin: Akademie Verlag, 2004. p. 315-357.

THIEROFF, R. Moods, moods, moods. In: Rothstein, B.; Thieroff, R. (Eds.), *Mood in the languages of Europe*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2010. p. 1-29.

TRASK, R. L. *The history of Basque*. London / New York: Routledge, 1997.

WÄLCHLI, B.; ENDER, A. Wörter. In: Auer, P. (Ed.). *Sprachwissenschaft. Grammatik – Interaktion – Kognition*. Stuttgart / Weimar: Metzler, 2013. p. 91-135

Recebido em 18/04/2016
Aprovado em 25/07/2016



A multifuncionalidade do item “mesmo” e sua(s) possível(is) trajetória(s) de gramaticalização¹

The multifunctionality of the item “mesmo” and its possible trajectories of grammaticalization

Ivelã PEREIRA²
Edair GÖRSKI³

RESUMO: O principal objetivo deste artigo é delinear provável(is) trajetória(s) funcional(is) do vocábulo *mesmo*, a partir da análise da multifuncionalidade do item em amostra escrita atual, com base em uma perspectiva funcionalista de gramaticalização, de acordo com Hopper (1991); Heine, Claudi e Hünemeyer (1991); Heine (2003); Hopper e Traugott (2003); Kuteva e Heine (2008); Heine e Song (2011) e outros. Primeiramente, foi feito um levantamento da origem etimológica de *mesmo*, que suscitou algumas reflexões a respeito da multifuncionalidade desse item gramatical, o qual emerge como pronome (demonstrativo) *meesmo* no século XIII, a partir de sua origem no latim vulgar *metipsimus (com a união de *met* e *ipse*). Da análise contextualizada de 972 ocorrências, resultaram 29 categorias funcionais, distribuídas em seis funções mais amplas (macrocategorias de referência, reforço, concomitância, inclusão/exclusão, conexão e articulação) e 15 categorias funcionais primárias, que mostraram algumas características híbridas (PEREIRA, 2013). A partir disso, com base no *cline* pessoa > espaço > tempo > texto (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991), foram construídos dois diagramas, de caráter hipotético, acerca de possíveis percursos de gramaticalização de *mesmo*, os quais poderão ser atestados em estudos diacrônicos ulteriores.

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização. Mesmo. Multifuncionalidade. Trajetórias funcionais

ABSTRACT: This research main purpose is to trace a possible functional change path(s) of the word *mesmo*, based on a perspective of grammaticalization of American functionalism. We are supported on Hopper (1991); Heine, Claudi and Hünemeyer (1991); Heine (1993); Hopper and Traugott (2003); Kuteva and Heine (2008); Heine and Song (2011) and others. First, we have found out the etymological origin of ratings of *mesmo* in grammar books and dictionaries, establishing some reflections about multifunctionality of this grammatical item, which emerges as a pronoun (demonstrative) *meesmo* in the thirteenth century, from its origins in Vulgar Latin *metipsimus (*met* plus *ipse*). Based on a contextualized analysis, with 972 occurrences, there were 29 functional categories, that showed 6 broader functions (categories macroof reference, reinforcement, concurrency, inclusion/exclusion, connection and joint) and 15 primary functional categories, which showed some hybrid characteristics. From this result, based on the *cline* of Heine, Claudi and Hünemeyer (1991) – person > space > time > text – and other *clines* established by researchers grammaticalization, we constructed two diagrams of

¹ Recorte (reelaborado) da dissertação: PEREIRA, I. *Mesmo: a multifuncionalidade de um item linguístico camaleônico*. 2013. 293 f. Dissertação (Mestrado em Linguística. Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística) – Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

² Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Pós-graduação em Linguística. Florianópolis – SC – Brasil. CEP: 88040-900. Resultante de bolsa de Mestrado do CNPq. E-mail: ivelpereira@gmail.com.

³ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Florianópolis – SC – Brasil. CEP: 88040-900. E-mail: edagorski@hotmail.com.



hypothetical character on a possible path(s) of grammaticalization of *mesmo*, which will be attested in future diachronic researches.

KEYWORDS: Grammaticalization. Mesmo. Multifunctionality. Paths

Considerações Iniciais

O item linguístico *mesmo* apresenta um comportamento camaleônico no português do Brasil, dada a sua multifuncionalidade sincrônica, resultante de diferentes trajetórias de mudança (cf. PEREIRA, 2013; AMORIM, 2009; entre outros). Os dados⁴ seguintes ilustram alguns dos contextos de uso da forma.

- (1) Todas as peças são criadas em cima do mesmo conceito, utilizam as *mesmas* cores. [...] (Sujeito 20, 2007, F)⁵.
- (2) Para Kotler (1999) a propaganda é uma das ferramentas mais comuns que as empresas usam para dirigir comunicações persuasivas aos compradores e públicos-alvo. Além disso, o *mesmo* define propaganda como qualquer forma paga de apresentação impessoal e de promoção de ideias. (Sujeito 27, 2008, F).
- (3) Era preciso oferecer uma solução para atender a três, quatro e cinco consultórios, *ao mesmo tempo*. (Sujeito 10, 2005, M).
- (4) Para comunicação com fornecedores a empresa utiliza o Skype, Msn e E-mail. Todas as negociações devem ser registradas por um desses meios, *mesmo se* tratadas por telefone. (Sujeito 26, 2008, M).
- (5) A presença de uma dissonância depende da relação de duas cognições, que de acordo com Brown et al. (2002), podem ser entendidas como o conhecimento que a pessoa tem de *si mesma*. (Sujeito 5, 2004, M).
- (6) Olha, eu sempre critiquei muito a Universidade, por ela se isolar um pouco no campus, eu dizia *mesmo*, nós não passamos a ponte ainda, nós estamos aqui na Trindade (bairro). (Sujeito 30, 2008, M).
- (7) A população não sabe mais as distinguir e recordar, *nem mesmo* filtrá-las. (Sujeito 20, 2007, F).
- (8) [...] e você aprende que verdadeiras amizades continuam a crescer *mesmo* a longas distâncias... Aprende que não temos que mudar de amigos se compreendermos que os amigos mudam. (Sujeito 13, 2006, F).

Pereira (2013) examinou 972 ocorrências de *mesmo* extraídas de textos acadêmicos escritos, buscando identificar as funções desempenhadas por esse item, depreendidas a partir de seu contexto de uso. Com base nesse levantamento e apoiada em pressupostos teóricos funcionalistas voltados à gramaticalização, a autora propôs duas trajetórias de mudança, considerando a hipótese de dupla origem do item: uma raiz de identidade (*idem*) e outra de reforço (*ipse*). Da origem *idem* teriam se desenvolvido valores como os expressos em (1) a (4). Da origem *ipse* teriam derivado usos como (5) a (8).

Retomando essa proposta, neste artigo objetivamos (i) discutir as possíveis origens etimológicas de *mesmo*; (ii) apresentar um mapeamento das funções encontradas no *corpus*

⁴ Os dados fazem parte do *corpus* analisado por Pereira (2013), detalhado na seção 4.

⁵ São identificados os dados da seguinte forma: Autor do texto da amostra seguido do ano de publicação e do sexo (F/M).



analisado; e (iii) traçar possíveis percursos de mudança com base no *cline* de gramaticalização: *pessoa>espaço>tempo>texto* (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991).

Para levar a cabo essa tarefa, o texto está assim organizado: na primeira seção, são expostos os fundamentos teóricos que sustentam a análise; na segunda, são discutidas as prováveis origens e evolução de *mesmo*; a terceira é destinada à descrição da multifuncionalidade do item; e, na quarta seção, são delineadas duas trajetórias de mudança propostas hipoteticamente como percursos de gramaticalização distintos para o item em pauta.

Ancoragem Teórica

O estudo se insere em uma perspectiva funcionalista voltada à gramaticalização, especialmente alinhada aos trabalhos de Heine e colaboradores: Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991); Heine (2003); Kuteva e Heine (2008); Heine e Song (2011), entre outros autores que se filiam à vertente funcionalista norte-americana.

A gramaticalização tem sido definida como uma abordagem teórica e como um processo histórico. Enquanto abordagem, ocupa-se de como as formas gramaticais surgem e se desenvolvem no espaço e no tempo, e de por que elas se estruturam de determinado modo. Enquanto processo, é entendida como “mudança pela qual itens lexicais e construções passam, em certos contextos linguísticos, a desempenhar funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p.18)⁶.

A gramaticalização pode ser abordada sob uma dimensão histórica – que investiga as origens das formas gramaticais e as etapas de seu desenvolvimento; sob uma dimensão sincrônica – como um fenômeno a ser estudado a partir de padrões fluidos de uso no contexto discursivo; ou pode ainda combinar as duas dimensões (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), nesse caso em uma perspectiva pancrônica, que rompe com a discrepância entre sincronia e diacronia, mostrando que formas antigas podem coexistir com novas formas, que significados de origem podem restringir ou fortalecer significados mais tardios, e assim por diante.

A noção de *cline*, ou aclave, acentua o fato de que a gramaticalização é um fenômeno pancrônico: de uma perspectiva histórica, um *cline* é um percurso natural (um tipo de “inclinação escorregadia”) ao longo do qual os itens evoluem no tempo; de uma perspectiva sincrônica, um *cline* pode ser visto como um “contínuo” em que as formas se organizam ao longo de uma linha imaginária na direção categorial léxico > gramática. Em outras palavras, um *cline* diacrônico corresponde a um esquema de evolução, enquanto um *cline* sincrônico equivale à coexistência das formas em questão. Nesse *cline* e nesse contínuo, há pontos focais cuja delimitação é, até certo ponto, arbitrária, uma vez que a passagem de uma etapa A para uma etapa B é gradual, havendo um estágio intermediário A/B, em que as fronteiras não são nítidas ou os usos são parcialmente sobrepostos ou híbridos (ambíguos). (HOPPER; TRAUGOTT, 2003; HEINE, 2003).

Em termos gerais, a mudança se dá na seguinte direção: formas linguísticas inicialmente usadas para significados mais concretos, mais claramente delineados e mais facilmente acessíveis passam a expressar significados menos concretos, menos claramente delineados e menos acessíveis. Nesse sentido, temos o *cline*: concreto > abstrato.

⁶ As traduções ao longo do texto são de nossa responsabilidade.



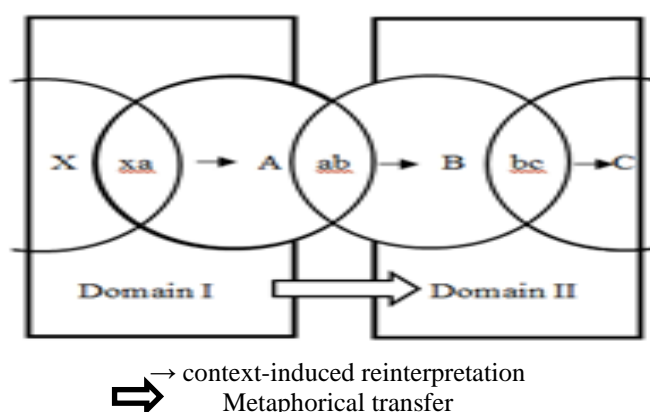
Os *clines* gerais apontados nos dois parágrafos supracitados remetem, respectivamente, a mudança categorial e mudança semântica, que acompanham os processos de gramaticalização. O enfoque na mudança semântica trata de motivações cognitivas e comunicativas envolvidas no processo e que atuam na resolução de problemas cognitivos (de representação; dimensão lexical/etimológica) e de problemas comunicativos (de ser informativo e relevante; dimensão textual/discursiva), respectivamente. No primeiro caso, ocorre mudança metafórica com transferência de domínios motivada por analogia (ex.: espaço > tempo); no segundo caso, ocorre mudança metonímica, com reinterpretação mediante implicaturas conversacionais na interação falante-ouvinte, que podem vir a se convencionalizar, envolvendo um processo de reanálise. (HEINE *et al.* 1991; HOPPER; TRAUGOTT 2003)

De modo mais particularizado, os *clines* que nos interessam neste artigo são os propostos por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), focalizando domínios de conceptualização que caracterizam fontes e alvos no processo de mudança, em um grau crescente de abstratização: PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE (p. 48), e ESPAÇO > TEMPO > TEXTO (p. 182).

Resumidamente, essas categorias representam entidades prototípicas, cuja inter-relação é metafórica por natureza, refletindo-se na estrutura linguística. Por exemplo, pessoa: nome humano; objeto: nome concreto; atividade: verbo dinâmico; espaço: advérbio; tempo: advérbio; qualidade: adjetivo. Os nomes funcionam como sintagmas nominais, o verbo como predicado, os advérbios como circunstanciadores e o adjetivo como modificador. O segundo *cline* acima contempla o mundo do texto/discurso, envolvendo dêixis espacial, referência temporal e dêixis textual, com os domínios *de re* (associado à dêixis espacial e à referência temporal) e *de dicto* (associado à dêixis temporal). Para efeitos da análise desenvolvida a respeito do item *mesmo*, os *clines* acima foram fundidos em: PESSOA > ESPAÇO > TEMPO > TEXTO.

Considerando motivações metafóricas e metonímicas envolvidas no processo de mudança, Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) propõem o seguinte modelo para descrever o desenvolvimento de conceitos gramaticais.

Fig. 1. The Metonymic-Metaphorical Model



Fonte: HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER (1991, p. 114)

Tal modelo contempla dois aspectos, a saber:

transferência gradual de domínios conceptuais com etapas de sobreposição na transição de um domínio A para um domínio B, caracterizando-se um estágio de



ambiguidade (ab) em que o item linguístico em questão pode ser compreendido tanto no seu sentido menos gramatical como no mais gramaticalizado (caráter contínuo); e (ii) modificação de um domínio, por extensão metafórica, para um novo domínio (caráter discreto). (GÖRSKI; ROST; DAL MAGO, 2004, p. 32-33).

Cada um dos enfoques (comunicativo e cognitivo) capta um aspecto diferente do processo de mudança, situando o fenômeno inter-domínios em pontos focais discretos, ou em um *continuum* intra-domínio, ou ainda na transição de um domínio a outro.

Segundo Heine e Kuteva (2007), do ponto de vista metodológico, considerando-se o princípio do uniformitarismo, é possível fazer uma reconstrução das primeiras fases de evolução linguística, tendo em vista que os processos de mudança gramatical no presente são os mesmos que ocorreram no passado, ambos configurados por parâmetros de gramaticalização. Nesse sentido, é possível, segundo os autores, a partir de casos documentados de mudança linguística, reconstruir estágios iniciais da língua.

Nos termos de Heine:

a teoria da gramaticalização é um campo diacrônico no seu verdadeiro sentido: não só permite reconstruções históricas, mas também faz com que seja possível, dentro dos limites, prever o que vai acontecer no futuro, ou então o que é provável que existirá alguma língua desconhecida. [...] i. Se numa dada língua, um novo artigo definido surge, então é provável que seja derivado de um modificador demonstrativo. ii. Se um novo artigo indefinido surge, então provavelmente será originado de um numeral “um”. iii. Se um novo marcador locativo para TRÁS (‘por trás, (em) de volta (de)’) emerge, então a fonte mais provável é uma parte substantiva do corpo para ‘trás’, ou, em termos mais gerais, os novos termos para a orientação espacial dêitica são mais propensos a ter partes do corpo como fonte conceitual. iv. Se um novo marcador temporal (advérbio, adjunto, conjunção) evolui, então é provável que seja derivado de um marcador locativo. (HEINE, 2003, p. 598).

35

Para a formulação das propostas de trajetória de mudança que apresentaremos adiante, pautamo-nos nessa constatação de que os estudos de gramaticalização permitem ao pesquisador criar hipóteses sobre o caminho de gramaticalização de um item linguístico no passado e no futuro, não obstante se saiba que apenas a contemplação da diacronia é que poderá atestar, de fato, qual categoria emerge primeiro na língua portuguesa.

Um pressuposto que emerge do que foi exposto até aqui é o de que em todas as línguas haja um padrão semelhante de mudança (embora existam pequenas distinções em certos aspectos) – como se pode observar, por exemplo, no caso de gramaticalização de *onde*, um pronome relativo inicialmente restrito ao contexto espacial, mas que expande seu sentido para contextos textuais. Com base nisso, pode-se pressupor que pronomes demonstrativos também possam passar por esse processo, haja vista que, segundo Heine (2003, p. 586), “[c]onceitos relativos ao domínio do espaço, tais como atributos demonstrativos, são comumente empregados para expressar funções gramaticais dentro do domínio do texto [...]”.

No contexto teórico esboçado nesta seção, este estudo parte de uma dimensão sincrônica, focalizando o conceito de gramaticalização como um processo, uma vez que nosso *corpus* é composto por dados de um recorte temporal específico, a partir dos quais traçamos uma descrição dos deslizamentos funcionais de um item linguístico particular, mapeando sua multifuncionalidade. Além disso, buscamos delinear possíveis rotas de gramaticalização do item *mesmo*, considerando uma dimensão diacrônica, com base em pressupostos teóricos, no levantamento efetuado em dicionários etimológicos e em gramáticas, e em resultados de



estudos que se ocuparam em investigar o mesmo item ou itens de comportamento semelhante. Consideramos que saber as origens e quando as formas emergem nas línguas é um meio eficiente de compreensão dos processos de mudança via gramaticalização, sobretudo aqueles cuja explicação dos *clines* de uma categoria para outra é mais complexa.

Sobre a origem e evolução do item *mesmo*

A origem de *mesmo* na língua latina se assenta em bases etimológicas distintas, o que pode trazer pistas sobre as expansões de uso desse item, considerando que o fato de haver duas raízes latinas distintas para um mesmo vocábulo pode influenciar significativamente nos rumos tomados por esse item em seu processo de mudança. Bechara (2003, p. 192), ao tratar da posição dos pronomes demonstrativos, aponta que “*Mesmo* pode corresponder a dois vocábulos latinos: *idem* e *ipse*. No primeiro caso, denota identidade e reclama a presença do artigo ou de outro demonstrativo: Disse as *mesmas* coisas. [...]”. Já no sentido de *ipse*, “emprega-se junto a substantivo ou pronome e equivale a próprio, em pessoa (em sentido próprio ou figurado)*: Ela *mesma* se condenou” (BECHARA, 2003, p. 192). Ainda conforme o autor, nos dois sentidos, o vocábulo pode aparecer antes ou depois do substantivo, havendo uma preferência para a anteposição no caso de *mesmo* com valor de *idem* – identidade.

Além disso, como comenta Amorim (2009, p. 75), o item *mesmo* “aporta na língua portuguesa como pronome demonstrativo expressando reforço ou denotando semanticamente ‘identidade’, aquilo que é repetido, ‘igual’, fazendo referência a algo já enunciado ou conhecido no evento comunicativo”. Essas informações tocam o ponto nevrálgico que norteia este artigo: *mesmo* tem uma raiz de identidade (*idem*) e outra de reforço (*ipse*). Trabalhamos, pois, com a hipótese de que *mesmo* se originou de dois vocábulos distintos, mas, em sua trajetória de mudança, passou a se comportar como um único item polissêmico (conforme observado em registros de dicionários e gramáticas).

Quanto a aspectos morfossintáticos, para que o item chegasse à forma atual, houve uma composição de vocábulos, por isso *mesmo* é considerado, por Coutinho (1973), um “demonstrativo composto”. Segundo o autor, “a par de *ipse*, havia a forma superlativa enfática *ipsimus*, redução de *ipsissimus*, que combinada com *met* deu *melipsimus*, cujo acusativo *melipsimu* veio a dar o vocábulo português *mesmo*.” (COUTINHO, 1973, p. 257). Além disso, o autor explica que “no antigo idioma, houve *medês* oriundo do latim *melipse*. [...] *Melipsimu* > **melissimu* > **medesmo* > **meesmo* (arc.) > *mesmo*.” (p. 257). Nesse caso, pode-se perceber que a característica de reforço tem um grande peso na composição de *mesmo*, e tal origem etimológica defendida por Coutinho (1973) é a mais comumente encontrada entre os pesquisadores da área. Nos dicionários de língua portuguesa, por exemplo, há um consenso no que se refere à raiz etimológica do termo em questão. No Aurélio (s.d., p. 1.322), afirma-se que *mesmo* surgiu de *metipsimu*, superlativo de *metipse*. O dicionário Houaiss (2009) traz essa mesma informação, mas também esclarece que há registros de *meesma* no ano de 1265 e, no século XIII, há registros de *mesmo*, *menesmo*, *méesmo* e *mismo*. Também no “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa” aparece a informação de que a origem desse item linguístico seria advinda de *metipsimus* e que há registros da ocorrência de *meesmo* no século XIII, ao passo que o vocábulo “*mesmice*” aparece em registros escritos de 1899.

Entretanto, apesar de haver certa concordância entre os dicionaristas, segundo Oliveira e Cacciaguerra (2009), há alguns pontos divergentes sobre a origem desse item linguístico,



pois teóricos argumentam que, para se chegar a *mesmo*, o vocábulo *metipse* passou por estágios (resultantes de metaplasmos) sobre os quais não há registro. Além disso, as autoras mostram que, em outras línguas latinas, há uma semelhança de configuração comparando-se com os registros mais arcaicos desse vocábulo. “[...] M. Lübke, Leite de Vasconcelos e Nunes defendem que a grafia **metipsimu* é errônea, e que, provavelmente, a palavra original deve ser **medipsimu*, pois é possível que tenha se originado desta a palavra **medesmo* no português arcaico, posto que há ocorrências da palavra *meesmo* no século XIII (Houaiss, 2001)”(OLIVEIRA; CACCIAGUERRA, 2009, p. 04). Ainda conforme as pesquisadoras, poderia ter acontecido a apócope da letra *d*, com a posterior assimilação de uma das letras *e*. Levando isso em consideração, de acordo com Oliveira e Cacciaguerra (2009, p. 04), “esta possível ocorrência da palavra **medesmo* no português arcaico aproximaria o português ainda mais de outras línguas latinas, como o francês antigo (*medesme*) e o italiano (*medesimo*)”.

A questão da origem, como se pode notar pela incerteza dos pesquisadores em alguns aspectos lacunares, é um ponto problemático no estudo do vocábulo *mesmo*, em decorrência da falta de registros históricos que mostrem a mudança fonética dos primitivos latinos até se chegar ao vocábulo que se tem hoje na língua portuguesa. Ao observarmos a descrição de Coutinho (1973) e também de outros estudiosos do tema, percebemos que alguns dos metaplasmos descritos ao longo do processo de formação do vocábulo contemporâneo são hipotéticos, impedindo-nos de qualquer afirmação sólida sobre a queda e acréscimo de elementos fonéticos e mórficos na construção da massa morfofonêmica de *mesmo*. Ainda em relação a essa problemática, Oliveira e Cacciaguerra (2009), embora formulem uma hipótese em relação a outra possibilidade de surgimento do vocábulo *mesmo* –afirmam que há o problema da falta de registros nas duas etimologias. “Não se tem ocorrências escritas do superlativo **metipsimu* ou da palavra **medipsimu*, [acreditando-se que] **metipsimu* passou a ocorrer como superlativo de *metipse*([...] na fala vulgar, já que não há registros), e alguns autores apostam na validade da origem ser **medipdimu* [...]”(OLIVEIRA; CACCIAGUERRA, 2009, p. 05). Por fim, as autoras ressaltam que nenhuma das etimologias apresentadas estaria correta ou incorreta e acabam por adotar, em sua pesquisa, a origem mais defendida pela maioria dos autores, *i.e.*, de que o vocábulo *mesmo* teria se originado da junção dos vocábulos latinos *met* e *ipse*.

Essa contextualização geral acerca da etimologia do vocábulo com sua dupla origem em *idem* e *ipse* deu suporte à hipótese que norteia este artigo: Há dois caminhos diferentes para uma mesma forma, *i.e.*, *mesmo* poderia ter surgido da união de *met* com a partícula *ipse*, que daria origem a um vocábulo de caráter reforçativo, ao passo que outro vocábulo com a mesma configuração morfofonética atual, mas com sentido de identidade, poderia ter surgido a partir de uma união entre *met* e *idem*.

Desse modo, é possível pensar que poderia se tratar, nessa altura do percurso dos itens, de um caso de homonímia, em que haveria dois *mesmos* diferentes, com apenas uma configuração. Por conta disso, a análise funcional a que nos propomos e a consequente construção de *clines* de gramaticalização de *mesmo* terão sempre no horizonte essas duas facetas de IDEM e IPSE.

A multifuncionalidade de *mesmo*: percurso metodológico e analítico

A amostra analisada por Pereira (2013) foi composta a partir de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da área de Administração da Universidade Federal de Santa



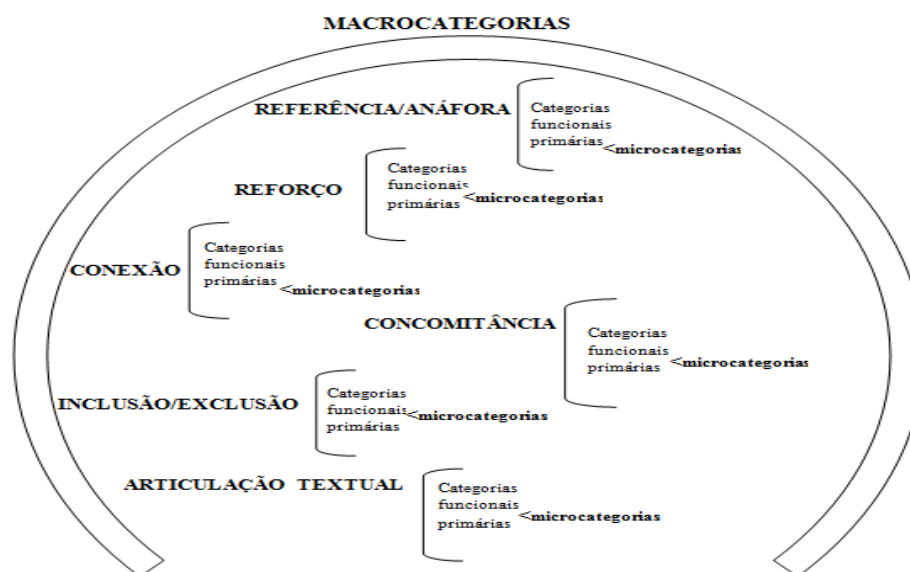
Catarina, concluídos entre os anos de 2004 e 2008⁷. Trata-se de 30 textos acadêmicos que já haviam passado por revisão, pois se encontram disponíveis em sua versão final.

Foram encontradas 972 ocorrências de *mesmo*, que foram extraídas de forma contextualizada (cf. Documento suplementar) para que se pudesse captar suas nuances funcionais. O ponto de partida para a análise foram as categorias funcionais propostas e algumas reflexões feitas por Amorim (2009), Moreira (2007), Oliveira e Cacciaguerra (2009) e Mariano (2011)⁸, a partir das quais foi possível repensar as possibilidades de descrição e análise dos dados, com apoio nos pressupostos teóricos já apresentados.

Para a identificação das funções de *mesmo*, Pereira (2013) baseou-se em seis questões norteadoras que dialogam com o *cline* tomado como parâmetro para a pesquisa (*pessoa > espaço > tempo > texto*), as quais foram tomadas como critérios gerais aplicados a cada ocorrência: Essa função de *mesmo* (a) retoma algo?;(b) estabelece uma relação de concomitância?;(c) reforça algo?;(d) conecta algo?;(e) inclui/exclui algo?;(f) articula o texto?

A resposta para essas questões deu origem às categorias funcionais percebidas em relação ao item *mesmo*, na amostra analisada, as quais passaram a ser chamadas de “macrocategorias”, uma vez que, dentro delas (ou entre elas), foram percebidas outras funções mais específicas, chamadas de “categorias primárias”, além de funções híbridas (ou ainda mais específicas), as quais foram denominadas “microcategorias”. A figura, a seguir, deixa mais clara a interpretação das funções de *mesmo*.

Fig. 2. Representação da articulação entre macrocategorias, categorias funcionais primárias e microcategorias de *mesmo*



Fonte: Pereira (2013, p. 165)

⁷ Os textos encontram-se disponíveis em <<<http://portalbu.ufsc.br/tccs/>>>.

⁸ Moreira (2007) e Mariano (2011) fazem análises variacionistas, considerando apenas a função de *mesmo* como pronome (ex.: *ela x a mesma*).



Em Amorim (2009, p. 120), houve uma distribuição das ocorrências de *mesmo* amostra em sete categorias analíticas⁹: *reforço enfático* ou *reflexivo*, *reforço contextual*, *referência adnominal* [ou atributiva], *referência nominal*, *circunstância*, *inclusão* e *oposição*.

Na proposta de Pereira (2013), as duas primeiras categorias foram repensadas em sua nomenclatura, conforme a discussão de Heine e Song (2011) a respeito dos *reflexivos*, *intensificadores* e *identitativos* (ou pronomes de identidade, "o mesmo") e suas trajetórias de gramaticalização. Além disso, foram sugeridos dois conjuntos de categorias atreladas, respectivamente, às raízes etimológicas de *mesmo* (*idem* e *ipse*). Desse arranjo, estabelecido a partir do exame de todas as ocorrências da amostra, resultou a distribuição abaixo¹⁰.

Quadro 1: Funções de *mesmo*

FUNÇÕES			
ORIGEM	Macrocategorias	Categorias (primárias)	Microcategorias
IDEM	REFERÊNCIA/ ANÁFORA	Referência Atributiva	Referência atributiva/nominal
		Referência Nominal	
		Referência nominal Encapsuladora	Referência nominal/ nominal encapsuladora
	CONCOMITÂNCIA	Concomitância temporal	Temporal/inclusiva
			Inclusiva
			Inclusiva/adversativa
			Adversativa
			Relação de oposição
			Comparativa
			De proporcionalidade
	CONEXÃO	Operador argumentativo concessivo	Concessividade condicional
			Concessividade indicativa
		Explicação	Explicação inclusiva
	ARTICULAÇÃO TEXTUAL	Articulação textual de concessividade	
		Articulação textual de modo comparativo	
IPSE	REFORÇO	Intensificador (pro) nominal	Intensificador (pro)nominal/ reforçador identitário
		Reforçador identitário	
		Reforçador	Reforçador argumentativo
			Reforçador argumentativo/ inclusão
	INCLUSÃO/EXCLUSÃO	Inclusão	Inclusão/ articulação textual de concessividade
		Alternância	
		Exclusão	

Fonte: própria autoria

⁹ Amorim (2009) utiliza dois *corpora*: um contemporâneo, composto por 20 entrevistas sociolinguísticas retiradas do VALPB (Projeto Variação Linguística no Estado de Paraíba); outro diacrônico, composto por 160 cartas oficiais da Paraíba (séculos XVIII e XIX), integrantes do *Corpus* Linguístico Diacrônico da Paraíba.

¹⁰ As categorias funcionais são exemplificadas em “documentos suplementares”.



É a partir dessa identificação de todas as funções de *mesmo* (macro, micro e categorias funcionais primárias) que chegamos à construção de trajetórias, de caráter hipotético, em que todas elas serão encaixadas.

Delineando trajetórias de mudança

Nosso ponto de partida teórico para a elaboração dos diagramas que representam as trajetórias de *mesmo* é o modelo metonímico-metafórico (Fig. 1) e os *clines* de gramaticalização baseados em Heine, Claudi e Hünemeyer (1991): *concreto > abstrato*; e *pessoa>espaço>tempo>texto*. O ponto de partida empírico é a multifuncionalidade do item descrita na seção precedente.

O vocábulo *mesmo* surge como demonstrativo nas línguas românicas, sendo bem possível que tenha emergido do domínio mostrativo da linguagem, originário de *idem* (envolvendo já PESSOA e ESPAÇO – como pronome demonstrativo), para chegar ao campo temporal (TEMPO – possivelmente configurado em uma estrutura adverbial) e, finalmente, ao domínio textual (TEXTO – provavelmente como operador argumentativo ou articulador textual). A partir do que se tem registro – conforme Cunha (2010), no “Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa” –, pode-se considerar que tal item já surge na língua como demonstrativo, uma forma que está no entremeio do léxico e da gramática (ou seja, emerge como uma forma lexical/gramatical). Desse modo, a abordagem desta pesquisa seria de uma gramaticalização *lato sensu*, englobando as mudanças linguísticas que atingem um item já no âmbito da gramática.

Considerando o modelo metonímico-metafórico (Fig. 1), inferimos que categorias de *mesmo* relativas a domínios diferentes seriam gramaticalizadas por expansão metafórica, enquanto a expansão metonímica estaria relacionada a categorias funcionais híbridas, que interseccionam dois domínios diferentes, em contextos muito próximos. Portanto, reconstruindo tal modelo aplicado ao item gramatical *mesmo*, procuramos inserir as categorias funcionais híbridas nas intersecções dos círculos, e as categorias funcionais que passam de um domínio a outro são situadas no ponto central dos círculos, levando-se em conta a passagem de um domínio a outro.

Primeiramente, pois, construímos dois diagramas que contemplam apenas as macrocategorias funcionais de *mesmo* (separando-as pelas raízes IDEM e IPSE)¹¹. Na sequência, encaixamos todas as categorias funcionais primárias e microcategorias do item gramatical em questão em dois diagramas mais específicos (ainda considerando as duas raízes etimológicas já citadas). Ao longo dessa tentativa, fazemos uma breve discussão sobre as categorias funcionais primárias e microcategorias de *mesmo*, em seus dois percursos etimológicos (e, nesse caso específico, gramaticais), considerando possíveis intersecções entre os círculos que representam as funções do vocábulo analisado neste artigo.

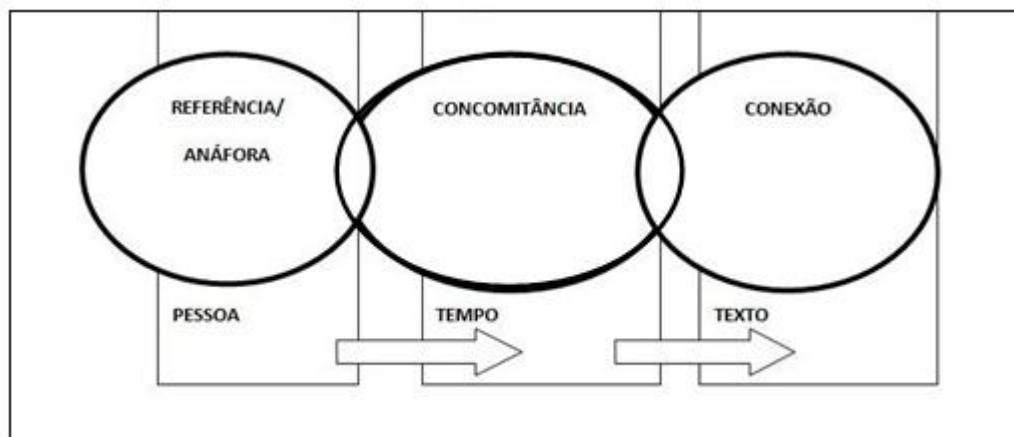
Baseados nesse conceito de transição entre uma função e outra, construímos o seguinte diagrama hipotético das macrocategorias de *mesmo*, com base na trajetória que estabelecemos

¹¹ Cumpre registrar que as decisões tomadas durante a construção dos diagramas levam em consideração estudos de outros pesquisadores na área de gramaticalização, como o estudo de *conectores sequenciadores retroativo-propulsores* (TAVARES, 1999), *locuções de base nominal* (HINTZE, 2003), *juntivos adversativos* (ROCHA, 2006), *conjunções adversativas* (ROCHA, 2006; SILVA-SURER, 2012), *concessivas* (OLIVEIRA, 2008); outros ao estudo de alguns itens, como o *fora* (SPAZIANI, 2008), *embora* (FELÍCIO, 2008), *afinal* (VICENTE, 2009), *mesmo assim* (LOPES-DAMÁSIO, 2013) e outros.



de acordo com nosso estudo e reflexões sobre o processo de gramaticalização: *Referência*> *Concomitância*> *Conexão*.

Fig. 3. Representação do percurso gramatical de *mesmo* conforme macrocategorias IDEM



Fonte: Pereira (2013, p. 256)

A partir desse diagrama hipotético, argumentamos que a raiz etimológica IDEM de *mesmo* teria dado origem às macrocategorias de *referência/anáfora*, *concomitância* e *conexão*, com base em: *pessoa*> (*espaço*)> *tempo*> *texto*. Em algum momento, é possível prever que essas categorias tenham se cruzado, por meio de algumas funções específicas (ainda existentes na língua), que misturam características híbridas responsáveis por unir um domínio ao outro.

A macrofunção de *referência/anáfora* foi colocada no início do diagrama não somente por ser utilizada para a recuperação de referentes humanos (além de referentes não humanos), mas também foi a macrocategoria com maior frequência no *corpus* antigo de Amorim (2009) e com característica mais próxima à sua raiz em IDEM. Quanto à macrofunção de *concomitância*, é possível que fique entre as macrocategorias de *referência/anáfora* e *conexão* justamente por estar no domínio do TEMPO, o qual, segundo o *cline* que ancora o estudo, estaria após o domínio de PESSOA e ESPAÇO.

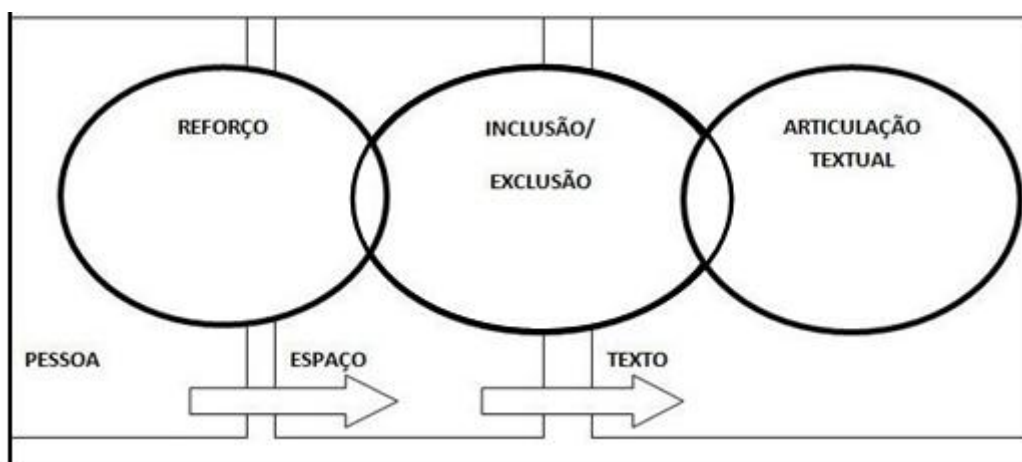
Ademais, há indícios de que algumas funções temporais de *mesmo* possam ter dado origem a sua possibilidade de conjunção concessiva (nesse caso, pertencente à macrocategoria de conexão). Em relação a isso, o vocábulo inglês *while* passou por um processo de gramaticalização semelhante (*expressão temporal*>*conjunção concessiva*), como foi verificado por pesquisadores da área de gramaticalização, como Hopper e Traugott (2003, p. 4) ao afirmar que “muitas vezes, o que é gramaticalizado não é uma única palavra, mas uma construção inteira que inclui essa palavra, como, por exemplo, no Inglês Antigo, *hwile* *pe* ‘no tempo que’> *hwile* ‘enquanto’ (um conectivo temporal)”. Nesse sentido, a expressão “ao mesmo tempo” (de concomitância) teria um trajeto parecido com a da expressão *while* e suas variações.

De modo semelhante ao diagrama de IDEM, argumentamos que a raiz etimológica IPSE de *mesmo* pode ter dado origem às macrofunções de *reforço*, *inclusão/exclusão* e *articulação textual*, permitindo-nos a construção da trajetória a seguir: *Reforço*> *Inclusão/exclusão*> *Articulação textual*. Também nesse diagrama, os domínios funcionais são considerados, mas a diferença é que, nesse caso das categorias originadas de IPSE, o domínio



do TEMPO não é explicitamente contemplado. Com isso, o *continuum* pode ser considerado desta forma: *pessoa* > *espaço* > (*tempo*) > *texto*.

Fig. 4. Representação do percurso gramatical de *mesmo* conforme macrocategorias IPSE (*reforço*, *inclusão/exclusão* e *articulação textual*)



Fonte: Pereira (2013, p. 258)

Essa figura ilustra a transferência do domínio de PESSOA para ESPAÇO, a partir da macrofunção de *reforço*, a qual é utilizada, primeiramente, como um *intensificador* (*pro*)*nominal*, isto é, voltado especificamente para o domínio pessoal, mas, que, aos poucos, passa a ser utilizada no campo da dêixis, reforçando ESPAÇO e outros elementos da língua. No meio do caminho, há uma intersecção entre ESPAÇO e TEXTO, até que, após uma transição entre duas ou mais funções híbridas, *mesmo* se põe a exercer uma função puramente textual.

A macrofunção de *reforço* é a primeira porque está mais próxima do sentido original de IPSE, no latim, e, como pudemos notar na pormenorização de nossas microcategorias, há indícios fortes de que a macrofunção de *reforço* tenha dado origem à função de *inclusão/exclusão*, a qual, por sua vez, possivelmente deu origem à categoria de *articulação textual de concessividade*.

Com essas possibilidades gerais estabelecidas, propomos um diagrama mais específico, considerando as seguintes categorias e microcategorias funcionais, cuja fonte etimológica provavelmente é constituída por IDEM: 1) *Referência atributiva*; 2) *Referência atributiva/nominal*; 3) *Referência nominal*; 4) *Referência nominal/ nominal encapsuladora*; 5) *Referência nominal encapsuladora*; 6) *Concomitância temporal*; 7) *Concomitância temporal/inclusiva*; 8) *Concomitância inclusiva*; 9) *Concomitância inclusiva/adversativa*; 10) *Concomitância adversativa*; 11) *Relação de oposição*; 12) *Concomitância comparativa*; 13) *Concomitância de proporcionalidade*; e 14) *Articulação textual de modo comparativo*.

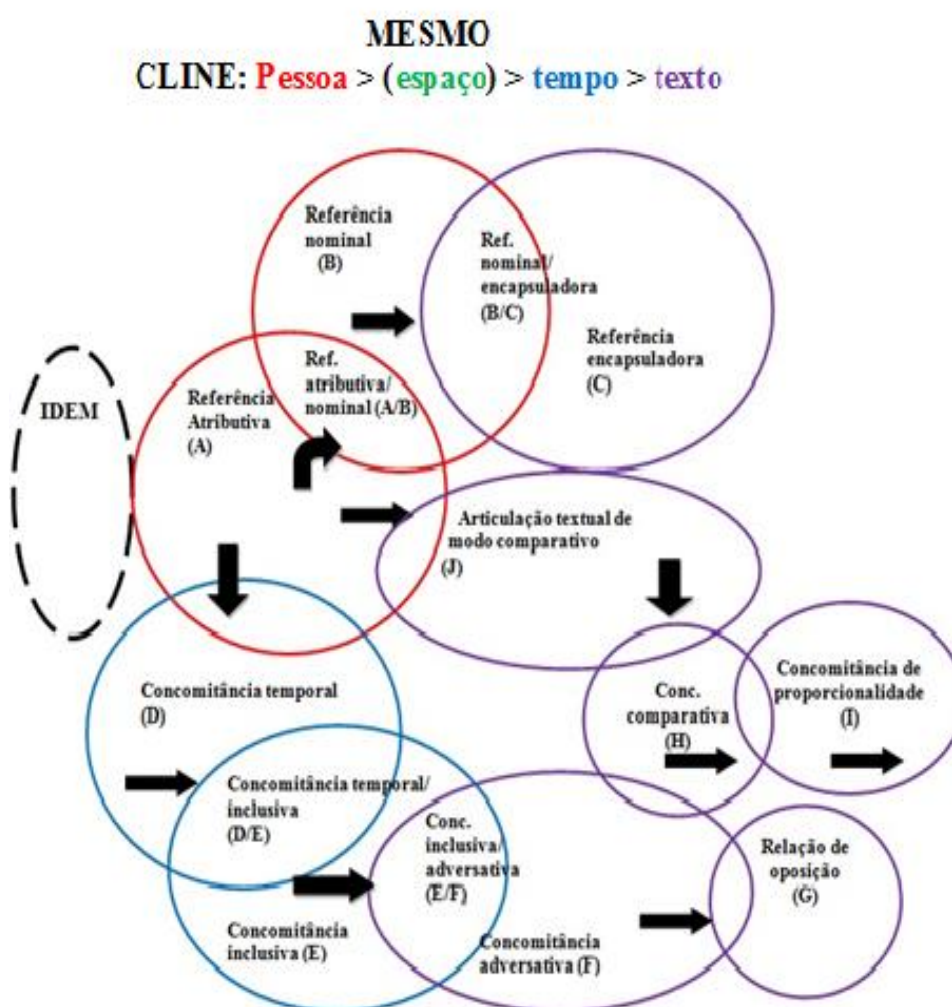
Com base em estudos de gramaticalização, construímos três trajetórias de *mesmo*. Uma delas ficou estruturada da seguinte forma: *Referência atributiva* > *Referência atributiva/nominal* > *Referência nominal* > *Referência nominal/nominal encapsuladora* > *Referência nominal encapsuladora*. A outra está configurada assim: *Referência atributiva* > *Concomitância comparativa* > *Concomitância de proporcionalidade* > *Articulação textual de modo comparativo*. Por fim, a terceira se configura desse modo: *Referência atributiva* >



Concomitância temporal > *Concomitância temporal/inclusiva* > *Concomitância inclusiva* > *Concomitância inclusiva/adversativa* > *Concomitância adversativa* > *Relação de oposição*.

Orientados por esses mesmos *clines* e considerando a Figura 1, construímos um diagrama que possa representar a gramaticalização de *mesmo* conforme sua raiz IDEM, mas fizemos algumas modificações na representação dos domínios (pessoa, espaço, tempo, texto), representando-os por cores, em vez de utilizar os retângulos usados pelos autores supracitados.

Fig. 5. Representação do percurso gramatical de *mesmo* conforme sua raiz IDEM



Fonte: Pereira (2013, p. 262)

Esse diagrama deve ser interpretado da seguinte forma: a categoria de *referência atributiva* dá origem à categoria de *referência atributiva/nominal* por meio de uma expansão metonímica, e, a partir dessa categoria híbrida, surgem as categorias de *referência nominal*, *referência nominal/encapsuladora* e *referência nominal encapsuladora*.

A segunda direção está relacionada à função de *articulação textual de modo comparativo*, que surge a partir de uma expansão metafórica da categoria de *referência*



atributiva, cruza-se com a categoria de *concomitância comparativa* e com a categoria de *concomitância de proporcionalidade*, as quais podem ter surgido dessa primeira categoria (de *articulação*) ou da categoria de *concomitância temporal*. É provável que todas essas funções se toquem ou se interseccionem em algum momento, como mostram os círculos.

Na terceira direção, mais uma vez, a categoria de *referência atributiva*, através de uma expansão metafórica, dá origem à categoria *concomitância temporal*, que é fonte das seguintes categorias de *concomitância*, seguindo esta ordem: *concomitância temporal/inclusiva* (categoria híbrida), *concomitância inclusiva*, *concomitância inclusiva/adversativa* (categoria híbrida), *concomitância adversativa* e *relação de oposição*. Os três caminhos, pois, estão alicerçados na categoria de *referência atributiva* e passam pelos domínios de PESSOA, TEMPO e TEXTO, mas, em um dos casos, o domínio do TEMPO não é contemplado.

Já o nosso segundo diagrama hipotético, de IPSE, leva em consideração as outras categorias e microcategorias já levantadas, a saber: 1) *Intensificador (pro)nominal*; 2) *Intensificador (pro)nominal/ reforçador identitário*; 3) *Reforçador identitário*; 4) *Reforçador*; 5) *Reforçador argumentativo*; 6) *Reforçador argumentativo/ inclusão*; 7) *Inclusão*; 8) *Alternância*; 9) *Exclusão*; 10) *Inclusão/ articulação textual de concessividade*; 11) *Articulação textual de concessividade*; 12) *Operador argumentativo de concessividade condicional*; 13) *Operador argumentativo de concessividade indicativa*; 13) *Explicação inclusiva*; e 14) *Explicação comparativa*.

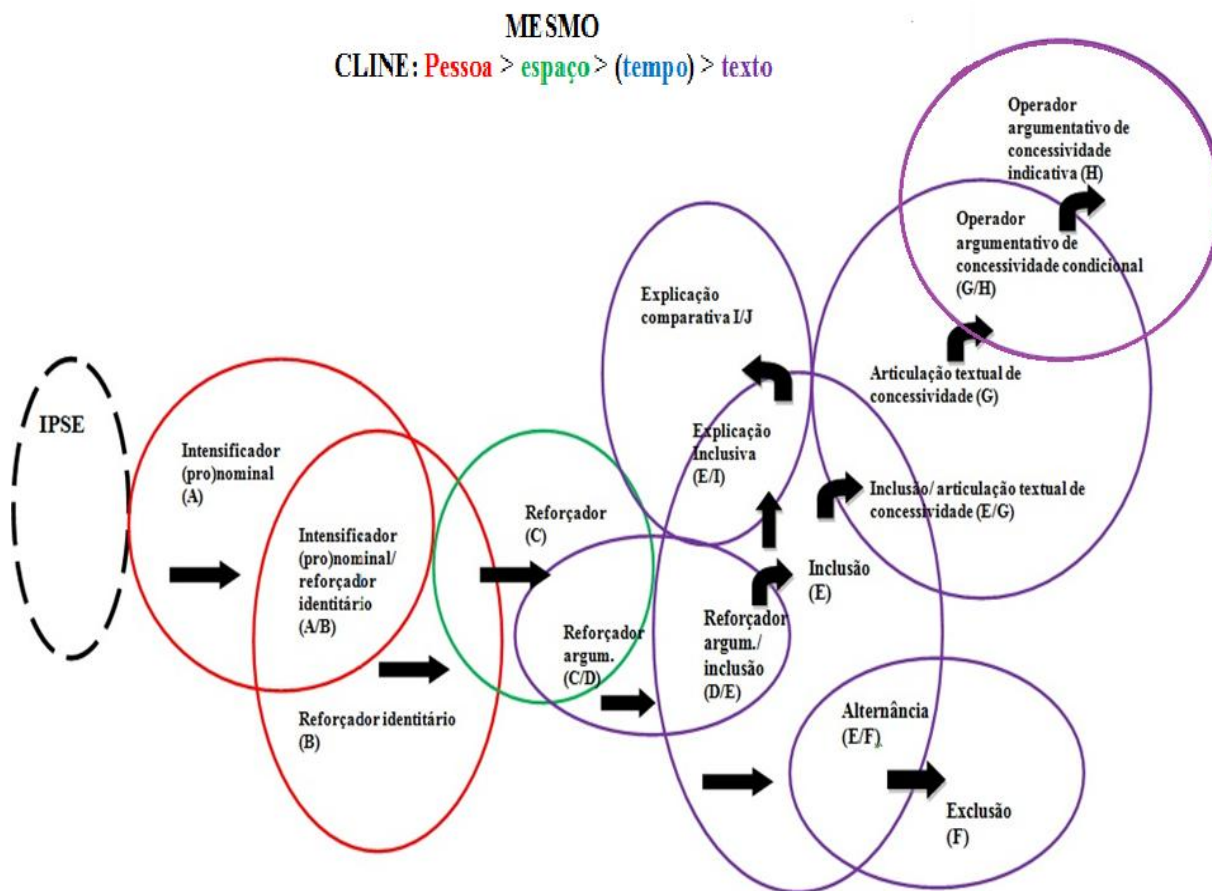
Para construirmos essa possível configuração da trajetória gramatical de *mesmo*, com base nos teóricos e estudiosos da linha de gramaticalização, hipotetizamos a existência de um percurso geral que se bifurca duas vezes ao longo do caminho. Trata-se, também, de três, trajetórias, sendo que as duas últimas surgem a partir da categoria de *inclusão*.

A primeira delas é formada pelas seguintes categorias: *Intensificador (pro)nominal* > *Intensificador (pro)nominal/ reforçador identitário* > *Reforçador identitário* > *Reforçador* > *Reforçador argumentativo* > *Reforçador argumentativo/ inclusão* > *Inclusão* > *Inclusão/ articulação textual de concessividade* > *Articulação textual de concessividade* > *Operador argumentativo de concessividade condicional* > *Operador argumentativo de concessividade indicativa*. Já a segunda seguiria a mesma direção do primeiro, mas, ao chegar à categoria de *inclusão*, mudaria sua rota e daria origem a outras categorias: *inclusão* > *explicação inclusiva* > *explicação comparativa*. Essa última função, por sua característica comparativa, pode tocar, em alguma instância as categorias IDEM de *concomitância comparativa* e *articulação textual de modo comparativo*. A terceira trajetória, por sua vez, surge a partir da categoria de *inclusão*, mas tem um percurso diferente, dando origem a duas funções, conforme o *cline* a seguir: *inclusão* > *alternância* > *exclusão*.

A categoria que permite a bifurcação de outros caminhos de gramaticalização é a de *inclusão*, considerada pelas gramáticas tradicionais como uma “palavra denotativa de inclusão”. Argumentamos que essa função estaria no nível do espaço/texto, uma vez que a função que provavelmente a originou (de *reforçador*) pode ser considerada dêitica e de reforço espacial em alguns contextos e, por conta da categoria de *reforçador argumentativo*, caminharia para o domínio do TEXTO. A construção desse diagrama, porém, nos mostrou que é provável que a categoria de *inclusão* esteja somente no campo textual. Tendo estabelecido as trajetórias, construímos o seguinte diagrama da raiz IPSE do item gramatical *mesmo*:



Fig. 6. Representação do percurso gramatical de mesmo conforme sua raiz IPSE



Fonte: Pereira (2013, p. 265)

Considerações finais

Neste artigo, com base em pressupostos funcionalistas sobre a gramaticalização, considerando mudanças semântico-pragmáticas e categoriais, e em levantamento bibliográfico acerca das origens e evolução de *mesmo*, bem como em trabalhos recentes sobre esse objeto, descrevemos a multifuncionalidade sincrônica do item e propusemos dois diagramas que, hipoteticamente, representariam trajetórias de mudança de *mesmo* a partir de suas fontes etimológicas IDEM e IPSE. Tais diagramas se baseiam no modelo metonímico-metafórico de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) e no *cline* semântico *pessoa>espaço>tempo>texto*, correlacionado ao *cline* categorial: *pronome >advérbio > advérbio juntivo > conjunção*.

Nossas construções diagramáticas foram delineadas em caráter interpretativo, e ainda há muito a ser descrito sobre o funcionamento do item gramatical *mesmo*. A partir desses dois diagramas, cada um deles contemplando três trajetórias distintas, apontamos como desdobramentos da pesquisa: (i) validar os diagramas em um estudo diacrônico acerca do item linguístico *mesmo*, ou reformulá-los à luz de novos resultados; (ii) construir um diagrama complexo que agregue as trajetórias de IPSE e de IDEM, de modo a desvelar mais claramente certas sobreposições.



REFERÊNCIAS

- AMORIM, N. C. S. *O item linguístico mesmo: confrontando usos e funções no português do Brasil*. 2009. 228f. Tese (Doutorado em Linguística e ensino. Área de Concentração: Gramática do Uso) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2003.
- COUTINHO, I. de L. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.
- CUNHA, A.G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Lexikon, 2010.
- FELÍCIO, C.P. 2008. *A gramaticalização da concessiva embora*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2008.
- GÖRSKI, E. M.; ROST, C.; DAL MAGO, D. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. In: Christiano, M. E. A.; Silva, C. R.; Hora, D. da. *Funcionalismo e Gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Idéia, 2004, p. 29-64.
- HEINE, B. Grammaticalization. In: Joseph, B., R. D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 575-601.
- HEINE, B.; SONG, K. On the grammaticalization of personal pronouns. *Journal of Linguistics*, v. 47, n. 03, p. 587-630, 10 mar. 2011.
- HEINE, B; KUTEVA, T. *The Genesis of Grammar: a reconstruction*. New York: Oxford University Press, 2007.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HINTZE, A. C. J. Gramaticalização e as variâncias das locuções de base nominal. In: *Anais do 5º Encontro do Celsul*, Curitiba-PR, 2003, p. 186-192.
- HOPPER, P. J. *Emergent grammar*. *BLS*, v. 13, p. 139-157, 1987.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 17-35.
- KUTEVA, T; HEINE, B. On the Explanatory Value of Grammaticalization. In: GOOD, Jeff. *Linguistic Universals and Language change*. New York: Oxford University Press, 2008.
- LOPES-DAMÁSIO, L.R. Um enfoque no domínio da junção: a gramaticalização de mesmo assim. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 42 (1): p. 385-400, jan-abr, 2013.



MARIANO, D. L. N. *Alternância entre a palavra mesmo e os pronomes pessoais ele/ela, o/a*. Revista Fronteira Digital. Ano II – n. 03 / Jan. – Ago. 2011.

MOREIRA, E.L. *O uso de o(s) mesmo(s) como elemento anafórico numa modalidade escrita do português do Brasil*. 2007, 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras. Área de concentração: Estudos Lingüísticos) – Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Paraná, UFPR.

OLIVEIRA, A. K. M.; CACCIAGUERRA, V. A gramaticalização do item “mesmo”: a mudança nas línguas românicas. *Anagrama*. v.3, n.1, set-nov, p. 1-13, 2009.

PEREIRA, I. *Mesmo: a multifuncionalidade de um item linguístico camaleônico*. 2013. 293 f. Dissertação (Mestrado em Linguística. Área de Concentração: Teoria e Análise Linguística) – Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROCHA, A. P. A. *Gramaticalização das conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo*. 128 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

SILVA, T. M.. *Gramaticalização de juntivos adversativos na história do português*. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2010.

SILVA-SURER, T. M. A gramaticalização do juntivo *todavia* na história do português. *Via Litterae*, Anápolis, v. 4, n. 1, p. 107-121, 2012.

47

SPAZIANI, L. *A gramaticalização do item fora no Português do Brasil: a unidirecionalidade do processo*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

TAVARES, M.A. *Um estudo variacionista de aí, daí, então e e como conectores sequenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. Florianópolis, SC, 1999. 175f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão.

VICENTE, R.B. 2009. *Mudança gramatical da palavra afinal e sua gramaticalização num contraste entre variedades linguísticas: Português do Brasil e de Portugal*. 105f. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em 05/01/2016

Aprovado em 27/07/2016



Não só *semântica*, como também *pragmaticamente*: uma análise cognitivo-funcional de construções correlatas no Português Brasileiro

Not only *semantical*, but also *pragmatically*: a cognitive-functional analysis of correlative constructions in brazilian portuguese

Paulo Roberto GONÇALVES-SEGUNDO¹
Marcelo MÓDOLO²

RESUMO: Nosso objetivo, neste artigo, é analisar a estruturação conceitual, as operações semânticas, os efeitos pragmáticos e o engajamento dialógico polêmico da construção correlativa aditiva *não só... mas também* e suas variáveis construcionais a partir de um diálogo entre a Linguística Sistêmico-Funcional – em especial, com o sistema de AVALIATIVIDADE, ligado ao estrato semântico-discursivo da metafunção interpessoal, e com a organização Dado-Novo, concernente ao estrato léxico-gramatical da metafunção textual – e a Linguística Cognitiva – com atenção especial aos esquemas imagéticos de CONTÊINER e FORÇA, às noções de *Trajetor* e *Marco* e às atividades de identificação de entidades, eventos, ações e propriedades possibilitadas pelas operações semânticas de desrestrrição e inclusão que caracterizam a construção. Depreendemos que tais operações se ligam a processos de contração dialógica associados a projeções do enunciador em relação a concepções de realidade alternativas do leitor-ouvinte, de caráter restritivo, contra as quais o enunciador se coloca, visando a modificar tal posicionamento. Por tais razões, são elementos centrais da construção o segmento *não só* e o advérbio focalizador *também*, o que justifica a alternância ou mesmo a supressão dos itens *mas* e *como*, que podem ser entendidos como recursos que explicitam aspectos díspares, mas complementares, da construção: a quebra de expectativa ou a vinculação de ambos os *Marcos* ao mesmo fuso argumentativo e ao mesmo *frame*.

PALAVRAS-CHAVE: Correlação. Linguística cognitiva. Linguística sistêmico-funcional. Avaliatividade. Adição

ABSTRACT: Our aim, in this paper, is to analyze the conceptual structure, the semantic operations, the pragmatic effects and the polemic dialogic engagement of the correlative construction of addition *não só... mas também* and its constructional variations, based on a convergence between Systemic Functional Linguistics and Cognitive Linguistics. With respect to the former we are particularly interested in the appraisal system, linked to the discourse-semantic stratum of the interpersonal metafunction, and the Given-New organization, tied to the lexicogrammatical stratum of textual metafunction. As regards the latter we focus our attention to the

¹ USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – São Paulo – Brasil. 05508-900 – paulosegundo@usp.br.

² USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – São Paulo – Brasil. 05508-900 – modolo@usp.br.



CONTAINER and FORCE image schemas, the notions of *Trajector* and *Landmark* and the processes of identification of entities, events, actions and properties allowed by the semantic operations of derestriction and inclusion that characterize the construction. We conclude that these operations are associated with processes of dialogical contraction based on the producer's projection in terms of the listener-hearer alternate conceptions of reality, assumed as restrictive in nature, against which he positions himself, aiming to modify that stance. For these reasons, only *não só* and *também* are essential to the construction, what justifies the alternation or even the suppression of these items, which can be understood as resources that highlight distinct, but complementary, aspects of the constructions: the breaking of expectations or the bonding of both *Landmarks* to the same argumentative fuse and, thus, to the same *frame*.

KEYWORDS: Correlative constructions. Cognitive linguistics. Systemic-Functional linguistics. Appraisal system. Addition

Introdução

Dentre os processos de estruturação das relações intersentenciais, a correlação consiste em uma categoria não consensual entre linguistas e, principalmente, entre gramáticos tradicionais. Ignorada por Hopper & Traugott (1997) e pouco discutida por Lehmann (1988), ela consiste em um campo ainda pouco explorado na literatura, especialmente no PB, não obstante os trabalhos criteriosos de Rosário (2011), Módolo (2004), Rodrigues (2007) e Margarido (2016), que enfatizam aspectos sintáticos ou construcionais de determinados pares correlativos.

Seguindo uma direção complementar a esses trabalhos, pretendemos contemplar aspectos semântico-discursivos que embasam a estrutura de correlação aditiva (ROSÁRIO, 2011) *não só... mas também...*, considerando suas variações construcionais (*não apenas/não somente... mas sim/como também*, dentre outras), de modo a buscar depreender seus efeitos de sentido, sua estruturação conceptual e as operações semântico-pragmáticas envolvidas, para, assim, compreender sua configuração sintática e, por conseguinte, aspectos da sua variabilidade sintagmática e paradigmática (LEHMANN, 1988).

Para tal, partimos, por um lado, dos pressupostos da Linguística Cognitiva, em especial no que tange à Semântica Cognitiva, de Langacker (2008; 2009) e de Talmy (2000), mas também em Ferrari (2011), Cienki (2007), e, por outro, dos postulados da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004), com especial atenção ao sistema de AVALIATIVIDADE³ (MARTIN; WHITE, 2005).

O diálogo é válido, na medida em que ambas as abordagens concebem um *continuum* entre léxico e gramática, valorizam o papel da construção como aspecto fundamental da realidade linguística, privilegiam o aspecto simbólico e interacional como constitutivos da linguagem, muito embora o enfoque da primeira se volte para a influência da cognição na organização e no funcionamento da linguagem, ao passo que a segunda se volte, primariamente, para as coerções e efeitos sociais relativos ao uso da linguagem e a influência de tais fatores na configuração de padrões semióticos e de opções paradigmáticas de recursos linguísticos. Por conseguinte, proceder a descrições e análises que contemplem ambos os olhares pode revelar aspectos complementares do funcionamento de dadas construções linguísticas.

O *corpus* utilizado para a análise e descrição do fenômeno é proveniente, principalmente, de cartas do leitor publicadas nos anos de 2013 e 2014 no jornal *Folha de S.*

³ Nomes de sistemas são grafados em versalete (*small caps*) no arcabouço sistêmico-funcional.



Paulo, que passam por um processo de edição e controle de publicação, apresentando registro formal, e de *posts* da rede social *Twitter*, localizados por meio de sua poderosa ferramenta de busca. Tais textos costumam ser curtos – da ordem de uma centena de caracteres – e contêm fortes traços de oralidade e registro informal. A investigação prima pelo caráter qualitativo e, nesse sentido, não se objetiva a quantificação de dados e ao exame pormenorizado de variantes construcionais. Para tal perspectiva, aponta-se o trabalho de Rosário (2011), que nos serve de base para apontamentos dessa ordem.

Antes de apresentarmos a organização do texto, tecemos algumas ressalvas quanto à composição do artigo como um todo. Tendo em vista que já existe vasta revisão da literatura sobre o tema da correlação (MÓDOLO, 2004, 2008; ROSÁRIO, 2011, 2012; RODRIGUES, 2007; MARGARIDO, 2016), remetemos o leitor a esses textos para uma discussão acerca do estatuto da correlação e da história do fenômeno na gramática tradicional e nos estudos funcionalistas. O que procuraremos enfocar aqui é um olhar cognitivo-funcional sobre o fenômeno. De modo análogo, por restrições de espaço, não apresentaremos uma seção teórica isolada sobre ambos os paradigmas nem sobre seus principais conceitos. Remetemos o leitor não familiarizado às obras de Langacker (2008), Cezário & Cunha (2013), no plano cognitivo e cognitivo-funcional, e aos livros de Halliday (2004), Martin & White (2005) e Fuzer & Cabral (2014) para maiores detalhamentos em termos sistêmico-funcionais. Este último consiste em um texto de caráter didático sobre a teoria. Ressalvamos, contudo, que toda vez que uma noção específica ligada a um dos arcabouços for mobilizada, ela será adequadamente definida, ainda que em nota de rodapé. Além disso, ressaltamos que será o procedimento analítico que guiará a argumentação do artigo.

Isso posto, organizamos o artigo do seguinte modo: na primeira seção, buscamos, pela desconstrução e reconstrução da correlação, depreender as operações semântico-pragmáticas fundamentais realizada pelo díptico correlativo e suas consequências em termos dialógicos, a partir da perspectiva do ENGAJAMENTO (Martin; White, 2005); na segunda, realizamos uma discussão acerca da estrutura informacional da construção, focando na distinção entre Dado e Novo, orientada para o ouvinte; na terceira, examinamos a variabilidade paradigmática entre **mas** e **como** na construção e hipotetizamos acerca das condições que embasam essa alternância – ou mesmo sua supressão –, tomando a construção com **mas** como prototípica, considerando os resultados quantitativos de Rosário (2011); por fim, apresentamos considerações finais que sintetizam os resultados alcançados.

Não só *cognitivismo*, mas também *funcionalismo*: aspectos conceptuais e dialógicos da construção correlativa

Iniciamos a discussão por um exemplo extraído da seguinte carta do leitor, publicada na *Folha de S. Paulo*, página A3, no dia 07 de março de 2013:

1. Líder populista? Será que a **Folha** não sabe que Hugo Chávez era presidente da Venezuela? Líder populista pode ser qualquer um. Nem todos são presidentes eleitos, independentemente de concordarmos ou não com as regras. **O jornal desrespeita não apenas Hugo Chávez mas também a Venezuela na sua "Primeira Página" de ontem.** Desrespeita milhões de venezuelanos que votaram, elegeram e apoiaram as políticas adotadas por Chávez. F.E. (São Paulo, SP)



Uma análise superficial da estrutura levaria a uma conclusão simples: trata-se de uma estrutura aditiva, em que o díptico correlativo poderia ser substituído pela conjunção aditiva prototípica *e*, resultando no seguinte enunciado: *O jornal desrespeita Hugo Chávez e a Venezuela na sua “Primeira Página” de ontem.*

Entretanto, o efeito de sentido da primeira construção é significativamente diferente da forma manipulada acima, confirmando o Princípio da Não Sinonímia, de Goldberg (1995), segundo o qual diferenças sintáticas implicam distinções semânticas ou pragmáticas. Módolo (1999) e Rodrigues (2007) advogam um efeito de ênfase que distingue a estrutura correlativa da coordenativa; Rosário (2011) refere-se a um *crescendum* argumentativo no qual o constituinte escopado na prótase⁴ tende a assumir o papel de Dado, ao passo que o sintagma escopado da apódose tende a estar associado ao Novo, compreendendo aquele tanto em termos do co-texto quanto do conhecimento partilhado ou dos *frames* que estruturam a concepção de mundo entre produtor e consumidor textual, gerando, nessa relação, um possível efeito de contra-expectativa.

Nossa análise caminha no sentido do percurso iniciado pelos autores, mas pretende explicitar conceptualmente a razão da emergência desses efeitos. Para isso, estabeleceremos alguns passos de reconstrução da estrutura sob análise. Ressalvamos, desde o início, contudo, que tal procedimento consiste apenas em uma ferramenta teórico-metodológica para explicar a conceptualização subjacente, as operações semânticas e os efeitos discursivos relativos à formulação; não se pressupõe que todas essas etapas sejam ativadas *online* do modo como será exposto; o processo de gramaticalização das correlatas, certamente, compacta essas operações, reduzindo-as semântica e pragmaticamente a duas operações cada, conforme procuraremos defender. A última etapa da reconstrução consiste no enunciado tal qual ele fora expresso.

a. *O jornal desrespeita Hugo Chávez.*

Essa estrutura inicial, que podemos denominar como **primária** e que dará origem à prótase, apresenta um posicionamento no qual o Marco da forma verbal *desrespeitar* consiste em *Hugo Chávez*. A construção autoral estabelece uma relação na qual o Trajetor *O jornal* é construído como *ponto inicial* de um processo de escaneamento temporal imperfeito — *desrespeitar* — que recai sobre o Marco citado⁵.

O grupo nominal que constitui o Marco configura-se em um nome próprio, o que gera um conjunto unitário de potenciais candidatos a ocuparem tal papel. Não precisaria ser assim. Em estruturas com nomes comuns, o conjunto de potenciais candidatos estaria voltado a potenciais instâncias daquele tipo (LANGACKER, 2008). Entretanto, a construção **primária** não inviabiliza, de um ponto de vista semântico-discursivo, que o jornal desrespeite outros

⁴ Costuma-se denominar **prótase** o segmento escopado pelo primeiro correlator e **apódose** o segmento escopado pelo segundo membro do par correlativo.

⁵ Na Gramática Cognitiva de Langacker (2008; 2009), o *Trajetor* consiste no participante focal primário de um evento, configurando-se no principal foco de atenção e no ponto de partida da conceptualização da cena. O *Marco*, por sua vez, configura-se no participante focal secundário. Uma forma verbal, por seu caráter relacional temporal, pode exigir uma estrutura conceptual que envolva tanto um Trajetor quanto um Marco — seu *perfil* —, que são *elaborados*, em geral, por grupos nominais, muito embora não sejam a esses restritos. Tais funções, em geral, são sintaticamente relacionadas ao Sujeito e ao Objeto do verbo, respectivamente, embora não seja uma correlação obrigatória, como é o caso da voz passiva, por exemplo, em que o Marco é mapeado no Sujeito.



atores sociais; o que acontece é que essa possibilidade não é *perfilada*, em termos langackerianos (2008). Nesse sentido, não se tem uma relação de exclusividade, embora o foco incida sobre essa potencial relação unitária, conforme a figura abaixo permite visualizar:

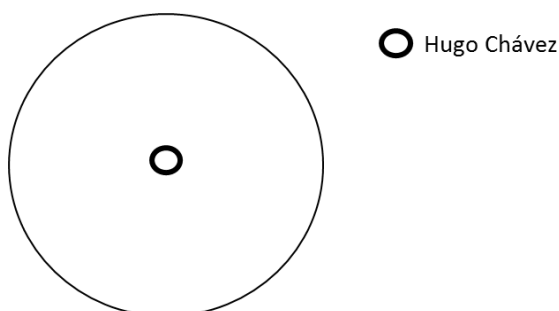


Fig. 1. Conjunto de candidatos a *Marco* do verbo *desrespeitar*

Essa relação de exclusividade, entretanto, será garantida por uma operação de **restrição**, estabelecida pelo quantificador *apenas*⁶:

b. *O jornal desrespeita apenas Hugo Chávez.*

Nessa construção, o quantificador garante uma relação de exclusividade entre o processo verbal instanciado pelo *Trajetor* em relação a um tipo ou instância específica de *Marco*, no caso, o nome próprio Hugo Chávez. Nesse caso, o rol de candidatos a Marco é, de fato, unitário, havendo bloqueio de novas opções, ainda que não perfiladas. Tal bloqueio é justamente o responsável pelo caráter avaliativo do quantificador.

Focalizadores como *ainda*, *só*, *mesmo* são concebidos, na abordagem sistêmico-funcional do estrato léxico-gramatical, como adjuntos interpessoais que atuam, semântico-discursivamente, como recursos de **contração dialógica** (MARTIN; WHITE, 2005). Os recursos de **contração dialógica** são responsáveis, em primeiro lugar, por ativar a emergência de uma alternativa representacional com a qual o enunciador se engaja, anulando-a ou reduzindo seu espaço de aceitabilidade diante do leitor-ouvinte. Nesse sentido, difere da

⁶ Assumir o termo *apenas* como quantificador pode ser questionável, dependendo do ponto de vista teórico. Nouwen (2010, p. 251) mostra que a Teoria dos Quantificadores Generalizados **não** assume como quantificador o termo inglês *only*, passível de comparação com o nosso *só* ou *apenas*, uma vez que a interpretação de seu valor de verdade só pode ser encontrada extrapolando-se ao domínio do escopo do quantificador. Ademais, tal operador é sensível ao foco, gerando significados diferentes a depender da entonação enfática de algum constituinte na sentença, além de não estar confinado à posição de determinante, podendo ter como escopo grupos preposicionados, verbais, dentre outros. Entretanto, o autor questiona tal posicionamento, argumentando acerca do caráter inexequível da depreensão de um comportamento homogêneo para quantificadores de modo geral, a partir de uma abordagem semântica, chegando a afirmar que “there is no coherent class of such expressions” (NOUWEN, 2010, p. 252). Para uma abordagem que concebe as construções linguísticas em termos de redes, considerando, portanto, a gradualidade como característica definidora das categorias gramaticais, conceber tal elemento como quantificador não se torna um problema, mesmo que não prototípico. Nesse sentido, assumiremos que *apenas* e *só* sejam quantificadores e, em alguns casos, intensificadores, a depender do sintagma escopado. Em alguns momentos, entretanto, utilizaremos o termo mais neutro *focalizador*.



expansão dialógica, na qual a alternativa intervocálica é aceita ou reconhecida, sem que haja compressão do seu espaço de aceitabilidade⁷.

Por conseguinte, a inscrição de tal quantificador gera a possibilidade de um outro enunciador ou de um grupo de enunciadores conceberem como viável a representação de que *o jornal desrespeitasse outros atores sociais ou entidades*; em outros termos, ao se restringir o Marco a uma relação de exclusividade diante do processo ativado pelo trajetor, o conceptualizador engaja outras realidades concebidas (LANGACKER, 2008), em que tal situação não se sustenta, marcando tal enunciado como *responsivo* (BAKHTIN, 1981) a essa alternativa. Vejamos a figura abaixo:

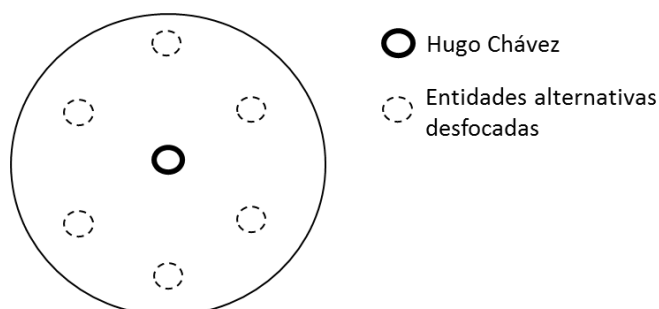


Fig. 2. Conjunto de candidatos a *Marco* do verbo *desrespeitar* sob o escopo de *apenas*

O acréscimo do adjunto polar *não* modifica essa relação de **contração** e consiste em elemento central para a compreensão da estrutura semântico-conceitual da correlata:

c. *O jornal não desrespeita só Hugo Chávez* (ou *O jornal desrespeita não só Hugo Chávez*)

O adjunto polar *não* consiste, de modo similar ao quantificador *apenas*, em um recurso de **contração dialógica**. No caso, ele opera polemicamente, tendo como escopo o focalizador, de modo a realizar uma operação de **desrestrrição**, gerando a alternativa dialógica — anulada — de que *o jornal desrespeita apenas Hugo Chávez*. Ou seja, a alternativa dialógica torna-se, nesta operação, o enunciado restringido pelo quantificador, exposto na etapa de reconstrução *b*. Nesse sentido, a operação de **polarização negativa**, ao incidir sobre a atividade de **restrrição**, promove uma revalidação de outros potenciais candidatos a *Marco*; a diferença é que, nessa nova configuração, esses potenciais candidatos encontram-se *perfilados*, embora ainda não *elaborados*. Observemos na sequência:

⁷ Para maiores detalhes sobre a AVALIATIVIDADE em língua portuguesa, consultar Gonçalves-Segundo (2011) e Ninin; Barbara (2013).

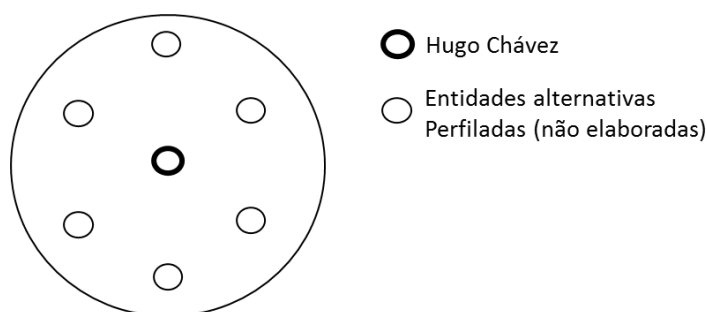


Fig. 3. Conjunto de candidatos a *Marco* do verbo *desrespeitar* sob o escopo de *não apenas*

Essa pequena diferença é fundamental para compreender a emergência do díptico correlativo e pode ser explicada em termos de esquemas imagéticos (OAKLEY, 2005; CROFT; CRUSE, 2004; FERRARI, 2011), a destacar os de CONTÊNER e FORÇA⁸. Um contêner possui um espaço interno e um espaço externo e pode estar aberto ou fechado para acréscimo ou subtração de conteúdo. A operação de **restrição** descrita em *b* pode estar pré-conceptualmente atrelada à experiência de fechamento de contêner, que, por sua vez, representa um bloqueio a novos acréscimos de conteúdo, ao passo que a operação de **desrestrição** pode estar ligada à experiência de remoção desse obstáculo, permitindo, assim, novos acréscimos. Tais experiências encontram-se, portanto, intimamente associadas ao uso de forças que atuam tanto no sentido de liberar como de controlar. A **desrestrição** consiste, portanto, em experiência básica para que se ative a possibilidade, mas não a necessidade, de **inclusão**.

Assim, a “abertura” consiste em uma condição para a inclusão de conteúdo. Tal abertura pode estar já “pressuposta”, caso das coordenadas aditivas, em que não se constrói, inerentemente, um espaço de **contração** e **restrição** prévios; ou pode estar vedada por um invólucro metafórico, concebido em termos de uma matriz epistêmico-inferencial, ligada à concepção de realidade (LANGACKER, 2008) do falante-escritor, que antecipa um posicionamento restritivo oriundo do leitor-ouvinte ou do senso comum, optando, primeiramente, em engajar essa concepção, anulando-a em termos de suficiência, por meio da remoção do bloqueio, mas validando-a em termos de pertinência, uma vez que o conteúdo do contêner não é retirado para posterior **inclusão**. Tal processo encontra-se exposto abaixo:

d. Na sua “Primeira Página” de ontem, o jornal não desrespeita só Hugo Chávez; ele desrespeita também a Venezuela

A despeito do adverbial de localização espaço-temporal⁹, que perfila o cenário no qual o evento transcorre, a reconstrução realizada em *d* mostra, justamente, a atividade de **inclusão**. O focalizador *também* consiste em um recurso linguístico que promove o sintagma sob seu escopo a ser concebido como passível de inclusão na configuração da cena na qual se processa o evento, cena esta que, em princípio, não contaria com o elemento ser incluído em

⁸ Esquemas imagéticos são escritos em SMALL CAPS (VERSALETE) por convenção da área. Para maiores detalhes sobre o esquema imagético de FORÇA e sobre Dinâmica de Forças, ver Gonçalves-Segundo (2015).

⁹ A transposição do adverbial para o início do enunciado não altera o quadro de inclusão a ser explicitado.



foco. Nesse sentido, o *também* focalizador atua como elemento que favorece a leitura de que a entidade sob seu escopo não era esperada pelo leitor-ouvinte, tendo em vista o conhecimento partilhado ou enciclopédico. Tal entidade é a que elabora o Marco anteriormente perfilado, conforme expusemos em c, inibindo a conceptualização de outros candidatos, o que estava “em aberto” anteriormente. Vejamos:

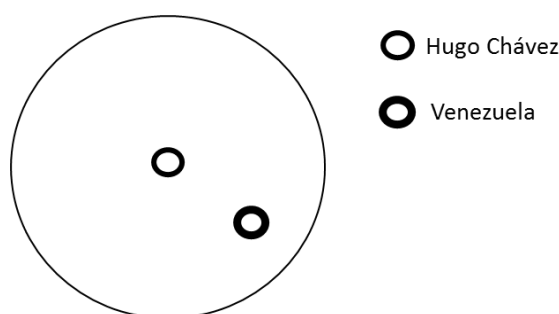


Fig. 4. Conjunto de candidatos a *Marco* do verbo *desrespeitar* sob o escopo de *não apenas e também*

É, portanto, essa inclusão contrária à expectativa que permite explicar o efeito de ênfase ou *crescendum* argumentativo mencionado por Rosário (2011), Módolo (1999), Rodrigues (2007) e Margarido (2016), muito embora não possa ser a ele restrito¹⁰. Por conseguinte, tal forma de inclusiva invoca uma alternativa dialógica por **contração**, marcando um posicionamento autoral que se confronta com outras realidades concebíveis; no caso, a de que *o jornal não desrespeita a Venezuela*. Tal confrontação não é, contudo, incoerente; pelo contrário: há uma coerência interna entre as operações semântico-pragmáticas, na medida em que a primeira alternativa anulada está ligada à restrição, e a segunda, à não aceitação do ou resistência ao conteúdo a ser incluído.

Tal efeito de **contra-expectativa**, associado à **contração dialógica** e à sua confrontação por **inclusão**, podem embasar a emergência do conectivo **mas** na construção, conforme se observa no enunciado original:

e. *O jornal desrespeita não apenas Hugo Chávez mas também a Venezuela na sua "Primeira Página" de ontem.*

A operação subjacente deve ser explicada em termos retóricos e negociativos. A **desrestrição** não anula da concepção autoral a validade da relação entre o verbo e seu *Marco*; ela anula a suficiência do *Marco* elaborado na concepção do enunciador. Para este, há outros fatores envolvidos, que extrapola a alternativa “restrita”. Em outros termos, a voz autoral **concede** à validade dessa voz externa, mas acrescenta outro posicionamento, construindo uma cena e um evento de maior amplitude e complexidade, em uma estratégia argumentativa de vinculação, por meio da qual buscamos acordos prévios com o leitor-ouvinte, preparando as

¹⁰ Voltaremos ao aspecto enfático na próxima seção.



condições de aceitabilidade do posicionamento novo, sobre o qual queremos convencer ou fazer fixar.

Tal procedimento, de caráter retórico-discursivo, permite compreender a emergência do conectivo *mas*. A apódose apresenta o argumento a ser acrescentado, o foco de atenção da construção e o argumento mais forte, inesperado do ponto de vista da projeção autoral em relação ao outro; por conseguinte, o operador argumentativo *mas* pode ser atualizado no sentido de marcar que o conceptualizador antecipa que o leitor-ouvinte ainda assume o posicionamento “restrito” e que o acréscimo será, portanto, contrário à expectativa.

Dois efeitos possíveis distintos, embora correlacionados, podem, então, ser gerados:

a. um deles focaliza a concordância entre o enunciador e outras vozes, reconhecendo a validade dessas alternativas, propondo, na sequência, um acréscimo que é, em uma escala, argumentativamente mais forte, mostrando, assim, que o outro tem razão, mas que seu posicionamento ainda não enxerga o todo. Nesse caso, o grau de polemicidade seria baixo. Paráfrases possíveis, que explicitariam tal efeito dialógico, são: *concordo que o jornal desrespeita Hugo Chávez, mas ele desrespeita ainda mais a Venezuela* ou *o jornal desrespeita, de fato, como você/se imagina, a Venezuela, mas desrespeita ainda a Venezuela*¹¹.

Tal estrutura é vista, em termos do sistema de AVALIATIVIDADE, como uma estrutura de **contração dialógica** por **concordância** e **quebra de expectativa**. Em outros termos, o conceptualizador solidariza-se com uma concepção externa, garantindo assim um vínculo para a posterior instanciação de um novo argumento, uma nova representação ou uma nova avaliação, procedimento que, potencialmente, estimula a adesão. Por conseguinte, a emergência do díptico correlativo acabaria cristalizando esse procedimento retórico subjacente: **concordar** e **quebrar a expectativa**. Este feito parece ser mais facilmente ativado na interpretação da estrutura em análise;

b. um outro efeito possível focalizaria a discordância entre o enunciador e as outras vozes, enfrentando polemicamente a perspectiva de restrição projetada no outro, corrigindo-o em relação a sua perspectiva. Nesse caso, o grau de polemicidade seria alto. Paráfrases possíveis seriam: *discordo que o jornal só tenha desrespeitado Hugo Chávez; ele também desrespeita a Venezuela* ou *o jornal desrespeita mais do que Hugo Chávez; na verdade, ele desrespeita também a Venezuela*.

Em termos de AVALIATIVIDADE, tal estrutura de **contração dialógica** seria marcada por **pronunciamento**. Cabem nessas categorias o conjunto de recursos linguísticos utilizados para assinalar que a voz autoral sabe que seu posicionamento é polêmico em face do leitor-ouvinte, da audiência ou do senso comum, mas é revelador da “verdade” diante dos fatos – ou seja, sua tese é mais forte do que a que usualmente se assume. Tal efeito parece ser o dominante no exemplo abaixo (*Folha de S. Paulo*, A3, 24.02.2013):

2. A sorte foi que o deslizamento aconteceu depois do Carnaval, senão seria mais uma tragédia.

A Ecovias deve ter consciência que administrar não é apenas cobrar pedágio ou limpar a estrada, mas sim cuidar de todo o conjunto que compõe o acesso à rodovia.

¹¹ Não queremos propor, com as paráfrases, que elas sejam sinônimas da construção correlativa; apenas queremos ressaltar os efeitos dialógicos explanados.



E o que fazem a Dersa e o DER (Departamento de Estradas de Rodagem), que não fiscalizam e deixam de apontar graves defeitos na manutenção das encostas e de túneis com vazamentos e luzes apagadas? Vivemos e convivemos com um Brasil dos apagões. Y. K. A. (São Paulo, SP)

Assim, é possível verificar que o fenômeno em análise apresenta múltiplas operações semânticas, atualizando **restrição**, **desrestrição** e **inclusão**, viabilizada respectivamente, pelo advérbio quantitativo-focalizador *só*, pelo adjunto polar *não* (que escopa *só*) e pelo advérbio focalizador *também*, fazendo emergir uma forma especial de **contração dialógica**, que ora tende ao polo da **concordância** e **quebra de expectativa**, ora ao polo do **pronunciamento**. Nesse sentido, entendemos, na esteira de Matthiessen; Thompson (1988), que determinados conectivos e relações sintáticas, como a subordinação ou a correlação, no nosso caso, emergem de processos de gramaticalização de relações retóricas.

O curioso, entretanto, é que a gramaticalização – ainda que incipiente – dessa relação levou à emergência de outro possível efeito: o de **adição**. Tal efeito deriva da inserção de eventos, propriedades e entidades distintos sob o escopo de cada um dos elementos do díptico correlativos, processo por meio do qual se interligam tais elementos a um mesmo domínio de conhecimento, marcado por uma escalaridade na “complexidade” entre eles¹². Nesse sentido, tem-se a adição como um fenômeno suplementar do processo e, por tal razão, torna-se razoável compreender tal fenômeno correlativo como, pelo menos, uma forma de **adição polêmica**.

Passamos, por conseguinte, ao exame pormenorizado das atividades de **desrestrição** e **inclusão**, focando na questão da estrutura informacional — *Dado-Novo* — e do efeito de *crescendum* argumentativo a eles associado.

57

Não só *Dado*, como também *Novo*: sobre a estrutura informacional da construção

A estrutura informacional consiste em um aspecto relevante do pareamento forma-significado em uma perspectiva construcionista da linguagem, uma vez que diz respeito ao espectro pragmático das construções linguísticas (GOLDBERG, 1995). Em termos sistêmico-funcionais (HALLIDAY, 2004), a oposição *Dado-Novo* está ligada à metafunção textual, responsável pela concepção de enunciado como mensagem. Em termos não marcados, o *Dado* coincidiria com o Tema, ocupando posição mais à esquerda da sentença – no caso do nosso par correlativo, ficaria sob escopo do primeiro elemento –, ao passo que o *Novo* recairia no Rema, ocupando posição à direita, sob escopo do segundo elemento do par. Nesse sentido, devemos atentar para considerações dessa natureza no que tange aos sintagmas escopados pelo díptico correlativo.

Apresentamos abaixo novo exemplo que conduzirá, majoritariamente, a discussão desta seção:

3. O editorial "O fio da navalha" e o artigo "Chama o ladrão!" ("Opinião", 12/1) alertam para o fato de policiais estarem sob suspeição. Eles já não podem socorrer vítimas de confrontos [em São Paulo]. Têm de chamar o Samu para socorrê-las, já que assim ficariam livres da dúvida contida em "mortos a caminho do hospital". **Porém é bom lembrar que não é somente a segurança que é ineficaz em São Paulo e em todo o país, mas também o transporte, a educação e a saúde.** G. B. (Rio Claro, SP) 14.01.2013

¹² Maiores detalhes serão oferecidos na seção 4.



Diferente dos dois casos anteriores, esta carta do leitor apresenta grupos nominais no escopo de cada um dos membros do díptico correlativo. Além disso, ela permite visualizar, nos moldes de Lehmann (1988), a ocorrência tanto da variabilidade paradigmática, no sentido de que o operador de **restrição** se configura, nesse caso, no focalizador *somente*, em detrimento do *só* ou do *apenas*, quanto da variabilidade sintagmática, na medida em que o correlator da prótase encontra-se desmembrado, sendo interpolado pela forma finita do verbo *ser* — *não é somente*. Tais evidências atestam, portanto, as considerações de Rosário (2011) e Módolo (2004) acerca do baixo grau de gramaticalização do par no que tange a um papel de conjunção plena, uma vez que essas não permitem desmembramento. Exemplos são *já que*, *uma vez que*, *porque*, dentre outras.

Em termos informacionais, Rosário (2011) aponta, de forma pertinente, que parece haver uma relação entre a prótase e o Dado, por um lado, e a apódose e o Novo¹³, por outro, argumentando como critério para o estabelecimento do Dado tanto o contexto quanto o conhecimento de mundo e o conhecimento compartilhado.

Defendemos que, de fato, tal relação seja sustentável. Entretanto, nosso objetivo consiste em entender os motivos subjacentes a essa associação. A raiz parece estar nas operações básicas de **desrestrição** e **inclusão**.

Conforme mostramos a partir da desconstrução do primeiro exemplo, a prótase da estrutura correlativa aditiva polêmica promove uma operação de **desrestrição**, que cria uma alternativa dialógica restritiva, engajada polemicamente pela voz autoral, culminando no perfilamento não elaborado de uma nova entidade, relação, propriedade ou evento, enquanto a apódose atua no sentido de elaborar esse novo Marco, fazendo emergir uma nova **contração dialógica**, na qual a voz autoral concede à validade – insuficiente – do Marco da prótase, explicitando a discordância no Marco da apódose.

Nesse sentido, de um ponto de vista discursivo, em primeiro lugar, só seria argumentativamente eficiente rejeitar a restrição de algo que ou se supõe ser da crença do ouvinte-leitor ou se imagine ser constitutivo do senso comum, um valor socialmente aceito. Em consequência disso, o estatuto de **Dado** atribuído ao sintagma escopado pelo primeiro correlator torna-se consequência natural da configuração retórica da construção, que, inclusive, consiste em um ponto de acordo mínimo entre a posição autoral e as vozes com que ele se engaja.

De um ponto de vista semântico e conceptual, por outro lado, **desrestringir** implica liberar um espaço anteriormente fechado ou permitir mobilidade a uma entidade anteriormente bloqueada; entretanto, a atividade não implica preencher o espaço liberado ou mover-se. Por conseguinte, **desrestringir** não equivale a **incluir**, mas consiste em uma etapa necessária para que se acrescentem novas entidades, relações, propriedades ou eventos em um dado domínio. Tal variedade na possibilidade de acréscimos ancora-se na capacidade conceptual de metaforização¹⁴, que permite estender noções de um domínio físico para domínios mais abstratos (LAKOFF; JOHNSON, 1980; KÖVECSES, 2010), de forma a incorporar não apenas objetos, mas também relações temporais e atemporais, em termos

¹³ Ressaltamos que reservamos a noção de Dado e de Novo no tocante ao sintagma ou à oração escopados por cada um dos membros correlativos, não incluindo o correlator em si.

¹⁴ Metáforas conceptuais resultam da projeção de um domínio-fonte, em geral, mais concreto e associado a experiências sensorio-motoras, para um domínio-alvo, em geral, mais abstrato, que é estruturado e compreendido a partir da imagética dessa fonte e de nosso conhecimento sobre ela, de forma que, em diversos casos, torna-se até complexo pensar no alvo sem invocar algum aspecto da fonte.



langackerianos (2008), o que justifica a sua possibilidade de escopar distintos tipos de sintagma.

A atividade de **inclusão** é, portanto, ulterior e, conceptualmente, só pode estar ligada a um elemento **Novo**, na medida em que o elemento a ser adicionado não integrava o contêiner em um estado anterior e, em termos metafóricos, não consistia em dado de realidade atrelado ao conteúdo da prótase.

Em consequência disso, a atribuição de Dado e Novo é resultante da operação conceptual subjacente e, posteriormente, da operação semântica emergente, que se manifesta sintaticamente na seleção dos sintagmas a comporem a prótase e a apódose, em uma relação icônica motivada discursivamente — o Dado, inscrito na prótase, é aquilo que é conceptualizado como passível de aceitação e validação pela voz autoral, muito embora não seja suficiente para descrever integralmente uma dada realidade, ao passo que o Novo, instanciado na apódose, consiste nos elementos incluídos que permitem explicar a realidade de forma mais abrangente e precisa, mediante a conceptualização autoral.

Veja-se que, no exemplo 3 acima, o cotexto que precede a correlata constrói uma realidade na qual a polícia é vista negativamente. Na sequência, a prótase **desrestringe** a ineficiência policial, concebendo-a como dada, mas anulando a exclusividade da relação entre a instituição policial e o valor de ineficiência, tendo em vista que a construção textual antecedente poderia acarretar uma leitura restrita. Logo, o Dado é resultado da concepção autoral acerca do conhecimento e do posicionamento do ouvinte ou da sociedade, o que corrobora a proposta sistêmico-funcional acerca dessa categoria da estrutura informacional (HALLIDAY; 2004); no caso, esse conhecimento é proporcionado pelo cotexto prévio. A **inclusão**, por sua vez, amplia a avaliação negativa de eficiência a outro rol de entidades abstratas, que envolvem serviços públicos — *o transporte, a, educação e a saúde* —, polemizando com uma voz que conceberia essa extensão como inválida. Ao realizar o processo semântico de **inclusão**, inserindo metaforicamente outras entidades em um mesmo contêiner, ou seja, na mesma macrocategoria, o enunciador atrela os sintagmas — ou, em outros casos, as orações — escopados a um mesmo *frame*, ativando coerência entre eles e instando o leitor-ouvinte a estabelecer tal relação — no caso, o da ineficiência dos serviços prestados pelo Estado de maneira geral.

Assim, o *crescendum* argumentativo, responsável pelo efeito de ênfase, é resultado justamente da estruturação polêmica e de uma inclusão diretiva para a qual convergem um contorno prodósico específico, uma relação conceptual de novidade e um posicionamento sintático à direita, somado a um efeito retórico ulterior de se constituir no núcleo do posicionamento e/ou da argumentação autoral, visto que consiste justamente na representação que o enunciador visa inculcar no leitor-ouvinte, após um acordo prévio sobre a validade, mas insuficiência do Dado.

Seguem dois exemplos extraídos do *Twitter* que permitem observar o que expusemos até o momento:

4. Gabriel Vaquer (@bielvaquer), 22.09.2016: Excluir educação física da grade é um retrocesso, **não só** em educação, **mas também** para aquilo que falo sempre: inclusão através do esporte.
5. king jimin 지민 (@jimin_royal), 22.09.2016: Ele **não só** tem mais personalidade e uma risada contagiante **mas também** tem um coração tão lindo



Em 4, observamos que o enunciador propõe a categoria de *retrocesso*, que servirá como domínio que tornará coerente a instanciamento de duas práticas sociais: a educação e a inclusão. Nesse sentido, podemos perceber que *educação física* e *grade* remetem ao campo educacional e estão ligadas a esse *frame*, motivo pelo qual o sintagma preposicionado *em educação* se encontra sob escopo do correlator *não só*, configurando-se no Dado. Por meio dessa estratégia, a voz autoral, então, concorda com as outras vozes que confirmam o retrocesso nesse nível, mas o desrestringe e inclui a *inclusão* como uma das outras práticas atingidas negativamente pela retirada da educação física na grade. Ao fazer isso, a voz autoral sinaliza conceber a *inclusão* como algo mais relevante que a *educação* nesse contexto, representando, portanto, um retrocesso ainda mais grave, além de propor esse fato como desconhecido para o leitor-ouvinte.

Em 5, o par correlativo escapa orações com o verbo *ter*. No caso, o enunciador assume como Dado *ter mais personalidade e uma risada contagiante*, e como Novo, *ter um coração tão lindo*, concebendo este último como mais importante para a sua concepção positiva sobre o sujeito e como aquilo que seria surpreendente para o leitor, visto que é incluído posteriormente. Nesse sentido, *ter um coração tão lindo* elabora o *Marco* oracional perfilado anteriormente pelo primeiro correlator.

A seguir, examinaremos a possibilidade de alternância paradigmática entre *mas* e *como* na construção.

Não só *mas*, como também *como*: a alternância paradigmática na construção correlativa aditiva

60

Partamos do exemplo abaixo (*Folha de S. Paulo*, A3, 01.01.2013), em que os correladores tomam como escopo a estrutura oracional encaixada à oração primária de predicator mental *entender*. Nela, o segundo membro do díptico correlativo é encabeçado pelo conectivo *como*:

6. Oportuna a entrevista com o senador José Sarney ("Lei deveria proibir eleição de ex-presidente da República", "Entrevista da 2ª", ontem). **Entendo que, não só a eleição de ex-presidentes deveria ser constitucionalmente proibida, como também deveria ser constitucionalizado o instituto da aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade para os políticos**, como acontece no serviço público. A. R. (Tietê, SP)

A alternância paradigmática entre o *mas* e o *como* não parece resultar em operações semânticas diferenciadas tampouco em uma esquema conceptual distinto, uma vez que a interação pré-conceptual entre contêiner e força permanece estável. Contudo, se continuamos seguindo o Princípio da Não Sinonímia, ao menos alguma diferença deve surgir.

Vejamos: no exemplo, ocorre tanto **desrestrrição**, contraindo a alternativa dialógica de que *apenas as eleições de ex-presidentes deveriam ser proibidas* e perfilando um novo evento a ser elaborado e, portanto, a ser inserido no contêiner representativo do domínio em foco — no caso, a Constituição, ou seja, a esfera jurídico-legal do país —, quanto **inclusão**, que consiste na novidade autoral e, no caso, em uma potencial crítica à presença de Sarney no poder, contraindo a alternativa de que *a aposentadoria compulsória aos 70 não devesse ser aplicada constitucionalmente na esfera política*, possivelmente atribuída ao político maranhense e ao grupo social com o qual ele está identitariamente ligado, via concepção



autoral. A dupla atividade interliga o posto na prótase e na apódose, subordinando-os a um mesmo fuso argumentativo e, por conseguinte, vinculando-os a um mesmo domínio, efetuando uma crítica à manutenção dos mesmos grupos, ao longo do tempo, no poder.

É exatamente na combinação das duas atividades que emerge a possibilidade da variabilidade paradigmática mencionada. A instanciação do conectivo *mas* explicita a relação de quebra de expectativa promovida pela voz autoral, marcando uma posição confrontacional diante das posições alternativas. Entretanto, o efeito da dupla atividade semântica realizada, somada à estrutura conceptual de inclusão em um mesmo domínio epistêmico e ao consequente efeito retórico de formação de um fuso argumentativo direcionado a uma determinada conclusão levam à focalização de atenção para a concatenação coerente dos *Marcos* envolvidos, dando origem a uma construção calcada naquilo que é esperado mediante a concepção de realidade da voz autoral, que se sobrepõe às alternativas invocadas.

É essa focalização ligada à concatenação dos *Marcos* em um mesmo direcionamento argumentativo que cria um contexto propício para a emergência do conectivo **como**. Tal conectivo é atualizado em estruturas de **comparação**, muitas das quais também se relacionam com **inclusão**, além de aparecer em contextos também **aditivos**¹⁵. Rosário (2011) comenta a respeito de um processo de *dessemantização* desse conectivo que permite estender sua instanciação a diversos contextos de uso.

Observemos os exemplos abaixo, extraídos do *Twitter*:

7. Sirius (@WtvFSociety), 07.10.2016: Uma coisas que eu não admito é que falem mal dos meus amigos **tanto** na minha presença **como** nas minhas costas.
8. Buffarineliminado (@BuffariniSPFC)), 23.09.2016: SÃO PAULO NÃO NASCEU PRA GANHAR COPA DO BRASIL **ASSIM COMO** PALMEIRAS NÃO NASCEU PRA GANHAR MUNDIAL
9. M. Avante Brasil (@MovAvanteBrasil), 21.09.2016: Por amor e solidariedade ao estado de Minas Gerais, **bem como** por sede de justiça, o MAB apóia a tag #ForaPimentel. @vempraruaminas

61

Verificamos que, nos três exemplos acima, o conectivo *como* – em par com *tanto* ou em locução com *assim* ou *bem* – assume funções aditivas, embora apresente possíveis matizes comparativos, como em 8, em que o enunciador propõe um raciocínio analógico, e inclusivos, como em 9. Nesse sentido, é possível atestarmos a sua produtividade em contextos que se relacionam à multiplicidade de possibilidades, à inclusão, à adição e à comparação. Justamente por estar associado à **inclusão** e à **adição**, o conectivo pode atuar como variante paradigmática do *mas* na construção, o que, inclusive, poderia levar à conclusão de que se trataria da forma prototípica, visto confirmar o efeito do focalizador *também*.

Interessante, entretanto, é verificar que não consiste em elemento prototípico do díptico correlativo em exame, conforme aponta estudo quantitativo de Rosário (2011), que verifica a instanciação do *mas* como elemento preferencial.

Essa aparente dissonância pode estar ligada justamente às operações descritas anteriormente, calcadas na intenção comunicativa do falante e nos efeitos retóricos e dialógicos da construção. Diferente dos exemplos acima citados, o díptico correlativo constrói explicitamente uma **contração dialógica** complexa, que combina **concordância** e **quebra de expectativa** ou **pronunciamento**. Nesse sentido, o *mas* pode emergir como possibilidade prototípica, a fim de marcar que a concepção autoral se confronta com a posição contraída de

¹⁵ Há outros usos do conectivo **como**, não mencionados, como em estruturas **causais**. Entretanto, crê-se que os usos acima já ilustram bem a hipótese que pretendemos defender.



exclusividade, muito embora a dupla operação construa um *frame* coerente para a criação de uma expectativa social diferenciada que vá ao encontro da concepção do falante-escritor. Em outros termos, o *mas* aponta para a polemicidade subjacente, para o acréscimo de um novo elemento que não era previsto no evento e na cena, tendo em vista a parcial concordância entre duas conceptualizações distintas — a autoral e a não autoral —, ao passo que o *como* aponta para o novo contrato de expectativa social advindo da concatenação argumentativa de ambos os *Marcos* em direção a um posicionamento intersubjetivo específico e coerente, para o qual eles se combinam, interligando-se a um domínio ou uma categoria que os abarque conjuntamente. Nesse sentido, podemos hipotetizar que a presença do *mas* esteja mais ligada aos efeitos de **concordar** e **quebrar a expectativa**, ao passo que a atualização de *como* esteja mais relacionada ao efeito de **pronunciamento**. Tal constatação, contudo, requisita um estudo de base quantitativa, considerando uma diversidade de gêneros discursivos, registros, com controle de diversas variáveis, o que foge ao escopo deste artigo, de caráter teórico, orientado para análise qualitativa.

Acreditamos, contudo, que a **desrestrição** e a **inclusão**, pré-conceptualmente ligadas à remoção de barreiras do CONTÊNER e ao direcionamento de FORÇA para inserir-lhe conteúdo, sejam o foco da construção — o que pode ser notado pelo contorno prosódico específico da construção, que tende a destacar o segundo membro do par correlativo. Por conseguinte, o papel do conectivo *mas* ou *como* torna-se secundário, o que subjaz, portanto, à sua alternância, assim como a sua possibilidade de omissão, como bem observa Rosário (2011), na análise da variabilidade construcional dessa atividade de correlação.

Considerações finais

62

Nosso objetivo, neste artigo foi, a partir de um diálogo entre a perspectiva sistêmico-funcional e o arcabouço cognitivista, analisar a estruturação conceptual, as operações semânticas, os efeitos pragmáticos e o engajamento dialógico que caracterizam a construção correlativa *não só... mas também* e suas variantes, destacando, em especial, a alternância entre *mas* e *como* na apódose.

Argumentamos que a correlação opera uma operação semântica complexa, baseada, principalmente, nas operações de **desrestrição** e **inclusão**, que pressupõem esquemas imagéticos de FORÇA e CONTÊNER.

A primeira dessas operações, ativada pelo membro inicial do par correlativo, *não só/somente/apenas*, gera, dialogicamente, um efeito de **contração**, na medida em que engaja uma possível versão da realidade já conhecida pelo leitor-ouvinte – o Dado – com a qual se concorda parcialmente ou se polemiza. Conceptualmente, essa primeira atividade ativa um conjunto de candidatos a *Marco* do conectivo, que extrapolam aquele que efetivamente é enunciado, mas não os elabora.

A segunda operação, por sua vez, é a responsável por, conceptualmente, elaborar os *Marcos* perfilados ativados em segundo plano na prótase, excluindo as possibilidades outras. Centralizada pelo focalizador *também*, que realiza a **inclusão**, o segundo membro do par correlativo procede à quebra de expectativa, na medida em que o advérbio implica algum grau de resistência do outro em relação a esse novo dado, que consiste, na verdade, no cerne objetivo comunicativo do falante, ou seja, na correção de concepção de realidade a ser enunciada.



Além disso, mostramos que a alternância entre *mas* e *como* parece estar associada a focalizar diferentes efeitos dialógicos: o primeiro, prototípico, parece estar mais relacionado ao polo de **concordar** e **quebrar expectativa**, o que está mais próximo ao procedimento retórico de construir um real em comum com o leitor-ouvinte para, depois, tentar modificá-lo a visão de mundo, ao passo que o *como* estaria mais associado ao polo do **pronunciamento**, marcando uma discordância mais explícita que associa os dois *Marcos* dos correlatores de forma mais clara ao mesmo fuso argumentativo e, assim, ao mesmo domínio de conhecimento/*frame*. Ademais, destacamos que, por serem ambos elementos que ressaltam operações secundárias – visto que a **desrestrrição** é operada por *não só*, e a **inclusão**, por também –, tais itens podem cair e não serem instanciados na construção. Provavelmente, está aí um dos fatores que justifica essa alternância e que bloqueia – por ora – a gramaticalização completa do par correlativo.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- CEZARIO, M. M. & CUNHA, M. A. F. (Org.) *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2013.
- CIENKI, A. “Frames, idealized cognitive models, and domains.” In: GEERAERTS, D. & CUYCKENS, H. (org.) *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007, p. 170-187.
- CROFT, W. & CRUSE, A. *Cognitive linguistics*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FUZER, C. & CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A permeabilidade da Dinâmica de Forças: da gramática ao discurso. In: LIMA-HERNANDES, M. C.; RESENDE, B. D.; VIDIGAL DE PAULA, F.; MÓDOLO, M.; CAETANO, S. C. (org.). *Linguagem e cognição: um diálogo interdisciplinar*. 1. ed. Lecce: Pensa Multimedia Editores, 2015, p. 163-185.
- GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. *Tradição, dinamicidade e estabilidade nas práticas discursivas: um estudo da negociação intersubjetiva na imprensa paulistana*. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- HALLIDAY, M. *Introduction to functional grammar*. 3. ed. Revised by Christian Matthiessen. London: Hodder Arnold, 2004.



HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2010.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. *Investigations in cognitive grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

LANGACKER, R. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (org.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988, p. 181-225.

MARGARIDO, R. *Se penso, é porque existo: as construções correlativas com 'se...Verbo ser + porque' sob uma perspectiva funcionalista*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MARTIN, J. & WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S. A. "The structure of discourse and 'subordination'." In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (org.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988, p. 275-330.

MÓDOLO, M. "As construções correlatas". In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil*, vol. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MÓDOLO, M. *Gramaticalização das conjunções correlativas no português*. 2004. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MÓDOLO, M. *Correlação: estruturalismo x funcionalismo*. In.: (Pré)publications: forskning og undervisning, n.º. 168. Danmark: Aarhus Universitet, 1999.

NININ, M. O. G. & BARBARA, L. "Engajamento na perspectiva lingüística sistémico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras". In.: *Trabalhos em lingüística aplicada*. Campinas, n. 52 (1), jan/jul. 2013, p. 127-146.

NOUWEN, R. "What's in a quantifier?" In: EVERAERT, M.; LENTZ, T.; DE MULDER, H.; NILSEN, Ø; ZONDERVAN, A. *The linguistic enterprise: from knowledge of language to knowledge in linguistics*. Amsterdam/Philadelphia, 2010, p. 235-256.



OAKLEY, Todd. “Force-dynamics dimensions of rhetorical effect”. In: HAMPE, B.; GRADY, J. (org.) *From perception to meaning: image schemas in cognitive linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.

RODRIGUES, V. V. “Correlação”. In: VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. (Org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSÁRIO, I. C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. 2012. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROSÁRIO, I. C. “Construções aditivas coordenadas e correlatas”. In: X FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DA UERJ, 2011, Rio de Janeiro. *Anais do X Fórum de Estudos Linguísticos da UERJ*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011, p. 1040-1050.

TALMY, L. *Towards a cognitive semantics*, v. 1. Cambridge: MIT Press, 2000.

Recebido em 18/04/2016
Aprovado em 27/07/2016



A trajetória da gramaticalização de *ir* + infinitivo em Português¹

The trajectory of the grammaticalization of *ir* + infinitive in Portuguese

Josane Moreira de OLIVEIRA²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise histórica do processo de gramaticalização da estrutura *ir* + infinitivo em português, em que o verbo *ir* passa de pleno a auxiliar para codificar o tempo futuro. O *corpus* analisado é constituído de textos escritos dos séculos XIII ao XX, sendo que deste último há dados também orais. De acordo com o referencial teórico funcionalista e considerando o paradigma da gramaticalização nos moldes propostos por Hopper e Traugott (2003), apresenta-se a trajetória do verbo *ir*, que amplia seu escopo funcional de movimento no espaço para movimento no tempo, tornando-se um verbo auxiliar e inserindo-se como um instrumento gramatical bastante produtivo na língua. O embrião da forma perifrástica localiza-se no século XIV, mas é no século XIX que o novo futuro se implementa no sistema e vem concorrendo com a forma de futuro simples, chegando mesmo a superá-la em frequência no século XX na modalidade oral da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Gramaticalização. Verbo *ir*. Futuro verbal. Língua Portuguesa.

ABSTRACT: This paper presents a historical analysis of the grammaticalization of the structure *ir* 'to go' + infinitive in Portuguese, a process in which the verb changes from main to auxiliary status and becomes an expression of future tense. The corpus contains written texts from the 13th to the 20th centuries, as well as oral data from the 20th century. Adopting a functionalist theoretical framework and the paradigm of grammaticalization as proposed by Hopper and Traugott (2003), we study the trajectory of *ir* 'to go' as it expands in functional scope from movement in space to movement in time, becoming a very productive grammatical device as an auxiliary verb. Although the embryo of the periphrastic form can be found in the 14th century, the new future tense is actuated only in the 19th century, when it starts to compete with the simple future tense and even surpasses it in frequency of use in the 20th century in the spoken language.

KEYWORDS: Grammaticalization. *Ir* 'to go'. Future tense. Portuguese language.

Introdução

O funcionalismo linguístico analisa a língua enquanto fenômeno comunicativo e discursivo. Sendo a noção de tempo uma categoria linguística e suas relações com o tempo cronológico uma função da comunicação e do discurso, uma abordagem funcionalista pode embasar teoricamente a análise da expressão de futuro no português, que pode ser realizada

¹ Excerto adaptado, revisto e ampliado, da tese de doutorado da autora (OLIVEIRA, J. M. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).

² Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – Departamento de Letras e Artes / Área de Linguística. Feira de Santana – Bahia – Brasil. CEP: 44036-900. E-mail: josanemoreira@hotmail.com.



através de formas simples (futuro simples ou desinencial e presente) ou por formas analíticas / perifrásticas (*haver de* + infinitivo e *ir* + infinitivo).

O tempo futuro expressa a expectativa de alguma ação (processo ou evento) a ser verificada mais tarde, após o ato de fala. Ele tem um valor temporal que não permite expressar uma modalidade factual, pois só aceita asserções segundo a avaliação feita pelo falante da (im)possibilidade de ocorrência de um estado de coisas. Assim, há um valor modal epistêmico aliado ao fator temporal no futuro que compromete a probabilidade de realização do que se enuncia. Segundo Câmara Jr. (1957, p. 223), a categoria de futuro não ocorre “pela necessidade da expressão temporal; concretizam-no certas necessidades modais, de sorte que o futuro começa como modo muito mais do que como tempo”.

O ciclo de alternância entre formas simples e formas perifrásticas de futuro é uma constante na história das línguas românicas. Já no próprio latim, o futuro desinencial adveio de formas modais analíticas (*cantare habeo* > *cantar hei* > *cantarei*). Para Câmara Jr. (1957), a nova forma de futuro criada ainda no latim desempenha três funções na língua: a) marca o modo; b) marca tempo com matiz modal; e c) marca tempo. O autor fala em gramaticalização do futuro modal em futuro temporal.

Neste artigo, admite-se a hipótese de que o processo que aconteceu no latim (forma analítica > forma sintética) está sendo invertido no português atual (forma sintética > forma analítica) a partir da gramaticalização do verbo *ir*, que passa, já em estágios anteriores da língua, de forma plena a marca morfossintática de futuro.

A perífrase é a forma verbal inovadora, que convive com a forma simples (conservadora). Trata-se, pois, de um fenômeno variável no português em que a variante perifrástica, concorrente da forma sintética para codificar a função que situa a ação ou o processo à direita do ponto da fala, é muito pouco discriminada. E a entrada do verbo *ir* como auxiliar para expressar o futuro vem encontrando resposta positiva entre os falantes (OLIVEIRA, 2011).

A construção perifrástica *ir* + infinitivo, não exclusiva do português, pode ser analisada como resultado de um processo de gramaticalização do verbo *ir* como auxiliar de futuro.

Com base, pois, na hipótese da gramaticalização, nos moldes propostos por Hopper e Traugott (2003), Heine (1993) e Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), descreve-se a trajetória da nova forma (a perifrástica), que passa a ocupar um novo espaço no sistema linguístico, tal como ocorreu com as formas *ir a* + infinitivo da língua espanhola, *aller* + infinitivo (o *futur proche*) da língua francesa e *be going to* + infinitivo da língua inglesa.

O corpus

Os dados analisados foram extraídos de amostras dos séculos XIII a XX, de origens diversas. Os textos utilizados estão expostos no Quadro 1, a seguir, discriminados por séculos.



Século	Texto(s)
XIII	Foro Real de Afonso X
XIV	Flos Sanctorum
XV	Vida de Tarsis Vida de uma Monja Morte de S. Jerônimo Vida de Santa Pelágia A Carta de Caminha
XVI	Cartas de D. João III
XVII	Cartas do Pe. Antônio Vieira
XVIII	Cartas Oficiais Cartas de Comércio Cartas Comuns
XIX	Cartas Oficiais Cartas Pessoais Cartas de Editores
XX	Jornais de Salvador e do Rio de Janeiro Inquéritos do Projeto NURC – Salvador e Rio de Janeiro

Quadro 1: *Corpus* utilizado

Ressalte-se que apenas no século XX há dados escritos e orais, estes oriundos de gravações de diálogos entre informante e documentador integrantes do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta, desenvolvido em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

68

A perífrase *ir* + infinitivo em português

Os verbos de movimento, em geral, são polissêmicos e superpõem, dentre outras, as noções de espaço e de tempo. O verbo *ir* é um dos verbos mais polissêmicos e, pois, um dos mais ‘gramaticalizáveis’. Na construção perifrástica com o infinitivo, ele tende a se transformar em auxiliar (HEINE, 1993; BYBEE, PERKINS e PAGLIUCA, 1994; HEINE e KUTEVA, 2002), quer dizer, num instrumento gramatical para a expressão do tempo futuro. Essa tendência, bem conhecida no inglês, no francês e no espanhol, pode ser constatada também no português, em que, na fala, o processo de substituição da forma de futuro simples pela forma perifrástica *ir* + infinitivo em construções como (1) está quase concluído (OLIVEIRA, 2006).

- (1) O inverso é uma geração que *vai casar* bonitinha, na igreja, quer tudo nos conformes, aí a próxima, não, *vai querer romper* com todos os padrões, entendeu, *vai fazer* um monte de doideira, *vai juntar*, *vai separar*, *vai juntar* dez vezes, *separar*, não sei o quê... (séc. XX)

Lima (2001), estudando a gênese e a evolução do futuro com *ir* em português, trabalha com as hipóteses de metáfora e metonímia para esse processo. Ele situa o início do processo de gramaticalização desse verbo como auxiliar de futuro no século XIV, a partir do indício



sintático de unidade da perífrase em que o traço de intenção está ausente, pois o sujeito é não-humano:

- (2) E ha em ella muytos ryos, dos quaes o primeiro he o Ebro que *vay entrar* ã no mar Terreno (*Crónica Geral de Espanha*, séc. XIV).

O autor conclui pela atuação de um processo metafórico para esse uso do verbo *ir*, já que há uma ideia de “tempo posterior”. E encontra as primeiras ocorrências da forma perifrástica *ir* + infinitivo já em cantigas de amigo de D. Dinis, no séc. XIII, embora ainda sem valor de um “tempo futuro”:

- (3) Levantou-s’a velida, / levantou-s’alva / e *vai lavar* camisas / eno alto: / *vai-las lavar* alva.

Embora utilize apenas dados literários, afirma que o progressivo incremento dessa perífrase se dá gradualmente a partir do século XVI.

A trajetória desse verbo – de lexema pleno a auxiliar – é possível em função de uma polissemia do verbo de movimento *ir*, que acumula traços compatíveis com as categorias de espaço e de tempo, como, por exemplo, em:

- (4) ... mas ele tem o poder... então... brum... cai tudo por terra... aí é que *vai procurar* o que é que houve... (séc. XX)

O verbo *ir* é um verbo vicário e possui vários sentidos, vários conteúdos (do mais concreto ao mais abstrato). Eis alguns exemplos de sua polissemia:

69

Movimento no espaço (verbo pleno):

- (5) E o mercador ñ quis tardar e mandou do seu a seus homeens o que teve por bem, desy que dessem todo o al a pobres e *foy-se* entõ com sam Panuço pera o deserto. [...] Depois de pouco tempo *foy-se* aquel mercador pera companhia dos sanctos. (séc. XIV)

Progressão, aumento, continuação (verbo aspectual):

- (6) ... e a Alexãdria porto do Nilo, dõde *vão ter* nas galees de Veneza pera se vendere... (séc. XVI)
- (7) ... que com o gentio tem aquêl pobre povo padecido e *vai experimentando* e a diminuição em que se acha... (séc. XVII)
- (8) ... que tem a sua testa elevada de fronte deste Quartel, e Porto de Soiza; e d’elle *vai acompanhando* o Rio Doce, até... (séc. XVIII)
- (9) O povo *vai compreendendo* que o país não pode prosperar... (séc. XIX)

Intenção (verbo modal):



- (10) Quando fui a esta Conquista no anno de 1618 se aballarão muitas pessoas das Ilhas a meu exemplo, parecendolhes que pois eu sem obrigações, *a hir buscar* remedio deixaua o regallo de Lixboa... (séc. XVII)
- (11) ... tanto que disseram que Chico Buarque vem daqui a um mês ou dois... vem Chico Buarque pra cá, agora acho que *vou abrir* uma caderneta de poupança pra não perder o show de Chico... (séc. XX)

Futuridade (verbo auxiliar):

- (12) Acho que nós *vamos sair* daqui com indigestão. (séc. XX)
- (13) ... hoje os senhores não sentem... são novos... mas daqui a cinco... seis anos *vão sentir*... e a família... o dia que o senhor morrer... sua família *vai viver* de quê? (séc. XX)

Há, todavia, contextos ambíguos em que esses quatro traços coexistem, como, por exemplo, em:

- (14) ... eu não tenho mais saco pra carnaval de clube, então eu vou de manhã pra rua; nove, dez horas eu chegando em casa pra mim já tá ótimo, já brinquei meu carnaval, aí *vou dormir* pro outro dia, né, mas gosto muito... (séc. XX)

Em (14), pode-se depreender que o falante se desloca no espaço (voltando para casa), após o carnaval, com a intenção de dormir (uma ação contínua, durativa) posteriormente à sua chegada em casa (tempo futuro). E toda a ação se realiza por um sujeito [+ agente].

São esses contextos ambíguos que permitem a instauração de contextos-ponte (*bridging context*) em que os traços de espaço e de tempo podem ser suplantados pelo traço [+ futuro]³. Essa conjugação de traços possibilita a utilização da perífrase em contextos mais específicos que implicam agentividade, intencionalidade e proximidade. O verbo *ir* se torna mais gramatical e menos lexical à medida que passa da expressão de movimento no espaço à condição de verbo auxiliar para indicar futuridade.

É, pois, a polissemia do verbo *ir* – espaço, intenção, tempo... – que desencadeia uma mudança semântica, fonte da gramaticalização desse verbo como auxiliar que exprime futuridade (MARTELOTTA, 1998).

³ Considerando que a gramaticalização é um processo induzido pelo contexto (*context-induced re-interpretation*), Heine (2002, p. 84) propõe quatro tipos de contextos: a) Estágio original e irrestrito – contexto caracterizado pelo significado original da forma; b) Contexto-ponte – contexto específico que origina o novo significado (significado alvo) por meio de uma inferência menos plausível no primeiro contexto, o do significado fonte; c) Contexto de mudança – contexto que permite isolar o significado novo (gramatical), já não interpretável como o significado original (lexical), que pode persistir em segundo plano; d) Convencionalização – contexto em que o significado novo passa a ser o mais frequente e se expande por novos contextos, tornando-se normal e inerente ao item ou à construção, podendo, inclusive, contradizer o significado fonte (HEINE, 2002, p. 86).



Há uma reorganização dos traços preponderantes dessa polissemia, no sentido de que um traço mais baixo ganha maior evidência, em função da intervenção de condições contextuais específicas. Ou seja, esse processo não pode ser analisado somente do ponto de vista lexical. É preciso considerar também as construções que esse verbo integra, já que se trata de um processo de auxiliarização. Segundo Lehmann (1982), Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), Traugott (2003) e Hopper e Traugott (2003), o processo de gramaticalização é fortemente contextualizado.

Lehmann (1982) diz que a gramaticalização não se limita a um item lexical; ela envolve toda a construção formada pelas relações sintagmáticas do item em questão:

Não se pode dizer propriamente que um dado elemento é gramaticalizado ou lexicalizado. Ao contrário, é a construção da qual o elemento é constituinte que pode definir cada rumo.⁴ (LEHMANN, 1982, p. 7)

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) salientam a possibilidade de que a gramaticalização envolva combinações de morfemas lexicais.

Traugott (2003) também defende que a gramaticalização pode atingir não só itens lexicais como também construções ou sintagmas:

Como a multiplicidade de exemplos envolvendo relações entre lexemas e gramaticalização cresceu, mais atenção começou a ser dispensada nos dois lados do Atlântico para o papel de “frases” ou “construções” e a definição de gramaticalização como a seguinte começou a aparecer: “o processo pelo qual lexemas e construções tomados em certos contextos linguísticos para servir a funções gramaticais” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. xv) e “a evolução de uma forma gramatical a partir do sentido de uma forma lexical e frasal antecedentes” (PAGLIUCA, 1994, p. ix).⁵ (TRAUGOTT, 2003, p. 625)

Hopper e Traugott (2003) enfatizam que um lexema se gramaticaliza apenas em contextos morfossintáticos bastante específicos e sob condições pragmáticas particulares:

O percurso não é diretamente de item lexical à morfologia. Antes, itens lexicais ou frases passam, a partir do uso em certos contextos locais altamente condicionantes, a ser reanalisados como tendo funções sintáticas e morfológicas. Esquemáticamente, isso pode ser caracterizado como: item lexical usado em contextos linguísticos específicos > sintaxe > morfologia.⁶ (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 99-100)

⁴ One cannot properly say that a given element as such is grammaticalized or lexicalized. Instead, it is the construction of which the element is a constituent that may embark on either course (LEHMANN, 1982, p. 7).

⁵ As the multiplicity of examples grew involving relationships between lexemes and grammaticalization, more attention began to be paid on both sides of the Atlantic to the role of “phrases” or “constructions” and definitions of grammaticalization such as the following began to appear: “the process whereby lexemes and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions” (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, p. xv) and “the evolution of grammatical form and meaning from lexical and phrasal antecedents” (PAGLIUCA, 1994, p. ix) (TRAUGOTT, 2003, p. 625).

⁶ The path is not directly from lexical item to morphology. Rather, lexical items or phrases come through use in certain highly constrained local contexts to be reanalyzed as having syntactic and morphological functions. Schematically, this can be characterized as: lexical item used in specific linguistic contexts > syntax > morphology (HOPPER e TRAUGOTT, 2003, p. 99-100).



Examinando as ocorrências do verbo *ir* em sua forma plena na tentativa de localizar ao menos o embrião do processo de generalização do(s) seu(s) significado(s), o que culminaria no seu uso como auxiliar de futuro, algumas estruturas se destacaram:

Sujeito [+ animado] + verbo *ir* + SP (sintagma preposicionado, contíguo ou não, como complemento circunstancial do verbo, indicando lugar ou pessoa):

(15) Aquel juyz havia nome Angelata. Este *foy ao moesteiro* demandado d'el-rey e disse a sã Fruytoso que fizesse viir aquela donzela... (séc. XIV)

(16) ... qua non seeria tan mao que a d'ali tirasse e se Mordaret fosse vençudo, *iria-se para seu senhor*. (séc. XIV)

Sujeito [+ animado] + verbo *ir* + SP abstrato:

(17) E degolarõ-no con [os] outros e *foi-se pera o parayso do deleyto*, que he eno ceo. (séc. XIV)

(18) ... que o non quizerom seguir pera *ir aa sua gloria*. (séc. XIV)

Sujeito [+ animado] + verbo *ir* intransitivo:

(19) Aquelo que diz que o outro passaro leyxã *ir* livremete demostra que depois que nós vecemos... (séc. XIV)

(20) ... e deixaraó *hir* os outros... (séc. XVIII)

Sujeito [+ animado] + verbo *ir* intransitivo pronominal:

(21) – Eu nunca vos amarei [...] se *vus non ides*, mais faço-vus certo que vus verra mal, se *vus non ides*. (séc. XIV)

(22) E tomou Eliezer dez camelos e *foi-se* e levou de todos os bees que avia Abraan... (séc. XV)

Sujeito + verbo *ir* + gerúndio:

(23) ... e ela *foi-se correndo* a casa de seu padre... (séc. XVI)

(24) ... divide-se este Rio para oSúl *evai seguindo* para oCastello; chegando ao lugar da fruteira... (séc. XVIII)

Sujeito + verbo *ir* + particípio passado:

(25) ... aramarão aly oito chalupas grandes, de gauea, que *hião abatidas* em peças nos Nauios... (séc. XV)

(26) Leia agora o que *vai transcrito* do Morning Chronicle... (séc. XIX)



Sujeito [+ animado] + verbo *ir* + preposição *para* elíptica + infinitivo (com o sentido de finalidade, mas ainda sem a aceção de futuro):

- (27) E porem se queremos saber como podemos *ir* Ø *morar* ao eu reyno, perguntemos o Nosso Senhor Deus com o Propheta... (séc. XVII)
- (28) ... e fidalgos de sua companhia, que *forão* Ø *beijar* a mão ao imperador... (séc. XVII)

Nessas estruturas, observa-se que o traço de animacidade do sujeito é importante na criação de um contexto favorável à gramaticalização do verbo *ir*. Conforme dizem Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p. 266-270), a gramaticalização dos verbos de movimento em verbos auxiliares de futuro passa por um estágio em que eles expressam ‘intenção’, primeiramente, do falante. Num outro estágio, a intenção, transferida ao agente do verbo principal, é atribuída a outra pessoa, podendo ser interpretada como ‘predição’. Assim, para os autores, construções de futuro que se originam de verbos de movimento têm início com uma semântica de expressão de intenção do agente e caminham para um sentido de predição. Daí a importância de um sujeito animado para que esse contexto seja instaurado.

O verbo *ir*, na sua passagem de verbo pleno a auxiliar de futuro, atravessa uma escala semântica similar àquela de outros itens lexicais em vias de gramaticalização (HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991, p. 48):

Pessoa → objeto → processo → espaço → tempo → qualidade

73

O verbo *ir* parte de um sentido associado a espaço físico, passando pelos sentidos de desejo e modalidade, em direção a um sentido associado a espaço temporal. O esmaecimento do traço de modalidade (intenção ou propósito de fazer algo) permite, então, a sua gramaticalização como auxiliar de futuro. Permanecem, todavia, alguns resquícios do traço [+modal] em muitos exemplos, superpondo-se, às vezes, ao sentido de futuro. É a preservação desse traço que explica, inclusive, o fato de muitos autores, como, por exemplo, Jeanjean (1988) e Blanche-Benveniste (1997), verem diferença no uso de futuro simples e de futuro perifrástico. Os dois extremos do processo de gramaticalização estão ilustrados nos exemplos seguintes:

Movimento no espaço:

- (29) – Filho, ñ queyras haver medo, ca eu ñ decerey hora de meu esteo. Mais deci tu e *vay confortar* o poboo. Entõ deceu e *foy a dizer* ao poboo. E outrossi *foy-o dizer* ao bispo d’Antichia Anziocena. (séc. XIV)

Movimento no tempo:

- (30) A os que esta Relação [...] persuadir, a que *vão viver* nesta terra, peço [...] que quando se nella virem contentes, [...] roguem a Deus... (séc. XVII)



Como proposto por Heine (2002), é a convencionalização de inferências que permite a passagem do sentido locativo ao sentido temporal. No caso do exemplo (30), já que o falante se refere (e se dirige) a pessoas que já estão presentes “nesta terra”, infere-se o valor de futuro na perífrase construída, ou seja, o “tempo posterior” sugerido por Lima (2001). Também pode-se ver nesse exemplo, clara e diferentemente do exemplo (29), que já não há mais a ‘intenção’ do falante, mas a ‘predição’ dirigida a outra(s) pessoa(s), como explicam Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p. 270).

Deslocar-se no espaço físico requer tempo, atingir um objetivo ou realizar um desejo também exige tempo. O futuro implica, assim, uma projeção.

Do ponto de vista estrutural, o embrião do sentido gramatical de auxiliar de futuro do verbo *ir* pode ser encontrado em construções nas quais ele está acompanhado (nem sempre em contiguidade) de um adjunto ou de um complemento circunstancial:

- (31) E pero aas vegadas *vay* aos ortos e aos logares *pera colher* alguus grãos de semêtes onde viva. (séc. XIV)
- (32) ... quis o nosso Padre *ir* laa *a diser* missa, porque se passa hum anno e dous que não v[e]m a Deus, nem no vem a ver podendo vir. (séc. XVI)
- (33) ... & agora *vão* frades capuchos, *para os catequizar*... (séc. XVII)

A supressão da preposição que introduz o SP, exprimindo em geral a finalidade, pode estar associada, talvez, a razões funcionais, como a economia da frase e a velocidade da fala. Uma explicação mais plausível, porém, pode ser dada: aplica-se aí um processo de reanálise, segundo os moldes de Hopper e Traugott (2003), que altera as fronteiras dos constituintes. A preposição, que antes introduzia a segunda oração (em posição COMP⁷), desaparece e não há mais fronteiras entre o verbo *ir* e o infinitivo. Assim nasce a perífrase verbal, mais perceptível quando não há mais elementos intervenientes entre o verbo *ir* e o infinitivo da frase circunstancial.

Martelotta (1998, p. 23), ao falar do verbo *ir* como auxiliar de futuro, também diz que a sua origem é adverbial. Ele se origina em uma estrutura com uma cláusula final, o que é relatado também por outros autores, e mostra o seguinte exemplo:

- (34) Ele *vai* para *falar* com o professor. > Ele *vai falar* com o professor. > *Vai chover*.

Isso se comprova quando da análise da gramaticalização desse verbo a partir dos dados considerados:

- (35) ... o qual por mais que se sofreo lhe foy necessario *yr* a bordo Ø *alijar* como quada hum dos outros... (séc. XVI)
- (36) ... cujos braços estão sempre abertos para receber os desgraçados que nelles *vai* Ø *buscar* o derradeiro refúgio. (séc. XVIII)

⁷ Complementizador, elemento que introduz uma sentença encaixando-a a outra.



(37) ... que pagaó os escravos que vaó para as minas, e a outra com as notícias do Governo de Saó Paulo, e de *hir* o ouv.^r desta Capitania Ø *suspende*, e tira residência... (séc. XVIII)

(38) ... a cuja festa *fuy* Ø *asestir* no convento de S. Antonio... (séc. XVIII)

Essa estrutura começa a ser reanalisada como tendo de fato uma perífrase verbal análoga àquela formada por *haver de* + infinitivo, que já existe na língua e que é frequentemente utilizada, pelo menos até o século XIX. Os exemplos a seguir foram extraídos do mesmo documento:

(39) ... e porq.^e este contracto *hade principiar* no primr.^o de julho... (séc. XVIII)

(40) ... esta deligência a *vaó comprar* nos citios donde se produs o tal genero... (séc. XVIII)

Desse modo, algumas alterações estruturais podem ser observadas em frases que exprimem finalidade, com a preposição (ou a locução preposicional) já anteposta à perífrase verbal e não mais situada entre o verbo *ir* e o infinitivo:

(41) ... prometendolhe merçees por lho *hir buscar*, e mandava-lhe que non vehesse ante elle... (séc. XV)

(42) ... no dia seguinte segui para a roça em razão de *ir concluir* uma cerca... (séc. XIX)

75

É preciso destacar também que a co-ocorrência de vários adjuntos adverbiais que existia nessas estruturas desaparece com a desintegração do complemento posposto exprimindo a finalidade. Com o apagamento da fronteira entre o verbo *ir* e o material subsequente (a antiga oração final reduzida de infinitivo), a preposição desaparece e os dois núcleos verbais são reinterpretados como uma perífrase em que o primeiro elemento (o verbo auxiliar) carrega as marcas modo-temporais e número-pessoais. Os outros constituintes (complementos e/ou adjuntos) vão, então, se situar na periferia direita da oração:

(43) ... e cercada que de longe, mas bem defronte, parece que *vão beber ao mar*... (séc. XVII)

Esse último exemplo tinha, provavelmente, como equivalente uma expressão como *vão ao mar para beber*.

Uma vez feita a reanálise da construção com o verbo *ir* seguido de infinitivo, a perífrase (forma composta) passa a integrar o paradigma das formas de expressão de tempo, concorrendo com a forma sintética de futuro em português.

O futuro do presente em português pode ser interpretado como futuro temporal puro, reflexo de uma intelectualização da língua, ou como futuro modal, indicando intenção ou finalidade. No caso da forma perifrástica *ir* + infinitivo, parece haver certa preservação da nuance de modalidade se superpondo ao sentido de tempo, como já admitia Câmara Jr. (1985), para quem o verbo auxiliar *ir* tem traços de valor modal e aspectual:



De um lado, assinala a intenção de fazer alguma coisa (que é uma característica modal); de outro lado, exprime um aspecto *sui generis*: o do que ainda vai acontecer: *vou sair, ia sair, fui sair, irei sair* etc. Essa significação aspectual dá-lhe o caráter de um futuro, a partir do pretérito ou de outro futuro. (CÂMARA JR., 1985, p. 170)

Pode-se associar essa característica da perífrase ao ‘princípio da persistência’ (HOPPER, 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 2003). A transformação de *ir* em auxiliar não apaga completamente nuances do seu significado original, principalmente no que se refere aos valores de propósito, intencionalidade.

Segundo os dados aqui analisados, o processo de gramaticalização desse verbo como indicador de futuridade começa no século XIV, ainda que em estágio embrionário⁸. A auxiliarização se instala no século XVI e, ao final do século XX, o uso do futuro perifrástico chega mesmo a ultrapassar o do futuro simples, pelo menos na fala, sobretudo quando existem os traços de agentividade, proximidade e intencionalidade (OLIVEIRA, 2006).

Conclusões

O futuro perifrástico em português é resultado de um processo de gramaticalização da construção *ir* + infinitivo, que tem início em estruturas que envolvem uma oração principal e uma oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.

A gramaticalização de *ir* + infinitivo envolve processos de metáfora (espaço > tempo), analogia (*haver de* + infinitivo \cong *ir* + infinitivo) e reanálise (mudança das fronteiras de constituintes da estrutura original).

A forma perifrástica *ir* + infinitivo é posterior ao futuro simples e à perífrase *haver de* + infinitivo, podendo, pois, ser considerada como forma inovadora.

O futuro analítico ora analisado tem seu embrião já no século XIV, como apontado por Fleischman (1982), mas parece implementar-se com mais força na língua a partir do século XIX, pois, antes disso, mesmo sendo documentado, ocorre esporadicamente e com menos frequência que as outras formas.

A forma inovadora vem adquirindo espaço na língua assinalando com mais ênfase a modalidade no tempo futuro, mas encaminhando-se para marcar de fato o tempo, papel até então reservado ao futuro do presente.

Essa nova perífrase codifica modalidade de intenção, desejo ou certeza na expressão de um fato, tendo ainda a responsabilidade pela indicação de tempo futuro.

A indicação do tempo futuro está se gramaticalizando a partir da ideia de movimento que persiste no verbo *ir*, já que movimento no espaço requer também movimento no tempo.

Um indício de que o processo de gramaticalização da construção perifrástica ainda não está completado é que, embora *ir* (auxiliar) + *ir* (principal) já seja comum tanto em alguns dialetos do Sul do Brasil como na fala infantil e na fala dos menos escolarizados, ainda não há

⁸ Na análise de Lima (2001), entretanto, ele já encontra a construção perifrástica no século XIII, como mostrado anteriormente. Mas acredita-se que no exemplo citado pelo autor ainda é muito evidente o sentido de movimento no espaço.



uma generalização dessa forma, embora seja destituída de estigma social (GIBBON, 2003; OLIVEIRA, 2011).

A forma perifrástica em questão apresenta, portanto, três funções: modalidade, aspecto e tempo, caminhando de uma noção espacial passando pela noção aspectual de prospecção e atingindo a noção de tempo futuro.

Analisando dados de fala, Oliveira (2006) atesta que o futuro perifrástico supera o futuro simples na fala culta. E em dados da língua escrita jornalística de Angola, do Brasil e de Portugal, Oliveira (2014) evidencia que a forma perifrástica alcança cerca de 30% dos dados nos três países, em relação ao futuro simples. Comparando fala e escrita, Oliveira e Menon (2015) comprovam que a alternância futuro simples ~ futuro perifrástico é, sobretudo, diamésica, ou seja, o futuro simples está para a escrita assim como o futuro perifrástico está para a fala.

E é o aumento de uso da forma analítica que revela um indício do avanço da sua gramaticalização.

REFERÊNCIAS

BLANCHE-BENVENISTE, C. La notion de variation syntaxique dans la langue parlée. *Langue Française*, 115. Paris: Larousse, 1997, p. 19-29.

BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CÂMARA JR., J. M. *Uma forma verbal portuguesa – estudo estilístico e gramatical*. Tese apresentada no concurso para a cadeira de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio/Rodrigues & Cia., 1957.

CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

FLEISCHMAN, S. *The future in thought and language – diachronic evidence from Romance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GIBBON, A. O. Teste de atitude e ensino: a expressão *vou ir* no Sul do país. Comunicação apresentada no II ECLAE. João Pessoa: UFPB, 7 a 10 de setembro de 2003 (mimeo).

HEINE, B. *Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 1993.

HEINE, B. On the role of context in grammaticalization. In: WISCHER, I.; DIEWALD, G. (Ed.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2002, p. 83-101.

HEINE, B.; CLAUDI, U., HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.



HEINE, B.; KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOPPER, P. J. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1991, v. 1, p. 17-35.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. 1^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JEANJEAN, C. Le futur simple et le futur périphrastique en français parlé. Étude distributionnelle. In: BLANCHE-BENVENISTE, C.; CHERVEL, A.; GROSS, M. (Ed.). *Hommage à la mémoire de Jean Stéfanini*. Aix: Presses de l'Université de Provence, 1988, p. 235-258.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization: a programatic sketch*, v.1. Köln: Arbeiten des Kölner Universalienprojekts, 1982.

LIMA, J. P. Sobre a gênese e a evolução do futuro com “ir” em português. In: SILVA, A. S. (Org.). *Linguagem e cognição*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 119-146.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização e vinculação entre cláusulas adverbiais. *Relatório do Projeto Integrado Gramaticalização e Vinculação entre Cláusulas Adverbiais – Grupo Discurso & Gramática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

OLIVEIRA, J. M. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, J. M. A variação do futuro verbal em português: teste de percepção / atitude na cidade de Feira de Santana-BA. *Tabuleiro de Letras*, v. 3, p. 1-20, 2011.

OLIVEIRA, J. M. The Portuguese future tense in three corners of the world: Angola, Brazil and Portugal. Comunicação apresentada no 20th Sociolinguistics Symposium. Jyväskylä (Finlândia), jun. 2014 (mimeo).

OLIVEIRA, J. M.; MENON, O. P. S. L'expression du futur verbal en portugais brésilien : un cas de variation diasystémique. In: KRAGH, V.; LINDSCHOUW, J. (Org.). *Les variations diasystémiques et leurs interdépendances*. Strasbourg: Société de Linguistique Romane, 2015, p. 493-506.

PAGLIUCA, W. Introduction. In: PAGLIUCA, W. (Ed.). *Perspectives in grammaticalization*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1994, p. ix-xx.



TRAUGOTT, E. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 625-647.

Recebido em 18/04/2016
Aprovado em 27/07/2016



A gramaticalização de *no caso de* no português brasileiro: um enfoque discursivo-funcional

**The grammaticalization of ‘no caso de’ in Brazilian Portuguese:
a functional discourse grammar approach**

Kátia Elaine de Souza BARRETO¹
Edson Rosa Francisco de SOUZA²

RESUMO: O objetivo do trabalho é analisar o processo de gramaticalização de *no caso de* no português brasileiro, a partir dos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) e da Teoria da Gramaticalização (TRAUGOTT, 1995; BYBEE, 2003), levando-se em consideração não somente aspectos sintáticos como também aspectos semânticos e pragmáticos associados ao uso dessa construção como conectivo condicional. Os dados são do *Corpus do Português* (DAVIS e FERREIRA, 2006). Em termos gerais, os resultados mostram que *no caso de* opera tanto nas camadas do Nível Representacional (propriedade configuracional, estado-de-coisas, episódio e conteúdo proposicional) quanto nas camadas do Nível Interpessoal (ato discursivo), o que reforça a gramaticalização em curso dessa locução, com a ocorrência de mudanças tanto no conteúdo quanto na forma. Em resumo, as orações condicionais introduzidas por *no caso de* são basicamente classificadas como de conteúdo, epistêmica e ato de fala (SWEETSER, 1990).

80

PALAVRAS-CHAVE: Conectivo. Orações condicionais. Gramática Discursivo-Funcional

ABSTRACT: This paper aims at analyzing the grammaticalization process of *no caso de* in Brazilian Portuguese, from the perspective of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD and MACKENZIE, 2008) and of Grammaticalization Theory (TRAUGOTT, 1995; BYBEE, 2003), taking into account not only the syntactic aspects but also the semantic and pragmatic aspects associated with the use of this construction as a conditional connective. The data are from *Corpus do Português* (DAVIS and FERREIRA, 2006). The results show that *no caso de* operates at the layers of the property, state-of-affairs and propositional content of the Representational level and at the layer of discourse act of the Interpersonal level of the language, which reinforces the grammaticalization in course of this expression, with respect to the contentive and formal changes. In sum, we found that the conditional clauses introduced by the connective locution *no caso de* may be classified as content, epistemic and speech act (SWEETSER, 1990).

KEYWORDS: Connective. Conditional clauses. Functional Discourse Grammar

Palavras iniciais

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas – UFMS/CPTL – Programa de Pós-Graduação em Letras. Três Lagoas – MS – Brasil. CEP 79603-011. E-mail: katia.barreto@hotmail.com

² Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto – UNESP/IBILCE – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto – SP – Brasil. CEP 15054-000. E-mail: edson@ibilce.unesp.br



O objetivo do trabalho é analisar, com base nos preceitos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF - HENGEVELD e MACKENZIE, 2008) e da Gramaticalização³ (GR - TRAUGOTT, 1995; BYBEE, 2003), o processo de gramaticalização de *no caso de* como locução conectiva no português brasileiro, tendo em vista os aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos atrelados ao uso dessa expressão como conectivo condicional.

Para a tradição gramatical, a oração subordinada adverbial, como a que é inserida pela locução *no caso de*, é quase sempre descrita como uma oração que não possui autonomia sintática (BECHARA, 2009), ou seja, é um tipo de oração adverbial que, para ter sentido completo, depende sempre da oração principal. Já para a abordagem funcionalista, as orações adverbiais são, em geral, classificadas como modificadores (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), ou satélites adverbiais (DIK, 1997), justamente porque modificam o estatuto semântico-pragmático da oração principal, podendo atuar, conforme Dik, nas camadas do estado-de-coisas, da proposição e do ato de fala. Nessa abordagem teórica, os autores consideram tanto os aspectos sintáticos quanto os aspectos semânticos e pragmáticos para a descrição de orações, fato que justifica, portanto, a adoção dos pressupostos teóricos funcionalistas.

As ocorrências (1) e (2) ilustram os conectivos que analisamos aqui:

- (1) A abertura do processo de responsabilidade de Hulse [vice-governador de Santa Catarina pelo PMDB] obteve 20 votos contra 12, quando o quórum de dois terços exigia um mínimo de 27 votos para que o vice fosse julgado. Com a decisão, o PMDB assegura o governo de Santa Catarina. *No caso de* o governador Paulo Afonso Vieira ser condenado, o vice assumirá o cargo. O presidente não proclamou o resultado, porque ainda vai consultar o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o quórum válido, mas a vitória de Hulse dificilmente será revertida. (19N:Br:Recf)
- (2) E recomendo mudar o Duration para 30 segundos na aba Filter, *no caso de* você ter que gravar um prompt muito grande: Feito isso, crie uma nova Application referenciando o seu script e configure um Trigger qualquer para ela (ccievoicebrasil.blogspot.com)

Em (1) e (2), as orações condicionais *o governador Paulo Afonso Vieira ser condenado* e *você ter que gravar um prompt muito grande* são, ambas, inseridas pela locução conectiva *no caso de*. Trata-se de um conectivo de natureza complexa, definido pela configuração estrutural *det.prep+N+de*, que se comporta como locução adverbial conectiva de valor condicional (quando é formada apenas pela estrutura *no caso de*), diferenciando-se, pois, da locução conjuncional *no caso de que* (que é aquela formada pela junção de *no caso de* com a palavra *que*). Como se pode notar, tanto em (1) quanto em (2), a locução *no caso de* é usada como elemento conectivo para estabelecer a relação de condição entre duas orações: a diferença é que, em (1), em termos de ordenação, *no caso de*, que insere um estado-de-coisas [o governador ser condenado], ocupa a posição inicial da oração, ao passo que, em (2), *no caso de* também insere um estado-de-coisas, mas ocupa a posição final da oração. Assim, em

³ A fim de distinguir entre processo de mudança linguística e modelo teórico, utilizaremos, ao longo do texto, a sigla GR para se referir à gramaticalização como teoria e “gramaticalização” (em letras minúsculas) para se referir ao processo de mudança em si que ocorre em uma língua.



(1), a oração adverbial condicional precede a oração principal, e, em (2), a oração principal é que precede a oração condicional [você ter que gravar um prompt muito grande].

Em termos específicos, a proposta do artigo é (i) verificar as motivações funcionais que regulam a escolha da locução conectiva *no caso de* para indicar condicionalidade, considerando-se o fato de que o português brasileiro dispõe de várias outras conjunções simples e complexas para marcar a relação semântica de condição, (ii) analisar o processo de gramaticalização por que vem passando a expressão *no caso de* no português brasileiro [do nome *caso* à locução conectiva *no caso de*], em que se observa um deslocamento funcional de um domínio concreto [lexical] para um domínio mais abstrato [gramatical], com usos que vão desde as camadas do Nível Representacional até às camadas do Nível Interpessoal da GDF.

Como universo de investigação, utilizamos o *Corpus* do Português (DAVIS e FERREIRA, 2006), disponível no endereço (www.corpusdoportugues.org), e os seguintes parâmetros de análise: unidade composicional da oração principal, unidade composicional da oração subordinada, correferência entre os sujeitos, factualidade, tempo verbal da oração principal, tempo verbal da oração subordinada, forma verbal da oração subordinada, posição da oração subordinada e tipo de gênero discursivo.

A principal hipótese investigada neste trabalho é a de que as orações condicionais articuladas pela locução *no caso de* designem apenas estado-de-coisas, pelo fato de a oração condicional inserida por *no caso de* ser, na maioria dos casos, codificada na forma não-finita (restrição imposta pela própria estrutura da locução), que, por sua vez, tende a indicar um grau maior de vinculação entre orações, característica esta que é típica de orações adverbiais que operam em camadas mais baixas de organização da gramática. Tal hipótese está associada à caracterização semântico-pragmática da oração condicional e à sua forma de expressão.

82

Para cumprir os objetivos propostos, o artigo organiza-se da seguinte maneira: discutimos inicialmente a noção de subordinação adverbial na tradição gramatical e na GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008). Na sequência, trazemos uma breve discussão sobre GR e suas motivações. Em seguida, discorremos sobre os usos e o processo de formação de *no caso de* (*que*). Por fim, apresentamos a análise dos dados e as palavras finais.

Gramaticalização e suas motivações

De acordo com Hopper e Traugott (1993), a GR constitui um processo que tem encontrado abrigo privilegiado dentro do Funcionalismo linguístico, justamente pelo fato de essa abordagem teórica refletir sobre a relação entre o sistema e o funcionamento da língua. Ao tratar dos estudos de GR no português brasileiro, Neves assinala que, numa visão funcionalista, “ver a língua em seu funcionamento implica vê-la a serviço das necessidades dos usuários, e a partir daí, em constante adaptação.” (NEVES, 1997, p. 117).

Dentre os autores que contribuem para os estudos de GR está Hopper (1991, p. 19, 21), que rejeita a noção de uma gramática estática e diz que todas as partes da gramática estão sujeitas a sofrer algum tipo de mudança via gramaticalização. Nesse sentido, em termos de funcionalidade, a gramática não é, simplesmente, um conjunto isolado de sentenças, mas o engenho que permite que a comunicação seja estabelecida entre falantes de uma língua. Para os estudos de GR, os componentes da linguagem (pragmático, semântico, sintático) não são vistos de forma isolada, mas sim como instâncias que se inter-relacionam. A mesma posição é assumida pela GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), ao entender que, em termos hierárquicos, a pragmática governa a semântica; a pragmática e a semântica governam a



morfossintaxe, e, juntas, a pragmática, a semântica e morfossintaxe governam a fonologia. A relação em ‘cascata’ existente entre níveis de análise linguística é certamente determinada pela organização *top-down* da gramática (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 1-13)⁴ e mostra que, de alguma forma, há processos de mudança linguística que podem envolver alterações semânticas, sintáticas e fonológicas e categoriais, e outros que provocam mudanças apenas de ordem semântica, sem afetar a natureza fonológica e categórica das construções.

Desde Meillet (1965 [1912]) tem havido grande avanço nas pesquisas sobre GR, reconhecendo-se no processo em si uma cadeia de desenvolvimento sem fim. O autor aponta que a gramaticalização é um processo interminável, pois o desgaste funcional das palavras é um acontecimento constante nas línguas, que é decorrente, por assim dizer, da necessidade de se criar novas formas para atender às expectativas comunicativas dos usuários. Depreende-se, portanto, dessa definição do autor que a GR é um processo de mudança linguística que envolve perdas e ganhos e que as formas linguísticas se adaptam às “mudanças”.

Dos autores que discutem questões sobre mudança linguística, chamamos a atenção também para Heine *et al.* (1991), Hopper e Traugott (1993) e Bybee (2003), que compartilham de uma noção semelhante de GR, assentada basicamente no reconhecimento de que a passagem de um item lexical a um item gramatical ocorre de maneira gradual, em uma trajetória unidirecional. Em outras palavras, o que essas propostas têm em comum é que a distinção entre elementos lexicais e elementos gramaticais não é entendida de forma *dicotômica* (ou é lexical ou é gramatical), mas sim como *continuum* de gramaticalização, que aponta para existência de categorias não-discretas (híbridas), que se distribuem entre os dois extremos desse *continuum*.

Heine *et al.* (1991) definem a GR utilizando os conceitos de *palavra-fonte* e *palavra-alvo*. Para os autores, as palavras-fontes são aquelas que atuam como fonte do processo de mudança linguística, uma vez que são elementos que possuem significação própria e tendem a codificar objetos concretos pertencentes ao mundo sócio-físico do falante/ouvinte (SWEETSER, 1991), e, por isso, estão geralmente associados a processos, localizações e ao sistema dêitico da língua. Já as palavras gramaticais (ou alvo), segundo Heine *et al.* (1991), são aquelas que estão mais estreitamente relacionadas a elementos abstratos da língua, sendo, portanto, desprovidas de significado próprio, característica esta que as coloca no rol de palavras que são dependentes de outras palavras ou então do contexto de uso. São exemplos de palavras gramaticais os auxiliares, os clíticos e os afixos (prefixos, infixos e sufixos).

Na proposta de Heine *et al.* (1991), a GR é definida como processo cognitivo, em que conceitos concretos (atividade, espaço etc.) são utilizados para compreender, descrever ou explicar conceitos ou fenômenos mais abstratos (categoria de tempo, por exemplo) pertencentes à língua. Dessa forma, os autores explicam que o ‘surgimento’ de *novas formas* linguísticas em uma língua é motivado por questões pragmáticas ou interacionais, a partir de associações metafóricas e metonímicas realizadas pelo falante.

A definição de GR de Traugott (1982), Hopper e Traugott (1993) e Traugott (1995), que é compatível com a definição de expansão funcional da GDF, entende a mudança linguística como um processo de *pragmatização*, em que itens linguísticos passam a atuar no

⁴ “within the top-down organization of the grammar, pragmatics governs semantics, pragmatics and semantics govern morphosyntax, and pragmatics, semantics and morphosyntax govern phonology” (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13).



domínio pragmático, exercendo funções mais expressivas [gramaticais], tais como a de marcador discursivo, operador aproximativo, dentre outras.

Do ponto de vista diacrônico, não há como negar, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), que os fenômenos gramaticais derivam unidirecionalmente de unidades lexicais. A irreversibilidade do processo de gramaticalização é defendida, em especial, pelos autores que seguem uma definição mais clássica de GR, cuja análise tende a focar mais a mudança da palavra isoladamente. Trata-se de uma definição que se diferencia, por exemplo, da Abordagem Construcional de Traugott e Trousdale (2013), mais recente, que toma como unidade de análise a construção como um todo. Nesse sentido, como Traugott e Trousdale entendem que a gramática constitui uma rede cognitiva de construções, a unidirecionalidade da mudança linguística deixa de ser o cerne do modelo, no sentido de que a mudança construcional de uma dada construção pode tanto seguir uma trajetória unidirecional quanto ser motivada por outra construção já devidamente convencionalizada ou estabilizada na língua. Nesse caso, os autores prevêem que certas construções podem ser criadas a partir de modelos, ou seja, de padrões construcionais ou esquemas já cristalizados na língua, como por exemplo, a construção [Xque]⁵, que, inicialmente, segundo Cezario, Silva e Santos (2015), era usada para instanciar formas conectivas com sentido de tempo, tais como *logo que*, *sempre que*, mas passou, posteriormente, a atrair, por meio de analogia, “formas com sentido diferente do sentido de ‘tempo’”, tais como causa (*uma vez que*, *já que*), condição (*se bem que*) e concessão (*ainda que*, *mesmo que*) (CEZÁRIO, SILVA e SANTOS, 2015, p. 241).

Apesar de a GDF também possibilitar o estudo de construções, como se vê, por exemplo, nos trabalhos de Evelien Keizer sobre expressões idiomáticas (KEIZER, 2016), construções verbo-preposicionais (KEIZER, 2008), e de se verificar, segundo Keizer (2008, p.7), “certa sobreposição entre construções para a Gramática de Construções (GC) e esquemas/moldes de predicação para a GDF”, as duas abordagens teóricas diferem consideravelmente, conforme a autora, no modo como elas empregam esses dispositivos construcionais. Para a autora, a GDF parece ser mais geral e mais específica do que a GC, isto é, é mais geral, no sentido de que os esquemas/moldes ocorrem nos quatro níveis, em que cada um desses níveis contém uma combinação específica de características. Ao mesmo tempo, esses esquemas/moldes são mais específicos, uma vez que, juntos, esses quatro tipos de esquemas/moldes fornecem uma descrição mais completa dos enunciados linguísticos, incluindo não somente aspectos sintáticos e semânticos como também aspectos pragmáticos e fonológicos (KEIZER, 2008, p. 7). Já a proposta da GC inclui mais aspectos sintáticos e semânticos em seu modelo de descrição, sendo esses os seus níveis centrais de análise. Outra diferença que se observa entre as duas abordagens teóricas é que, diferentemente da GDF, que considera apenas os fenômenos pragmáticos e semânticos que têm algum reflexo nos níveis morfossintático e fonológico (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 38), a GC não possui nenhum modelo de representação formal dessas construções, fato que dificulta uma possível distinção dos diferentes tipos ou padrões construcionais em uma dada língua.

No modelo da GDF, a rede de construções, tal como formulada por Goldberg, está totalmente situada no componente gramatical da língua, ficando a cognição (referente ao componente conceitual da GDF), que é vista como importante para GC, fora desse processo⁶.

⁵ De acordo com Cezário, Silva e Santos (2015, p. 241), o esquema conectivo abstrato [Xque] surgiu no século XVI com o *slot* X sendo preenchido primeiramente por formas temporais.

⁶ Essa observação foi listada por um dos pareceristas do trabalho, a quem agradecemos pela leitura atenta.



Hengeveld e Mackenzie reconhecem ainda que do estágio inicial ao estágio final de mudança, um dado item pode compartilhar ou conservar propriedades dos estágios iniciais, aspecto que é captado pelo princípio da *persistência* de Hopper (1991). Já do ponto de vista sincrônico, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 7) postularam uma distinção relativamente não-discreta entre elementos lexicais e elementos gramaticais (KEIZER, 2007), na medida em que essa distinção é importante para o modo como esses elementos são analisados na GDF. Isso significa dizer que, por um lado, os autores entendem que os itens lexicais e gramaticais não são categorias discretas, razão pela qual adotam a proposta de mudança de Keizer (2007), que prevê que um elemento lexical pode desenhar a seguinte trajetória de mudança: lexical, operador lexical e operador, mas reconhecem, por outro lado, que os demais estágios de ambiguidade/polissemia entre formas não são passíveis de captação/formalização pela GDF.

O modelo da GDF e a gramaticalização

Na GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), a gramaticalização é entendida como um processo de expansão funcional de formas linguísticas que se estabelece entre camadas e níveis de organização hierárquica da linguagem, de modo que, uma vez iniciado o processo, o esperado é que o item em questão desenvolva um trajeto de mudança que vai das camadas mais baixas para as camadas mais altas do Nível Representacional (nível semântico), e, assim, sucessivamente, das camadas mais baixas para as camadas mais altas do Nível Interpessoal (nível pragmático). Nesse caso, o percurso inverso de mudança não é esperado pela GDF, uma vez que, após alcançado um ponto nas camadas ou nos níveis, o item não pode se mover para camadas ou níveis mais baixos.

De acordo com Hengeveld (prelo), na GDF, os processos de gramaticalização são vistos como uma combinação de mudança formal e mudança de conteúdo, que seguem percursos previsíveis: com relação ao conteúdo, essas mudanças implicam um aumento gradual e sistemático no escopo semântico-pragmático, enquanto que na questão formal, tais mudanças implicam uma diminuição gradual e sistemática na lexicalidade. Em outras palavras, a mudança formal é entendida na GDF como um tipo de mudança que afeta a forma de expressão, isto é, a expressão morfossintática e/ou fonológica. Já a mudança de conteúdo envolve a mudança de cunho semântico e/ou pragmático, que, na proposta de Hengeveld (prelo), é captada por diferenças de escopo no tocante às camadas dos níveis Representacional e Interpessoal. Esses dois tipos de mudança não ocorrem – necessariamente – de forma simultânea.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), os Níveis Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico formam o componente gramatical e este se liga aos componentes conceitual, contextual e de expressão.

O Nível Interpessoal lida com os aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel na interação entre falante e ouvinte. Para a GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 17), as unidades interpessoais são:

- (3) (M: [(A: [(F) (P)_S (P)_A (C: [(T) (R)] (C))] (A)] (M_I))

O *movimento* (M) é definido na GDF como a camada mais alta do Nível Interpessoal e inclui o segmento inteiro de discurso considerado como relevante na interação. Um movimento é constituído de um ou mais *atos discursivos* temporalmente ordenados que,



juntos, formam o núcleo (simples ou complexo). Cada *ato discursivo* (A) se organiza a partir de um esquema *ilocucionário* (ILL), que contém pelo menos dois *participantes* (P), o falante e o ouvinte (S, A) e o conteúdo comunicado como seus argumentos. O *conteúdo comunicado* (C) contém um número variável de *subatos atributivos* (T) e *referenciais* (R), aos quais são atribuídas funções pragmáticas (como Tópico, Foco etc.).

O Nível Representacional trata dos aspectos semânticos de uma unidade linguística que reflete seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginário que ela descreve. O Nível Representacional cuida apenas da semântica de uma unidade linguística. As unidades semânticas são:

(4) (p: [(ep: [(e: [(f^c): [(f) (x)] (f^c)) (e))] (ep))] (p))

Organizados, assim, de forma hierárquica, o *conteúdo proposicional* (p), definido como a camada mais alta deste nível, contém *episódios* (ep), que podem ser constituídos por um ou mais *estado-de-coisas* (e) dispostos numa sequência tematicamente coerente, apresentando, sempre, uma unidade *temporal* (t), *locativa* (l) e a manutenção dos indivíduos envolvidos (x). No modelo da GDF, os *estado-de-coisas* (ou *eventos*) são caracterizados por uma ou mais *propriedades configuraionais* (f^c), que, por sua vez, geralmente consistem em *propriedades lexicais* (f) com seus argumentos (x).

Para Hengeveld e Mackenzie, quanto mais se adentrar, em direção *top-down*, aos demais níveis do modelo da GDF (níveis Morfossintático e Fonológico), mais translinguisticamente específicos os níveis se tornarão, uma vez que é no Nível Morfossintático que as representações interpessoais e representacionais são codificadas. No Nível Morfossintático, a unidade linguística é analisada em termos de sua composição morfossintática, começando da camada mais alta para a mais baixa: *expressões linguísticas* (Le), *orações* (Cl), *sintagmas* de vários tipos (Xp), e *palavras* de vários tipos (Xw). Ainda, segundo Hengeveld e Mackenzie, é possível distinguir, dentro de cada palavra, *morfemas* de vários tipos (Xs) e *afixos* (Aff), como em:

(5) (Le: [(Cl: [(Xp: [(Xw: [(Xs) (Aff)] (Xp))] (Cl))] (Le))

Por fim, no Nível Fonológico, a expressão linguística é analisada em termos de suas unidades fonológicas composicionais, tais como o *Enunciado* (U), que é, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 18), a camada mais alta do Nível Fonológico, a *frase intonacional* (IP), a *frase fonológica* (PP) e a *palavra fonológica* (PW), além das camadas denominadas *pé* (F) e *sílaba* (S).

(6) (U: [(IP: [(PP: [(PW: [(F: [(S)ⁿ] (F))] (PW))] (PP))] (IP))] (U))



A figura 1, a seguir, extraída de Hengeveld (prelo), ilustra as relações hierárquicas de escopo entre camadas e níveis da GDF e as direções nas quais se pode observar um aumento crescente de escopo entre camadas e níveis⁷:

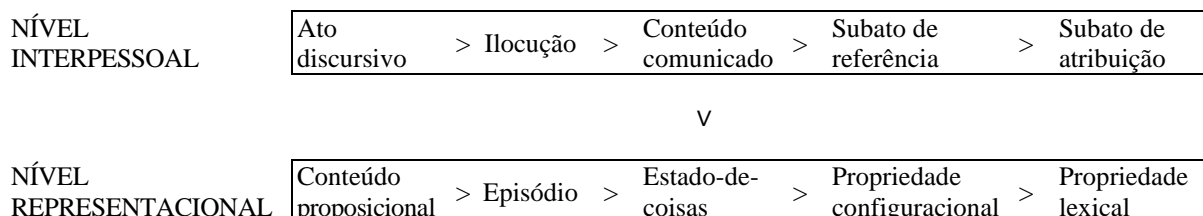


Fig. 1. Relações de escopo na GDF (HENGEVELD, prelo)

A figura 1 mostra que o aumento gradual e sistemático de escopo pode ser observado entre (i) as camadas do Nível Representacional, (ii) as camadas do Nível Interpessoal, e (iii) entre os níveis Representacional e Interpessoal.

Em termos de mudança de conteúdo, um item lexical pode ingressar, segundo Hengeveld (prelo), em qualquer ponto do sistema, e, a partir daí, caminhar em direção a outras camadas ou a outro nível, sempre mantendo um percurso unidirecional de mudança, o que significa dizer que, uma vez acessado o ponto de inserção no sistema, não há possibilidade de retornar para camadas e níveis mais baixos. A figura 2 mostra como se processa essa mudança:

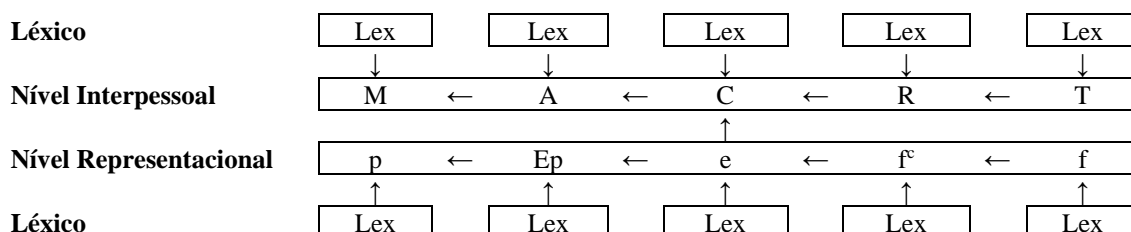


Fig. 2. Proposta de mudança de conteúdo na GDF (HENGEVELD, prelo)

A figura 2 mostra que as mudanças formais e as mudanças de conteúdo podem ocorrer de maneira independente, mas sempre respeitando uma trajetória unidirecional, que vai do léxico para a gramática. Nesse contexto, quando os itens se movem para cima ou permanecem onde estão na escala de conteúdo, eles não podem se mover para baixo na escala formal. Já quando os itens se movem para cima ou permanecem onde estão na escala formal, eles não podem se mover para baixo na escala de conteúdo. Esse tipo de correlação possibilita um número variável de combinações de mudanças formais e de conteúdo nas línguas. A figura 3 ilustra algumas delas:

⁷ O primeiro estudo que trata dos processos de gramaticalização na GDF é o de Keizer (2007). Entre os demais trabalhos que propuseram uma discussão entre a GR e a GDF estão: Souza (2009, 2010, 2011), García Castillero (prelo), Giomi (prelo), Hengeveld (2011, prelo), Olbertz (2010, 2016), Olbertz & Honselaar (prelo), Casseb-Galvão (2011), Hattnher e Hengeveld (2016), Naidhig de Souza (2016), Tena Dávalos (prelo), Villerius (prelo).

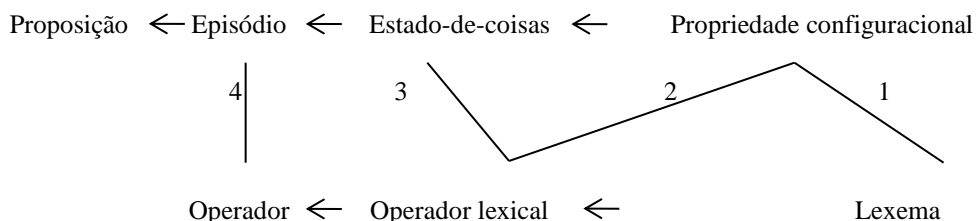


Fig. 3. Percursos possíveis de mudanças na GDF (HENGEVELD, prelo)

A figura 3 ilustra um dos caminhos possíveis que um item lexical pode percorrer em seu processo de gramaticalização quanto às mudanças formais e de conteúdo. O primeiro passo representa uma categoria munida de conteúdo que opera na camada da propriedade configuracional, expressa lexicalmente. O segundo passo ilustra uma situação em que o item perde algumas de suas propriedades lexicais e passa a funcionar como operador lexical. Nessa etapa, a mudança é apenas de ordem formal, já que, em termos de conteúdo, a alteração não é significativa, tanto que é por isso que o item ainda se liga à camada da propriedade configuracional. O terceiro passo representa uma situação inversa, uma vez que, nessa etapa, o elemento em questão avança na escala de conteúdo, saltando da camada da propriedade configuracional para a camada do estado-de-coisas, mas mantendo-se, em termos formais, como operador lexical. Por fim, o quarto passo ilustra uma situação em que se verifica tanto uma mudança de conteúdo, pois o elemento passa a operar na camada do episódio, quanto uma mudança formal, pois o elemento passa de operador lexical a operador.

A fim de analisarmos o processo de articulação estabelecido pela locução *no caso de* no português brasileiro, apresentamos, a seguir, de forma sucinta, uma explanação sobre os valores semânticos da forma nominal *caso*, que integra a locução conectiva em questão, bem como uma discussão sobre as origens dessa locução e suas relações com outros conectivos.

As origens de *no caso de* no português

De acordo com o Dicionário Michaelis (2009, online), o item lexical *caso*, que forma a locução *no caso de (que)*, apresenta várias acepções:

sm (lat casu) **1** Acontecimento, fato, ocorrência: *Foi esse um caso curioso.* **2** Eventualidade, hipótese: *No caso de tudo correr tudo bem, fecharemos o negócio.* **3** Circunstância. **4** Dificuldade. **5** Acaso, causalidade. **6** Apreço, consideração, estima. **7** Manifestação individual de uma doença: *São raros os casos de peste.* [...] **9** Gram Relação particular da espécie acima descrita, quer expressa por uma forma distinta quer não. **10** Faculdade, possibilidade. **11** Situação particular: *Eu, no seu caso, teria tomado providências.* (MICHAELIS, 2009).

Em geral, o que se observa na definição do Michaelis são usos que vão do lexical ao gramatical, com alguns casos que oscilam entre esses dois extremos. Tal observação aponta para o fato de que o processo de gramaticalização de *no caso de* como locução conectiva constitui um processo gradativo.

Em seu estudo sobre a trajetória de gramaticalização das conjunções portuguesas no século XVIII, Barreto (2003) analisa vários itens conjuncionais, tais como a locução *caso que*,



a conjunção *caso*, a locução prepositiva *no caso que/ no caso de* e a associação *se caso* no português contemporâneo.

Segundo Barreto, a locução conjuncional *caso que* é resultado da combinação do substantivo *caso* com a conjunção *que*, usada como conjunção subordinativa condicional (no século XVI). Com o passar do tempo, já no português contemporâneo, a locução conjuncional *caso que* reduziu-se à conjunção *caso*. Conforme Barreto, além do processo de recategorização [de nome passou a conjunção], a conjunção *caso* sofreu um processo de reanálise, em que a palavra *caso* perdeu o valor semântico de origem e assimilou, em função das pressões de uso, o valor funcional da conjunção *que* condicional, passando a expressar, também, já como conjunção independente, a relação semântica de condição. Isso mostra que a conjunção *caso* de valor condicional originou-se de outra forma conjuncional (*caso que*) já existente no português, descartando, assim, qualquer relação de parentesco ou proximidade com as formas conjuncionais *se caso* e *no caso de (que)*, que, segundo Barreto (2003, p. 4), surgiram posteriormente no português (no século XVII).

No século seguinte (século XVIII), Barreto relata que, antes de constituir a locução prepositiva *no caso de*, observada em textos mais atuais do português brasileiro, a expressão *caso que* foi também utilizada como locução prepositiva, fato este que aponta para uma oscilação funcional no tocante ao uso dessas formas no século XVIII. A nosso ver, tal evidência histórica permite explicar os usos atuais de *no caso de* como locução prepositiva e locução adverbial conectiva. Dessa forma, além da recategorização observada na composição da forma *no caso de* [*caso-nome* > *no caso de*-locução prepositiva > *no caso de*-locução adverbial conectiva], tal expressão parece ter passado por um processo de reanálise (com forte influência do contexto de uso e de inferência a partir do seu uso entre orações), em especial no momento em que a locução *no caso de* passa a ser usada também como elemento conectivo de valor condicional.

89

Por fim, no que tange à associação *se caso*, muito comum no português brasileiro atual, Barreto (2003, p. 4) destaca que o uso conjugado de *se caso* não constitui um exemplo de reforço semântico (do valor de condição), haja vista que, no século XVIII, era comum o uso de conjunção condicional seguida do advérbio *acaso*. Nesse contexto, de acordo com a autora, o que se tem não são duas conjunções condicionais usadas para o mesmo fim, mas sim a conjunção condicional *se* seguida do ‘nome’ *caso* [com sentido de eventualidade, porventura, etc], que, por analogia a uma forma adverbial, passou a se comportar como advérbio, como em: *Se porventura você encontrar o João na festa, diga a ele que não poderei comparecer*, no qual a palavra *porventura* opera como advérbio de incerteza, dúvida ou possibilidade.

A locução conectiva *no caso de* no português brasileiro

No total, analisamos 292 ocorrências de *no caso de* como locução adverbial conectiva no português brasileiro. Trata-se de uma locução conectiva que se assemelha à locução conjuncional *no caso de que*: ambas atuam como uma locução conectiva condicional, segundo Barreto (2013), mas diferem-se quanto à estrutura: a locução conjuncional é formada pela palavra *que*, enquanto que a locução conectiva adverbial é composta pela preposição *de*.

Em nossa análise, verificamos que a locução conectiva adverbial *no caso de* opera tanto na camada do estado-de-coisas quanto nas camadas da proposição (do Nível Representacional) e do ato discursivo (do Nível Interpessoal). Como essa locução não aceita,



em princípio, nenhum tipo de modificação, por meio de adjetivos ou advérbios, conforme se observa nos testes usados por Hengeveld (prelo) para distinguir entre operador lexical e operador, entendemos que ela tende a ser mais bem classificada como operador lexical, pois, além de preservar algumas propriedades semânticas de sua forma base, ela ainda tolera a focalização, como em: *somente no caso de*, *só no caso de* etc.

Em consulta a textos disponíveis na internet, por meio da ferramenta de busca do Google, pode-se verificar que a locução *no caso de* permite sim algum tipo de modificação, tais como *no caso improvável de*⁸, assim como discutido em Hengeveld e Wanders (2007), no entanto, o tipo de modificador aceito nesse tipo de locução é bastante restrito e parece não soar muito natural, diferentemente do que se observa quando o item é pleno de conteúdo e permite vários tipos de modificadores (adjetivos). Assim, por admitirem a modificação (como pelo adjetivo *improvável*) e a focalização (por meio de marcadores de foco como *somente*, *só* e *exatamente*), as conjunções do tipo *in the event that* (no caso de que) são classificadas por Hengeveld e Wanders como lexicais, ao passo que as conjunções do tipo *in case* (caso), que não permitem, segundo os autores, serem modificadas e focalizadas por nenhum elemento, são classificadas como gramaticais⁹. O problema é que, no português brasileiro, algumas conjunções já classificadas como gramaticais admitem algum tipo modificação, tais como *muito embora*, *até porque*, dentre outras (SOUZA, 2009, p.97). Além disso, Hengeveld e Wanders não fazem menção aos casos de conjunções simples/complexas que se encontram entre os dois extremos.

Keizer (2007, p. 44), por outro lado, ao apresentar um esquema de gramaticalização, não dicotômico, que contempla as categorias híbridas em uma língua: *lexema > operador lexical > operador*, não só reconhece a existência de uma direção única no processo de gramaticalização como também mostra que existe uma gradualidade entre as categorias, que vai do mais lexical para o mais gramatical. Por essa razão, para a autora, conjunções como *in case* (caso) do Inglês são mais gramaticalizadas do que as conjunções do tipo *in the event that* (no caso de que), exatamente porque a conjunção *in case* é mais frequente do que a conjunção *in the event that*, e também porque a primeira atua em mais contextos linguísticos e não admite modificação e focalização, enquanto a segunda não admite modificação mas parece aceitar algum tipo de focalização. Nesse sentido, em termos de *continuum* de gramaticalização, *in case* seria mais bem classificado no Inglês como um operador, ao passo que a conjunção *in the event that* seria mais bem classificada como operador lexical (categoria

⁸ Na nossa opinião, o modo como esse teste é aplicado por Hengeveld (prelo) é problemático para o português brasileiro, e talvez para outras línguas, haja vista que o modificador *improvável* não incide sobre a locução como um todo, assim como ocorre com o nome, mas sim sobre parte da locução conjuntiva, isto é, apenas sobre o núcleo nominal da locução [*no improvável CASO de*]. Além disso, vale destacar que, em algumas situações, o teste até seria aplicável ao tipo de conjunção simples e complexa, porém, o levantamento de dados não traz nenhuma ocorrência com essas possibilidades de modificação. Keizer (2007), por sua vez, entende que esse teste não é aplicável às conjunções *in case* e *in the event that*.

⁹ Apesar de serem classificadas como locuções conjuncionais, *no caso de* (do português brasileiro) e *in case* (do Inglês) se diferenciam em alguns aspectos: a locução *no caso de* é formada pela contração da *preposição em*+*artigo definido masculino*, o núcleo nominal, seguido, por sua vez, da *preposição de*, o que impõe certas restrições no tipo de oração que ela articula (em geral, orações não-finitas), ao passo que a locução *in case* é formada pela *preposição in* seguida do nome *case*, o que lhe confere maior liberdade sintático-semântica em termos do tipo de oração que ela pode inserir (orações finitas). Além disso, para Keizer (2007, p. 47), a locução *in case* constitui um caso incipiente de gramaticalização, que integra o grupo dos elementos gramaticais secundários. Já a locução *in the event that* representa, segundo a autora, um caso de construção lexicalizada que se comporta como um lexema único, razão pela qual tal locução é definida por Keizer como pertencente ao grupo dos elementos lexicais secundários.



híbrida). A proposta de Keizer referenda a nossa análise sobre a locução *no caso de* do português brasileiro, uma vez que, em nossos dados, *no caso de* é mais gramaticalizada do que *no caso de que*¹⁰, justamente porque a primeira apresenta um escopo funcional muito mais amplo no tocante às camadas de organização da gramática (estado-de-coisas, conteúdo proposicional, ato discursivo) do que a segunda, que atua mais na camada do estado-de-coisas.

Em (7), *no caso de* atua claramente como uma locução conectiva de valor condicional, sendo, pois, possível, a substituição de *no caso de* pela conjunção condicional prototípica *se*. Tal expressão é classificada aqui como locução adverbial conectiva pelo fato de se assemelhar a um advérbio com função relacional, distanciando-se, pois, do uso de *no caso de* como locução prepositiva, que tem função de exemplificador. Assim, o uso de *no caso de* como locução adverbial conectiva tende a restringir a inserção de elementos na sua estrutura composicional, restrição esta que não se mantém para os demais casos de *no caso de* como locução preposicional, como em: *no caso especial de*, *no conhecido caso de*. Outra característica da locução *no caso de* é a de que a oração subordinada selecionada por ela tende a aparecer na forma não-finita.

O primeiro parâmetro analisado diz respeito à unidade composicional da oração principal, cujo objetivo é saber qual o tipo predominante de unidade linguística selecionado pela locução conectiva *no caso de* no processo de articulação de orações, isto é, se é um estado-de-coisas, uma proposição etc.

Os dados mostram que o estado-de-coisas é a unidade semântica mais frequente na codificação da oração principal, com 169 casos (58%), seguida pela proposição, com 57 casos (19%), e episódio, com 48 casos (16%). As orações principais que codificam atos discursivos somam 18 casos (6%). Vejamos:

- (7) O campo <<Filial>> deverá ser preenchido, somente *no caso de* o sistema estar configurado como modo exclusivo e o pedido de compra ter sido gerado por uma filial diferente da filial de entrega. (ajuda.uolhost)
- (8) Mesmo porque com isso se poderia evitar a compra do legislador, *no caso de* o Executivo ter minoria, e atrativos, acenando com benesses. (19Or:Br:Intrv:Pov)
- (9) *No caso de* você precisar mudar para outra conta bancária, você poderá fazê-lo até o término do evento. (ajuda.sympla.com.br)
- (10) Se a empresa se negar [a resolver o problema] poderá ser penalizada. As multas vão de R\$ 212 a R\$ 3,1 mil, *no caso de* você precisar recorrer ao Procon ou ingressar com uma ação judicial. (curiosando.com.br)

Como se pode ver, em (7), a oração principal em sublinhado designa um estado-de-coisas, com a presença de modalidade deôntica orientada para o evento por conta do verbo *dever*, que, nesse caso, caracteriza o estado-de-coisas em termos daquilo que é obrigatório ou

¹⁰ Neste artigo, analisamos apenas a locução *no caso de*, no entanto, quando comparadas, *no caso de* é muito mais frequente e gramaticalizada do que *no caso de que*, justamente porque a primeira tende a operar em várias camadas de organização da gramática e a segunda tende a operar, com muito mais frequência, na articulação de orações que designam estado-de-coisas.



permitido em um sistema de convenções morais ou legais, ou regras de conduta (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 174). A relação estabelecida entre as orações principal e adverbial, em (7), é de causa e consequência, tendo em vista que os eventos codificados pelas duas orações se organizam em uma sequência temporal [*o campo x deverá ser preenchido, no caso de o sistema estar configurado como modo exclusivo*], ou seja, a ocorrência do evento designado pela oração principal está condicionada à ocorrência do evento designado pela oração adverbial. Já em (8), a oração principal designa uma proposição, ratificada pela ideia de fato possível construída a partir do verbo *poder*, conjugado no futuro do pretérito, dando a entender que o pronome *isso* retoma uma atitude que alguém pode ou não ter para *evitar* algo [a compra do legislador]. Trata-se de uma informação que o falante fornece e que está relacionada à sua própria avaliação (verdade), como podemos notar nas palavras: *sou a favor*, no período anterior. Em (9), a oração principal designa um episódio, que é definido no enunciado pela presença do marcador de tempo absoluto *até o término do evento* que, por sua vez, escopa o marcador de tempo relativo expresso pelo sufixo verbal *-rá* indicador de futuro. Em (10), a oração principal constitui um ato discursivo, no sentido de que constitui um ato enunciativo relevante dentro do processo de comunicação: *ainda que você não tenha perguntado, saiba que, se precisar acionar a justiça, as multas aplicadas à empresa podem chegar a R\$ 3,1 mil*.

No que se refere à unidade composicional da oração subordinada, verificamos que a oração condicional inserida pela locução conectiva *no caso de* tende a designar, em primeiro lugar, um estado-de-coisas, com 163 casos (55%), em segundo lugar, uma proposição, com 64 casos (22%), em terceiro, um episódio, com 47 casos (16%), e, por fim, em quarto lugar, um ato discursivo, com 18 casos (7%), como mostram (11), (12), (13) e (14):

- (11) Ezzedin al Kassam reitera no comunicado sua determinação de suspender os atentados contra civis e a limitar suas operações a objetivos militares, no caso de Israel parar de atacar civis palestinos. (19N:Br:Recf)
- (12) No caso de achar 2 de hp/s uma quantia insignificante, em 1 minuto, isto dá 120 de hp, quase o equivalente a uma poção de hp extra na lane, de graça. (forums.br.leagueoflegends.com)
- (13) Desde terça-feira, no 3º andar do Praia de Belas Shopping Center, 50 expositores apresentam seus produtos na Feira Infoshow da Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações (Sucesu-RS). ao mesmo tempo e na mesma área ocorre a Sucesu-RS Net*97, a primeira feira sobre Internet no Rio Grande do Sul. No caso de o Conselho Monetário Nacional (CMN) editar hoje um pacote de decisões para conter o consumo, o presidente da Sucesu-RS, Antônio Ramos Gomes, acredita que o fato não afetará os negócios na feira. (19N:Br:PA)¹¹
- (14) Mesmo assim, como os casais costumam dar muito valor a limites, a aliança acaba servindo para mostrar que a relação tem seriedade e comprometimento, ao ser vista pelas na sociedade. No caso de você querer dar uma aliança de casamento, existe todo

¹¹ Outro exemplo de oração condicional que expressa um episódio é: “*No caso de ter duas ou mais inscrições de um mesmo candidato no mesmo período de prova*, será considerada a última inscrição realizada com data e horário mais recente, independente da data em que o pagamento tenha sido realizado. As demais inscrições serão canceladas automaticamente, não havendo ressarcimento do valor pago [...]”. (ajuda.institutoaocp.org.br)



um ritual, porque se trata de um momento único na vida de um casal. (blogfiladelfia.com)¹²

Em (11), a oração subordinada adverbial em sublinhado designa um estado-de-coisas, ao passo que em (12) a oração subordinada representa um conteúdo proposicional, em que o sentido da oração se constrói com base nas crenças do falante com relação ao que ele considera ou não potente para um dado equipamento, isto é, trata-se de um tipo de relação que se constrói mais no plano da inferência, de relações abstratas, em função da presença do verbo *achar*. Já em (13), a presença do modificador de tempo absoluto *hoje* indica que a oração adverbial condicional constitui um episódio. Nesse caso, por se tratar de uma locução que seleciona, em geral, orações não-finitas, é esperado que tais orações apresentem uma referência temporal dependente da oração principal, no entanto, em vários casos, as orações condicionais inseridas por *no caso de* podem apresentar referência temporal própria¹³. Em (14), por sua vez, a oração condicional constitui um caso de ato discursivo que descreve o contexto dentro do qual é relevante enunciar algo. Assim, o sentido proveniente da oração condicional está diretamente relacionado às atitudes do falante com relação ao contexto de fala e ao ouvinte¹⁴. Em outros termos, o significado veiculado por esse tipo de oração não está baseado em uma relação de causalidade (conteúdo) ou inferência (epistêmica), mas sim em uma relação de relevância enunciativa que se constrói no próprio contexto interacional.

Segundo Hengeveld (1998), a diferença existente entre os tipos de entidade está relacionada ao fato de que as orações condicionais de segunda ordem descrevem um estado-de-coisas, que é independente do julgamento do falante, não podendo, pois, ser asseverado ou questionado, enquanto as orações condicionais de terceira ordem descrevem uma proposição, pois veiculam um fato possível, um construto mental ou uma hipótese que pode ou não se confirmar.

A análise dos dados mostra que, em grande parte, as orações condicionais inseridas por *no caso de* codificam uma relação de causalidade que é decorrente do modo como os estado-de-coisas designados por essas orações estão dispostos (segundo Oliveira, em comunicação pessoal) na linha temporal, implicando, dessa forma, uma relação de sequencialidade, no sentido de que a ocorrência do evento [*Ezzedin al Kassam vai suspender os atentados contra civis*] se coloca como consequência condicionada de outro evento [*Israel parar de atacar civis palestinos*]. Em outras palavras, tem-se, conforme Sweetser (1990), um tipo de oração adverbial classificada como oração condicional de conteúdo. Já as orações condicionais que codificam um conteúdo proposicional expressam uma relação de natureza mais abstrata, baseada na inferência do falante acerca de algo que o leva a concluir outro fato (OLIVEIRA, 2008b). As orações condicionais que designam um ato discursivo, também classificadas por Sweetser (1990) como condicionais de atos de fala, apontam para uma relação que se define apenas em termos pragmáticos [de relevância enunciativa].

¹² Outro exemplo de oração condicional de ato discursivo é: “*Só no caso de* você quiser saber, faço 51 anos agora. Por isso disse que você é muito nova pra mim.” (Google)

¹³ É relativamente comum encontrar orações condicionais inseridas pela locução *no caso de* na forma finita, como: “Agora, é rezar para que os conselhos estaduais não esvaziem a liberdade que foi dada. Só tenho uma queixa. Os 25% deviam virar 33%. Assim, corresponderia a um ano escolar inteiro. Isso permitiria às escolas deixar este ano inteiro para ser feito fora, *no caso de quem quisesse se profissionalizar*. Estado - Os novos modelos não têm obrigado os jovens a fazer a escolha profissional cada vez mais cedo? Moura Castro – [...] as escolhas prematuras sempre virá à baila e não deixa de ser um problema sério.” (19Or:Br:Intrv:ISP)

¹⁴ Observação de Oliveira (comunicação pessoal).



De acordo com Comrie (1986), Traugott (1986) e outros, as orações condicionais descrevem um enunciado hipotético (que pode ou não ser realizado), e, por essa razão, são construções indicadoras do grau de incerteza do falante com relação ao conteúdo expresso na oração. De modo semelhante, Givón (1994) também ressalta que as orações condicionais constituem uma das estratégias de expressão do sub-modo epistêmico da incerteza.

Associada a essa discussão está a correferencialidade (ou a identidade) do sujeito das orações principal e condicional, que constitui um dos principais parâmetros elencados nos estudos linguísticos (LEHMANN, 1988; HOPPER e TRAUGOTT, 1993; HAIMAN e THOMPSON, 1995; BRAGA, 1999; PEREIRA e PAIVA, 2004; CARVALHO, 2004) para mensurar o grau de vinculação sintático-semântico entre as duas orações. Nesse sentido, quanto maior for a identidade entre os sujeitos das orações principal e adverbial, maior será o grau de vinculação sintática entre elas, e quanto menor for a identidade (quando os sujeitos forem distintos), menor será o grau de integração entre as orações.

Na grande maioria dos casos de orações condicionais inseridas pela locução *no caso de* (257 ocorrências/85%), não há correferencialidade entre os sujeitos da oração principal e da subordinada, fato que aponta para uma menor integração entre as duas orações. A correlação de sujeitos idênticos só aparece em 45 ocorrências (15%) levantadas. Tal configuração ratifica os resultados encontrados nos estudos de Lima-Hernandes (1998), Pereira (1999) e Mendes (2003), que dizem que as orações hipotáticas tendem a apresentar um maior índice de sujeitos não correferenciais em relação às orações encaixadas (que tendem a compartilhar o sujeito), sendo, portanto, tais orações hipotáticas classificadas como tendo um grau intermediário de vinculação sintática.

Os dados acima corroboram os números referentes às formas de manifestação do sujeito da oração subordinada encontradas no *corpus* de análise, que apontam que o sujeito anafórico/oculto é o menos frequente no *corpus*, com 16% dos dados (45 ocorrências). As estratégias mais recorrentes são as de sintagma nominal, com 55% dos dados (168 ocorrências), seguida do sujeito pronominal, com 29% dos casos (89 ocorrências).

Os exemplos (15) e (16) ilustram, respectivamente, orações condicionais inseridas pela locução *no caso de* com sujeitos distintos e sujeitos idênticos:

- (15) Ele se dispôs a ressarcir os estragos feitos durante a manifestação. “A destruição não foi tão grande assim”, comentou. # Dávila não sabe se a delegacia aceitará a oferta de ressarcimento. Ele disse que será necessário aguardar o andamento do inquérito policial. O delegado titular do 77º Distrito Policial, Reinaldo Corrêa, adiantou que há possibilidade de a pena ser reduzida *no caso de o dano* ser ressarcido. Isso, no entanto, dependerá da decisão do juiz que cuidará do caso (19N:Br:SP)
- (16) se encontrassem Rose, ela poderia denunciar a existência dos dólares e a polícia inteira cairia em cima dele. Esse era um cuidado que teria que tomar em relação à secretária. *No caso de Ø* ser encontrada, *Ø* seria confrontada com a história inventada por ele, e o mínimo que ela poderia fazer em troca era contar a história do suicídio [...] (19:Fic:Br:Garcia)

Na ocorrência (15), o sujeito da oração condicional *o dano ser ressarcido* é diferente do sujeito da oração principal *o delegado titular do 77º Distrito Policial*, conforme se pode observar pelos termos grifados. Os sujeitos são, portanto, não correferenciais. Já em (16), o



sujeito da oração condicional é idêntico ao sujeito da oração principal, porém, está expresso por meio de anáfora zero (\emptyset). Nesse caso, o referente Rose é recuperado no contexto. Assim, a possibilidade de não expressão lexical dos argumentos sujeitos só ocorre quando os sujeitos das orações principal e subordinada são correferenciais (idênticos).

Outro aspecto importante que nos permite delinear o comportamento das orações condicionais inseridas pela locução *no caso de*, e, conseqüentemente, diferenciá-las de outros tipos de orações adverbiais, é a factualidade¹⁵. A esse respeito, Hengeveld (1998) diz que uma oração adverbial pode ser considerada factual ou não-factual. No entanto, quando se trata de uma oração condicional, segundo o autor, ela será sempre não-factual, justamente por conta de sua própria natureza semântica: o fato descrito na oração principal é sempre dependente do fato descrito na oração condicional, o que lhe confere o caráter de hipoteticidade. As ocorrências abaixo ilustram esse aspecto:

- (17) Peep-show permite apalpar Da Reportagem Local Além de ser um ponto de encontro de garotas de programa, a casa noturna Paris-Texas se diferencia, no mercado do sexo, por dispor de cinco cabines individuais de peep-show e de um salão para shows de striptease particular. *No caso de* o cliente desconhecer esses atrativos, uma mulher se oferece para guiar-lo pela casa. (19N:Br:Folha)
- (18) O candidato, partido ou coligação que gastar na campanha recursos além do valor permitido pela lei eleitoral também terá que pagar multa de valor igual ao excesso. *No caso de* a coligação ou partido cometer o crime, a pena será aplicada ao dirigente partidário [...]. (19N:Br:Folha)

Como se pode verificar, as orações condicionais inseridas pela locução adverbial conectiva *no caso de* são não-factuais, pois descrevem sempre um conteúdo hipotético, que pode ou não ser realizado (no presente/ passado/futuro). As orações condicionais descrevem sempre fatos possíveis.

Com relação ao tempo verbal da oração principal, observamos nos dados do português brasileiro uma frequência maior de tempo presente, com 143 ocorrências (47%). Em segundo lugar, estão os usos de tempo futuro, com 114 marcações (38%), enquanto o tempo passado ocorre em 40 ocorrências (13%):

- (19) Também é importante dialogar com eles a respeito do dia a dia deles, como estão em a escola, verificar suas lições de casa [...]. *No caso de* os amiguinhos dos filhos terem pais separados, é interessante que todos estes pais se reúnam de vez em quando e troquem experiências entre eles e que estejam junto com os filhos. (ajudaemocional.tripod)
- (20) Ontem, o presidente do Juventude, Carlito Chies, reafirmou sua posição de retomar Fernando *no caso de* o Palmeiras prescindir do jogador. (19N:Br)

¹⁵ Para Pérez Quintero (2002), uma oração é considerada factual quando implica factividade, ou seja, quando há a pressuposição de que um evento é real ou de que um conteúdo proposicional é verdadeiro; já a oração que é definida como não-factual implica contrafactividade, isto é, a pressuposição de que um evento não é real ou de que uma proposição não é verdadeira.



- (21) O Neto bem sabe disso. - Ele lá sabe o que faz, que o tal de Buenos Aires, o Rosas, também está metido nisso. *No caso de* ser preciso, o sujeito nos ajudará a escovar o pêlo aos imperiais. - A falar a verdade, eu antes queria sová-los, a eles. (18:Alencar:Gaúcho)

Em (19), o tempo verbal utilizado na oração principal *é interessante que todos estes pais se reúnam de vez em quando*, materializado por meio do verbo *ser*, é o presente do indicativo. Em (20), a oração principal aparece na posição inicial (antes de *no caso de*), com o verbo flexionado no pretérito perfeito do indicativo. Já em (21), temos a oração condicional anteposta à oração principal *o sujeito nos ajudará a escovar o pêlo aos imperiais*, e, nesse caso, o verbo ocorre no futuro do presente, indicando que um evento poderá ser realizado futuramente caso a condição expressa na oração condicional seja realizada. Outro tipo de construção em que não há como determinar o tempo verbal, como as orações infinitivas na oração núcleo, é o caso das orações condicionais que são encapsuladas por nominalizações, como em (22), identificado em apenas 5 ocorrências (2% dos dados). Vejamos:

- (22) A quem recorrer *no caso de* um descumprimento do que é prometido? (19N:Br:Folha)

Já no que se refere ao tempo verbal da oração subordinada, os números mostram que o mais recorrente é a forma infinitiva, com 235 (77%) ocorrências do total de dados. Os tempos verbais – presente, passado e futuro – ocorreram em apenas 67 (23%) ocorrências do *corpus*, mostrando que a característica principal das orações condicionais introduzidas pela locução adverbial conectiva *no caso de* é a presença do verbo infinitivo na oração subordinada. Vejamos:

- (23) O jogador sofreu uma contusão no tornozelo, mas o médico garante que não deverá ser problema para o clássico de amanhã. [...] *No caso de* Agnaldo não puder jogar, Sandro entrará no seu lugar. (19N:Br:SP)
- (24) *No caso de* haver mais medidas disponíveis que o número de graus de liberdade do sistema (por exemplo, se todo o conjunto de fluxos b1 a b4 puder ser determinado experimentalmente), o mesmo se tornará sobredeterminado, o que significa que há um maior número de equações do que o estritamente necessário para resolução do sistema. (19Ac:Br:La)

Em (23), a oração adverbial traz o verbo *poder* no tempo futuro do subjuntivo, que, apesar de ser menos frequente do que a forma infinitiva, o seu uso é relativamente corriqueiro entre as formas flexionadas encontradas. Em (24), o verbo *haver* da oração subordinada é empregado no infinitivo, comportamento este que parece ser uma característica das orações condicionais inseridas pela locução adverbial *no caso de* no português brasileiro¹⁶.

¹⁶ Para Almeida (1987), os períodos hipotéticos podem ter sentido de hipótese *real*, *possível* ou *irreal*. Essas hipóteses selecionam, nos termos do autor, verbos no modo indicativo, imperativo ou subjuntivo. Na hipótese *real*, por exemplo, o verbo da condicional aparece no indicativo com a forma prototípica “se”, e na hipótese *possível*, a conjunção “caso” seleciona o verbo no subjuntivo, conforme os exemplos do autor: “*Se homem és, vive como homem*”; “*Caso Aníbal continue a marchar em direção a Roma, nós te chamaremos da África*”.



Os dados também revelam que as orações adverbiais não-finitas, definidas como mais integradas e pertencentes a camadas mais baixas do Nível Representacional (como a do estados-de-coisas), ocorrem, com grande frequência, em construções com sujeitos idênticos. As orações finitas, por sua vez, menos integradas e pertencentes a camadas mais altas dos Níveis Representacional e Interpessoal, costumam ocorrer em construções com sujeitos não-correferenciais, que é o que acontece na maioria das orações condicionais prefaciadas pelas locuções *no caso de* e *no caso de que*, cujos sujeitos tendem a ser diferentes. A diferença é que as orações inseridas pela locução *no caso de* aparecem, em geral, na forma não-finita, evidenciando um grau maior de integração entre as orações principal e subordinada (chamado aqui de grau intermediário de integração sintático-semântica), ao passo que, no caso das orações inseridas pela locução *no caso de que*, todas ocorrem na forma finita (verbo flexionado):

- (26) Até porque, se encontrassem Rose, ela poderia denunciar a existência dos dólares e a polícia inteira cairia em cima dele. [...] *No caso de* ser encontrada, seria confrontada com a história inventada por ele, e o mínimo que ela poderia fazer em troca era contar a história do suicídio, do bilhete e dos dólares. (19:Fic:Br:Garcia:Silencio)
- (27) *No caso de* você chegar no seu destino sem a sua bagagem despachada, tenha certeza de que faremos de tudo o possível para retornar e entregar sua bagagem. (qatarairways.com)
- (28) Deixe um comentário a este artigo, e diga-nos qual deveria ser o esquema utilizado, *no caso de* achar que deve ser diferente das opções acima. (reflexaoportista.com)
- (29) Você também pode escolher se quer que o jogo seja reproduzido automaticamente ou, se você preferir, jogar manualmente cada rodada. Cada jogo tem a sua própria descrição e uma seção de ajuda *no caso de* você quiser saber mais sobre os detalhes do ocorrido. (casino.dhoze.com)
- (29) Eu até levaria muito em gosto o seu casamento com a minha filha, *no caso de* que isso tivesse lugar. (18:Azevedo:Mul)

Como se pode observar, temos em (26) um caso de oração condicional com o verbo na forma não-finita, que designa um estado-de-coisas, e, além disso, possui o mesmo sujeito da oração principal: essa configuração referencia os resultados que mencionamos anteriormente. É claro que a não-correferencialidade de sujeitos também pode ocorrer em condicionais de estado-de-coisas, como em (27), mas é bem menos frequente. Os dados mostram ainda que as orações condicionais inseridas por *no caso de* podem também designar um conteúdo proposicional, como em (28), mesmo sendo a oração codificada na forma não-finita, fato que aponta para a expansão funcional dessa locução conectiva no tocante às camadas de organização da gramática. Já em (29), a relação de condicionalidade se estabelece entre duas orações que codificam dois atos discursivos, em que o grau de vinculação sintático-semântica entre elas é bastante baixo, haja vista que tal relação se constrói em um plano de relevância enunciativa. Por fim, em (30), o grau de integração sintático-semântica entre as duas orações

Quando a hipótese é *irreal*, o verbo da oração condicional aparece no subjuntivo (o tempo verbal é em geral o passado imperfeito), como em: *Si possem, facerem* (*Se eu pudesse, faria*) (ALMEIDA, 1987, p.364).



inseridas pela locução *no caso de que* é bem mais frouxo ainda, exatamente por constituírem unidades independentes com relação às informações de tempo e modo.

Como era de se esperar, em termos de ordenação, a oração adverbial condicional inserida pela locução *no caso de* apresenta uma frequência relativamente equilibrada entre posição final (com 162 dados/54%) e posição inicial (com 140 dados/46%), com uma leve tendência para a posição final.

De acordo com Pereira e Paiva (2004, p. 254), a “flexibilidade da oração no período é um outro critério que pode auxiliar na determinação do seu grau de vinculação” sintática. Nesse sentido, e também com base em Lehmann (1988), que diz que as orações hipotáticas são mais flexíveis do que as orações encaixadas no que tange à ordenação sintática, verificamos que as orações condicionais introduzidas pela construção *no caso de* apontam para um grau menor de vinculação sintático-semântica com a oração principal, haja vista que, no português brasileiro, tais orações podem ocorrer tanto na posição final quanto na posição inicial, diferenciando-se, assim, das orações encaixadas/completivas que apresentam uma ordem mais fixa.

Em suma, outro aspecto que merece destaque é a relação entre as orações condicionais em análise e o tipo de gênero discursivo. Quanto a essa questão, observamos que as orações condicionais inseridas pelas locuções *no caso de* ocorrem com mais frequência nos gêneros discursivos acadêmico (com 116/40% das ocorrências) e fictício (com 89/29% das ocorrências), com destaque maior para os textos do gênero acadêmico. O gênero oral, por sua vez, figurou em 51/16% dos casos das orações condicionais e o gênero jornalístico, em 46/15% dos dados catalogados. O fato de essa locução conectiva condicional ocorrer com maior frequência em textos escritos do gênero acadêmico explica porque tal elemento conectivo complexo não é encontrado com muita facilidade nos dados de língua falada ou em textos mais informais, já que, em termos comunicativos, o uso de *no caso de* como conectivo condicional ainda parece estar mais relacionado a contextos mais formais e específicos de interação social.

Considerações finais

Como vimos, os dados analisados de *no caso de* no português brasileiro mostram que estamos diante de um processo de gramaticalização em curso, em que se observa um deslocamento funcional de um domínio mais concreto (lexical) para um domínio mais abstrato (gramatical) dessa locução, com a detecção de mudança tanto em termos semânticos (conteúdo) quanto em termos formais (de lexema para operador lexical). Os resultados referendam as ideias de Hopper e Traugott (1993), Traugott (1995), Traugott (2003), Bybee (2003), Hengeveld (2011, prelo) e Hengeveld e Mackenzie (2008), e mostram que o item lexical (aqui a palavra *caso*), quando inicia seu processo de gramaticalização, tende a expandir o seu escopo funcional em relação a outras dimensões de organização da gramática ou então a outras camadas ou níveis de organização hierárquica da linguagem (HENGELVELD, 2011; prelo). Sendo assim, na medida em que avança nas camadas e nos níveis de organização da gramática, tornando-se mais gramatical, o item em questão pode apresentar tanto mudanças de conteúdo quanto mudanças de natureza formal.



A aplicação do teste utilizado por Hengeveld (prelo), para distinguir o estatuto formal das formas linguísticas, permite levantar argumentos em prol da classificação de *no caso de* como operador lexical, tendo em vista que essa locução ainda permite algum tipo de focalização, como em:

Lexema (<i>caso</i>)	Modificação: <i>um caso antigo</i> Focalização: <i>O que você teve? Um CASO.</i>
Operador lexical (<i>no caso de</i>)	Modificação: <i>*no caso de/?no caso improvável de</i> Focalização: <i>Em que circunstância? NO CASO DE você chegar... ou SÓ no caso de/ APENAS no caso de</i>
Operador (<i>um</i>)	Modificação: <i>*um</i> Focalização: <i>Quem? *UM</i>

Quadro 1. Distinção entre elementos lexicais, híbridos e gramaticais

De acordo com o quadro acima, apenas itens lexicais podem ser modificados ou focalizados, como em *um caso antigo*. A partir do momento em que esses itens integram outras estruturas e passam a exercer funções mais gramaticais, a tendência é a de que essas expressões aceitem apenas a focalização, inviabilizando a possibilidade de modificação. Quando isso ocorre, o que se tem são operadores lexicais. Por outro lado, quando o item em questão não aceita nem a modificação nem a focalização, o que se tem é um operador.

O quadro 2, por sua vez, mostra, diferentemente do que esperávamos encontrar, que a locução adverbial conectiva *no caso de* encontra-se em um estágio mais avançado de gramaticalização, justamente porque essa locução, além de operar na camada do estado-de-coisas, opera também em outras camadas do Nível Representacional e do Nível Interpessoal, o que mostra que, em termos de conteúdo/escopo, tal locução consegue articular diferentes unidades semântico-pragmáticas. Nesse caso, a nossa expectativa era a de que essa locução figurasse mais entre as orações condicionais de conteúdo (de estado-de-coisas), exatamente pelo fato de ela inserir, em sua maioria, orações adverbiais na forma não-finita, porém, como vemos no quadro abaixo, tal hipótese não se confirmou em nossos dados.

Camada/Nível \ Tipo de conectivo	Estado-de-coisas	Episódio	Conteúdo proposicional	Ato discursivo	Movimento
Locução conectiva “no caso de”	+	+	+	+	-

Quadro 2. Camadas de atuação da locução *no caso de* no português brasileiro

Conforme se pode verificar no quadro 2, a locução conectiva *no caso de* do português brasileiro opera nas camadas do estado-de-coisas, episódio e conteúdo proposicional, do Nível Representacional, e na camada do ato discursivo, do Nível Interpessoal. Tal trajetória de gramaticalização provoca também mudanças no estatuto formal do item, que passa de lexema a operador lexical. Esse resultado refuta a hipótese inicial de que *no caso de* operaria apenas na articulação de condicionais de conteúdo, veiculando um significado de caráter mais causal, resultante da própria disposição sequencial dos eventos.

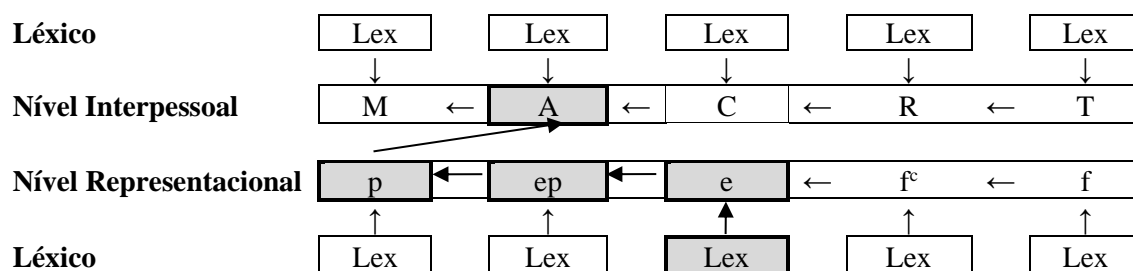


O quadro 3, a seguir, ilustra a trajetória de mudanças formais e de conteúdo de *no caso de* no português brasileiro em relação aos níveis e camadas da GDF:

Nome	>	Locução adverbial conectiva	>	Locução adverbial conectiva	>	Locução adverbial conectiva	>	Locução adverbial conectiva
Lexema $f: f(x)$ (caso)	>	Operador lexical <i>No caso de</i> (e), (e)	>	Operador lexical <i>No caso de</i> (ep), (ep)	>	Operador lexical <i>No caso de</i> (p), (p)	>	Operador lexical <i>No caso de</i> (A), (A)
Nível Representacional (f ^c)	>	Nível Representacional (e)	>	Nível Representacional (ep)	>	Nível Representacional (p)	>	Nível Interpessoal (A)
Propriedade configuracional	>	Estado-de-coisas	>	Episódio	>	Conteúdo proposicional	>	Ato discursivo

Quadro 3. Trajetória de mudanças formais e de conteúdo de *no caso de* no português brasileiro, segundo a GDF (HENGEVELD, 2011)

A figura 4 mostra a trajetória unidirecional de mudança de conteúdo (escopo) de *no caso de* com relação aos níveis e camadas da GDF:



100

Fig. 4. Mudança de conteúdo de *no caso de* no português brasileiro (com base em HENGEVELD, prelo)

O que os quadros e a figura acima mostram é que o processo de gramaticalização de *caso*, que forma a locução *no caso de*, constitui um processo de mudança linguística gradual e unidirecional, com aumento crescente de escopo funcional com relação às camadas de organização da gramática da GDF. A trajetória de mudanças formais e de conteúdo, ilustrada nos quadros e na figura, sugere que o processo de mudança de *no caso de*, que opera em várias camadas, parte do Léxico (*caso* - como item nominal), passando pelas camadas da propriedade configuracional (como termo argumental), do estado-de-coisas e do conteúdo proposicional do Nível Representacional (atuando como locução conectiva condicional), até chegar à camada do ato discursivo (estágio em que *no caso de* articula atos discursivos), desenhando, assim, o seguinte percurso de gramaticalização: Lexema (*caso* - item lexical) → Operador lexical (*no caso de* - locução adverbial conectiva). Trata-se, pois, de uma trajetória de mudança que referenda a ideia de pragmatização de Traugott (1982) e Traugott (1995), em que itens partem de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato (expressivo).

Além disso, mostramos também que a locução *no caso de* atua na articulação de orações condicionais, estabelecendo entre a oração adverbial e a oração principal um grau



médio de integração sintático-semântica, fato este que é reforçado pela correlação modo-temporal (presente do indicativo/infinitivo) e a não-correferência dos sujeitos das orações.

Por fim, cabe destacar que as orações condicionais introduzidas pela locução *no caso de* podem ser classificadas, segundo Sweetser (1990) e Hengeveld e Mackenzie (2008), como (i) *condicionais de conteúdo* (que designam um estado-de-coisas), em que a relação entre as orações é de causalidade (temporal), (ii) *condicionais proposicionais/epistêmicas* (que designam uma proposição), em que a relação entre as orações é de inferência, (iii) *condicionais de atos de fala* (que designam um ato discursivo), em que a relação entre as orações é de justificativa/relevância enunciativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. *Gramática Latina*. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

BARRETO, K. E. S. *A funcionalidade de “no caso de (que)” no português brasileiro: um caso de gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2013.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BRAGA, M. L. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, p.443-460, 1999.

BYBEE, J. Cognitive processes in grammaticalization. In: TOMASELLO, M. (Ed.). *The new psychology of language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, v. 2, p. 145-167, 2003.

CARVALHO, C. dos S. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CASSEB-GALVÃO, V.C. Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização: revisitando os usos de [diski] no português brasileiro. *Filologia linguística portuguesa*, v. 13, n. 2, p. 305-335, 2011.

CEZARIO, M. M., SILVA, T. S., SANTOS, M. Formação da construção [Xque]_{conec} no Português. *E-escrita* - Revista do Curso de Letras da UNIABEU, v.6, N. 3, p.229-243, 2015.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C.; TER MEULEN, A.; REILLY, J. S.; FERGUSON, C. A. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 77-99, 1986.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do português*: 45 million words, 1300s-1900s. 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

DICIONÁRIO MICHAELIS. São Paulo: Melhoramentos, 2009.



DIK, S. C. *The theory of functional grammar II*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GARCÍA CASTILLERO, C. Grammaticalization of the conditional form in Old Irish. In.: HENGVELD, K., NARROG, H., OLBERTZ, H. (Eds.). *The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality, and Evidentiality from a Functional Perspective*. Berlin: de Gruyter Mouton, prelo.

GIOMI, R. The interaction of components in a Functional Discourse Grammar account of grammaticalization. In.: HENGVELD, K., NARROG, H., OLBERTZ, H. (Eds.). *The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality, and Evidentiality from a Functional Perspective*. Berlin: de Gruyter Mouton, prelo.

GIVÓN, T. Irrealis and the subjunctive. *Studies in Language*, v. 18, p. 265-337, 1994.

HATTNER, M. M. D.; HENGVELD, K. The grammaticalization of modal verbs in Brazilian Portuguese: A synchronic approach. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 15, n. 1, p. 1-4, 2016.

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. & JANDA, R. D. (Eds.) *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 575-601.

HEINE, B., CLAUDI, U., HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HENGVELD, K. & MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically based theory of language structure*. Oxford: OUP, 2008.

HENGVELD, K. A hierarchical approach to grammaticalization. In.: HENGVELD, K., NARROG, H., OLBERTZ, H. *The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality, and Evidentiality from a Functional Perspective*. Berlin: de Gruyter Mouton (no prelo).

HENGVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: van der AUWERA, J. (Ed.) *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 335-419, 1998.

HENGVELD, K. The grammaticalization of tense and aspect. In: HEINE, B., NARROG, H. (Eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, p. 580-594, 2011.

HENGVELD, K.; WANDERS, G. Adverbial conjunctions in Functional Discourse Grammar. In: HANNAY, M., STEEN, G. (Eds.). *Structural-functional studies in English grammar*. Amsterdam: Benjamins, p.211-227, 2007.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, p. 17-35, 1991.



HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP, 1993.

KEIZER, E. The lexical-grammatical dichotomy in Functional Discourse Grammar. *Alfa*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 35-56, 2007.

KEIZER, E. Idiomatic expressions in Functional Discourse Grammar. *Linguistics*, 54(5), p. 981-1016, 2016.

KEIZER, E. Verb-preposition constructions in FDG. *Lingua* 1461, p. 1-26, 2008.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: THOMPSON, S.; HAIMAN, J. (orgs.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 181-225, 1988.

LIMA-HERNANDES, M. C. P. *Gramaticalização de combinação de cláusulas: orações de tempo no português do Brasil*. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MEILLET, A. *L'évolution des formes grammaticales: linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, p. 230-280, 1958 [1912].

MENDES, A. *Orações complexas de tempo no português escrito do Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFRJ, Rio de Janeiro.

NAIDHIG DE SOUZA, C. *Gramática Discursivo-Funcional, Gramaticalização e Modalização*, prelo.

NEVES, M. H. M. A. *Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLBERTZ, H. Lexical auxiliaries in Spanish: How and why? *Linguistics* 54 (5), p. 947-979, 2016.

OLBERTZ, H. The grammaticalization of the Spanish connective *pues* – a proposal for an FDG account. *International Conference on Functional Discourse Grammar*. Lisboa, 2010.

OLBERTZ, H., HONSELAAR, W. The grammaticalization of Dutch *moeten*: modal and post-modal meanings. In: HENGVELD, K., NARROG, H., OLBERTZ, H. (Eds.). *The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality, and Evidentiality from a Functional Perspective*. Berlin: de Gruyter Mouton, prelo.

OLIVEIRA, T. P. *As conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). UNESP, Araraquara, 2008a.

OLIVEIRA, T. P. Se não me engano está se gramaticalizando? *Alfa*, vol. 52, n. 1, p.179-193, 2008b.



PEREIRA, M. H. *Ordenação das orações temporais no discurso escrito*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, M. H.; PAIVA, M. C. Estatuto sintático das orações introduzidas pelas construções (prep) + det + N temporal + (prep) + que. *Veredas – Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v. 8, n.1 e n.2, p. 245-258, 2004.

SOUZA, E. R. F. *Gramaticalização dos itens linguísticos assim, já e aí no português brasileiro*: um estudo sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional. Tese (Doutorado em Linguística). IEL/UNICAMP, Campinas, 2009.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: CUP, 1991.

TENA DAVALOS, J. The end of a cycle: Grammaticalization of the future tense in Mexican Spanish. In.: HENGVELD, K., NARROG, H., OLBERTZ, H. (Eds.). *The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality, and Evidentiality from a Functional Perspective*. Berlin: de Gruyter Mouton, prelo.

TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual and expressive meanings. In: LEHMMAN, W.; MALKIEL, Y. (eds.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 245-271, 1982.

TRAUGOTT, E. C. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Mimeo: Dep. of Linguistics, Stanford University, 1995.

TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1991.

VILLERIUS, S. Modality and aspect marking in Surinamese Javanese: Grammaticalization and contact-induced change. In.: HENGVELD, K., NARROG, H., OLBERTZ, H. (Eds.). *The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality, and Evidentiality from a Functional Perspective*. Berlin: de Gruyter Mouton, prelo.

Recebido em 18/04/2016
Aprovado em 27/07/2016



Historicidade, gramaticalização e a semântica do *nego* no português brasileiro

Historicity, grammaticalization and the semantics of *nego* in Brazilian Portuguese

Danniel CARVALHO¹

RESUMO: Dos legados da presença dos negros no Brasil e dos problemas sociais que muitos negros sofrem na contemporaneidade, a História Social, a Antropologia e a Sociologia têm-se ocupado há tempos. Entretanto, no terreno dos estudos linguísticos, os trabalhos que se voltam para a compreensão da língua não trazem muitas contribuições sobre as questões sociais, políticas e identitárias na construção das gramáticas da língua. Um exemplo disso é o aparente processo de gramaticalização sofrido pela palavra *nego* no português brasileiro que, em determinados contextos sintático-semânticos, passou da condição de nome à de pronome, que passa a ter duas leituras pronominais distintas: uma definida ou referencial, caracterizada por elementos sintáticos definidores (ex.: possessivos ou tempo verbal finito e marca pessoal); e outra indefinida. Entretanto, essa leitura indefinida do elemento pronominalizado *nego* não é tão genérica e despida de valor quanto a de outros pronomes da mesma natureza, tal como *alguém*, como é assumido na literatura linguística. Desta forma, o presente trabalho se dispõe: (a) a compreender a historicidade do item lexical *nego* no contexto da história social do português brasileiro e (b) a descrever as características semânticas deste elemento pronominal que foram adquiridas ou apagadas em seu processo de gramaticalização, comparando-o com seus pares indefinidos e elementos correspondentes em outras línguas, a fim de levantar o inventário de traços que o caracterizam.

105

PALAVRAS-CHAVE: Historicidade. Gramaticalização. Composicionalidade

ABSTRACT: From the legacy of the blacks presence in Brazil and the social problems many blacks suffer contemporaneously, Social History, Anthropology, and Sociology have been occupied a long ago. However, in the field of linguistic studies, works that turn to understand the language do not bring many contributions on the social, political and identity in the construction of language grammars. An instance of this is the apparent process of grammaticalization that the word *nego* (*nigga*) has undergone in Brazilian Portuguese. In some syntactic-semantic contexts, its condition as a noun has changed and it started to behave as a pronoun, which starts to show two distinct pronominal behaviors: a defined or referential one, characterized by definer syntactic elements (e.g.: possessives or finite verbal tense and person marking); and an indefinite one. Nevertheless, this indefinite reading of the pronominal element *nego* is not completely generic and divested from some values as other pronouns of the same nature, such as *alguém* (someone), as assumed in the linguistic literature. Thus, the aim of this work is twofold: (a) to understand the historicity of the lexical item *nego* in the social history context of Brazilian Portuguese; and (b) to characterize the acquired and/or erased semantic features of such pronominal element in its grammaticalization process, comparing it to its indefinite peers and akin elements in other languages, in order to survey the feature inventory that characterizes it.

KEYWORDS: Historicity. Gramaticalization. Compositionality

¹ Universidade Federal da Bahia – UFBA – Instituto de Letras/Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras. Salvador – Bahia – Brasil. CEP: 40170-115. E-mail: dannielcarvalho@ufba.br.



Introdução

Nos últimos anos, muito se tem falado sobre temáticas negras no Brasil, como, por exemplo: preconceito, discriminação racial, racismo, diversidade cultural e a implantação da Lei 10.639/03, que prevê o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis da educação brasileira. Entretanto, mapear a temática do negro no interior do pensamento social brasileiro é, sem dúvida, uma tarefa de grande envergadura. Inúmeros pesquisadores (historiadores, juristas, literatos, sociólogos e antropólogos) produziram vasta literatura acerca do papel do negro na formação econômica, social e cultural brasileira. Por exemplo, a partir da segunda metade do século XIX, o debate social acerca das temáticas atinentes aos negros produziu diversos materiais (romances, poemas, ensaios, entre outros) denunciando um dado padrão de organização e de domínio político que sedimentavam, em todos os planos da vida social, a naturalização da exploração e da miserabilidade a que o negro estava submetido. Evidentemente, o processo de colonização em curso no país tendeu a potencializar um pensamento que advogava a superioridade do branco, o que não parece ter acabado com o passar dos anos. Por outro lado, muito pouco tem sido feito para investigar o papel desta histórica depreciação do negro no processo de construção linguística do português.² Uma das formas mais claras de se observar o efeito negativo do negro na língua portuguesa são os usos de *nego* e seus correlatos (*nega*, *neguinho(a)*, *negão*, *negona* etc.) com função pronominal. Apesar de ser tratado como pronome indefinido na literatura linguística (cf. GARCIA, 2007; PINA, 2009), *nego* parece ter materializado em sua forma e em seus usos toda essa bagagem.

Nosso objetivo com este trabalho é, portanto, demonstrar que o item lexical *nego* atravessa um processo de gramaticalização no português brasileiro, perdendo suas características enquanto nome, cuja origem é o substantivo *negro*, e adquirindo traços que o encaixam na categoria dos pronomes nessa língua. Entretanto, diferentemente do que aconteceu com outras expressões referenciais pronominalizadas, como *a gente* (LOPES, 2003), *nego* manteve alguns traços pragmáticos históricos, seguindo o princípio da persistência (HOPPER, 1991), que se mantêm devido a uma possível hierarquização de sua referencialidade. Esses traços pragmáticos, reinterpretado pela gramática do falante como traço semântico,³ são majoritariamente de referência negativa (= não-empática⁴) e só são amenizados ou neutralizados através de algumas estratégias morfossintáticas, como o uso de

² Agradeço imensamente ao Ari Sacramento de Souza pela sugestão e incentivo no desenvolvimento de um trabalho mais detalhado sobre o tema no campo da linguística.

³ Carvalho (2008, 2010, 2011), em seus estudos sobre a estrutura dos pronomes no português brasileiro, propõe que traços outrora pragmáticos, como definitude e especificidade, são reinterpretados pela gramática do falante como traços semânticos com relevância sintática. Consideramos, portanto, que os traços pragmáticos gramaticalizados passam a ser semânticos no processo gramatical de interpretação das expressões referenciais.

⁴ Kuno (1987, p. 206) define a noção de empatia da seguinte forma:

(1) *Empathy*: Empathy is the speaker's identification, which may vary in degree, with a person/thing that participates in the event or state that he describes in a sentence.

Segundo Lehmann e Moravcsik (2000, p. 734), "[i]n general, the speaker has most empathy with such entities that are closest to and maximally like himself". Assim, a não-empatia pode também variar em grau, apresentando-se em forma de apatia até a forma de antipatia ou repulsa.



artigo definido, de certos possessivos e, em alguns contextos, de diminutivos.⁵

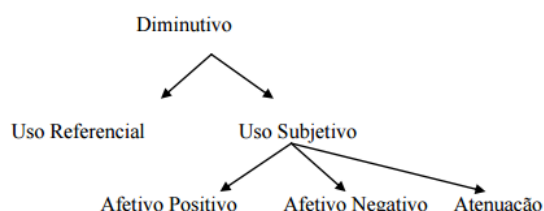
Desta maneira, parece haver uma relação direta entre a composicionalidade⁶ de *nego* baseada em traços semântico-pragmáticos permeados por sua história, e seu comportamento sintático-semântico no português brasileiro. Esse comportamento sintático-semântico é variável e tende a apresentar valor mais ou menos empático a depender de sua estrutura morfossintática. Uma rápida busca nas redes sociais demonstra que na ausência de um elemento determinante ligado a *nego* (um artigo ou um possessivo de primeira pessoa), este apresenta majoritariamente leitura negativa, o que indica que a marca de definitude se apresenta como determinante para sua leitura positiva/negativa.⁷

Para nossa análise, consideraremos que *nego* sofreu um apagamento ou *bleaching* semântico, no qual essa expressão referencial apaga certos traços referenciais em sua transição à categoria pronominal. Entretanto, algumas marcas pragmáticas parecem ser mantidas, visto que seu uso como pronome indeterminado carrega nuances pejorativas, negativas, que sempre estiveram associadas a sua história.

Nossa análise se baseia em duas hipóteses, a saber: (i) o processo de gramaticalização de *nego* se comprova ao observarmos o princípio da persistência, proposto por Hopper (1991), no qual a persistência de propriedades do item original na nova forma gramaticalizada é, por assim dizer, um dos aspectos mais preponderantes nesse processo de mudança por gramaticalização; e (ii) da mesma forma com o que acontece com *nigga* no inglês afro-americano, *nego* sofreu um *bleaching* semântico, isto é, uma neutralização de suas características originais, que tem reflexo generalizado em seu comportamento gramatical, condicionando sua fonologia e sua morfossintaxe. Os resultados alcançados apontam para um processo defectivo de pronominalização de *nego*, que se assemelha em parte ao do atual pronome *a gente*, mas se afasta deste na medida em que conserva traços socioculturais, possivelmente já cristalizados no português brasileiro.

O presente trabalho é constituído das seguintes partes: na seção 2, contextualizamos *nego* como expressão referencial no português brasileiro e descrevemos sua carga sócio-histórico-cultural, da qual deriva sua herança pragmática enquanto pronome. Na seção 3, discutimos o processo de gramaticalização de *nego*, apresentando as propostas de gramaticalização utilizadas em nossa análise. Na seção 4, apresentamos a análise de Jones e Hall (2015) para *nigga*, e a aplicamos a *nego*, para verificar as semelhanças e diferenças no

⁵ Santero (2011) apresenta uma proposta de análise morfopragmática do diminutivo em português e espanhol demonstrando que há uma hierarquia da referencialidade do diminutivo, como ilustrado na figura abaixo (SANTERO, 2011, p. 32):



⁶ Entendemos *composicionalidade* aqui como uma função dos sentidos das suas partes e da forma como estão combinadas. O significado de uma expressão é determinado pelos significados dos seus constituintes e pelo modo como estão combinados.

⁷ Utilizamos aqui os termos *positivo/negativo* como valores dos processos avaliativos que se depreendem do contexto discursivo.



processo de gramaticalização desses dois termos. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

Contextualizando *nego* sócio-historicamente

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população declaradamente preta e parda no Brasil em 2014 supera a branca desde os levantamentos de 2007, correspondendo a 53,6% da população brasileira.⁸ Mesmo sendo percentualmente maioria, a referência a essa parcela da população é de uma *minoría*, isto é, a população negra é tratada de forma marginal na sociedade brasileira. Esse sentimento de minoria e de exclusão pode ser retratado na forma como nos referimos linguisticamente ao negro.

Atribuída ao escravizado, a palavra *negro* servia, no contexto social anterior à abolição, para estigmatizar, para demonstrar, a todo o momento, o *status* de inferioridade da pessoa a quem ela era atribuída. Servia para humilhar e, em contrapartida, para fazer com que o racista se sentisse um vencedor diante do outro não-branco. Em outras palavras, “era um palavrão com o qual se ofendia o outro, dizendo-lhe que ele era escravo” (CUTI, 2007, p. 29).

De acordo com Cuti, pseudônimo de Luiz Silva, um dos fundadores do Quilombhoje-Literatura⁹ e um dos criadores da série Cadernos Negros¹⁰, muitas pessoas hoje em dia praticam o ato de humilhar sem consciência, pelo fato de que a prática da discriminação racial “naturalizou-se”. A palavra *negro* sofreu várias mutações, gerando outras palavras, suas variantes, tanto no campo formal quanto no semântico. A mesma palavra pode ser empregada tanto para exprimir admiração e carinho, como para projetar ódio e desprezo. É o contexto que vai nos revelar a intenção do falante. No Brasil, não é difícil ouvirmos o tratamento de *nego* ou *nega*. Fixaram-se em nossa cultura inúmeras expressões oriundas da vida colonial e da maneira de falar dos africanos e dos afrodescendentes.

Cuti (2007, p. 30) já dá pistas de algumas estratégias linguísticas, relacionadas à morfossintaxe do nome *negro*, que interferem em sua interpretabilidade/referencialidade:

[c]ontudo, o uso afetivo, que nos remete a certa intimidade na relação, oferece algumas pistas. Ao juntar o possessivo “meu” ou “minha” antes do termo “negro” (com a pronúncia *nêgo*), tem-se o acolhimento do outro. Ao contrário, quando se emprega o também possessivo “seu”, o falante atira no outro a carga semântica da ofensa escravista, como se dissesse ao ouvinte que é dele (“seu”) o defeito de ser descendente de africanos escravizados. Como o acento diferencial não existe mais, para o caso de “negro”, substantivo, e “negro”, do verbo negar, tem-se a impressão de ocorrer uma contaminação semântica por causa do circuito racista do pensamento.

A expressão *nego* e seus correlatos (*nega*, *neguinho*, *neguinha*, *negrinha*, *negão*, *negona* etc.) são considerados histórica e semanticamente inferiorizados. Essa alegação é devida ao fato de o negro sempre ter sido considerado um ser inferior na escala social brasileira, por efeito do regime escravocrata adotado no Brasil desde seu período colonial. Nas palavras de Pereira (2014, p. 86),

⁸ Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, p. 12. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 28 de mar. 2016.

⁹ <http://www.quilombhoje.com.br/>

¹⁰ <http://www.quilombhoje.com.br/cadernosnegros/historicocadernosnegros.htm>



[o] discurso da contemporaneidade tem servido apenas para ressaltar novas formas de indiferenças, estranhamentos e limitações racistas. O velado desprezo aos negros, em nossa sociedade, encontra-se preservado na mais complexa rede de marginalização social, política e moral. O negro de hoje é fruto de concepções históricas que apenas tipificaram um parasita que, ao proclamar a escravidão como ferramenta essencial ao progresso de uma minoria em nosso país, criou novas e infundáveis formas de inferiorização dos diferentes.

Essa herança sócio-histórica não-empática pode ser vista nos dados encontrados nos (escassos) trabalhos sobre *nego* como expressão de indeterminação do sujeito na literatura linguística:

- (1) Onde ela mora hoje e ficou um tempão lá de ... **nego** às vezes fazia de lixo aí, mas chegou um tempo que ela tomou a tenência de fazer quarto sala e cozinha, hoje em dia ela fez. [PEPP19-F2f]
- (2) Porque não tá como, o dia de hoje, hoje não, tá tudo uma violência danada aí, um de, um descontrole danado, um desrespeito, antigamente não era tanto assim, era, mas não era tanto, hoje você não pode pisar num pé, você dentro de um ônibus pisar num pé aí, **nego** já está querendo puxar a arma pra, pra querer, querer, tá querendo chamar pra mão né, já está querendo tirar a vida da pessoa. [PEPP30-M3f]

Nos dois exemplos extraídos de Carvalho (2010, p. 185-186), os únicos apresentados no trabalho do autor, o contexto de indeterminação é negativo, isto é, *nego* desempenha ações socialmente não-empáticas. Mas *nego* também pode apresentar uma leitura empática. Para isso, o falante recorre a estratégias morfossintáticas, tais como a utilização do possessivo de primeira pessoa (*meu nego*) ou do diminutivo, geralmente também em contexto de posse ((*meu*) *neguinho*, *neguinho do pai*). Mesmo assim, outras estratégias de mesma natureza podem neutralizar essa afetividade, como a utilização de possessivo de segunda pessoa¹¹ antecedendo *nego* (*seu nego/neguinho*) ou a utilização de certas formas do diminutivo com a manutenção da vibrante, como *negrinho/nigrinha*.

Ainda para ilustrar a variabilidade do uso de *nego*, nas letras da música popular brasileira, por exemplo, a palavra *nego* e seus correlatos aparecem com frequência, com ambas as conotações afetiva e ofensiva, o que pode ser verificado na comparação de duas canções populares brasileiras a seguir. Na canção *Neguinho*, de Caetano Veloso, interpretada por Gal Costa, *neguinho* é utilizado para indicar aspectos negativos de um referente indeterminado, porém com clara referência a aspectos negativos do cotidiano social, como pode ser visto no trecho em (3) abaixo. Já na canção *Nêga vá*, de Pepé da Valéria e Cal Adan e interpretada pelo grupo É o Tchan, *nega* e *neguinho* aparecem em uma contínua troca de carinho, como pode ser visto em (4).

¹¹ Assumiremos, sem pormenores, que seu(s)/sua(s) são formas pronominais possessivas utilizadas para a segunda pessoa em português brasileiro. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, cf. Lucena (2016).



- (3) **Neguinho** não lê, **neguinho** não vê, não crê, pra quê
Neguinho nem quer saber
O que afinal define a vida de **neguinho**
Neguinho compra o jornal, **neguinho** fura o sinal
- (4) De quem é a boquinha, **nêga**?
Ela é sua, meu **neguinho**

A expressão *nego*, quando tem o sentido de ofensa direta, é também utilizada para apontar um sujeito indeterminado, um indivíduo qualquer, mas, muito comumente, com nuances não-empáticas.¹² Um exemplo disso são as publicações do *blog Caveira Nerd*¹³, que apresenta uma série de imagens vinculadas a expressões populares envolvendo *nego* que traduzem sua realidade interpretativa, sempre associada à existência do indivíduo afrodescendente, como pode ser visto nos *memes*¹⁴ ilustrados nas figuras 1 e 2 abaixo:¹⁵



Fig. 1. Meme: Nego não sai do whatsapp



Fig. 2. Meme: Nego some

Quando as variantes *nego* ou *nega* recebem o sufixo diminutivo –inho(a), observamos a mesma ambiguidade demonstrada anteriormente em (3) e (4). Segundo Cuti (2007, p. 33), “na linguagem corriqueira paulistana, emprega-se bastante a expressão ‘neguinho’ para caracterizar qualquer indivíduo que pretenda ultrapassar os limites, transgredir as normas, enganar o próximo, uma pessoa abusada.”

¹² Como apontado por um dos pareceristas anônimos, esta leitura de *nego* é semelhante àquela da canção de Caetano.

¹³ Disponível em: <<http://caveiranerd.blogspot.com.br/2015/03/memes-nego.html>>. Acesso em: 28 de mar. 2016.

¹⁴ A expressão *meme* é utilizada para caracterizar uma imagem, informação, ideia ou conceito que se difunde através da *internet* rapidamente. O meme pode ser uma frase, *link*, vídeo, *site*, imagem, entre outros, os quais se espalham por intermédio de *e-mails*, *blogs*, *sites* de notícia, redes sociais e demais fontes de informação.

¹⁵ As imagens aqui apresentadas foram extraídas do *blog Caveira Nerd*, acessado em 28 de março de 2016 e podem ser conferidas no *link* apresentado na nota de rodapé 13.



Quando se usa o aumentativo, surgem outras nuances. Para Cuti (2007, p. 33), um *negão* geralmente tem conteúdo semântico-pragmático diverso, caracterizado como forte fisicamente ou sexualmente desejável. Silva Júnior e Ivenicki (2015, p. 4-5) apontam que

[e]nquanto a identidade social negra é construída, a partir de práticas discursivas, como identidade subalterna por meio da exclusão, [...] [a] identidade sexual do homem negro é exaltada pelo modelo hegemônico, como reprodutor, viril, bem dotado. Em nosso país, o macho negro é visto como modelo de virilidade de potência sexual e de dotação sexual. O homem negro, também é construído como ativo, como aquele que está a todo o momento pronto para o ato sexual.

“Negona” é um termo altamente produtivo no falar baiano, porém menos empregado em outros falares brasileiros. Entretanto, nas palavras de Cuti (2007, p. 34),

o machismo também nesse caso não deixa de acrescentar seu julgamento, em geral pseudo-estético. Pseudo porque balizado pelo modelo branco de beleza (pele clara, nariz afilado, cabelos lisos, corpo magro). É um termo que tende mais para o sentido depreciativo, para caracterizar uma mulher de pele escura, feia; ainda que entre negros, no uso da palavra, possa haver uma reversão, no sentido de apontar uma mulher negra decidida, forte em seus argumentos e convicções.

hooks (1995), falando do contexto norte-americano, acentua a necessidade de analisar como os corpos das mulheres negras são representados no período escravista e pós-escravista. Para essa autora (HOOKS, 1995, p. 469),

[...] [m]ais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da idéia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

111

Essa herança social inegável na cultura brasileira permeia historicamente a construção do imaginário do negro. Esse fato é, naturalmente, amalgamado na própria construção do léxico que gira em torno desse imaginário. Portanto, *nego* e outras expressões semelhantes carregam consigo toda essa carga histórica em sua constituição lexical.

Assumiremos, portanto, para este trabalho, a hipótese de que as diferentes expressões da palavra *nego* são resultado de um processo de gramaticalização de traços pragmáticos existentes nas comunidades de uso de tal expressão que foram herdados da tradição racista predominante em nossa cultura. Nossa proposta é que *nego* desempenha uma função pronominal genérica, mas não indeterminada¹⁶, pois é possível capturar em seu uso, uma referência semântico-pragmática de leitura depreciativa referente à comunidade afro-brasileira. Seu processo de gramaticalização, entretanto, ocorre, pelo menos sincronicamente, de modo semelhante ao que ocorreu em outras expressões pronominalizadas no português brasileiro, como *a gente*. Assim, assumiremos que *nego* se encaixa em um *continuum* de

¹⁶ Assumiremos com Carlson (1977) que *genericidade* é resultado de uma predicação sobre indivíduos (espécies ou objetos). Indeterminação, por seu turno, é entendida como a impossibilidade de retomada referencial de um objeto (expressão referencial) (cf. MENON, 2006).



referencialidade, à semelhança do proposto por Lopes (2003) para *a gente* no português brasileiro. Porém, diferentemente do que aconteceu com *a gente*, *nego* ainda preenche sua referencialidade pronominal com traços pragmáticos históricos, não sendo um completo pronome pessoal, mas também não sendo um indefinido pleno, como sugerem sê-lo alguns autores (cf. GARCIA, 2007; PINA, 2009). Esta aparente flutuação categorial de *nego* será discutida a seguir.

Sobre a gramaticalização de *nego*

A palavra *nego* possui inúmeros significados nos dicionários de língua portuguesa, seja como substantivo ou adjetivo, seja na condição de pronome: indivíduo de pele muito escura (negro), forma familiar e carinhosa de tratamento, designação vaga de pessoa indeterminada¹⁷, pessoa indeterminada, interlocutório pessoal¹⁸. Assumiremos aqui que *nego* desempenha papel de pronome no português brasileiro. Para verificar como se deu o processo de mudança de classe gramatical e ligá-lo à funcionalidade de *nego*, voltar-nos-emos ao estudo da gramaticalização.

Para a realização desta pesquisa, assumimos uma metodologia que privilegie os dados da língua em uso. Para tanto, utilizamos dados do português brasileiro extraídos de mídias que expressem esse uso, tais como a internet, dados coletados através de entrevistas sociolinguísticas e canções populares de grande alcance social. Para tratar tais dados, lançamos mão do quadro teórico proposto por Hopper (1991) e reinterpretado para o português por Lopes (2003).

Hopper (1991, p. 17), com base em Meillet (1958), entende a gramaticalização como “a atribuição de uma característica gramatical a um vocábulo previamente autônomo”. Portanto, a gramaticalização ocorre quando um “vocábulo” ou item lexical/expressão passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo status como item gramatical ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais, podendo ser recategorizados, i.e., mudar de categoria sintática, passar a ter propriedades funcionais na sentença, sofrer alterações semânticas e fonológicas, deixar de ser uma forma livre e até desaparecer como consequência de uma cristalização extrema.

A gramaticalização leva em conta, portanto, não só a funcionalidade da língua, mas também a forma de comunicação dos falantes, constituindo um processo de regularização do uso de termos novos. A gramaticalização é, desta maneira, interpretada como um processo diacrônico e um contínuo sincrônico que atingem tanto as formas que vão do léxico para a gramática como as formas que mudam no interior da gramática. A gramaticalização é motivada pelo uso constante de termos em situações reais de comunicação. Esse uso, por sua vez, faz que o elemento linguístico sofra transformações para a regularização do uso da

112

¹⁷ “Nego”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [online], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/nego> [consultado em 28-03-2016]. Curiosamente, a definição trazida pelo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa de *nego* e *negro* “indivíduo” de pele escura, enquanto *branco* é definido como: “que ou quem pertence a uma divisão da **espécie humana** caracterizada pela pele clara ou morena” (grifo nosso). “branco”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/branco> [consultado em 02-04-2016].

¹⁸ “Nego”, in *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. 1 [CD-ROM]. 2001.



língua, apresentando unidirecionalidade, ou seja, caminha do discurso para a gramática, como ilustrado abaixo:

(5) discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero

Para isso, consideramos também a hipótese de que, para a existência da unidirecionalidade, há fatores de cunho cognitivo, sociocultural e comunicativo que interferem na mudança do elemento linguístico.

O processo de reanálise de *nego* poderia ser classificado como fraco (gramaticalização fraca nos termos de Lehmann (1982)), visto que a função pronominal assumida por *nego* aproxima-se de um pronome indefinido, já atestado em outros itens lexicais, como *povo*, *gente*, *pessoal* etc.¹⁹ Em alguns casos, entretanto, podemos verificar pistas de um processo de gramaticalização forte, quando, por exemplo, *nego* não é utilizado com elementos determinantes, como artigo, como ilustrado abaixo:

(6) *Nego* não aprende mesmo!

Menon (2006, p. 129) advoga que

[...] indeterminação do sujeito concerne os casos em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de ‘referente extralinguístico’. No entanto, o referente é conhecido pelo locutor (e em certos casos, também do interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua) e se ele quisesse ou se isso lhe fosse conveniente ou interessante, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo. Nesse sentido, o referente pode ser recuperado pelo locutor a qualquer hora. Trata-se, antes de tudo, de uma maneira de escamotear o sujeito extralinguístico por meio de uma forma de expressão linguística, em função da situação de comunicação.

113

Juntamente a esse processo (fraco) de gramaticalização, *nego* estaria sofrendo *bleaching*, nos termos de Haiman (1991). Esse “descoloramento” linguístico da expressão estaria acontecendo em diversos níveis linguísticos: fonológico (negro ~ nego), morfossintático (meu neguinho ~ seu neguinho), semântico (\pm esvaziamento semântico).

Para entendermos o funcionamento do processo de gramaticalização envolvendo os traços constitutivos desta expressão referencial, recorreremos à análise do processo de pronominalização de *a gente* proposto por Lopes (2003). A autora assume que o que controla o grau de referencialidade (indeterminação) do pronome *gente* e *a gente* é a *hierarquia de indefinitude* (adaptado de GIVÓN, 1979; CROFT, 1993). A referência de *a gente* seria distribuída em um *continuum*: do grau de definitude/referencialidade máximo como em (7a) ao grau de definitude/referencialidade mínimo, como em (7d), com dois graus intermediários (7b) e (7c). O conjunto de traços e seus correspondentes valores em (7), portanto, representam a distribuição dos traços relevantes para o *continuum* referencial: [\pm definido], [\pm referencial], e [\pm específico]. A Figura 3 distribui esses traços em um *continuum*.

¹⁹ Como já mencionado na seção 2, *nego* não demonstra comportamento de um pronome indefinido pleno, como *algum(a)*. Consideraremos que *nego* pode ter leitura indefinida por conta de sua composição referencial, como apresentado na Figura 4.



(7) Graus de referencialidade (LOPES, 2003, p. 94-96)

- a) [+definido][+referencial][+específico]
- b) [+definido][+referencial][–específico]
- c) [–definido][+referencial][–específico]
- d) [–definido][–referencial][–específico]

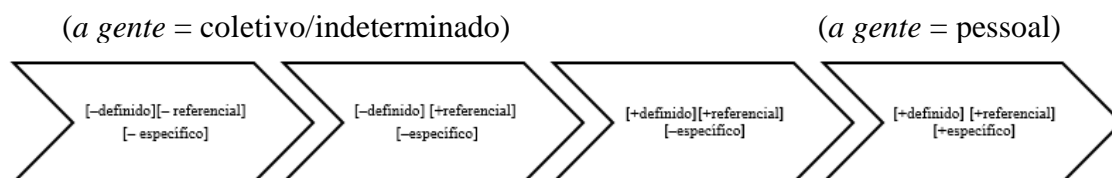


Fig. 3. Hierarquia de definitude/referencialidade de *a gente*

Hopper (1991) considera possível identificar graus variados de gramaticalização nas formas do *continuum* linguístico e, para tanto, propõe alguns princípios que visam a medir o grau de gramaticalização dessas formas. Semelhantemente ao que faz Lopes (2003), dentre os princípios propostos, ater-nos-emos apenas aos princípios da persistência e da decategorização por serem os que se relacionam diretamente ao fenômeno discutido neste trabalho. O princípio da persistência prevê, segundo Hopper, a possibilidade de alguns traços de significado, isto é, de resquícios da referência extralinguística da categoria lexical serem mantidos na forma gramaticalizada, o que pode, segundo ele, vir a interferir nas restrições sintáticas da nova forma. Lopes (2010, p. 278) propõe estender esse princípio de Hopper (1991) para além dos traços semânticos, apoiada no argumento de que “os detalhes da história lexical do item’ não se restringem aos valores semânticos, mas também às suas características formais”. Segundo Lopes (2010, p. 278),

a persistência de propriedades do item original na nova forma gramaticalizada é, por assim dizer, um dos aspectos mais preponderantes nesse processo de mudança por gramaticalização, uma vez que os traços identificados pelo princípio da persistência marcarão as particularidades da forma que se recategoriza.

O princípio da decategorização remete, de acordo com Hopper (1991), à perda ou à neutralização, por parte da forma-fonte, de flexões morfológicas e de privilégios sintáticos, decorrentes do processo de abstração por que passa tal forma rumo à categoria gramatical. Lopes (2010, p. 279) acredita que ambos os princípios estejam imbricados, já que,

pelo gradualismo do processo, a decategorização pode evidenciar algumas persistências, uma vez que nem todas as propriedades lexicais são perdidas e muito menos são assumidas todas as características da nova categoria da qual passou a fazer parte a forma gramaticalizada.

Omena e Braga (1996), Menon (1996) e Lopes (2003) verificaram que o *gradualismo* (ou *persistência*) também já foi verificado com a forma *a gente* uma vez que a forma pronominal herdou a referência indeterminadora, genérica e a noção coletiva do substantivo *gente*. Resta-nos aqui verificar se *nego* como pronome herda o valor negativo associado ao seu nome original na cultura luso-brasileira.

Nego encontrar-se-ia, portanto, em um processo de reanálise, em que o princípio da decategorização não foi plenamente atingido. Isso pode ser visto a partir de indícios das



características da mudança categorial do termo: de nome para pronome, ao mesmo tempo preservando características do nome e assumindo características de pronome, como podemos ver em (8), com exemplos nominais e (9), que repete os dados em (1) e (2), e apresenta exemplos pronominais.¹

(8) a. Quando os **negros** chegavam ao Brasil, eles eram vendidos em feiras livres, como se fossem uma *mercadoria*.

b. Costumava chamar ao inimigo Tibúrcio de “**nego** fio de uma puta”.

(9) a. Onde ela mora hoje e ficou um tempão lá de ... **nego** às vezes fazia de lixo aí, mas chegou um tempo que ela tomou a tenência de fazer quarto sala e cozinha, hoje em dia ela fez. [PEPP19-F2f]

b. Porque não tá como, o dia de hoje, hoje não, tá tudo uma violência danada aí, um de, um descontrole danado, um desrespeito, antigamente não era tanto assim, era, mas não era tanto, hoje você não pode pisar num pé, você dentro de um ônibus pisar num pé aí, **nego** já está querendo puxar a arma pra, pra querer, querer, tá querendo chamar pra mão né, já está querendo tirar a vida da pessoa. [PEPP30-M3f]

Nos exemplos em (8) podemos observar que *negros* e *nego* têm interpretação de nome e isto é refletido em seu comportamento sintático: em (8a), *negros* é precedido por um artigo definido e em (8b), *nego* é acompanhado por uma expressão adjetival avaliativa. Já em (9), os dois exemplos apresentam *nego* com leitura pronominal indefinida, como aponta Carvalho (2010).

Esse processo seria caracterizado pela presença/ausência dos traços em (7) na composição da expressão *nego*, sendo este interpretado como nome na ausência/diminuição de definitude, referencialidade e especificidade, enquanto sua leitura como pronome necessariamente aumentaria a leitura desses traços.

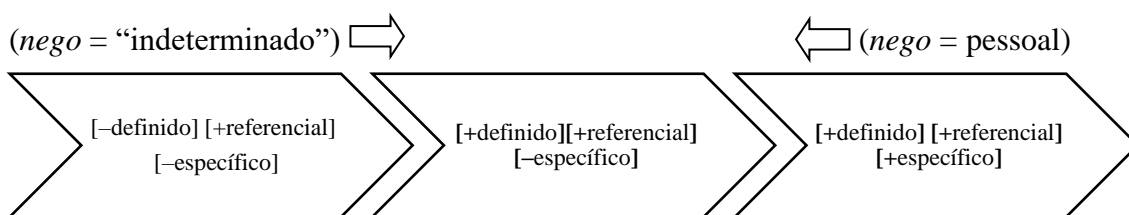


Fig. 4. Hierarquia de definitude/referencialidade de *nego*

Observe que, diferentemente de *a gente* na Figura 3, não é possível *nego* possuir a estrutura em (7d) – [-definido][-referencial][-específico] –, àquela minimamente referencial na hierarquia de *a gente*, sendo sempre mais referencial. Para ser minimamente referencial (ter a configuração em (7d)), os traços referenciais de *nego* deveriam ser desconhecidos por um dos participantes do discurso, como prevê Lopes (2003, p. 94). Entretanto, isso não ocorre, pois consideramos que sua carga (herança) pragmática é sempre compartilhada entre os participantes do discurso. O *continuum* da estrutura de traços de referencialidade de *nego*,

¹ O exemplo em (8b) foi extraído de Pericás (2010, p. 124) e os de (9) de Carvalho (2010, p. 185-186).



portanto, deslizaria entre as estruturas (7c) e (7a), como apontam as setas na Figura 4. Os dados dos trechos das músicas apresentados em (3) e (4), repetidos abaixo em (10) e (11), ilustram as fases da Figura 4.

- (10) a. **Neguinho** não lê, **neguinho** não vê, não crê, pra quê
 Neguinho nem quer saber
 b. Se o **nego** acha que é difícil, fácil, tocar bem esse país²
- (11) De quem é a boquinha, **nêga**?
 Ela é sua, meu **neguinho**

Nas ocorrências de *neguinho* em (10a), a estrutura de referencialidade é [-definido][+referencial][-específico], pois apresentam leitura genérica, já que não sabemos especificamente de quem se trata, porém recuperamos sua referencialidade devido à carga pejorativa exprimida. Já *neguinho* em (10b) apresenta a estrutura [+definido][+referencial][-específico], visto que pode-se recuperar a definitude da expressão, que é expressa morfológicamente pelo artigo definido *o*, mas sem especificar de quem se trata, isto é, não é possível recuperar discursivamente um indivíduo específico a partir da sentença. Por fim, em (11), *nêga* expressa especificidade através de sua função vocativa, enquanto *neguinho* o faz morfológicamente através da presença de um pronome possessivo de primeira pessoa, possuindo, ambos, a estrutura de referencialidade [+definido][+referencial][+específico].

Desta forma, gostaríamos de propor que, diferentemente de *a gente*, *nego* não apresenta um correspondente minimamente referencial, já sendo referencialmente determinado em sua origem. Essa referencialidade é recuperada a partir da carga pragmática de *nego*, construída sócio-culturalmente, como ilustrado na seção 2 deste trabalho.

116

Assim, esse esvaziamento parcial da expressão referencial *nego* e sua reanálise no item funcional pronome não está sendo uniforme e algum material semântico-pragmático está sendo mantido. Em outras palavras, o processo de pronominalização de *nego* parece estar acontecendo de forma defectiva, pois traços pragmáticos concernentes à carga histórico-cultural da expressão não se perderam em tal processo.

Podemos, assim, problematizar a utilização de *nego* no português brasileiro da seguinte forma:

² O trecho em (10b) faz parte da música de Caetano Veloso da qual extraímos (3).



<i>Nego</i>		
Adjetivo	Nome	Pronome
Provavelmente seu uso original na língua (Homem negro ~ Homem negro ~ Nego)	Resultado de processos fonológicos e de processos sintático-semânticos, como a perda do valor [+V] ¹ característico dos adjetivos, nos termos de Chomsky (1965)	Resultado do esvaziamento (<i>bleaching</i>) do conteúdo nominal e adjetival para fins sintáticos, mas conservando algum traço avaliativo, apenas interpretado semanticamente

Quadro 1 – Caracterização da distribuição de *nego*

Sobre o *bleaching* de *nigga* e de *nego*: evidências translinguísticas

Jones e Hall (2015) apresentam evidências de que o inglês afro-americano (African American English – AAVE) adquiriu um novo pronome, o *nigga*. *Nigga* teria significado aproximado de *guy* (“cara”) no inglês americano geral (General American – GA). De acordo com os autores, alguns registros do vernáculo do AAVE disponibilizam um novo conjunto de itens lexicais, incluindo pronomes, que são o reflexo da reanálise gramatical de expressões utilizando o reflexo do AAVE na gíria inglesa *nigger*.

Jones e Hall demonstram que esse novo conjunto de pronomes distribui-se entre as pessoas do discurso, apresentando características gramaticais para a distribuição de cada pessoa: a primeira pessoa *a nigga* e *niggas* (fonologicamente /ənɪgə/ e /nɪgəz/), a segunda pessoa em forma de vocativo *nigga* (/nɪgə/) e *ma nigga* (/məɪnɪgə/) e a terceira pessoa honorífica *this/that/my nigga* (JONES e HALL, 2015, p. 1). Os autores, então, assumem com Haiman (1991) que houve um processo de *bleaching* semântico², isto é, um processo no qual um morfema ou uma palavra é “descolorido” (do inglês *bleached*) de seu significado através do tempo. Destarte, *nigga* não seria mais marcado por raça ou etnicidade, como ilustrado em (12) abaixo, e seria usado neutra e aclamadamente quando se discutem outras expressões ofensivas, como em (13).

(12) There’s this *White/Asian/Black/African nigga* in my
Há este branco/asiático/preto/africano *nigga* em minha
class, ...
sala de aula, ...
“Tem esse *nigga* branco/asiático/preto/africano na minha sala, ...”

(13) I think it’s disrespectful when a *nigga* call a girls
Eu acho EXPL.é desrespeitoso quando um *nigga* chama uma garota

¹ Para Chomsky (1965), elementos puramente nominais não possuem o traço estrutural [+V], que caracteriza elementos puramente verbais, pois não apresentam características desta categoria, como a função de predador na sentença ou a possibilidade de possuir argumentos frasais, como sujeito, por exemplo.

² No que tange aos tipos de mudança semântica, há a generalização semântica. Essa é assim chamada, visto que consiste na generalização de contextos em que um mesmo item é usado. No decorrer desse processo, alguns componentes do significado original do item podem se perder. A perda desses traços originais é conhecida como redução semântica, ou como *bleaching*.



a *bitch*.

uma *cadela*.

“Eu acho desrespeitoso quando um **nigga** chama uma garota de *puta*”

Os autores apresentam uma série de evidências gramaticais que vão da fonologia à sintaxe para demonstrar que *nigga* é um verdadeiro pronome e não um “impostor”, nos termos de Collins e Postal (2012). Para os autores, a *bleaching* de *nigga* se dá devido à animacidade. Semanticamente, *nigga* como terceira pessoa “descolorida”, i.e., enquanto *default* humano e masculino, faz um movimento descendente na hierarquia proposta pelos autores, baseada em Comrie (1981) e ilustrada abaixo em (14), para abarcar mulheres, crianças, animais domésticos e criaturas conscientes, mas não atos da natureza ou objetos inertes (como pedras, por exemplo).

- (14) Adultos masculinos livres > outros humanos > animais de estimação e outros animais domésticos > outras criaturas conscientes > forças da natureza > coisas que se movem > coisas inertes³

Jones e Hall (2015) ainda consideram relevante a hierarquia proposta por Silverstein (1976), ilustrada em (15), na qual pronomes pessoais estão em uma posição hierárquica mais alta que nomes animados.

- (15) Pronomes de 1ª pessoa > pronomes de 2ª pessoa > aproximativos de 3ª pessoa > obviativos de 3ª pessoa > nomes próprios > termos de parentesco > nomes humanos > nomes animados > nomes inanimados

118

Os autores argumentam, então, que, dada tal hierarquia, a ausência de um paradigma pronominal completo para as chamadas *formas-n* (*nigga* e seus correlatos) não é problemática vista a interação entre a alta animacidade de *nigga* no *bleaching* sintático desta expressão e os tipos sintáticos universal e altamente animados, ilustrados em (15), o que levaria à caracterização das formas-*n* como pronomes verdadeiros e não impostores.

Se considerarmos essa análise para *nego* no português brasileiro, perceberemos que alguns ajustes precisariam ser feitos o que, entretanto, não invalidaria a possibilidade de um deslize gramatical da mesma natureza estar acontecendo nesta língua.

Nego, diferentemente de *nigga*, não estaria estabilizando-se como pronome pessoal, apesar de carregar em determinados contextos nuances pronominais pessoais, como pode ser visto em nossa discussão nos exemplos em (11). Mas também já não seria um elemento de indeterminação (pronome indeterminado) no português brasileiro, como proposto na literatura (cf. CARVALHO, 2010⁴; GARCIA, 2008; PINA, 2009). Sua distribuição depende da leitura dos traços de referencialidade, definitude e especificidade, como proposto anteriormente na Figura 4, e sua leitura vai depender dos aspectos sócio-culturais aos quais esses traços estão ligados. Consideramos a sócio-história da expressão *nego* essencial para delimitarmos as

³ Do original (JONES e HALL, 2015, p. 3): Free adult males > other humans > pets and domesticated animals > other sentient creatures > forces of nature > moving things > non-moving inert things.

⁴ Segundo Carvalho (2010, p. 187): “[e]mbora faça referência à etnia negra, seu conteúdo semântico se expandiu em caráter emocional na Bahia, mais especificamente em Salvador, sendo empregado também para qualquer pessoa a que se tenha estima ou então para falar de qualquer pessoa, não determinando quem seja.”



nuances interpretativas geradas pela leitura desses traços nos diferentes contextos sociais. Reconhecemos, entretanto, que um estudo a partir de dados da comunidade afro-brasileira nos moldes da feita por Jones e Hall (2015) seria necessário para chegarmos a conclusões mais concretas sobre a influência do traço de animacidade na produção de *nego* no português afro-brasileiro.

Considerações finais

Neste trabalho, pretendemos discutir as estratégias linguísticas dos usos de *nego*, assumindo que sua diversidade significativa se deve ao fato de esta expressão estar sofrendo um processo de gramaticalização, fraco em alguns momentos (semanticamente), forte em outros (morfossintaticamente) (LEHMANN, 1982). Desta forma, *nego* pode ser semanticamente configurado a partir dos traços [\pm definido], [\pm específico] e [+referencial]. A configuração [-definido][-referencial][-específico] para *nego* não está disponível no português brasileiro, pois sua carga pragmática é sempre compartilhada pelos falantes desta língua, o que impossibilita sua leitura exclusivamente indeterminada.

Ainda, mostramos que a multiplicidade semântico-pragmática, vastamente encontrada na literatura e na música popular brasileira, pode ser o reflexo de processos históricos, que impregnam *nego* de valores positivos e negativos, a depender dos processos avaliativos que se depreende do contexto discursivo. Observamos que o contexto sócio-histórico de *nego* mostra-se mister para a compreensão de seu comportamento linguístico no português brasileiro, visto que a inegável herança racista persiste no uso da língua a partir de traços pragmáticos sutis, porém indelévels.

Para nossa análise, consideramos a noção de *bleaching*, esvaziamento semântico (estendido a outros níveis gramaticais, como a sintaxe e a fonologia), como essencial para a compreensão do comportamento sintático e semântico da expressão *nego* e seu trânsito à categoria dos pronomes. Vimos também que *nego* não se comporta como elemento de indeterminação tradicional, totalmente esvaziado de seus traços referenciais, e se aproxima muitas vezes da referencialidade encontrada nos pronomes pessoais, da mesma forma que seu correspondente no inglês afro-americano, *nigga*.

REFERÊNCIAS

- BUENO, F. da S. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Editora FTD, 1996.
- CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CARLSON, G. A Unified Analyses of the English Bare Plural. *Linguistics and Philosophy*, n. 1, p. 413-456, 1977.
- CARVALHO, D.S. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. Tese (Doutorado), – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 2008.



CARVALHO, D.S. Geometria de traços e a sintaxe de pronomes no português brasileiro. In: *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa*. Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Tipografia Nunes Lda, 2010, p. 245-261.

CARVALHO, D.S. Sincretismo, subespecificação de traços e a sintaxe de gênero em uma comunidade do português afro-brasileiro: um estudo de caso. *Papia* (Brasília), v. 21, n. 1, p. 83-97, 2011.

CARVALHO, V. *Você, a gente et alia indeterminam o sujeito em Salvador*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas, 2010.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

COLLINS, C.; POSTAL, P. M. *Imposters: A Study of Pronominal Agreement*. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology: Syntax and morphology*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

CUTI. *Moreninho, neguinho, pretinho*. Coleção percepções da diferença. Negros e brancos na escola, v. 3, 2007.

DA VALÉRIA, Pepé; ADAN, Cal. *Nega Vá*. In: *É o Tchan do Brasil*. Polygram: Rio de Janeiro, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GARCIA, A. S. Tipos de Sujeito indeterminado. *Almanaque CIFEFIL*, v. 1, p. 280, 2008.

HAIMAN, J. From V/2 to Subject Clitics: Evidence from Northern Italian. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Vol. II: Focus on types of grammatical markers. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins, 1991, p. 135-157.

HOOKS, Bel. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Volume I, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Company, 1991, p. 17-35.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. 1 [CD-ROM]. 2001.

JONES, T.; HALL, C. Semantic Bleaching and the emergence of new pronouns in AAVE. *LSA Annual Meeting Extended Abstracts*, v.6, 2015, p. 1-4.



KUNO, S. *Functional Syntax: Anaphora, Discourse, and Empathy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. In: *Língua e Stile* 20, 1982.

LEHMANN, C.; MORAVCSIK, E. A. Noun. In: BOOIJ, Geert *et al.* (eds.), *Morphology: An International Handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2000, p. 732-756.

LOPES, C. R. dos S. A persistência e a decategorização nos processos de gramaticalização. In: VITRAL, L.; COELHO, S. M. (orgs.) *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, p. 275-314.

LOPES, C. R. dos S. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, v. 18, 2003.

LUCENA, R. de O.P. *Pronomes possessivos de segunda pessoa: a variação teu/seu em uma perspectiva histórica*. Tese (Doutorado), – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2016.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: *Linguistique Historiques et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1958.

121

OMENA, N. P.; BRAGA, L. M. (1996): “A gente está se gramaticalizando?”. In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (orgs.) *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.75–84.

PEREIRA, O. M. L. *Docência negra em Pelotas: um constante reinterpretar de silêncios*. Tese (doutorado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014.

PERICÁS, L.B. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINA, A. A. *Por uma nova “percepção” de um antigo problema: estudo cognitivo-construcional do sujeito indeterminado com se no português*. Tese (Doutorado) – UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2009. Priberam da Língua Portuguesa [online], 2006.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Questões Gramaticais. A arte de roubar galinhas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998, p. 95-99.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.



SILVA JUNIOR, P. M.; IVENICKI, A. Sou negão com prazer!: em busca de possibilidades de problematizar o processo de construção das masculinidades negras. *Anais do IV Seminário Enlaçando Sexualidades*, v. 1, 2015, p. 1-8.

SILVERSTEIN, M. 1976. Hierarchy of Features and Ergativity. In: DIXON, R. M. W. (ed.). *Grammatical Categories in Australian Languages*. Canberra: Australian National University, 1976, p. 112-171.

VELOSO, Caetano. Neguinho. In: Recanto. Universal Music: Salvador, 2011.

VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almeida, 2001.

Recebido em 02/04/2016
Aprovado em 29/07/2016



Uma primeira história da Gramática Funcional

A first history of Functional Grammar

J. Lachlan MACKENZIE¹

RESUMO: Neste artigo² é contada a história da Gramática Funcional desenvolvida por Simon C. Dik (1940-1995), da Universidade de Amsterdã, e seus colegas. A apresentação cobre a gênese da teoria, seu reconhecimento internacional, o falecimento precoce de seu fundador e protagonista principal, bem como o legado de Dik para a linguística atual, incluindo a emergência de uma teoria sucessora na forma da Gramática Discursivo-Funcional. O presente artigo avalia a recepção da GF na linguística, enfatizando sua abertura à incorporação de ideias de outras fontes, bem como sua contribuição para a teoria linguística e prática descritiva.

PALAVRAS-CHAVE: Simon C. Dik. Gramática Funcional. Funcionalismo. História da linguística. Gramática Discursivo-Funcional

ABSTRACT: The history is told of Functional Grammar (FG), as developed by Simon C. Dik (1940-1995) of the University of Amsterdam and his co-workers. The presentation covers the genesis of the theory, its international recognition, the early death of its originator and main protagonist as well as Dik's *Nachleben* in current linguistics, including the emergence of a successor theory in the form of Functional Discourse Grammar. The article assesses FG's reception in linguistics, emphasizing its openness to incorporating ideas from other sources, and evaluates its contribution to linguistic theory and descriptive practice.

KEYWORDS: Simon C. Dik. Functional Grammar. Functionalism. history of linguistics. Functional Discourse Grammar

Introdução

A Gramática Funcional, normalmente abreviada por GF, foi desenvolvida pelo linguista holandês Simon C. Dik (1940-1995) e seus colegas. O centro geográfico para a GF era Amsterdã, embora tenha sido praticada em diversos outros lugares ao redor do mundo. O uso do tempo passado nas sentenças anteriores se justifica pelo fato de que a GF não é mais ativamente aplicada, embora seus reflexos na linguística ainda podem muito bem ser notados, como se verá adiante. Diversas outras abordagens à análise linguística também empregaram o rótulo “Gramática Funcional”: Halliday e Matthiessen (2013) utilizam o nome Gramática

¹ VU Amsterdam, Faculty of Humanities, Language and Communication, De Boelelaan 1105, 1081 HV Amsterdam, Holanda. E-mail: lachlan_mackenzie@hotmail.com

² Este artigo é uma tradução realizada por George Henrique Nagamura de ‘A first history of Functional Grammar’ publicado em: Assunção, Carlos; Fernandes, Gonçalo; Kemmler, Rolf (Orgs.), *History of Linguistics 2014*. Selected papers from the 13th International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS XIII), Vila Real, Portugal, 25-29 August 2014, Amsterdã: John Benjamins, 2016. p. 233-246. Mais informação sobre esse livro se encontra em <https://www.benjamins.com/#catalog/books/sihols.126/main>.



Funcional para sua gramática no interior da Linguística Sistemico-Funcional (LSF); diversos pesquisadores espanhóis, mais notavelmente Emilio Alarcos Llorach (1922-1998), propuseram uma gramática funcional (ALARCOS LLORACH, 1972); Bondarko (1991) aplicou uma “gramática funcional” a dados do russo; e Martinet (1979) desenvolveu uma *grammaire fonctionnelle* do francês. Todas essas abordagens são distintas da GF e não devem ser confundidas com ela, bem como não deve haver confusão com a Gramática Léxico-Funcional (GLF), a variante da Gramática Gerativa, desenvolvida por Bresnan (2001).

Esta é uma primeira tentativa de contar a história de vida da GF, embora contribuições valiosas possam ser encontradas em Anstey (2004), Butler (2003) – que compara a GF com a LSF e a Gramática de Papel e Referência – García Velasco (2003) e Siewierska (1991)³. O presente artigo inicia com o jovem Simon Dik, traçando seu primeiro interesse em funcionalismo linguístico e sua primeira menção de uma gramática funcional. Prossegue-se, então, ao período de incubação que levou à sua obra de 1978, *Functional Grammar* ‘Gramática Funcional’, que serviu de base para o crescimento e institucionalização da GF nos anos 80. Novas ideias surgiram, resultando, em 1989, na Parte I de uma obra em dois volumes, cuja segunda parte teve sua publicação póstuma em 1997. O artigo encerra recontando o declínio da GF e a ascensão da Gramática Discursivo-Funcional, avaliando o estado atual da GF e oferecendo uma conclusão breve.

Simon C. Dik como jovem acadêmico nos anos 60

Após obter seu primeiro diploma em línguas clássicas, Dik embarcou por volta dos seus 25 anos, uma idade incomum naqueles tempos, em sua tese de doutorado em linguística geral, sob supervisão de Anton Reichling (1898-1986). Reichling foi um dos principais representantes da “velha escola” da linguística holandesa e, na época, estava envolvido em embates frequentemente calorosos com as primeiras incursões da Gramática Gerativa na academia holandesa. Nesses tempos, Reichling claramente influenciou o pensamento do jovem Dik, mas também permitiu que ele explorasse livremente a literatura internacional, incluindo trabalhos em Gramática Gerativa e Funcionalismo europeu. Essa política de encorajamento de ampla leitura veio a caracterizar o trabalho posterior de Dik como professor, recepcionando abertamente diversas outras correntes linguísticas em seu ambiente de trabalho e orientando teses com enquadramentos teóricos variados.

A primeira menção de Dik da palavra “funcionalismo” ocorre em uma resenha de 1967 de um trabalho do pesquisador tcheco Josef Vachek (1909-1996). A respeito do ditongo /ɔi/ em inglês, Vachek (1966, p. 71) havia comentado que ele ocorre principalmente em palavras de origem estrangeira:

A única exceção disso, a palavra *boy*, é provavelmente também de origem francesa, mas se tornou perfeitamente domesticada; a presença de /ɔi/ nela, contudo, pode ser justificada por um forte tom emotivo, uma característica muito frequente nessa palavra.

Dik (1967, p. 88), responde: “Talvez para falantes nativos do inglês, isso seja convincente; para nós, essa ‘justificação’ parece um claro sacrifício de Fatos em favor do

³ De Groot e Hengeveld (1996) foi de extrema utilidade para a bibliografia; Kooij (2002) oferece um obituário informativo de Simon C. Dik.



Funcionalismo”. A mensagem de Dik é de que explicações funcionais não podem ser invocadas tão levemente. No entanto, a mesma resenha de Dik mostra um alto apreço por

o que Jakobson (1963) chamou de “modelo de meios e fins” da linguagem. Isso significa que cada fato da língua é avaliado não somente com respeito ao sistema como um todo, mas também com respeito à função primária que cumpre no contexto mais amplo da realidade extralinguística. (DIK, 1967, p. 87)

Aqui, em forma de embrião, está o princípio fundamental do que virá a se tornar a Gramática Funcional – a correlação íntima entre sistematicidade e instrumentalidade.

A primeira menção à Gramática Funcional

A primeira menção de uma gramática funcional (com artigo indefinido) ocorre na tese doutoral de Dik, publicada comercialmente como Dik (1968). Qualquer um que tivesse a expectativa de encontrar em Dik um clone de Reichling teria se espantado ao encontrar um livro escrito em inglês fluente, abraçando completamente o discurso da linguística americana; em um artigo de resenha, Matthews (1969, p. 349) comentou que se tratava de uma obra estranhamente acessível para um trabalho holandês. A tese dialoga com a Gramática Gerativa, oferecendo uma crítica das propostas transformacionistas. Ao mesmo tempo em que enfatizava os méritos da formalização gerativa, o livro criticava as transformações como panaceia para os desafios da sintaxe. Ainda assim, muitos dos objetivos primários da Gramática Gerativa, especificamente a de tentar atingir a adequação explanatória, são endossados. A maior parte das diferenças entre a posição de Dik e a dos que ele critica são questões técnicas, notavelmente sua afirmação de que funções como as de sujeito e objeto são irredutíveis em vez de derivadas. Porém, sua crítica não parte de dentro da Gramática Gerativa, como o fizeram os semanticistas gerativos. Dik traz ideias de outras tradições, notavelmente a Tagmêmica, de Kenneth L. Pike – “[e]m grande medida... esse sistema [meu] pode ser visto como uma reconstrução particular de noções tagmêmicas” (DIK, 1968, p. 159).

O Capítulo 9 de sua tese oferece um esboço de uma gramática funcional, “não mais do que uma tentativa preliminar” (1968, p. 162). Em seu artigo de resenha, Matthews encarou esse capítulo como uma nota promissória: “Suspeita-se que [Dik] não tenha, até o momento, explorado suficientemente as implicações de seu modelo. Até que ele o faça, sua formalização atual literalmente não é digna de um momento de consideração. A formalização poderia, contudo, ser alterada” (1969, p. 358). Isso veio a acontecer realmente nos anos que se seguiram à graduação doutoral de Dik e sua rápida nomeação à cátedra de Linguística Geral em Amsterdã, surpreendentemente com apenas 28 anos. Muitos princípios embrionários da GF já podiam ser encontrados naquele esboço programático: há uma única estrutura gramatical especificando todas as distinções gramaticais relevantes (DIK, 1968, p. 163); elementos orientados para o discurso são visíveis no tratamento de sentenças gramaticalmente dependentes como parte de uma “expressão linguística independente” maior, ao mesmo tempo que Dik reconhece o problema de quantificar sua extensão – “qual é o alcance máximo?” (1968, p. 167). A influência da mentalidade da Gramática Gerativa é, contudo, evidente em sua definição de uma gramática funcional como “um sistema de regras gerando todas, e somente as bem-formadas, expressões linguísticas de uma língua em conjunto com suas descrições estruturais” (1968, p. 190) e na especificação explícita das formas e dos esquemas de regras, em sua discussão sobre recursividade, regras opcionais vs. obrigatórias,



ordenação de regras, derivação, e em sua preocupação com a adequação. Os pontos controversos da tese de Dik e sua nomeação imediata à cátedra em Amsterdã criaram as condições ideais para dar início a um turbilhão nos Países Baixos, com debates sobre o mérito ou desmérito da dissertação chegando até mesmo aos jornais nacionais. O debate também pegou fogo em periódicos, com Pieter Seuren como seu oponente principal (SEUREN, 1969; DIK, 1969).

A incubação da Gramática Funcional

Os dez anos seguintes vieram a ser o período de incubação da Gramática Funcional, com letras maiúsculas e sem artigo indefinido. Dik não foi tão produtivo nesses anos quanto viria ser nos anos seguintes, mas é notável que suas publicações, embora escritas de fora do círculo gerativista, na época em rápida expansão nos Países Baixos, atendiam a questões ativas em debates gerativistas: artigos sobre correferência cruzada, por exemplo, sobre quantificadores universais e sobre alçamento. Sobre o verbo holandês *beginnen* “começar”, Dik (1972) argumenta que sua distribuição não pode ser explicada sem referência a noções semânticas e conclui que a Semântica Gerativa possui a melhor explicação; a gramática funcional não é mencionada. Dik (1975) republicou um artigo de 1969 em um livro holandês sobre a Gramática Transformacional, colocando-se em oposição a regras transformacionais e explicitamente propondo uma gramática funcional como alternativa. A primeira obra a mencionar a Gramática Funcional, a respeito de orações interrogativas, foi Dik (1977), às vésperas do livro de 1978.

126

O livro *Functional Grammar*

O tiro de largada oficial da GF foi disparado em 1978, com o lançamento da obra *Functional Grammar* (‘Gramática Funcional’). Seguindo o estilo da época, o livro era datilografado, com uma bela encadernação. Em seus nove capítulos, o autor define uma implementação bem-desenvolvida e disciplinada de uma abordagem funcional da relação entre sistema e uso. Talvez a proposta central do livro seja a de que uma única representação formalizada deve ser aplicada a todas as propriedades gramaticais de uma expressão linguística.

Os elementos da assim chamada “representação subjacente” são originadas de uma ampla panóplia de influências intelectuais. Primeiramente, há, no próprio uso do termo “subjacente”, a influência profunda da Gramática Gerativa, embora, ao mesmo tempo, Dik rejeite muitas de suas crenças mais fervorosamente defendidas. Allan (2007, p. 268) está seguramente correto em observar que a GF, do mesmo modo que a Gramática de Papel e Referência, é “fortemente influenciada pela hegemonia da gramática chomskiana, e [...] de certo modo reativa a ela”. Outras influências, todas explicitamente reconhecidas, são a Gramática Relacional, de David Perlmutter, Edward Keenan e David Johnson, especificamente com respeito às funções sintáticas e à abordagem interlinguística; a Gramática de Casos, de Charles Fillmore, no que tange às funções semânticas; o trabalho de Joseph Greenberg e Bernard Comrie sobre hierarquias implicacionais; e o artigo de Emmon Bach, de 1968, intitulado “*Nouns and noun phrases*” (“Substantivos e sintagmas nominais”), para a análise de termos (ou expressões referenciais) – Bach, cabe recordar, não formaliza sua



proposta, mas insinua que ela “parece muito, em alguns aspectos, com os sistemas lógicos [de] Rudolph Carnap, Hans Reichenbach e outros” (BACH, 1968, p. 121). As representações subjacentes de Dik também tinham a aparência de (sem de fato ser) fórmulas da lógica de predicados. A influência de Reichenbach (1947, p. 306) também é aparente no tratamento de Dik dos advérbios de modo (1978, p. 52), que invoca exatamente o mesmo exemplo utilizado por Reichenbach, *Annette danced beautifully* (‘Annette dançou lindamente’)

A originalidade do livro está não só na habilidade de Dik em entrelaçar todas as influências em uma teoria coerente, mas também em conter uma ampla gama de propostas que funcionariam como hipóteses de pesquisas nos diversos anos seguintes. Uma dessas propostas foi a centralidade da entrada lexical (a ‘moldura de predicado’ – *predicate frame*), a partir da qual cada representação subjacente é construída por meio da formação de predicados, da adição de satélites, da inserção de termos e da atribuição de funções sintáticas e pragmáticas. Outra hipótese original, antecedendo a descoberta funcionalista das “motivações em competição”, era a afirmação de que um princípio de peso de constituintes, chamada LIPOC (*Language-Independent Preferred Order of Constituents* – ordem preferida dos constituintes independentemente de língua), interage na determinação da ordem de palavras com fatores deriváveis da representação subjacente.

A obra *Functional Grammar* foca na mecânica da geração de estruturas, dando relativamente pouca atenção à explicação mais geral da motivação da abordagem. A não centralidade da sintaxe está presente, mas não se insiste nela; similarmente, deixam-se de lado os fatores de processamento e discurso. O leitor fica com a sensação persistente de que, no rescaldo das discussões em torno da tese de 1968, a GF é apresentada como alternativa aos modelos gerativistas, assim como as diversas influências americanas sobre o livro surgiram em oposição ao trabalho de Chomsky.

127

Não é de se estranhar, então, que a obra tenha sido recebida de maneira negativa por gerativistas nos anos que se seguiram. Uma constante nessas resenhas e artigos é a acusação de que a GF era meramente uma “variante notacional” da gramática gerativa. Dik (1979, p. 45) responde a uma resenha de Hoekstra (1978) da seguinte maneira:

A tem uma ideia I. B tem uma ideia J. I não é igual a J. A critica B, reconhecendo que I não é igual a J, mas não pode provar que J está errado. Agora A argumenta que J é uma variante notacional de I, em outras palavras, que J é o mesmo que I, apenas expresso de maneira diferente. A conclusão é a de que, se B tem uma boa ideia, é porque é, na realidade, uma reformulação da ideia de A.

Como o gerativista Peterson escreveu no mesmo ano (1979, p. 139),

o uso frívolo da frase “variante notacional” como um epíteto pejorativo é de certa forma uma inanidade, pois não é verdade que o valor de uma dada teoria seja automaticamente diminuída ao se mostrar que ela é uma variante notacional de outra existente, já que, por essa linha de raciocínio, poder-se-ia chegar à conclusão tola de que o indispensável sistema matemático de análise de vetores deve ser dispensado em razão de ser apenas uma expressão alternativa das coordenadas cartesianas.

Outros ataques vieram de Koster (1982), respondido por Nuyts (1983); de Miller (1986), novamente respondido por Nuyts (1986); e de Muysken (1988), respondido por Mackenzie (1988).



O crescimento e a institucionalização da GF

A década seguinte foi uma de crescimento e institucionalização. De um trabalho de um homem só, a GF expandiu como resultado de um interesse acelerado, não por parte de outros departamentos de linguística nos Países Baixos, que eram fundamentalmente dominados em maior ou menor escala por gerativistas, mas em grande medida por parte dos departamentos de línguas (clássicas, eslavas, inglês, francês, posteriormente, espanhol e finalmente português). Encontros semanais ocorreram em Amsterdã, nos quais ideias puderam ser trocadas: um resultado típico foi o livro multiautoral *Predication and Expression in Functional Grammar* ('Predicação e expressão na Gramática Funcional' – DIK et al. 1981), publicado no Reino Unido. O completo reconhecimento internacional da GF veio com a publicação de Dik (1980a): Dik se sentiu orgulhoso em ser convidado a apresentar a GF em um congresso americano ao lado de outros linguistas americanos (defendendo a Sintaxe de Montague, a Tagmêmica, a Gramática Correpresentacional, a Sintaxe Funcional, a Gramática Gerativa, a Semântica Gerativa, a Gramática Relacional, a Gramática Equacional, a Gramática Filha-Dependente, a Teoria Estratificacional e a Gramática de Papel e Referência) e em ter sido o único capaz de oferecer uma explicação para as 17 sentenças postas como desafio aos participantes, ilustrando fenômenos de voz passiva, alternância dativa, interrogação, alçamento de sujeito, relativização, conjunção, elipse lacunar, entre outros.

Dik, então, estava produzindo no ritmo prodigioso que veio a caracterizar o auge de sua carreira. O seu livro *Studies in Functional Grammar* ('Estudos em Gramática Funcional' – 1980b) continha uma variedade de capítulos, cada um mostrando o potencial da GF para a análise e comparação de línguas sob uma perspectiva funcional. Ele também começou a promover a GF ativamente, viajando extensamente e incentivando o interesse internacional pela teoria. Uma série de congressos bienais foi lançada, cuja sucessão de locais reforça sua internacionalização crescente: Amsterdã, Antuérpia, Amsterdã, Copenhague, Antuérpia, York, Córdoba (Espanha), Amsterdã, Madri, Amsterdã, Gijón, São José do Rio Preto (SP – Brasil). Uma série de pré-artigos foi iniciada, uma fundação foi criada para auxiliar estudantes de baixa renda a participar de congressos, cursos de pós-graduação foram desenvolvidos, em resumo, todas as peças foram colocadas para a institucionalização da teoria. Coleções e monografias da GF foram publicadas na *Functional Grammar Series* ('Série Gramática Funcional') da Foris (Dordrecht, Países Baixos) e, posteriormente, Mouton de Gruyter (Berlim, Alemanha); isso foi vantajoso, mas também causou uma certa isolamento da teoria e seus praticantes.

128

Expandindo novos interesses e aplicações

À medida em que o grupo de praticantes da GF expandia, trazendo novas ideias e inspirações de suas formações diversas, também surgiram, no interior da comunidade da GF, novas correntes de pensamento que não estavam presentes na formulação original do modelo de Dik. O ramo espanhol da comunidade, influenciado pelo trabalho de Eugenio Coseriu (1921-2002), buscava compensar a negligência ao léxico, desenvolvendo o Modelo Lexemático Funcional, cujos descendentes ainda estão fortemente ativos na Espanha até hoje (o projeto FunGramKB, PERIÑÁN PASCUAL, 2012). O próprio Dik se dedicou a situar a GF de maneira mais ampla no cenário do funcionalismo, cf. Dik (1986), um artigo importante



sobre a explicação funcional. Ele também começou a trabalhar na implementação computacional, procurando redirecionar o foco do trabalho do grupo na importância da explicitação e geratividade. Essa medida teve apenas um impacto limitado na comunidade da GF, mas levou à publicação de Connolly e Dik (1989), co-editado com um linguista computacional, e à publicação de Dik (1992), uma implementação da GF em Prolog. Outras ideias de Dik, a de que as representações subjacentes poderiam ser utilizadas para a representação do conhecimento em aplicações de inteligência artificial e a de que uma Lógica Funcional deveria ser desenvolvida (DIK, 1987), foram recebidas com grande ceticismo. Ao mesmo tempo, a representação subjacente única estava se tornando tão complicada, devido às novas propostas, que houve certo desespero sobre a validade e possibilidade de controle do trabalho que se realizava.

Para unir e inspirar o grupo, a GF precisava de uma nova ideia, que veio de um dos estudantes de doutorado de Dik, Kees Hengeveld. Hengeveld (1989) propôs que a representação subjacente deveria consistir de quatro camadas encaixadas: as estruturas propostas por ele se mostraram capazes de explicar um grande número de fatos sobre a ordenação na sintaxe e morfologia de línguas divergentes.

***The Theory of Functional Grammar* e os últimos anos de Dik**

A proposta de Hengeveld foi instantaneamente adotada no novo trabalho de Dik sobre a GF, Dik (1989), intitulado *The Theory of Functional Grammar* ('A teoria da Gramática Funcional'). Em certa medida, esse livro é uma expansão da apresentação inicial da GF, devendo-se a maior parte do material novo à adoção da hipótese de camadas. Observe-se o Quadro 1, que alinha os capítulos de Dik (1978) aos capítulos correspondentes de Dik (1989).

129

1978	1989
Preliminares	Preliminares metodológicos
	Alguns conceitos básicos da teoria
Esboço de uma Gramática Funcional	Prévia da Gramática Funcional
Predicados, molduras de predicado e predicções	A predicação nuclear
	Estados-de-coisas e funções semânticas
Sobre a função e estrutura de termos	Sobre a função e estrutura de termos
	Operadores de termos
	Predicados não verbais
	Predicação nuclear, central e estendida
Atribuição de sujeito e objeto	Mudando a perspectiva dos Estados-de-coisas: a atribuição de sujeito e objeto
	Reconsiderando a hierarquia das funções semânticas
	Predicação, proposição, oração
Funções pragmáticas	Funções pragmáticas
Regras de expressão	Regras de expressão
	A operação das regras de expressão
Ordenação de constituintes	Princípios da ordenação de constituintes
Princípio independente de língua da ordenação de constituintes	Ordenação de constituintes: problemas e complicações
	Traços prosódicos

Quadro 1. Capítulos de Dik (1978) e Dik (1989)



À despeito dos paralelos na estrutura, a avaliação de Anstey (2004, p. 42) de que esse novo livro “não é tão diferente” é um pouco dura. Dik (1989) é completamente mais confiante do que seu antecessor, vigorosamente afirmando a posição da GF no paradigma funcional. O livro também é orientado, desde a primeira página, ao usuário da língua, levantando permanentemente questões sobre a realidade psicológica, aquisição e uso. Além disso, é mais europeia do que a versão de 1978, fortemente orientada para os EUA, com referências aos trabalhos de Östen Dahl, Michael Halliday, John Hawkins e Christian Lehmann, libertando-se do paradigma gerativo. A influência de Kees Hengeveld, cuja primeira publicação data de 1986, é notória: ele é o autor mais citado, julgando-se pelo índice de autores. Sua proposta de camadas teve o oportuno efeito subsidiário de aliviar o peso da representação subjacente monoestratificada, agora amplamente modificada. Uma inovação importante foi a introdução de uma camada ilocucionária, que trouxe a GF muito mais perto da pragmática dos atos-de-fala do que a versão de 1978 jamais pôde – o que veio a ser da maior importância nos anos seguintes.

O livro estava programado para ser a primeira parte de uma obra em dois volumes. A segunda parte foi publicada, mas em 1997, dois anos após o falecimento inesperado de Dik, aos 55 anos. De 1989 em diante, Kees Hengeveld se tornou o colaborador mais próximo de Dik e, quando Dik adoeceu em 1992, Hengeveld continuou a trabalhar com ele na segunda parte do livro. Hengeveld também supervisionou a publicação póstuma em 1997, juntamente com uma re-impressão levemente editada da Parte I. Os dois volumes resultantes permanecem como a apresentação definitiva da teoria.

A Parte II é repleta de aplicações da GF, de certo modo lembrando Dik (1980b). O que é notável é que os primeiros nove capítulos lidam com o tipo de questões tratadas em versões anteriores da GF, mas na segunda metade do livro surgem novas questões relacionadas à interface entre gramática e discurso, tais como anáfora, ilocução, foco e constituintes extraoracionais; finalmente, no último capítulo, Dik esboça “uma gramática funcional do discurso”. Nessa parte as referências são variadas, como Larry Hyman, William Labov, Robert Longacre e Joseph Grimes.

A dissipação da GF e o surgimento da Gramática Discursivo-Funcional

A atenção que Dik (1997) deu ao discurso refletiu uma crescente onda de interesse dos praticantes da GF no quanto a teoria poderia cobrir, não somente o impacto do discurso na estrutura sintática, mas também o próprio discurso. Após o falecimento de Dik, surgiu a ideia de que segmentos de texto poderiam ser analisados recorrendo-se a camadas encaixadas. Essa assim chamada hipótese das “camadas superiores” foi contestada por outros colegas que insistiam na incomensurabilidade entre a gramática das sentenças e o discurso e duvidavam que o discurso pudesse ser reduzido a uma estrutura da mesma forma que as orações.

A resolução veio no ano 2000. Em um congresso da GF em Madri, Kees Hengeveld, agora sucessor de Dik como professor de Linguística Teórica em Amsterdã, propôs um novo modelo que sintetizava os dois pontos de vista conflitantes e corrigia diversas limitações do modelo existente. Hengeveld sugeriu que o novo modelo deveria se chamar Gramática Discursivo-Funcional, e o nome foi aceito. A GDF tinha como proposta a ideia de que a divisão em camadas deveria ser aplicada não somente aos aspectos ideacionais-representacionais da organização linguística (como na GF), mas também aos aspectos



interacionais-ilocucionários; ao mesmo tempo, o novo modelo respeitava a perspectiva dos que enfatizavam a incomensurabilidade entre o discurso e a gramática. Isso foi conseguido distinguindo-se níveis separados no interior da gramática, cada um com sua própria organização interna em camadas: os Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente. A GDF também limitou o escopo de análise à Intervenção (ingl. *Move*), excluindo qualquer ambição de se oferecer uma “gramática do texto”. Hengeveld também esboçou dois outros níveis de análise, agora chamados de Níveis Morfosintático e Fonológico, ambos divididos em camadas organizadas hierarquicamente, do mesmo modo que os Níveis Interpessoal e Representacional. A GDF (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) surgiu, e lenta, mas efetivamente, as peças da engrenagem da GF foram desaparecendo: a série de livros foi encerrada; os congressos foram renomeados; a série de pré-artigos se tornou *Web Papers in FDG*. A história da GDF ainda não está pronta para ser contada, mas, em 2010, no momento do primeiro congresso internacional da GDF em Lisboa, a GF havia encerrado seu percurso.

O estado atual da GF

O quanto a GF ainda está sendo lida e integrada na linguística atual pode ser medido considerando-se as citações de Simon Dik em publicações recentes, conforme calculado pelo software *Publish or Perish*, de Anne-Wil Harzing, baseado no Google Acadêmico e disponível em <http://www.harzing.com/resources/publish-or-perish>. É imediatamente aparente pela aplicação dessa ferramenta que seus livros são mais citados do que seus artigos monoautorais, sendo o mais cotado, com um total de 5367 citações em 10 de setembro de 2016, sua *magnum opus* de 1989 e 1997; a segunda obra mais citada é o livro *Functional Grammar* de 1978 (92 citações), seguido pela versão comercial de sua tese de doutorado, *Coordination* (‘Coordenação’), de 1968, com 83 citações na mesma data. As citações vêm, predominantemente, da Europa (especialmente França, Alemanha e Espanha) e América do Sul (especialmente Brasil e Chile); o trabalho de Dik é pouco citado na América do Norte e Ásia.

Considerando apenas as citações entre 2013 e 2016, pode-se notar que elas entram em diversas categorias:

- a. uma referência padrão ao funcionalismo, frequentemente em conjunto com nomes de outros funcionalistas importantes;
- b. um quadro teórico para teses de doutorado, especialmente na aplicação de terminologia, definições e taxonomias propostas por Dik (por exemplo, com relação a tipos de entidades, aspecto verbal, funções semânticas, foco e ilocução);
- c. uma contextualização para o trabalho com o léxico e ontologias, especialmente no projeto FunGramKB, mencionado anteriormente (Dik, 1981, a tradução em espanhol de Dik, 1978, tem atualmente mais citações (99) do que o original);
- d. uma inspiração para a “Gramática Tética” (KALTENBÖCK; HEINE; KUTEVA, 2011).

Também é revelador considerar quais áreas do trabalho de Dik não são mais citadas. Não há evidências que apontem para a relevância e uso da implementação computacional da GF; Connolly e Dik (1989) foi citado somente duas vezes desde 2010, em ambas as ocasiões pelo grupo FunGramKB. Além disso, tipologistas raramente recorrem à obra de Dik, embora



ele ainda seja popular entre linguistas que realizam trabalhos descritivos com orientação tipológica.

Conclusão

A totalidade do corpo de trabalho produzido sob a bandeira da Gramática Funcional é extensa. Não há dúvida de que a GF, desde o artigo sobre as 17 sentenças (DIK, 1980a) em diante, causou um impacto significativo no mundo da linguística, estabelecendo-se como uma teoria funcional moderada, entre as abordagens que somente oferecem um adendo à Gramática Gerativa e as que rejeitam qualquer tipo de formalização, aproximando-se da análise do discurso. Mudanças impressionantes ocorreram nas últimas duas décadas, com o advento dos *corpora* de bilhões de palavras, redes interlinguísticas de palavras e megabancos de dados tipológicos. A GF ainda é considerada relevante para diversos pesquisadores que se esforçam em trazer ordem à profusão de dados agora disponíveis para eles.

REFERÊNCIAS

- ALARCOS LLORACH, E. *Estudios de gramática funcional del español*. Madri: Gredos, 1972.
- ALLAN, K. *The Western Classical Tradition in Linguistics* (Equinox Textbooks & Surveys in Linguistics). Londres: Equinox, 2007.
- ANSTEY, M. P. Functional Grammar from its Inception. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Orgs.). *A New Architecture for Functional Grammar* (Functional Grammar Series, 24). Berlim e Nova York: Mouton de Gruyter, 2004, p.23-72.
- BACH, E. Nouns and Noun Phrases. In: BACH, E.; HARMS, R. T. (Orgs.). *Universals in Linguistic Theory*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1968, p.91-122.
- BONDARKO, A. V. *Functional Grammar: A Field Approach* (Linguistic and Literary Studies in Eastern Europe, 35). Amsterdã: John Benjamins, 1991.
- BRESNAN, J. *Lexical Functional Syntax* (Blackwell Textbooks in Linguistics). Londres: Blackwell, 2001.
- BUTLER, C. S. *Structure and Function: A Guide to Three Major Structural-Functional Theories*. 2 parts (Studies in Language Companion Series, 63-64). Amsterdã: John Benjamins, 2003.
- CONNOLLY, J. H.; DIK, S. C. (Orgs.). *Functional Grammar and the Computer*. Dordrecht: Foris, 1989.
- DIK, S. C. Review of Vachek (1966). *Lingua*, v.18, p.80-89, 1967.



DIK, S. C. *Coordination: Its Implications for the Theory of General Linguistics*. Amsterdã: North-Holland, 1968. (2a. impressão 1972).

_____. Seuren over Coordination. *De Gids*, v.132, p.243-262, 1969.

_____. Beginnen: semantische en syntaktische eigenschappen. *Spektator*, v.2, p.165-179, 1972.

_____. Oppervlaktestructuur en dieptestruktuur. In: HULSHOF, H. (Org.) *Transformationeel-generatieve grammatica in artikelen*. Groninga: Wolters-Noordhoff, 1975, p.75-97.

_____. Vraagzinnen in een Funktionale Grammatika. *Spektator*, v. 6, p.407-412, 1977.

_____. *Functional Grammar*. Amsterdã: North-Holland, 1978.

_____. Over Funktionale Grammatika. *Forum der Letteren*, v. 20, p.42-51, 1979.

_____. Seventeen Sentences: Basic Principles and Application of Functional Grammar. In: MORAVCSIK, E.; WIRTH, J. R. (Orgs.) *Syntax and Semantics 13: Current Approaches to Syntax*. Nova York: Academic Press, 1980, p.45-75.

_____. *Studies in Functional Grammar*. Londres e Nova York: Academic Press, 1980.

_____. *Gramática funcional*. Tradução de Fernando Serrano Valverde e Leocadio Martin Mingorance. Madri: Sociedad General de Librería, 1981.

_____. On the Notion 'Functional Explanation'. *Belgian Journal of Linguistics*, v.1, p.11-52, 1986.

_____. Linguistically Motivated Knowledge Representation. In: NAGAO, M. (Org.). *Language and Artificial Intelligence*. Amsterdã: North-Holland, 1987, p.145-170.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. Dordrecht: Foris, 1989.

_____. *Functional Grammar in Prolog: An Integrated Implementation for English, French, and Dutch*. Berlim: Mouton de Gruyter, 1992.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. 2 vols., ed. por K. HENGVELD. Berlim e Nova York: Mouton de Gruyter, 1997.

DIK, S. C.; BOLKESTEIN, A. M.; COMBÉ, H. A.; GROOT, C. de; GVOZDANOVIĆ, J.; RIJKSBARON, A.; VET, Co. *Predication and Expression in Functional Grammar*. Londres e Nova York: Academic Press, 1981.



GARCÍA VELASCO, D. *Funcionalismo y lingüística: La Gramática Funcional de S. C. Dik*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2003.

GROOT, C. de; HENGVELD, K. *Bibliography of the Published Works of Simon C. Dik*, 1996.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *Halliday's Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. Londres: Routledge, 2013.

HENGVELD, K. Copular Verbs in a Functional Grammar of Spanish. *Linguistics*, v.24, n.2, p.393-420, 1986.

_____. Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, v.25, n.1, p.127-157, 1989.

HENGVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A Typologically-Based Theory of Language Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOEKSTRA, T. Funktionale grammatika: Naar aanleiding van S. C. Dik, Functional Grammar. *Forum der Letteren*, v.19, p.293-312, 1978.

JAKOBSON, R. Efforts towards a Means-Ends Model of Language in Interwar Continental Linguistics. In: MOHRMANN, C.; NORMAN, F.; SOMMERFELT, A. (Orgs.). *Trends in Modern Linguistics*. Utrecht e Antuérpia: Spectrum, 1963, p.104-108.

KALTENBÖCK, G.; HEINE, B.; KUTEVA, T. On Thetical Grammar. *Studies in Language*, v.35, n.4, p.852-897, 2011.

KOOIJ, J. G. Simon Cornelis Dik. *Jaarboek van de Maatschappij der Nederlandse Letterkunde 2001*. Leiden: Maatschappij der Nederlandse Letterkunde, 2002, p.62-66.

KOSTER, J. Recensie van S. C. Dik, Studies in Functional Grammar. *De Nieuwe Taalgids*, v.75, p.360-369, 1982.

MACKENZIE, J. L. Functionele Grammatica: een thema, geen variatie. *TTT, Interdisciplinair tijdschrift voor Taal- en Tekstwetenschap*, v.8, p.47-56, 1988.

MARTINET, A. *Grammaire fonctionnelle du français*. Paris: Didier et St-Cloud, 1979.

MATTHEWS, P. Review Article on Dik (1968). *Lingua*, 23, p.349-361, 1969.

MILLER, P. On Certain Formal Properties of Dik's Functional Grammar. *Belgian Journal of Linguistics*, v.1, p.171-222, 1986.

MUYSKEN, P. C. Taalkunde in F-groot en F-klein. *TTT, Interdisciplinair tijdschrift voor Taal- en Tekstwetenschap*, v.8, n.1, p.35-46, 1988.



NUYTS, J. Funktionale grammatika: een notationale variant? *De Nieuwe Taalgids*, v.76, p.19-26, 1983.

NUYTS, J. What Formalists Seem not to Understand about Functionalism. *Belgian Journal of Linguistics*, v.1, p.223-238, 1986.

PERIÑÁN PASCUAL, C. En defensa del procesamiento del lenguaje natural fundamentado en la lingüística teórica. *Onomázein*, v.26, p.13-48, 2012.

PETERSON, T. H. Constraining Grammars through Proper Generalization: Multiple Order Grammar. In: MEISEL, J. H.; PAM, M. D. (Orgs.). *Linear Order and Generative Theory*. Amsterdã: John Benjamins, 1979, p.99-163.

REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. Nova York: Macmillan, 1947.

SEUREN, P. A. M. Echte en onechte taalkunde. *De Gids*, v.132, p.25-42, 1969.

SIEWIERSKA, A. *Functional Grammar* (Linguistic Theory Guides). Londres: Routledge, 1991.

VACHEK, J. *The Linguistic School of Prague: An Introduction to its Theory and Practice*. Bloomington, Ind. e Londres: Indiana University Press, 1966.

Recebido em 18/04/2016
Aprovado em 27/07/2016



De la linguistique à la grammaire: l'étude de trois exemples d'actualisation

From linguistics to grammar: a study on three examples

Inès SFAR¹

RESUME: A travers l'analyse de l'actualisation dans les manuels de grammaire et les manuels d'enseignement, cette étude se propose de montrer la relation de complémentarité qui doit exister entre ces différents outils. L'élaboration des contenus pédagogiques gagne à se baser sur les descriptions des phénomènes de langue proposés par les manuels de grammaire et de linguistique en les adaptant au public, qu'il soit de FLM, FLE ou FLS. Trois exemples illustrent ce propos : les emplois du subjonctif, le choix de l'auxiliaire et les valeurs aspectuelles.

MOTS-CLES: Grammaire du FLE/FLS. Approches linguistiques. Actualisation, temps, aspects, subjonctif. Enseignement-apprentissage du français

ABSTRACT: By analyzing the verb occurrence in grammar textbooks and teaching manuals, this study aims to show the complementary relationship that should exist between the different tools. When adapted to the public, whether as FML, FFL or FSL, the development of educational content gains when based on the descriptions of language phenomena provided by grammar and language textbooks. Three examples illustrate this: subjunctive, auxiliary verbs and verb aspect.

KEYWORDS: FFL/FSL grammar. Language approaches. Occurrence, tenses, aspects, subjunctive. French teaching-learning

136

Introduction

Nous voudrions développer ici l'idée qu'une bonne approche didactique est celle qui se construit sur une description claire et précise des phénomènes de langue et qui la décline en termes adaptés au public visé. Parmi les présupposés revendiqués dans cette étude, c'est qu'il n'existe pas de conflit entre la grammaire et la linguistique si tous les deux cherchent à rendre compte du fonctionnement effectif ou réel de leur objet de description qu'est la langue. C'est à travers trois exemples d'actualisation (les emplois du subjonctif, le choix de l'auxiliaire dans les formes composées du verbe et les valeurs aspectuelles) que nous essayerons de montrer qu'il est possible de dépasser les vulgates qu'on rencontre souvent dans des manuels scolaires en ayant recours aux acquis de la linguistique moderne dans ces trois domaines, et ce indépendamment des choix théoriques, didactiques, et de la nature des apprenants (natifs ou non natifs), la solidité de l'information métalinguistique garantissant la clarté de la démarche didactique.

¹ Université Paris-Sorbonne – UFR Língua Francesa – Paris – Email : sfar.ines@gmail.com



Problématique

Nous partons des trois constats suivants :

- L'actualisation en tant que lieu de conflit entre les différents niveaux d'analyse linguistique (phonétique, morphologique, lexical, syntaxique, sémantique) : ces conflits se résolvent à chaque fois au profit d'un des niveaux, d'où le choix des trois problématiques du subjonctif, de l'auxiliaire et de l'aspect qui nous permettra d'explicitier le croisement de ces niveaux.
- La diversité des grammaires scolaires, indépendamment du clivage entre langue maternelle, langue étrangère et langue seconde : nous nous contenterons d'en citer quelques unes : la *Grammaire du sens et de l'expression*, de Patrick Charaudeau, la *Grammaire méthodique du français*, de Martin Riegel, Jean-Christophe Pellat et René Rioul, et la *Grammaire critique du français* de Marc Wilmet, chacune d'entre elles focalisant sur une dimension précise de la langue, respectivement la sémantique, la syntaxe et l'approche critique de la grammaire.
- Les grammaires du FLS sont étroitement dépendantes des descriptions de la grammaire traditionnelle et non de celles de la linguistique. Pourtant, les grammaires de référence, prenant appui sur les descriptions linguistiques, tentent continuellement de renouveler les types de savoirs proposés et de se dégager de la vulgate.

137

La question qui se pose est la suivante : *Comment peut-on exploiter les apports de la linguistique moderne dans l'enseignement de la grammaire ?* La réponse nécessite qu'on surmonte deux difficultés : la première est inhérente aux spécificités même de l'enseignement en FLE/FLS, puisque l'une des règles à respecter est celle de ne jamais alourdir les contenus grammaticaux par des commentaires théoriques (la théorie grammaticale étant riche et donnant lieu à une terminologie aussi foisonnante que floue) ; la seconde concerne la nature des liens qui existent entre la grammaire traditionnelle et la linguistique moderne, qualifiés jusque-là de conflictuels.

Le choix des trois exemples d'actualisation comme les emplois du subjonctif, le choix de l'auxiliaire et les valeurs aspectuelles est motivé par le caractère problématique des catégories grammaticales auxquels ils appartiennent : le mode, le temps et l'aspect.

Souvent qualifiées de catégories générales, elles sont soit présentes et donc exprimées différemment d'une langue à une autre, soit absentes. Dans les deux cas de figure, les apprenants sont conditionnés dans leur apprentissage par le filtre des règles de fonctionnement du savoir grammatical de leur langue maternelle. Ils doivent donc généralement faire face à beaucoup de difficultés, soit pour apprendre le fonctionnement de ces catégories grammaticales, soit pour éviter toute interférence dans l'usage des temps, modes et aspects entre L_M (langue maternelle) et L_E (langue étrangère). Il serait nécessaire, voire même impératif, de proposer aux apprenants, d'une manière générale et plus particulièrement ceux du FLE, des contenus grammaticaux à la fois modernes (conçus dans la continuité des descriptions linguistiques), clairs (grâce à des exemples illustratifs extraits des



réalisations discursives actuelles) et aussi univoques que possible (évitant du mieux qu'on peut le flou théorique ou terminologique).

Nous procéderons dans ce qui suit à la confrontation des contenus grammaticaux disponibles dans les manuels de grammaire de référence et dans certains manuels d'enseignement du français.

Les emplois du subjonctif

Source de difficultés pour les locuteurs étrangers qui n'en ont aucun correspondant dans leur propre langue maternelle, mais aussi pour beaucoup de locuteurs francophones, indécis face à la nature des rapports très nuancés qu'il entretient avec le mode indicatif, le subjonctif français a donné lieu à un nombre important de descriptions et d'analyses qui puisent dans des sources aussi diverses que variées. Il s'agit d'une des catégories qui souffre le plus de problèmes relatifs à sa définition, à son contenu sémantique spécifique et à ses emplois.

Pour ce qui est de la définition, il est rarement dit qu'il s'agit d'une catégorie sémantique morpho-syntaxique, autrement dit, une catégorie dont les contours formels se définissent en termes de formes de conjugaison (la morphologie) et de cadre syntaxique dans lequel on l'emploie (la syntaxe ou la combinatoire : l'emploi le plus fréquent après *qu-*). Concernant le niveau sémantique, il est rarement mentionné qu'il véhicule un contenu sémantique de base qu'on devrait retrouver dans toutes les occurrences de ce mode comme c'est le cas dans ces exemples :

- (1) Je cherche une maison *qui soit* au bord de la mer
- (2) Je souhaite *qu'il vienne*
- (3) Je ne crois pas *qu'il soit* là
- (4) Je regrette *qu'il soit* absent

Quant aux emplois, ils sont le plus souvent réduits à un inventaire de supports (constructions impersonnelles, verbes de sentiments, verbes subjectifs, etc.) alors qu'il est possible de trouver des contenus plus précis ailleurs. Pour s'en convaincre, il suffit d'examiner les exemples fournis dans deux types d'ouvrages : le premier reprend la vulgate courante sans aucun regard critique ; le second essaye de pointer les idées fausses souvent reprises dans les manuels tout en intégrant de nouvelles informations qui éclairent davantage le fonctionnement effectif du subjonctif. Il s'agit respectivement de *La Grammaire progressive du français* (2003, désormais *GPF*)² et de *La Grammaire Méthodique du français* (1994, désormais *GMF*).

Dans la *GPF*, les données sont présentées d'une manière linéaire. Aucune synthèse des emplois n'est proposée. Par exemple, l'emploi du subjonctif avec la construction impersonnelle « *Il faut que* », donné comme exemple prototypique au début de la section « Le subjonctif » est décrit également dans la section consacrée aux constructions impersonnelles (avec *Il vaut mieux/Il vaudrait mieux/Il est important que/Il est dommage que*,

² Le choix de cette grammaire, parmi tant d'autres, a été dicté par notre volonté de couvrir plusieurs statuts de l'enseignement du français. Cette grammaire présente la particularité de s'adresser à la fois à un public de FLE et de FLS.



etc.). La valeur du subjonctif est « l'attitude subjective » qu'on retrouve dans des exemples comme : *Je voudrais qu'il soit là*. Son utilisation couvre les emplois suivants avec :

- les verbes exprimant un désir, un sentiment, une attente ou une obligation ;
- les verbes subjectifs, par opposition aux verbes objectifs, comme aimer, craindre, ordonner, exiger, etc. ;
- les verbes « du cœur », par opposition aux verbes « de la tête », comme désirer, souhaiter, craindre, etc.
- les constructions impersonnelles qui expriment une contrainte, un jugement, etc. (Il est dommage qu'il parte) ;
- les constructions exprimant une réalité incertaine (Je cherche une maison qui ait un grand jardin) ;
- les constructions dites « subjonctives », qui ne sont pas définies, mais dont les exemples semblent rendre compte puisqu'il s'agit essentiellement de propositions complexes avec expression du but, de crainte, de menace, d'attente, de contrainte, de restriction, de condition, etc.

Une mention spécifique est réservée à la distinction entre les emplois du subjonctif présent et ceux du subjonctif passé. Les emplois du subjonctif après une interrogation avec inversion ou une négation (même avec des « verbes objectifs ») sont présentés comme des exceptions.

La *GMF*, quant à elle, ne manque pas d'attirer l'attention sur de telles descriptions :

« **Remarque.** – Deux sortes d'erreurs traditionnelles se rencontrent dans la définition du subjonctif :

– On oppose le subjonctif, mode de l'irréalité, à l'indicatif, mode de la réalité. Certains emplois de ces deux modes peuvent appuyer cette opposition. Mais il est de nombreux cas où le subjonctif exprime un fait réel (*Je regrette qu'il soit venu*) et l'indicatif un fait virtuel (*Je pense qu'il viendra*) ou irréel (*Si j'avais de l'argent, je serai heureux ; mais je n'en ai pas*).

– On donne au subjonctif des valeurs qui viennent du contexte où il est employé : subjonctif de volonté (*Je veux qu'il vienne*), de souhait (*Je souhaite qu'il vienne*), de regret (*Je regrette qu'il vienne*), de doute (*Je doute qu'il vienne*) ; pourquoi ne pas parler aussi d'un indicatif d'opinion (*Je crois qu'il viendra*), d'affirmation (*Je dis qu'il viendra*), etc. ? De fait, on attribue au subjonctif la valeur sémantique de son verbe régisseur, en confondant l'effet et la cause. (*GMF*, 1994, p. 322).

Aussi les auteurs de cet ouvrage dégagent-ils « une valeur sémantique de base » de ce mode. Opposé au mode indicatif qui actualise entièrement l'idée verbale (la personne, les époques, etc.), le subjonctif, moins actualisant, est employé :

chaque fois que **l'interprétation** l'emporte sur la prise en compte de l'actualisation du procès, lorsque s'interpose entre le procès et sa verbalisation l'écran d'un acte psychique (sentiment, volonté, jugement) qui empêche le procès d'aboutir à son actualisation totale (*GMF*, 1994, p. 322)



Cet acquis de la linguistique guillaumienne a été complété par R. Martin pour couvrir les cas où le subjonctif s'emploie pour rendre compte d'un fait « réel » :

Je regrette qu'il soit venu. Elle est la seule qui soit restée à la ferme. Bien que le temps soit à l'orage, il part pêcher en mer. Qu'elle soit partie m'est indifférent » (GMF, 1994, p. 322),

en précisant que « le subjonctif marque l'appartenance du procès aux « mondes possibles » (un fait est possible si l'on peut envisager au moins un état de choses où il est vrai) » (GMF, 1994, p. 322).

Ainsi pourrait-on dire que le subjonctif :

- en tant que catégorie voisine de la modalité, s'exprime grammaticalement par des moyens morphosyntaxiques propres (conjugaison propre, et emplois en *qu-*) ;
- en tant que mode incapable d'opérer, comme l'indicatif, une distinction entre les trois époques (ce qui n'est pas le cas du subjonctif), son sémantisme de base consiste à faire valoir l'idée d'interprétation de l'idée verbale au détriment de l'actualisation et ce en l'inscrivant dans « des mondes possibles ».

Le choix de l'auxiliaire dans les formes composées du verbe

Rien de plus troublant pour un apprenant du français que d'être confronté au choix de l'auxiliaire, quand il commence à utiliser les formes composées du verbe. Il s'agit là d'une réelle difficulté, pour laquelle il est rare de trouver dans les manuels une répartition claire entre l'emploi des deux auxiliaires.

Reprenons les deux ouvrages à propos de cette question :

Il est dit dans la *GPF* que « le passé composé de la **majorité des verbes** se forme avec « avoir » : *J'ai mangé. J'ai bu. J'ai dormi* » et que « le passé composé de « être » et « avoir » se forme aussi avec « avoir » : *J'ai été malade. J'ai eu mal à la gorge* » (GPF, 2003, p. 174)³. Le passé composé se construit avec « être » dans le cas des verbes de déplacement. Les exemples sont présentés par paires symétriques de verbes indiquant un changement de lieu : *venir/aller, entrer/sortir, arriver/rester/partir, monter/descendre, naître/mourir, passer/retourner* et *tomber*. Une petite remarque vient conclure cette présentation et préciser que « les verbes indiquant la manière de se déplacer s'utilisent avec « avoir » : *J'ai marché, j'ai couru, j'ai sauté, j'ai dansé, etc.* » (GPF, 2003, p. 182).

Devant ce flou, nous avons consulté une autre grammaire d'enseignement en ligne, qui donne la synthèse suivante à propos du choix de l'auxiliaire dans les temps composés :

Tous les verbes transitifs (ceux qui peuvent avoir un complément d'objet direct COD ou indirect COI) se conjuguent toujours avec l'auxiliaire 'avoir' alors que tous les verbes pronominaux (ceux qui se conjuguent avec un pronom 'réfléchi' désignant la même personne ou la même chose que le sujet : je me..., tu te..., il se..., elle se..., on se..., nous nous..., vous vous..., ils se..., elles se...) se conjuguent toujours avec l'auxiliaire 'être'. Quelques verbes intransitifs (ceux qui n'ont jamais de COD ni de

³ Les auteurs de la *Grammaire Progressive du français* ne consacrent pas une section à part entière au choix de l'auxiliaire, mais font figurer ce point dans les formes du passé composé.



COI) se conjuguent par contre avec l'auxiliaire 'être'. Quelques verbes de mouvements se conjuguent avec l'auxiliaire 'avoir' dans un emploi transitif, ou avec l'auxiliaire 'être' dans un emploi intransitif. Enfin, quelques verbes de changement se conjuguent normalement avec l'auxiliaire 'avoir' pour insister sur le changement, mais peuvent également se conjuguer avec l'auxiliaire 'être' pour insister sur le résultat du changement.⁴

Même si la formulation cherche à être plus précise, le flou n'en est pas moins grand.

De son côté, la *GMF* lève, dès le départ, toute ambiguïté en affirmant que la répartition des auxiliaires *être* et *avoir* est relativement « fixée ». Par exemple, pour l'emploi de l'auxiliaire *être*, outre les verbes pronominaux et les constructions pronominales, elle fait intervenir une nouvelle notion, celle des « verbes perfectifs, qui expriment un mouvement ou un changement d'état » (*idem*, p. 450), la perfectivité étant une propriété sémantique inhérente au verbe et facile à deviner. Elle se définit notamment par l'idée de limite qui caractérise le verbe. Les verbes transitifs, intransitifs et impersonnels, quant à eux, prennent l'auxiliaire *avoir*. Pour les cas ambigus, la distinction est de nature aspectuelle : l'auxiliaire *avoir* est sélectionné par les verbes exprimant une action, tandis que l'auxiliaire *être* est choisi par des verbes exprimant un état résultant prend *être*. C'est le cas de verbes comme *apparaître*, *changer*, *descendre*, *grandir*, *maigrir*, *passer*, *rajeunir*, *ressusciter*, *stationner*, etc.

Les valeurs aspectuelles

L'aspect nous sert de troisième catégorie pour illustrer le hiatus qui existe entre certains manuels et les difficultés d'apprentissage des valeurs aspectuelles en français langue étrangère. Même si la naissance de cette catégorie remonte, selon M. Wilmet (2003, p. 329) à 1908, date relativement récente qui pourrait expliquer combien cette catégorie est malmenée, cela ne justifie pas que le peu qu'on en enseigne ne soit pas suffisamment clair pour aider à identifier la catégorie et les nuances sémantiques qu'elles peuvent revêtir dans le discours.

En effet, il existe de nombreuses études linguistiques sur le fonctionnement des valeurs temporelles et aspectuelles (cf. BERGSTRÖM, 1997; GOES et al., 2011, etc.) et sur les difficultés d'acquisition des temps composés selon la langue maternelle des apprenants (KIHLESTEDT, 2002; SCHLYTER, 1996, etc.). En revanche on a peu analysé le lien que l'on peut faire entre les descriptions grammaticales proposées dans les grammaires de référence et celles qu'on retrouve dans les manuels d'enseignement.

Le constat général dans les manuels d'enseignement qui s'adressent aux apprenants de FLE ou de FLS est la simplification, la notion d'aspect étant considérée comme relativement abstraite. Le recours aux manuels de linguistique se fait d'une manière ponctuelle et l'utilisation des théories linguistiques demeure tronquée, la tendance étant à la concision. Pour pallier ce manque, les enseignants ont très souvent recours à des représentations schématiques qui facilitent l'apprentissage autant que l'erreur. (cf. GÜNDÜZ, 2005)

Par ailleurs, nous constatons que la *GPF* ne réserve aucune section à l'étude des valeurs aspectuelles. On y traite certains de ces aspects non en tant que catégorie propre, mais en tant qu'emplois rattachés à des combinaisons spécifiques, notamment celles des prépositions comme *depuis*, *pour*, *pendant* et *en*, qui introduisent l'idée de durée au présent.

⁴ <http://www.francaisfacile.com/exercices/exercice-francais-2/exercice-francais-3068.php>



Une autre grammaire consultée en ligne⁵ fournit les indications suivantes :

2. Valeurs aspectuelles : Elles indiquent à quel point de son déroulement en est le procès à une date donnée, en d'autres termes, comment le procès est perçu dans son déroulement interne.

On distingue : a) L'aspect sécant, non limitatif : on n'envisage pas les limites d'un événement, il traduit **l'action en cours** : *Elle marchait seule dans la rue chantant.*

b) L'aspect global, non sécant, limitatif : l'aspect exprime le procès **dans sa totalité**, il est envisagé avec ses deux limites : *Il neigea tout le weekend.*

c) L'aspect inaccompli : le procès n'est pas achevé, il est en cours de déroulement. **Les formes simples** indiquent généralement un aspect inaccompli (*Je travaille, Je travaillais*).

d) L'aspect accompli : le procès est montré comme achevé et il est envisagé à partir de sa fin. **Les formes composées** indiquent généralement un aspect accompli (*J'ai travaillé, J'avais travaillé*).

La complexité de la question aspectuelle, qui fait intervenir aussi bien le sens du verbe, sa morphologie, la nature de l'auxiliaire, la compatibilité et/ou l'incompatibilité avec certains adverbes et prépositions, l'emploi des déterminants etc. n'empêche pas d'en donner une vision relativement claire même si elle pouvait être simplifiée. Vu l'importance d'une telle catégorie dans l'interprétation des énoncés, il serait dommage qu'on en fasse l'économie. Pour en avoir une description sommaire ou relativement détaillée, il suffit de consulter respectivement la *grammaire méthodique du français* et la *grammaire critique du français*. Le premier en fournit une bonne synthèse qui peut servir de canevas général pour l'enseignement de cette catégorie sémantique avec tout ce qu'elle comporte comme contraintes formelles correspondant à des nuancements sémantiques. La seconde en fait un développement substantiel (de la page 329 à la page 350) où l'auteur détaille les différentes valeurs aspectuelles et les éléments formels qui s'y associent.

142

Sans entrer dans les détails, nous pouvons en fournir les éléments que nous jugeons les plus pertinents :

- une définition : elle est construite en opposition avec celle du temps (chronologique, externe au verbe) qui sert à situer chronologiquement le procès dans l'une des trois époques, et de présenter l'aspect, temps interne du verbe, comme une catégorie qui se conçoit indépendamment de toute chronologie, et qui permet d'envisager le procès « sous l'angle de son déroulement interne » (cf. IMBS, 1960 cité par RIEGEL et al., p. 517). Cette conception de l'aspect part de l'idée que tout procès comporte une portion de temps, qu'elle soit importante ou négligeable, qui en conditionne l'interprétation. Des procès comme *se promener* et *exploser*, sans couvrir des portions de temps interne comparables, comportent chacun néanmoins un temps interne propre. L'interprétation de ce temps interne facilite la saisie des valeurs aspectuelles véhiculées;
- une opposition entre l'aspect lexical et l'aspect grammatical : le premier, qui dépend du contenu sémantique du lexème, est souvent connu sous le nom de « mode d'action » ou « aktionsart », alors que le second s'exprime à travers la forme de la conjugaison, la nature des auxiliaires et des semi-auxiliaires et la combinatoire avec des adverbes ou des prépositions.

⁵ [<http://www.bonjourdefrance.com/exercices/contenu/les-valeurs-demploi-des-temps-simples-de-lindicatif.html>]



Le mode d'action⁶ permet d'établir une opposition fondamentale entre deux types de verbes : 1. des verbes dont le sémantisme comporte une limite interne qui fait que « le procès n'acquiert d'existence complète et véritable que lorsqu'il est parvenu à son terme », « une fois son terme atteint, le procès (...) ne peut être prolongé mais peut être éventuellement recommencé » comme par exemple les deux emplois du verbe *sortir* dans : *Il est sorti* / *Il sort tous les soirs*. (GMF, 1994, p. 521), 2. des verbes où la limite interne n'est pas envisagée, autrement dit, ils ne comportent pas de limitation intrinsèque et peuvent se prolonger indéfiniment sur le plan linguistique. Cette opposition couvre ce qui est communément appelé : perfectif / imperfectif.

Tous les verbes peuvent faire l'objet d'une saisie globale ou analytique, même s'il y a des affinités entre le sémantisme des verbes et mes valeurs aspectuelles. Le passé simple et l'imparfait servent souvent à marquer cette opposition. Quand la saisie est globale, le procès est indécomposable ; quand elle est analytique, elle permet d'exprimer les trois phases du procès : initiale, médiane et finale (aspect inchoatif, progressif, terminatif). Les oppositions aspectuelles les plus courantes sont les suivantes:

- l'opposition accompli / inaccompli : c'est la forme la plus régulière parce qu'elle est marquée par l'opposition entre temps simples et temps composés du verbe (ex : *marcher* / *avoir marché*);
- l'opposition inchoatif / terminatif : marquée par l'emploi des semi-auxiliaires aspectuels comme *se mettre à*, *commencer à*, d'un côté et *finir de*, *cesser de*, etc. de l'autre et qui marquent respectivement le début et la fin du procès;
- l'opposition semelfactif / itératif : qui marque l'accomplissement unique ou répétitif du procès (ex : *faire un achat* / *faire plusieurs achats*). L'itératif est souvent marqué soit par l'emploi d'adverbes comme *souvent*, *encore*, *quelques fois*, etc., soit par le sémantisme du verbe *radoter*, *sautiller*, etc.), ou encore par des affixes (comme dans *redire*, *refaire*, *criailler*, etc.).

143

De telles oppositions, même si elles n'épuisent pas toutes les valeurs aspectuelles, peuvent servir de cadre général pour introduire le principe d'analyse suivant : la valeur aspectuelle finale d'une forme verbale ne se décide que dans le cadre de la phrase, cette valeur étant la résultante de l'interaction entre tous les éléments lexicaux et grammaticaux qui y interfèrent. Il faut préciser que quand le lexical et le grammatical entrent en contradiction, c'est le grammatical qui l'emporte. Dans l'exemple suivant:

(1) *L'entretien **dura** une heure*,
c'est l'interprétation globale imposée par l'emploi du passé simple qui l'emporte, bien que le sémantisme du verbe l'oriente vers la non globalité. En revanche, dans:

(2) *Elle **éclatait** de rire*,
l'imparfait donne une épaisseur durative à un verbe qui est de nature ponctuelle.

⁶ Pour une analyse détaillée des modalités d'action, cf. la typologie de Vendler (1967 : 526-527) fondée sur les deux critères de bornage et de momentanéité.



Conclusion

L'examen des différentes approches qui ont été présentées dans les manuels de grammaire et d'enseignement montre qu'aucune ne peut à elle seule rendre compte de toutes les spécificités de catégories grammaticales comme le temps, le mode et l'aspect. Si l'objectif de toute grammaire est d'enseigner des contenus précis, il faut dépasser tout conflit entre les théories linguistiques. Est précis donc ce qui rend compte clairement du fonctionnement de la langue, grammaire et linguistique se complétant à ce niveau. La simplification est donc nécessaire pour faciliter l'apprentissage, mais elle ne doit pas rimer avec banalisation. Les concepteurs de méthodes d'enseignement (pour le FLM, FLS ou FLE) devraient tirer profit des apports de la linguistique et présenter des synthèses sur le fonctionnement effectif de la langue.

BIBLIOGRAPHIE

BERGSTRÖM, A. L'influence des distinctions aspectuelles sur l'acquisition des temps en français langue étrangère. *Acquisition et interaction en langue étrangère (AILE)*, n. 9, p. 51-82, 1997. Disponible en: <http://aile.revues.org/1315>.

BONNARD, H. *Code du français courant*. Paris: Magnard, 1986.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

GRÉGOIRE, M. *Grammaire progressive du français*. Paris: Clé, 1997. [Niveau débutant].

GRÉGOIRE, M. & THIÉVENAZ, O. *Grammaire progressive du français*. Paris: Clé, 2003. (Niveau intermédiaire, Nouvelle édition)

GOES, J. et al. *Temps, aspect et classes de mots : études théoriques et didactiques, Etudes linguistiques*. Arras: Artois Presses Université, 2011.

GUERON, J. Temps et aspect dans la phrase française. *Langue française*, Paris, n. 100, p. 3-12, 1993.

GÜNDÜZ, M.-P. Articulation problématique des descriptions grammaticales et des pseudo-compétences chez les apprenants de FLE. L'exemple des temps du passé. *Recherche sur l'acquisition des langues étrangères et didactique du FLE*, n. 23, p. 43-63, 2005. [mis en ligne le 18 juillet 2006, consulté le 03 juillet 2014. URL : <http://aile.revues.org/1708>]

IMBS, P. *L'emploi des temps verbaux en français moderne*. Paris: C. Klincksieck, 1960.

KIHLSTEDT, M. L'emploi de l'imparfait en français par des locuteurs suédophones et des locuteurs natifs. *Revue française de linguistique appliquée*, v. VII-2, 1-16, 2002.

MARTIN, R. *Comprendre la linguistique*. Paris: PUF, 2004. (Quadrige Manuels)



NEVEU, F. *Dictionnaire des sciences du langage*. Paris: Armand Colin, 2004.

PUREN, C. (dir.). *Pratiques de l'enseignement et de l'apprentissage de la grammaire. Etudes de linguistique appliquée*, Paris, Didier Erudition, n. 122, 2001.

RIEGEL, M. & PELLAT, J.-C. & RIOUL, R. *Grammaire méthodique du français*. Paris: PUF, 1994. (Quadrige Manuels)

SCHLYTER, S. Têlicitê, passê composê et types de discours dans l'acquisition du français langue êtrangère. *Revue française de linguistique appliquée, Paris, n. I-1*, 107-118, 1996.

SOUTET, O. *Le subjonctif en français*. Paris: Ophrys, 2001. (L'Essentiel).

VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. New York: Cornell University Press, 1976.

WILMET, M. *Grammaire critique du français*, Paris: Duculot-Hachette, 1997.

Sitographie

<http://insuf-fle.hautetfort.com>

<http://www.francaisfacile.com>

<http://www.bonjourdefrance.com>



A repetição de sintagmas verbais na oralidade a partir de uma perspectiva funcionalista

The repetition of verb phrases in oral communication from the functional view

Lorena Oliveira dos SANTOS¹
Valéria Viana SOUSA²

RESUMO: Neste artigo, estudamos a repetição de sintagmas verbais na oralidade. Para tal estudo, tomamos como base, principalmente, os estudos funcionalistas propostos por Ramos (1983), Givón (1995), Oliveira (1998) e Castilho (2014), com o objetivo de analisar, qualitativa e quantitativamente, repetições de sintagmas verbais, quanto à forma e à função, categorizando-as em aspectos funcionais. Para tanto, retiramos exemplos do Corpus Português Culto de Vitória da Conquista. Nesse sentido, encontramos 09 (nove) aspectos funcionais da repetição: paralelização, reforço, hesitação, temporalização, intensificação, contraste, enumeração, síntese e nominalização. Constatamos que a categoria funcional mais recorrente foi a paralelização. Na análise, foram comprovadas as seguintes hipóteses: (i) a repetição é um fenômeno multifuncional que auxilia na interação entre os falantes cultos conquistenses; (ii) o falante, por meio de repetições verbais alteradoras, utiliza o tempo-modo que melhor atenda às suas necessidades, fato que revela o aspecto funcional temporalização, e, ainda, organiza, cognitivamente, estruturas mais completas que promovem a coesividade do discurso, proporcionando, assim, uma melhor compreensão por parte do ouvinte.

146

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo. Oralidade. Repetição. Sintagma verbal

ABSTRACT: In this article, we studied the repetition of verb phrases in oral communication. For this study, mainly, we have based on the Functionalists studies proposed by Ramos (1983), Givón (1995), Oliveira (1998) and Castilho (2014), in order to analyze, qualitatively and quantitatively, the repetition of verb phrases, as the form and function, assigning them functional aspects. For this purpose, we removed examples from the Formal Portuguese *Corpus* of Vitória da Conquista. In this sense, we analyzed 09 (nine) functional aspects of repetition: parallelization, reinforcement, hesitation, temporality, intensification, contrast, enumeration, synthesis and nominalization. We found that the most frequent functional category was parallelization. This analysis confirmed our hypothesis that (i) repetition is multifunctional and assists in the interaction between interlocutors; (ii) the speaker, through variable repetitions of verb phrases, uses the tense and the form of the verb that best suits his/her needs, a fact that reveals the functional aspect of temporality, and, also, the speaker organizes more complete structures that promote cohesiveness to the speech, thereby providing the understanding of the listener.

KEYWORDS: Functionalism. Oral communication. Repetition. Verb phrase

Introdução

Na interação face a face, a conversação entre os interlocutores ocorre de forma dinâmica. Os interlocutores, comumente, em busca de uma maior expressividade entre os

¹ Mestranda do PPG em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Vitória da Conquista – Bahia – Brasil. CEP 45083-900 – email: loreoliveira@hotmail.com.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. Vitória da Conquista – Bahia – Brasil. CEP 45083-900 – email: valeriavianasousa@gmail.com.



pares, utilizam recursos de um texto relativamente não planejado. Neste trabalho, atentos aos recursos comuns existentes em um processo discursivo, propomo-nos a estudar a repetição de sintagmas verbais na oralidade.

Ainda que a oralidade seja marcada, muitas vezes, pela relativa falta de planejamento e pela dinamicidade, segundo Jubran (2015), isso não retira o teor de organização do texto falado. A conversação é desenvolvida por meio de uma troca de turnos, no mínimo, entre duas pessoas, implicando “uma construção colaborativa, pela qual um turno não é simples sucessor temporal do outro, mas é produzido, de alguma forma, por referência ao anterior” (JUBRAN, 2015, p.85). Nesse sentido, de acordo com Marcuschi (2006), as repetições, como um processo de organização textual-interativa, possibilitam a realização de elementos inteiros, duas ou mais vezes, motivados por múltiplos fatores que podem ser de caráter interacional, cognitivo, textual ou sintático.

Para Castilho (2014), o princípio de ativação (discursivização) gera unidades discursivas e parágrafos que nos proporcionam a disposição hierárquica dos tópicos, facilitando, assim, a sua conexão. Posto isso, podemos chegar à conclusão de que a repetição é um elemento constituinte do princípio de reativação (rediscursivização), visto que ela propicia a coesão do texto.

Partindo dessas observações e do Funcionalismo norte-americano, que, pautado em Givón (1995), tem como princípio básico a análise da expressividade de uma determinada língua, observando as suas estruturas linguísticas em situações comunicativas, argumentamos que, por meio da repetição, o informante produz diversas funções na fala as quais auxiliam na organização tópica, na monitoração da coerência textual e na coesão, gerando sequências mais compreensíveis em uma situação de interação.

Assim, versamos sobre a repetição em sintagmas verbais, baseando-nos, principalmente, nos estudos funcionalistas de Ramos (1983) e Oliveira (1998) e buscando abordar: i) a forma como os falantes do Português Culto de Vitória da Conquista (*Corpus PCVC*) utilizam a repetição de verbos; ii) a importância desse uso na interação verbal; iii) a possibilidade de haver alguma regularidade nas estruturas repetidas, ocasionando uma relação entre repetir e organizar constituintes sequenciais; e, ainda, iv) os aspectos funcionais através dos quais as estruturas gramaticais produzidas pelos falantes do *Corpus PCVC* são organizadas cognitivamente, por meio do fenômeno da repetição em sintagmas verbais.

Para tal estudo, hipotetizamos *a priori* que: i) a existência de repetições idênticas e também alteradoras, possibilitando a multifuncionalidade desse recurso da oralidade em sintagmas verbais; ii) os informantes cultos conquistenses utilizam a repetição como um recurso que auxilia a interação; iii) na amostra analisada, o processo de construção e reconstrução, mediante estruturas repetidas regulares, possibilita a formação de estruturas mais completas proporcionando a coesividade e a organização do discurso; e, por fim, iv) na repetição alteradora de verbos, o falante escolhe o tempo-modo que melhor atenda a sua necessidade.

Para tanto, neste artigo, primeiramente apresentamos, de maneira breve, o conceito de repetição à luz do Funcionalismo e a composição do *Corpus PCVC*, no qual foi observado o objeto de estudo em questão, posteriormente, expomos uma análise qualitativa e quantitativa acerca das funções da repetição de sintagmas verbais e, então, encerramos com as nossas considerações finais.



Pressupostos Funcionalistas

Conforme Neves (2012), quando pensamos na descrição e na funcionalidade da língua em uso, estamos refletindo sobre o papel que as estratégias comunicativas desempenham, sobre a organização dos meios linguísticos nos enunciados, sobre as funções a que serve a linguagem. O falante, assim ao usar a língua, adequadamente, nas diversas situações comunicativas, motivado pelo objetivo de uma melhor expressividade em seu discurso, lança mão de diversos recursos linguísticos ainda que de forma não consciente. Nessa perspectiva, podemos afirmar que, no discurso, são geradas estruturas novas a partir de estruturas já conhecidas, tornando a gramática maleável, por estar em constante transformação e a mercê da necessidade do interlocutor frente ao ato de interlocução.

Nesse contexto, ainda segundo Neves (2012), são pressupostos primordiais para uma abordagem funcional da língua:

- 1) A linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos (Prideaux, 1987), e, portanto, tem motivações: há uma competição de forças (externas e internas à língua), que, vindas de diferentes direções e possuindo natureza diferente, buscam equilibrar a forma da gramática.
- 2) A língua (e sua gramática) não pode ser descrita nem explicitada como um sistema autônomo (Givón, 1995), imune a uma relação com fatores externos de ativação: embora o sistema linguístico exiba um grau de arbitrariedade, ele se ativa motivado por fatores externos (e de mais de um tipo).
- 3) As formas e os processos da língua (a gramática) são meios para um fim, não um fim em si mesmos (Halliday, 1994): na atividade bem-sucedida, os fins são os correlatos das motivações. (NEVES, 2012, p. 51).

Ao contextualizar as ocorrências gramaticais que foram geradas no discurso, “a gramática funcional toma como ponto de partida as significações das expressões linguísticas, indagando como elas se codificam gramaticalmente.” (CASTILHO, 1994, p. 76). Nessa linha, segundo Lima-Hernandes (2011), as motivações são geradas, inteiramente, pelos grupos sociais e pela sociedade e, além disso, são, parcialmente, impostas pela evolução do indivíduo e, parcialmente, ordenadas pelas forças intrínsecas às línguas.

Apesar de a língua e a sua gramática terem certo grau de arbitrariedade, elas são motivadas por fatores internos e externos. Essas motivações definem a noção de um princípio primordial para a Teoria Funcionalista: a iconicidade³. Nas palavras de Tavares (2003), a iconicidade

não implica, porém, a existência de correspondências biunívocas e não arbitrárias [...]. Formas e funções estão sempre em mobilidade, havendo geralmente mais de uma forma para cada função e mais de uma função para cada forma. A iconicidade que caracteriza a língua reside no fato de que as formas são usadas sob influência de um conjunto de motivações funcionais (TAVARES, 2003, p. 57).

Além disso, ao estudar a língua, os funcionalistas orientam-se por meio da noção pancrônica de mudança, pois são observadas as relações cognitivas e comunicativas que se desenvolvem no indivíduo em um determinado contexto e que se manifestam de maneira universal, “já que refletem os poderes e as limitações da mente humana para armazenar e transmitir informações” (AREAS; MARTELOTTA, 2003, p. 28).

³ De acordo com Tavares (2003), a noção de iconicidade pode ser localizada já nos escritos de Aristóteles, porém o filósofo grego considera que a linguagem traduz o pensamento e este, por sua vez, traduz a realidade.



Em suma, recorrendo a Lima-Hernandes (2011), podemos afirmar que a análise do sistema linguístico, no Funcionalismo, parte do falante, considerando não só o usuário da língua, mas também toda a situação comunicativa, tendo em vista que “a motivação e os objetivos para a interação verbal são questões centrais” (LIMA-HERNANDES, 2011, p. 21), isto é, para os funcionalistas, a sintaxe e a semântica devem ser estudadas através da pragmática, analisando a descrição de expressões, dentro das condições de uso, que revelam a competência comunicativa do indivíduo, para, então, entender o funcionamento da estrutura gramatical.

Realizada essa primeira ancoragem teórica que mostra de forma horizontal alguns conceitos e princípios funcionalistas que nos auxiliarão na discussão, na próxima seção, verticalizaremos a visão sobre o nosso objeto de estudo.

A repetição na oralidade sob o olhar funcionalista

Diante das situações de maior monitoramento, o falante procura evitar a repetição, tendo em vista que a sociedade, muitas vezes, ainda atribui um valor negativo ao uso desse fenômeno, considerando-o redundante e desnecessário.

Em nossa pesquisa, contrariando o senso comum, consideramos a repetição como um recurso positivo, especialmente, na construção do texto falado, uma vez que o falante utiliza tal recurso objetivando uma maior expressividade e uma maior conexão do discurso. Portanto, neste tópico, faremos uma abordagem funcional da repetição, partindo de uma base cognitiva que retoma o experiencialismo e é regida pelos princípios da iconicidade e da marcação expressiva.

Como dissemos anteriormente, segundo Marcuschi (2006), a repetição promove a coesividade, a continuidade tópica, a compreensão, a interação e a argumentação, pois ela não provoca a descontinuidade textual, mas, sim, opera no processo de composição do texto e condução do tópico discursivo⁴. Traçando um diálogo com essa definição e considerando a repetição como um recurso que conduz o tópico discursivo, para Castilho (2014), o princípio de ativação (discursivização) gera unidades discursivas e parágrafos que nos proporcionam a disposição hierárquica dos tópicos, facilitando assim a sua conexão. Nesse sentido, a repetição configura-se também como um elemento constituinte do princípio de reativação (rediscursivização), visto que ela propicia a coesão do texto.

De acordo com Givón (1983), a repetição é uma estratégia que faz parte do princípio de continuidade tópica/referencial, isto é, a forma de expressão de um determinado referente no discurso está associada ao maior ou menor grau de predizibilidade desse referente naquela posição do discurso, sendo que essa expressividade pode ocorrer entre nomes, modificadores ou não, através de pronomes, fortes ou fracos e também por anáfora zero. Em um estudo mais

⁴ De acordo com Jubran (2015), o tópico é o resultado de um processo de um ato interacional em que os participantes da conversação, construída por um conjunto de fatores contextuais, compartilham conhecimentos. No entanto, o tópico discursivo não pode ser confundido com a estrutura sentencial tópico/comentário, tema/rema. “Os segmentos textuais com estatuto tópico assumem uma extensão que vai além do nível sentencial. Isso porque, apesar das mudanças normais nos tópicos ou temas dos enunciados, sequências de turnos de uma conversação se mantêm no mesmo tópico discursivo, na medida em que as contribuições conversacionais configuradoras dessas sequências convergem predominantemente para um determinado assunto, amoldando-se à mesma estrutura de relevância tópica (DASCAL; KATRIEL, 1982, *apud* JUBRAN, 2015, p. 86).



recente, Oliveira (1998), corroborando com o tema, define a repetição como a “correferência, exata ou reparada, de um termo lexical no fluxo textual, termo este tomado isoladamente ou na composição de sintagmas nominais e verbais” (OLIVEIRA, 1996, p. 147).

Ramos (1983), por sua vez, compreende repetição como “a ocorrência do mesmo conjunto de palavras, duas ou mais vezes, recebendo a mesma interpretação semântica” (RAMOS, 1983, p. 52). No entanto, Oliveira (1996) considera a repetição como um método de produção e de amplificação que vai além da natureza semântica, atuando também como uma natureza sintática e como um processo gramatical regular. Nessa perspectiva, considerando que cada forma da língua é detentora de um significado e que múltiplos significados se manifestam por formatação diversificada, a repetição exerce um papel multidirecional: “é anáfora formal, enquanto recuperação de termo(s) já ocorrido(s), e catáfora conceptual, pela nova função elaborada” (OLIVEIRA, 1996, p. 150).

A partir dos argumentos expostos, consideramos que as repetições podem manifestar-se de diversas formas, que são multifuncionais e que proporcionam, na língua em uso, uma amplificação semântica e sintática. Por conseguinte, essa amplificação promove (i) a coesão textual, a qual auxilia no encadeamento intra e interfrástico da cotextualidade; (ii) a organização tópica, pois as repetições são utilizadas para introduzir, reintroduzir, manter ou demarcar tópicos; e (iii) a argumentatividade, visto que estruturas repetidas são usadas para reafirmar, contestar ou contrastar argumentos. Todos esses fatores servem para facilitar a compreensão e a interação entre os interlocutores.

Partindo da orientação teórica funcional com base cognitiva, consideramos que o sistema de repetição compõe o processo de organização da experiência humana, desenvolvendo, cognitivamente, um diálogo temático. De acordo com Votre (1994), na língua, considerando o seu caráter mental e conceptual, também, é expressada materialmente uma semelhança com a maneira como o ser humano abstrai a realidade que está a sua volta. A experiência integra os processos de regularização lógica e pode se materializar operando na estruturação das diversas camadas discursivas. Em suma:

A opção pelo tratamento funcional de base cognitiva parte do entendimento da *gramática* como unidade complexa e multifuncional, estruturada componencialmente por procedimentos, de certa forma, estáveis. Os mecanismos de repetição, enquanto integrantes dessa entidade linguística, consideram-se, assim, constituintes regulares do diálogo temático, estruturas funcionais de representação, motivadas cognitivamente. A experiência funda e a interação organiza, numa relação em que o papel funcional orienta a forma representacional. (OLIVEIRA, 1998, p. 37).

Desta maneira, com o modelo cognitivo que adotamos, temos o objetivo de encontrar, nas expressões da língua, a influência de fatores externos, pois a interpretação do discurso está diretamente relacionada com o modo de interpretação de mundo do indivíduo, visto que, como dissemos anteriormente, nas palavras de Lima-Hernandes (2011), o estudo do sistema linguístico, na gramática funcional, parte do falante, dando relevância não só ao fato de ele ser usuário da língua, como, também, ao contexto e à motivação que conduzem, cognitivamente, a sua interação verbal naquele determinado momento, com aquele determinado interlocutor.

Com relação ao tratamento funcional da repetição no modelo conversacional, consideramos dois princípios que são de grande valia dada sua produtividade: a iconicidade e a expressividade.



Concebemos o mundo através da língua que falamos. Segundo Azeredo (2015), por meio da nossa língua materna, adaptamo-nos a julgar com naturalidade a maneira pela qual explicitamos nossas percepções e ideias. Tal pressuposto nos leva à noção de isomorfia: “a ideia corrente é que o mundo é tal como o retrato que nossa língua faz dele” (AZEREDO, 2015, p. 154). Desse modo, partindo da noção de isomorfia, reforçamos a noção de iconicidade apresentada anteriormente: a “relação motivada de *um-para-um* entre o conteúdo e sua representação” (OLIVEIRA, 1998, p. 40).

O princípio de iconicidade, ainda, pode ser estudado segundo três subprincípios, a saber: o da quantidade (os subtópicos mais expressivos são marcados por um grande número de unidades discursivas, geralmente, de forma parafrástica); proximidade (as unidades discursivas que partilham de assuntos semelhantes tendem a ficar mais próximas na sequência conversacional); e o da ordenação linear dos segmentos (gradação de sentido produzida pelo fluxo de unidades discursivas, constituídas de subtópicos conversacionais).

Após essa abordagem teórica que serviu de subsídio para o nosso estudo, na seção seguinte, apresentaremos o *Corpus* utilizado para analisar de forma qualitativa e quantitativa as funções encontradas na repetição de sintagmas verbais e, logo depois, demonstraremos tais análises.

O *Corpus*

O *Corpus* Português Culto de Vitória da Conquista⁵, constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e pelo Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – CNPq (Grupo Janus), no período de 2011 a 2015, está pautado na escolha daquela parcela da população que tem, no mínimo, onze (11) anos de escolaridade. A metodologia utilizada para a obtenção do *Corpus* foi orientada pelos estudos sociolinguísticos de Labov ([1972] 2008)⁶ e de Tagliamonte (2012) e a técnica de amostra confeccionada para as entrevistas foi realizada a partir da divisão da BR116, característica peculiar e relevante na cidade. Assim, doze (12) informantes de cada *Corpus* foram selecionados no lado oeste e doze (12) do lado leste da cidade de Vitória da Conquista. Além disso, os informantes foram estratificados em sexo (masculino/feminino) e nas faixas etárias I (15 a 25 anos), II (26 a 50 anos) e III (acima de 50 anos) e, como requisito, para composição do *Corpus*, todos esses informantes devem ser naturais do município. Ressaltamos que apresentamos as variáveis sociais do *Corpus* analisado, mas que, em nosso estudo, selecionamos apenas um informante, da faixa etária III, sem controlarmos a variável sexo.

Partindo do pressuposto que a repetição seja um recurso altamente produtivo na oralidade, em nossa análise, selecionamos uma entrevista de 1h15min, da faixa etária III. A escolha de um informante pertencente a essa faixa etária se deu em função da constatação, em nossa amostra, de que esse perfil desenvolve mais expressamente os tópicos discursivos solicitados pelo documentador, gerando, dessa forma, mais repetições. Selecionado esse falante, fizemos a leitura e a audição de toda a entrevista, identificamos as estruturas repetidas

⁵ O *Corpus* Português Culto de Vitória da Conquista é de responsabilidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

⁶ Conforme Labov ([1972] 2008), na Sociolinguística, os estudos são voltados à análise da estrutura e da evolução da língua, considerando o contexto social da comunidade de fala e a Linguística Geral, a qual trata da Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica. Nesse sentido, para os sociolinguistas, a língua é caracterizada por uma heterogeneidade sistemática, fato relevante na identificação de grupos e no delineamento das diferenças sociais de determinada comunidade.



de sintagmas verbais e delimitamos as pausas, a fim de diferenciarmos alguns aspectos funcionais. Como critério para a delimitação de pausas, baseamo-nos nos estudos de Ramos (1983) e ilustramos, em limite sintático, com / as pausas com entonação de vírgula e com // as pausas com entonação de final de sentença. Esse processo metodológico foi necessário para realizarmos um estudo qualitativo e quantitativo na presente pesquisa.

A repetição do sintagma verbal: análise qualitativa

Nesta seção, ancorados em pressupostos funcionalistas e nas categorias postuladas por Ramos (1983) e Oliveira (1998), descrevemos as categorias funcionais da repetição.

A *priori*, quando pensamos nesse estudo acerca da repetição de verbos, fomos motivados por ocorrências que explicitam o aspecto funcional da repetição: *intensificação*. A título de exemplo, analisemos um trecho retirado do *Corpus PCVC*:

(01) INF: Então a // o carro das prostitutas *passava passava passava* (A.I.R.M., PPCV).

No excerto (01), podemos notar a manifestação do subprincípio da iconicidade, a quantidade, visto que ocorre uma quantidade de tempo e também de material linguístico quando o falante repete o verbo *passar*. Assim a repetição idêntica do verbo reflete com realismo e dinamismo a experiência vivida pelo informante e, além disso, expressa uma relação de motivação entre o sentido, quantidade/tempo relacionados ao ato de passar e a forma, demonstrada pela ação de repetir o verbo (*passava*).

152

Para Ramos (1983), a função intensificadora ocorre quando o falante, buscando uma maior expressividade, intensifica aspectos semânticos do item repetido, ocasionando um volume informacional.

No entanto, quando fomos verificar a produtividade da repetição em sintagmas verbais no *corpus* PCVC, observamos que tal repetição vai além da categoria intensificadora. Encontramos outros aspectos funcionais na repetição de sintagmas verbais, a saber: paralelização, reforço, hesitação, temporalização, contraste, enumeração, síntese e nominalização.

A *paralelização*, conforme Oliveira (1998), ocorre quando o falante retoma uma declaração anterior de repetições lexicais ou de organizações sintáticas análogas que foi dita por ele mesmo ou por outro locutor, com ou sem variação formal, promovendo a coesividade do discurso. Vejamos o seguinte exemplo:

(02) INF: Eh... eu quero ter mais tempo para *escrever* literatura, que eu gosto muito mas eu pra *escrever* eu tenho... eu necessito de isolamento, tenho algumas manias assim de... pra *escrever* eu necessito de me isolar, de tá mais eh... vivendo um estado de introspecção (A.I.R.M., PCVC).

O informante A.I.R.M. repete a forma idêntica do verbo *escrever* (anáfora), em um processo de construção e reconstrução, para promover a coesividade do texto, formando novas estruturas completas (catáfora). Esse processo é denominado por Marcuschi (2006) de *amalgamas sintáticas*.



Já a *enumeração*, de acordo com Oliveira (1998), é caracterizada pela repetição de dois ou mais termos que estão dispostos de forma adjacente e que contêm diferentes sentidos, mas estruturas semelhantes ou análogas. Observemos:

(03) INF: *tinha* a rainha do carnaval, carnaval no clube, *tinha* os cordões, não eram blocos, eram cordões, chamavam cordões e eu lembro muito desses carnavais antigos. *Tinha* um carro das prostitutas, que passavam na praça as mulheres enfeitadas [...] (A.I.R.M., PCVC).

No trecho (03), o falante, cada vez que repete o verbo *tinha* (anáfora), constrói uma espécie de lista, acrescentando informações (catáfora), rainha do carnaval, cordões e carro das prostitutas, sobre o tópico discursivo, carnaval. Esse aspecto funcional é chamado de *listagem* por Marcuschi (2006).

A função *reforço*, por vezes, é confundida com a intensificadora. No entanto, segundo Ramos (1983), é possível diferenciá-las, concebendo que a função reforço é utilizada para enfatizar elementos do texto, ou seja, o falante repete elementos que julga importantes, pois, talvez, esses elementos tenham passado despercebidos pelo ouvinte. Por outro lado, na *intensificadora*, as repetições são sempre contíguas, formando um único grupo tonal, sem pausas. Vejamos um exemplo da função *reforço*:

(04) INF: Então isso eu *adoro* na minha profissão// *adoro* (A.I.R.M., PCVC).

Nesse caso, quando o informante repete, no final do enunciado, após uma pausa, a forma verbal *adoro*, ele busca enfatizar uma informação que talvez tenha passado despercebido pelo ouvinte, como se fosse uma topicalização à direita, conforme postula Ramos (1983). O que difere da intensificação que seria: então isso eu *adoro adoro* na minha profissão.

O aspecto funcional *contraste*, conforme Oliveira (1998), ocorre por meio de pares distintos ou opositivos explícitos na estrutura do discurso:

(05) INF: Você *tinha* uma gama de conteúdos muito pequena em relação à gama de conteúdo que você *tem* hoje (A.I.R.M., PCVC).

No enunciado (05), percebemos que o falante, ao produzir uma repetição alteradora (anáfora), *tinha/tem*, expressa uma oposição (catáfora) sobre a quantidade de conteúdos de hoje e de antigamente. Essa oposição, além de ser marcada pelo verbo *ter* nos tempos passado e presente, é, ainda, marcada pelo advérbio de tempo *hoje*.

Já na função *hesitação*, segundo Ramos (1983), o objetivo é de promover um tempo extra enquanto o falante formula a continuação do discurso, por isso, ainda que a entonação não seja o nosso foco nesse estudo, tivemos que analisar as pausas para conseguirmos avaliar essa formulação do informante:

(06) INF: Mas eu *vou me arriscar*// eu *vou me arriscar* dizendo o seguinte... eu acho que uma da... uma das razões de a educação... de os alunos estarem mais fracos é... da deseducação dos professores (A.I.R.M., PCVC).



Quando o informante retoma a estrutura *vou me arriscar* após uma pausa, parece-nos que ele precisou de um tempo para formular a continuação do discurso.

A função *síntese*, por seu turno, de acordo com Ramos (1983), é utilizada para delimitar unidades discursivas, expressando, em uma espécie de resumo, a finalização de determinado tópico discursivo:

(07) INF: Rapaz, eu *gostava* daquela vida de... de estudante, de... de... eu acho que *gostava* de tudo na escola porque eu não me queixava de estudar de manhã e de tarde, eu acho que eu *gostava* de tudo, agora minha vida meu tempo escolar que eu mais *gostei* foi a universidade, tempo de universidade. O meu foi muito ativo... muito ativo. Ditadura brava comendo e a gente militando e... e tanta coisa e a curiosidade e uma vida intelectual rica, foi um tempo curto mas eu *gostei*. Mas o... o... o ambiente escolar de uma maneira geral sempre eu *gostei* muito. (A.I.R.M., PCVC).

No excerto (07), o informante aborda o tópico discursivo *escola*. Percebemos que, no decorrer do discurso, ele retoma o verbo *gostar*, por meio de repetições idênticas e alteradoras, o que nos lembra do aspecto funcional paralelização. Mas o que marca a função síntese nesse enunciado é a repetição *gostei* no final, como uma forma de finalizar e sintetizar o tópico discursivo.

Castilho (2014) advoga que o falante escolhe o tempo-modo que melhor atenda às suas necessidades, gerando, assim, repetições que demonstram uma variação no verbo repetido. Segundo Oliveira (1998), essa variação caracteriza a categoria funcional *temporalização* que possui uma natureza polissêmica, pois proporciona a manifestação de outras funções. Nos seguintes exemplos, podemos notar a temporalização e também a paralelização:

(08) INF: Mas hoje as crianças *têm* outros, né? Então se adaptaram às novas condições. Por exemplo, as crianças *tiveram* que... pela condição do tempo atual, as crianças hoje não podem mais brincar na rua, as crianças hoje *têm* um espaço mais limitado (A.I.R.M., PCVC).

(09) INF: eu *fiz* magistério. Aí eu comecei a ensinar... comecei a ensinar. Aí eu comecei a ensinar... comecei a ensinar. Porque você recebia um diploma de professor, né, eu *fiz* concurso pra o estado e comecei a ensinar. Sempre preferi ensinar em periferia, achava mais gratificante. Era uma periferia também diferente da periferia que é hoje, né, era um outro tempo, as... as situações de violência era outra. Depois eu *fiz* vesti... eu *queria fazer* sociologia (A.I.R.M., PCVC).

Podemos observar a temporalização no fragmento (08), pois o locutor, primeiramente, utiliza a forma verbal no presente, *têm*, depois, por meio de uma repetição alteradora, conjuga o mesmo verbo marcando o tempo passado, *tiveram* e, no final, retorna ao tempo presente. Por outro lado, a temporalização no trecho (09) é revelada quando o falante, inicialmente, produz repetições idênticas, *fiz*, e retoma tal verbo mediante uma locução verbal, *queria fazer*, expressando uma possibilidade, algo do modo eventual, irreal, ainda que o verbo flexionado não tenha sido, necessariamente, o verbo repetido. A respeito desse processo, Castilho (2014) levanta a hipótese de que o informante, ao realizar repetições alteradoras, tende a optar por um ritmo que parte do modo real para o modo eventual e irreal.



Os exemplos (08) e (09) além de terem características da temporalização, também, têm da paralelização, pois, na medida em que os verbos são retomados, *têm/tiveram, fiz/queria* fazer, cria-se um paralelismo, proporcionando a coesão textual.

Por fim, mediante uma consideração feita por Castro (1994) de que substantivos e adjetivos repetidos não estão no mesmo lugar no eixo paradigmático, pois, na verdade, eles devem ser observados como componente do eixo sintagmático, como no exemplo citado pelo próprio pesquisador: “Eu sou rico, rico”, podemos observar que a repetição de *rico* gera um efeito de restrição da extensão, tendo uma função morfossintática de adjetivo/adjunto adnominal. Dessa maneira, a repetição da palavra no eixo sintagmático dá luz à identificação de *nominalizações* que também são relacionadas à repetição de verbos:

(10) INF: [...] então nós *brincávamos* muito e *brincávamos* eh // trabalhando muito com o corpo, porque por exemplo era muito de pular, era muito *brincadeira* de correr, era muito *brincadeira* de... de... de fazer peraltices, certo? (A.I.R.M., PCVC).

No trecho (10), o verbo repetido se nominaliza, modificando o desenvolvimento da construção sentencial. Deste modo, a partir do verbo brincar, em *brincávamos*, cria-se o nome *brincadeira*.

Em suma, por meio dessa breve descrição, percebemos como a repetição, uma estratégia da oralidade, é regida pelo princípio de iconicidade e pela marcação expressiva, no sentido em que o informante, motivado pelas pressões de uso, vale-se de palavras, estruturas, sentidos que já existem na língua e que foram ditos, em seu próprio enunciado, anteriormente. Desta maneira, podemos notar como a repetição é a consequência da relação entre forma e função, sendo, assim, um processo que possibilita a organização da experiência humana, chegando ao âmbito textual por meio dos atos de fala.

155

Análise quantitativa

Realizada a análise qualitativa do fenômeno em estudo, passemos a observar os dados, na presente subseção, por meio de uma breve análise quantitativa. Localizamos, na entrevista escolhida, 167 (cento e sessenta e sete) ocorrências de repetição. Observemos como esse número foi distribuído para cada aspecto funcional, na seguinte tabela:

Tabela 1: Análise percentual das categorias funcionais da repetição analisadas no *Corpus* Português Culto de Vitória da Conquista

Categoria	Quantidade de ocorrências	Percentual
Paralelização	60	36%
Reforço	23	14%
Hesitação	20	12%
Temporalização	20	12%
Enumeração	15	9%
Intensificação	11	6%
Contraste	10	6%
Síntese	6	4%
Nominalização	2	1%



Mediante essa tabela, percebemos que o aspecto funcional paralelização foi o mais recorrente, com 36%; a função reforço, depois da paralelização, foi a mais frequente, chegando a 14%; as funções hesitação e temporalização tiveram valores idênticos, 12%; a enumeração foi localizada em 9% das ocorrências; a intensificação e o contraste, também, tiveram valores idênticos, 6%; por fim, foram localizadas poucas ocorrências em relação à síntese e à nominalização, alcançando, respectivamente, 4% e 1%.

Portanto, a partir desses resultados, constatamos que o falante utiliza a repetição, principalmente, como um recurso que promove a coesividade do discurso (paralelização), como uma maneira de evidenciar sua preocupação em enfatizar elementos a que, talvez, o interlocutor não tenha prestado atenção (reforço) e como um meio de formulação do discurso (hesitação), adequando o tempo e o modo verbal às suas necessidades na situação comunicativa (temporalização). A função intensificadora, por sua vez, não é muito frequente, ainda que ela tenha sido a nossa motivação para estudar a repetição em sintagmas verbais.

Considerações Finais

A partir deste estudo inicial acerca da repetição na oralidade em sintagmas verbais, atestamos todas as nossas hipóteses, uma vez que i) a presença de repetições alteradoras e idênticas permite analisarmos a repetição em verbos além do aspecto funcional intensificação, identificando, assim, outras categorias: paralelização, reforço, hesitação, temporalização, contraste, enumeração, síntese e nominalização, sendo que a paralelização foi a mais recorrente; (ii) os informantes cultos conquistenses utilizam a repetição como um recurso que auxilia a interação; (iii) na amostra analisada, o processo de construção e reconstrução, mediante estruturas repetidas regulares, possibilita a formação de estruturas mais completas proporcionando a coesividade e a organização do discurso; e, por fim, (iv) o falante seleciona o tempo-modo verbal que melhor se adequa à sua necessidade, como percebemos na avaliação do aspecto funcional temporalização.

Ainda, foi possível examinar como a repetição torna-se “peça-chave” necessária no processamento textual-discursivo e na comunicação entre os interlocutores. Portanto, constatamos que a repetição, motivada em uma dimensão discursiva (iconicidade), demonstra um relevante instrumento de expressividade, pois o falante se vale desse recurso para organizar, cognitivamente, construções que revelam o modo como o próprio falante interpreta a realidade que está a sua volta; e, sobretudo, averiguamos que a repetição é uma estratégia utilizada para melhorar a compreensão e a interação direta e ativa entre os interlocutores.

REFERÊNCIAS

AREAS, Eduardo Kenedy; MARTELOTTA, Mário Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; CUNHA, Maria Angélica Furtado da. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.18-55.



AZEREDO, José Carlos de. O tempo do verbo e a lição dos velhos gramáticos. In: VALENTE, André C. (Org.). *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 154.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Um ponto de vista funcional sobre a predicação. In: *ALFA: Revista de Linguística*. São Paulo: UNESP, v. 38, 1994, p.75-96.

_____. Ataliba Teixeira de. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
CASTRO, Vandersi Santana. Um caso de repetição no português. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 27, 1994, p. 85-101.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA et al. (Orgs.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 158-176.

DUBOIS, Sylvie; VOTRE, Sebastião. *Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico: à procura da essência da linguagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
GIVÓN, Talmy. *Topic continuity in discourse: quantitative cross-language studies*. Amsterdam: John Benjamins, 1983.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdã: John Benjamins, 1995.

JUBRAN, Clélia Spinardi. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, Clélia Spinardi (org.). *A construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015, p.85-126.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. A evolução da gramática eo aporte funcionalista bases teóricas. In: _____. *Indivíduo, sociedade e língua: Cara, tipo assim, fala sério*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesb, 2011, p.21-22.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Repetição. In: JUBRAN, Clélia Cândida A. Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, v.1. p. 219 – 254.

LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Gramaticalização na repetição. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZÁRIO, M.M. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1996.

_____. Mariângela. *Repetição em diálogos: análise funcional da conversão*. Niterói – RJ. EDUFF, 1998.

RAMOS, Jânia. *Hipóteses para uma taxonomia das repetições no estilo falado*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 1983.



SILVA, Jorge Augusto Alves; SOUSA, Valéria Viana. *Português Culto de Vitória da Conquista*, 2013. Projeto do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo – UESB, 2013.

TAGLIAMONTE, S. A. *Variationist sociolinguistics: change, observation, interpretation*. Cambridge: Wiley-Blackwell, 2012.

TAVARES, Maria Alice. *A Gramaticalização de E, Aí, Daí e Então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado em Linguística). Pós Graduação em Linguística: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

Recebido em 1º/05/2016
Aprovado em 27/07/2016



Considerações sobre o *ethos* e a morfoestilística na poética de Manoel de Barros

Considerations on the *ethos* and morpho-stylistics in Manoel de Barros's poetics

Antonio Carlos Silva de CARVALHO¹
Guaraciaba MICHELETTI²

RESUMO: O escopo deste artigo é discutir questões relativas ao *ethos* e à morfoestilística em Manoel de Barros; para tanto, selecionamos como *corpus* poemas de livros variados do autor, sem preocupação específica com ordem cronológica. Como doutrina, valemo-nos de estudos sobre estilística (MARTINS, 2003), discurso (AMOSSY, 2014), literatura (TELES, 1972), dentre outros, e, particularmente, do trabalho de análise linguístico-literária de Grácia-Rodrigues (2006) — que aborda de forma ampla o fazer poético manoelino e do qual destacamos excertos para apreciação. Alguns resultados obtidos são: i) o *ethos* do enunciador pantaneiro guarda características discursivas que precedem ao *ethos* aristotélico; ii) a exploração dos recursos morfológicos como a prefixação é um traço altamente distintivo dessa poética; iii) a convergência é um conceito facilmente aplicável à obra manoelina, o que aponta para um projeto estético coerentemente arquitetado. Podemos concluir que o *ethos* na poética barreana guarda um sentido etimológico anterior ao do aristotélico, em virtude de sua busca pelo primevo, e que a morfoestilística concorre de maneira decisiva para a construção de uma poesia original, caracterizada por uma expressividade calcada na fragmentação e no sentido de negatividade.

159

PALAVRAS-CHAVE: *Ethos*. Estilo. Léxico. Expressividade. Manoel de Barros.

ABSTRACT: This paper aims to discuss issues related to the *ethos* and morpho-stylistics in Manoel de Barros, and to this end, we have selected poems from various books by the author as its *corpus*; without specific concern for chronological order. As a doctrine, we have drawn on the studies of stylistics (MARTINS, 2003), discourse (AMOSSY, 2014), literature (TELES, 1972), among others, and, particularly, on the work of linguistic and literary analysis by Gracia-Rodrigues (2006) – broadly addressing Manoel de Barros's poetics, of which we highlight excerpts for consideration. Some of the results obtained are: i) Manoel de Barros's *ethos* keeps discursive features that precede the Aristotelian *ethos*; ii) the exploitation of morphological resources such as prefixation is a highly distinctive feature of this poetics; iii) convergence is an easily applicable concept to Barros's work, which points out to a consistently designed aesthetic project. It can be concluded that the *ethos* in Manoel de Barros's poetics holds an earlier etymological sense than the Aristotelian *ethos*, in that it seeks for the primeval one, and that morpho-stylistics contributes decisively toward the construction of original poetry characterized by expressiveness based on fragmentation and in the sense of negativity.

KEYWORDS: *Ethos*. Style. Lexicon. Expressiveness. Manoel de Barros.

¹ Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul – Departamento de Linguística. São Paulo – São Paulo – Brasil. CEP: 01506-000. Apoio: CAPES-PNPD. E-mail: carloscarval@yahoo.com.

² Universidade Cruzeiro do Sul – Unicsul – Departamento de Linguística. São Paulo – São Paulo – Brasil. CEP: 01506-000. E-mail: guaraciaba.micheletti@cruzeirosul.edu.br.



Introdução

Manoel de Barros edificou uma obra de difícil compreensão, pois sua linguagem é fragmentada, a sintaxe é repleta de rupturas, e a matéria eleita para tal edificação é constituída de coisas ínfimas, deformadas, carregadas de negatividade, em geral, consideradas desprezíveis; por vezes, as imagens, de tão estranhas, beiram o *nonsense*; ainda, as personagens que inventou e que desempenham o papel de seu *alter ego* são saídas do estrato popular, são humildes, o que quase já configura uma condenação, um degredo, por não despertarem sentimentos nobres, em virtude do preconceito que a sociedade de consumo reserva aos desfavorecidos, tratados com frequência como marginais, sem direito a qualquer tipo de reverência ou do mínimo que seja de respeito.

O hermetismo de sua poesia, naturalmente, tende a chocar o leitor, distanciando-o, o que não passou despercebido ao poeta. De fato, o bugre, que é como ele se sentia — “É justamente o fato de Manoel de Barros se sentir bugre que explica a vocação da sua poesia em exaltar aquilo que normalmente não tem valor para a sociedade” (GRÁCIA-RODRIGUES, 2006, p. 58) —, era ciente dessa situação, inclusive, parecia tê-la como alvo, o que fica claro, por exemplo, neste trecho de entrevista, em que afirma “Eu tenho consciência que os meus textos pedem leitores especiais. Não tenho ilusões. Pouca gente gosta de gratuidades. Eu só tenho vadiagens com letras. Isso é coisa de tonto. [...]” (GRÁCIA-RODRIGUES, 2006, p. 130); como podemos observar, Barros reconhece a dificuldade de seus escritos, entende que eles carecem de explicações ou pistas que guiem o leitor; e ele as deu, às vezes, de maneira direta, valendo-se de metalinguagem — por sinal, o tom desse fragmento segue na linha da negatividade, que lhe é peculiar —, recurso bem comum em sua poética.

160

Com o objetivo de entender o fazer poético barreano, muitos comentadores têm se dedicado a deslindar sutilezas de sua obra, descortinando aqui e ali um segredo até então ainda encoberto, tornando-a mais acessível. Grácia-Rodrigues (2006), que, em certo sentido, nos serviu de contraponto neste artigo, o faz em um trabalho de literatura comparada em que coteja as obras rosiana e barreana sob um viés linguístico-literário. Quanto a nós, no tocante à autora, até pelos gêneros distintos dos trabalhos, fizemos apenas considerações pontuais em torno de uma ou outra reflexão suscitada por ela — sem nos limitarmos a isso — munidos, fundamentalmente, de um referencial teórico voltado para a estilística, com o qual buscamos focar sobretudo os efeitos de estilo alcançados a partir do uso singular dos prefixos, que conferem ao poeta uma particularíssima criatividade lexical, além de discutir o *ethos* do enunciador de um determinado conjunto de poemas manoelinos, alguns dos quais apresentam alteregos do poeta.

Um projeto poético

Grácia-Rodrigues (2006), em certo momento de seu estudo contrastivo entre Guimarães Rosa e Manoel de Barros, dentre muitas reflexões que entabula, assevera o seguinte sobre o poeta:

Já nessa primeira coletânea de Barros encontram-se versos prosaicos, imagens poéticas inusitadas, sintaxe arrevesada, vocábulos eruditos, arcaicos e inusuais, neologismos, aos quais o poeta incorpora falas e expressões populares. A presença



da metalinguagem em *Poemas concebidos sem pecado* é notória desde então, pois, ao abrir o livro com “Cabeludinho”, o poeta já risca e fixa no seu chão pantaneiro um projeto poético próprio e original que vai seguir nos livros posteriores, delineia o seu fazer poético e o roteiro da sua poesia numa poética genuinamente barreana. (GRÁCIA-RODRIGUES, 2006, p. 47)

De fato, quem se dispuser a apreciar os livros de Barros constatará que essas características mencionadas acerca de seu livro primevo, publicado em 1937, são uma constante, fruto de projeto coerentemente arquitetado e colocado em prática com inegável habilidade e sensibilidade artística, constituindo um estilo inconfundível. Observemos o que conclui a autora sobre o primeiro *alter ego* do poeta, um de muitos personagens inventados por ele que também desempenham esse papel:

[...] Cabeludinho, privilegia a busca do sentido inaugural das palavras, prenuncia a criação lexical, constrói linguagem de sintaxe arrevesada, instaura o insólito e evidencia a predileção em retratar as pessoas simples e humildes, os loucos, os bêbados e as coisas ínfimas e sem valor, vendo na ilogicidade do mundo infantil e dos dementes uma porta para o poético. Da *ars poetica*, assim posteriormente construída, emerge – por meio da subversão semântica – um tropos imagético de radicalidade sem paralelo na literatura brasileira. (GRÁCIA-RODRIGUES, 2006, p. 270)

Os dois fragmentos somados apresentam uma dezena de características da poética barreana, as quais, como adiantamos, são reiterantes: i) versos prosaicos; ii) imagens poéticas inusitadas; iii) sintaxe arrevesada; iv) uso de vocábulos eruditos, arcaicos e inusuais; v) uso de neologismos extraídos das falas e expressões populares; vi) uso de metalinguagem; vii) busca do sentido inaugural das palavras; viii) predileção por retratar as pessoas simples e humildes, os loucos, os bêbados e as coisas ínfimas e sem valor; ix) percepção da ilogicidade do mundo infantil e dos dementes como uma porta para o poético; x) subversão semântica. Essas características são, naturalmente, muito próximas umas das outras, inclusive, em certas situações, chegam a se confundir, complementando-se, e faz absoluto sentido estarem na base do projeto estético manoelino, de sua *ars poetica*. Na medida de nossa necessidade, vamos identificá-las também em outros livros do autor e efetuar os comentários que nos parecerem pertinentes; todavia, antes, cabe trazer alguns breves dados biográficos sobre o poeta.

Manoel Wenceslau Leite de Barros nasceu em 1916, na cidade de Cuiabá, onde passou boa parte de seus dias num internato; terminado o período escolar, mudou-se para o Rio de Janeiro, formando-se em Direito. Após casar-se, retornou ao Pantanal e assumiu uma fazenda de gado recebida como herança; lá viveu até falecer, em 2014. Do ponto de vista cronológico, pertence à terceira geração modernista, de 1945, a mesma de João Cabral de Melo Neto e de João Guimarães Rosa (CAMILO, 2014). Não é nosso objetivo explorar a fundo dados biográficos, porém, o poeta valoriza com tal recorrência o insignificante, insiste com tal veemência na linguagem da negatividade, que convém considerarmos possíveis influências do período — o das Grandes Guerras — sobre ele, pois

Pelo fato de o homem ser historicamente constituído, seu discurso, conseqüentemente, carregará influências de fatores sócio-históricos e ideológicos da época em que viveu, deixando transparecer uma visão de mundo marcada e datada. Em cada momento da história, encontramos também ideias em voga sobre o fazer poético, que podem ser expressas por meio de usos estilísticos específicos, que atendam aos anseios artísticos de um dado grupo. (MICHELETTI; IGNEZ, 2014, p. 47)



Nesse excerto, as autoras não se referem a Manoel de Barros, não obstante, essas palavras se encaixam com extrema justeza em seu caso. Com efeito, é compreensível que uma personalidade em formação, sensível aos problemas de seu tempo se deixasse influenciar de um lado por acontecimentos tão trágicos quanto os causados pela Primeira Guerra Mundial; de outro, pelas tendências estéticas que surgiram na época e que repercutiram nas gerações que a sucederam, vez que

Para os novos escritores e artistas era necessário, em primeiro lugar, destruir todo um sistema obsoleto, inânime e inane de expressão, incapaz de tratar ou traduzir os fenômenos da nova realidade sócio-cultural, donde o surgir do movimento Dadá que apregoava o abandono de tôdas as convenções e tradições, “movimento de negação total, que glorificava a incoerência e o absurdo”. Em seguida surge o Surrealismo, acentuando que sòmente são autênticas a poesia e a arte vindas das profundezas do subconsciente, nascidas livres dos ditames da razão ou dos laços do sentimento. A partir dêsse momento estava completamente livre o caminho para tôdas as aventuras criadoras do espírito, [...]. (CAMPOS, 1966, p. 7)

É nessa atmosfera ávida por espíritos revolucionários que o menino Manoel cresce e o poeta se molda, absorvendo e posteriormente partilhando características estilísticas com outros artistas de seu tempo.³ Daí, certamente, germinou em seu espírito a ideia da estética do fragmentário, da negação, da desconstrução, das imagens inusitadas, enfim, de valorizar aquilo que não tinha valor para o sistema vigente. Não apenas germinou como tomou vulto e se aperfeiçoou, particularizando de forma indelével o estilo manoelino, perceptível já no primeiro livro e seguindo até a fase madura, marcada também pela comunhão com os elementos da natureza, como lesmas, lagartixas, plantas do mato, pedregulhos e toda sorte de coisas desprezadas, traços que ajudam a compor o ideário estético de sua obra.

162

A propósito do nome Dadá, para o romeno Tristan Tzara, um dos intelectuais integrantes do grupo que deu início ao Dadaísmo — os demais eram os alemães Hugo Ball e Richard Huelsenbeck, o romeno Marcel Janco, o alsaciano Franz Arp, o francês Francis Picabia e o chileno Vicente Huidobro —, “Dadá significa *nada*, *nada*, ou seja, dadá não significa nada” (TELES, 1972, p. 101); para os alemães, a expressão “é um sinal de ingenuidade, uma associação de idéia com um carrinho para crianças” (p. 101). Outras acepções há para o vocábulo, adotado com o intuito de dificultar a compreensão, algo facilmente relacionável à poética barreana; inclusive, essas duas que apontamos, “nada” e “ingenuidade”, são caras ao poeta, sempre afeito à negação e à ilogicidade do mundo infantil, como nos exemplos seguintes, o primeiro de *Concerto a céu aberto para solos de ave* – CCASA (1991); o segundo de *Menino do mato* – MM (2010):⁴

Uma coisa que o homem descobre de tanto
seu encosto no chão é o êxtase do nada.
(BARROS, 2010, p. 291)

Eu queria usar palavras de ave para escrever.
Onde a gente morava era um lugar imensamente e sem
nomeação.
Ali a gente brincava de brincar com palavras
tipo assim: Hoje eu vi uma formiga ajoelhada na pedra!

³ Mantivemos a grafia original dos textos citados no artigo.

⁴ Visto que utilizamos uma edição que contém a poesia completa do autor, publicada em um único volume em 2010, para facilitar a identificação da fonte, na primeira vez que destacamos um verso de determinado livro, indicamos o título do livro, suas iniciais e o ano da publicação; nas demais vezes, só as iniciais.



A Mãe que ouvira a brincadeira falou:
Já vem você com suas visões!
Porque formigas nem têm joelhos ajoelháveis
e nem há pedras de sacristias por aqui.
Isso é traquinagem da sua imaginação.
(BARROS, 2010, p. 449)

Sem nos prendermos a rótulos, mesmo porque a essência do movimento Dadá, que teve início em Zurique em 1916, e também do Surrealismo, que teve início em Paris em 1920, preconiza a liberdade total (ADES, 1976), há que se destacar que a liberdade formal defendida nesses movimentos acabou por influenciar o movimento modernista, que, no Brasil, teve início com a Semana de (19)22. Em se tratando de Manoel de Barros, traços absorvidos desse movimento são, por exemplo, a poesia em versos livres, o experimentalismo linguístico, a liberdade temática — como preconiza Oswald de Andrade “Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo” (TELES, 1972, p. 206) —, elementos observáveis no fragmento a seguir, de *Poemas concebidos sem pecado* – PCSP (1937):

Havia no casarão umas velhas consolando Nhanhá
que chorava feito uma desmanchada
— Ele há de voltar ajuizado
— Home-de-bem, se Deus quiser

Às quatro o auto baldeou o menino pro cais
Moleques do barranco assobiavam com todas as
cordas da lira
— Té a volta, pessoal, vou pra macumba.
(BARROS, 2010, p. 13)

Nesse fragmento de poema, a versificação é livre; as expressões “Nhanhá” — sugere a linguagem infantil —, “Home-de-bem”, “pro”, “Té” e “pra” denotam a tentativa de expressar a linguagem falada; “Deus” e “macumba” apontam para o sincretismo próprio das camadas humildes da população, vez que faz referência ao cristianismo e a prática “dos cultos afro-brasileiros originários do nagô e que receberam influências de outras religiões africanas, e tb. ameríndias, católicas, espíritas e ocultistas” (HOUAISS, 2009, p. 1213), enfim, elementos muito comuns do nosso Modernismo. Quanto à linguagem do *des-*, da negatividade, verifica-se em “desmanchada”.

O forte apego dos dadaístas ao niilismo, de certo modo, levou ao primeiro *Manifesto Surrealista* do poeta André Breton em 1924. Breton — e outros expoentes surrealistas, como o escritor e crítico de arte Guillaume Apollinaire, o pintor e poeta Max Ernst, o cineasta Luis Buñuel, os pintores René Magritte e Salvador Dalí —, acreditando “que o homem se encerrava na camisa-de-força da lógica e do racionalismo, o que mutilava a sua liberdade, atrofiando sua imaginação” (ADES, 1976, p. 32), sofreu influência das teorias psicanalíticas de Sigmund Freud e enveredou pelos caminhos da atividade criativa relacionada ao inconsciente; daí o fato de a produção associada a essa arte apontar para o universo onírico:

Grande parte da estética surrealista se apoia na concepção de imagem poética de Pierre Reverdy, segundo a qual a imagem nasce não da comparação, mas da aproximação entre duas realidades afastadas. E quanto mais distantes forem as realidades aproximadas, mais forte será a imagem poética. (KIRMELIENE, 2015, p. 11)



A referência de W. Kirmeliene a Pierre Reverdy, poeta francês ligado ao surrealismo e ao cubismo, explicita bem a particularidade da imagem da arte surrealista, cujo impacto reside no diferente, devido ao fato de que o princípio que leva à produção da imagem não é pautado na comparação, e sim na aproximação entre realidades distantes, chegando ao *nonsense* do universo onírico, vez que no sonho tudo é possível. Nesse sentido, podemos nos valer também de Chklovski (1978), no ensaio *A arte como procedimento*, em que apresenta, dentre outras, estas tentativas de definir a arte: “A arte é pensar por imagens” (p. 39), “Não existe arte e particularmente poesia sem imagem” (p. 39), “A imagem poética é um dos meios de criar uma impressão máxima” (p. 42), “A imagem poética é um dos meios da língua poética. A imagem prosaica é um meio de abstração” (p. 42). Todas essas formulações enfocam a imagem e, não por acaso, todas fazem lembrar de Manoel de Barros, sugerindo a influência que ele sofreu da pintura surrealista, a qual incidiu na (des)construção de sua linguagem poética, um claro exemplo de fragmentação, na medida em que as imagens a partir da aproximação de objetos exóticos, por não pertencerem, digamos, ao mesmo espaço, apontam no sentido da fragmentação. O poema a seguir, de *Compêndio para uso dos pássaros* – CPUP (1960), é um exemplo:

CAMINHADA

Eu vinha aquela tarde pela terra
fria de sapos...
O azul das pedras tinha cauda e canto.

De um sarã espreitava meu rosto um passarinho.
Caracóis passeavam com róseos casacos ao sol.
As mãos cresciam crespas para a água da ilha.

Começaram de mim a abrir roseiras bravas.
Com as crinas a fugir rodavam cavalos
investindo os orvalhos ainda em carne.

De meu rosto viam ribeiros...

Limpando da casa-do-vento os limos
no ar minha voz pisava...
(BARROS, 2010, p. 111)

O poema causa estranheza em função das imagens criadas, seja pelo inusitado das aproximações seja pelo modo como o enunciador constrói seus componentes. O espaço do poema abrange desde a sensação gélida da “terra/fria de sapos...” ao calor róseo do “sol”; do contíguo da “terra” (continente)” ao longe da “ilha”; do seco das “pedras” ao úmido da “água”; da placidez dos caracóis que “passeavam” ao alvoroço dos cavalos a “fugir”; da doçura do “canto” à aspereza que da “voz pisava...” etc., pois os elementos aparecem como que sobrepostos, numa profusão de informações estonteante.

Por exemplo, os versos “Limpando da casa-do-vento os limos/no ar minha voz pisava...” são de difícil interpretação devido, sobretudo, à distância entre os elementos aproximados e ao modo como foram dispostas as palavras, isto é, à sintaxe, pois, embora os vocábulos “vento/ar/voz” sejam facilmente relacionáveis, a junção delas com “Limpando/casa/limos/pisava” resulta numa combinação exótica, tanto mais que a sintaxe se apresenta arrevesada “os limos/no ar minha voz pisava...”, vez que a ordem das palavras está longe de ser a tradicional.



Salta aos olhos a presença da natureza — denotativa ou conotativamente falando — no texto, traço típico do poeta sul-mato-grossense: “terra, sapos, pedras, cauda, sarã, passarinho, Caracóis, sol, água, ilha, roseiras, cavalos, orvalhos, carne, ribeiros, vento, limos”; a presença da natureza é tão forte, que o elemento humano — que não deixa de ser parte dela — se mistura com o elemento natural. No fundo, essa ideia está na gênese do eu lírico, fundir-se com a natureza.

Ainda, outro topos da poesia barreana é a ocorrência do ínfimo, como “sapos”, “Caracóis”, limos”, além do que temos os quatro elementos da natureza: “terra”, “água”, “ar” e “fogo”, representado pelo “sol”. Tudo isso somado serve para representar a imagem de um enunciador em simbiose com a natureza, sempre em busca do primordial.

Evidentemente, o outro tipo de imagem, aquele que nasce da comparação, também ocorre na poesia surrealista, pois o objetivo do poeta é alcançar a tal “expressão máxima” de que fala Chklovski (1978) e, até pela “liberdade” de que fala Ades (1976), vai se lançar em busca desse efeito estético. Assim, convém considerar as palavras de Martins (2003), a seguir:

[...] Assimilamos as noções abstratas aos objetos de nossa percepção sensível, porque é o único meio de que dispomos para delas tomar conhecimento e torná-las inteligíveis aos outros. Ele vê a metáfora como uma comparação em que o espírito, induzido pela associação de duas representações, confunde num só termo a noção caracterizada e o objeto sensível tomado como ponto de comparação (este homem é uma raposa = este homem é astuto como uma raposa). Estas associações são fundadas sobre vagas analogias, por vezes muito ilógicas, mas elas revelam que o sujeito pensante extrai das suas observações da natureza exterior imagens para representar aquilo que o seu cérebro não consegue apresentar sob a forma de abstração pura (2003, p. 92).

165

Segundo podemos observar, ao se referir à metáfora, um tipo de comparação abreviada, a autora diz “Estas associações são fundadas sobre vagas analogias, por vezes muito ilógicas”, ou seja, ao que parece, N. Martins não distingue, necessariamente, a imagem por comparação da imagem por aproximação. De qualquer modo, no verso “Caracóis passeavam com róseos casacos ao sol” estamos diante do que se concebe como uma metáfora clássica, por comparação, a qual compara a “casa do caracol” — que também não deixa de ser uma metáfora — a um casaco; também, o verbo “passeavam” associada a “Caracóis” aparece em sentido metafórico, na medida em que estamos diante de uma prosopopeia. A imagem que se alcança é a de muitos caracóis caminhando despreocupadamente num dia ensolarado. No contexto do poema, temos uma amplificação da ideia de paridade entre seres humanos, pássaros, caracóis, sapos, cavalos, que caminham à toa, no mesmo plano de importância, dando voltas, isto é, uma imagem de natureza onírica.

Outro fator que sempre marcou o fazer poético manoelino e que faz pensar nas possíveis influências sócio-históricas e ideológicas de que falam Micheletti e Ignez (2014) respeita ao sujeito pós-moderno, caracterizado pela desarticulação, pela fragmentação, pela perplexidade (HAAL, 2015); de fato, tendo como base o princípio da convergência, conceito caro aos estudos de estilística estrutural, é quase automático associar a ideia de fragmentação da linguagem à de fragmentação do sujeito — no caso, por exemplo, os vários personagens que desempenham o papel de *alter ego* do poeta, como Cabeludinho, Mário-pega-sapo, Apuleio, Bernardo, dentre outros, resultando num eu multifacetado — divisando em ambas as manifestações de fragmentação a mesma motivação, qual seja, os sentimentos causados pela guerra, que impregnam a atmosfera de incertezas, desordenando o sentido da vida.



Pelo princípio da convergência, julgamos ser possível traçar um quadro da obra barreana e explicar muitos de seus elementos constitutivos a partir da ideia de fragmentação. O *alter ego* Bernardo, *verbi gratia*, e isso vale para os demais, está às voltas com as coisas ínfimas, saídas do chão, desprezadas pela sociedade; habita o espaço pantaneiro, se utiliza da linguagem oral da região; é afeito ao primordial; discute o fazer poético, se vale de metalinguagem; apresenta indícios da fragmentação, enfim, o enunciador cria uma imagem de si similar à dos outros alteregos, isto é, um *ethos* que se apresenta fragmentado, como seus versos, como sua linguagem, concedendo ao artista o poder de (re)criar o mundo, como se fosse Deus; de fato, é o que constatamos acerca de Bernardo, que aparece pela primeira vez no *Livro de pré-coisas* – LPC (1985):

Quando de primeiro o homem era só, Bernardo era. Veio de longe com a sua pré-história. Resíduos de um Cuiabá-garimpo, com vielas rampadas e crianças papudas, assistiram seu nascimento.
(BARROS, 2010, p. 211)

Esse fragmento faz clara alusão ao trecho “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (João: 1) (BÍBLIA SAGRADA, 1941, p. 949). Alusão à mesma passagem bíblica se dá no fragmento que se segue, de *O livro das ignoranças* – OLI (1993):

No descomeço era o verbo.
Só depois é que veio o delírio do verbo.
O delírio do verbo estava no começo, lá onde a
criança diz: *Eu escuto a cor dos passarinhos*.
A criança não sabe que o verbo escutar não funciona
para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um verbo, ele
delira.
E pois.
Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer
nascimentos –
O verbo tem que pegar delírio.
(BARROS, 2010, p. 301)

Discutir o próprio fazer poético, valendo-se da metalinguagem — como em “A criança não sabe que o verbo escutar não funciona/para cor, mas para som” ou “Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer/nascimentos” —, colocar o poeta na condição de Deus são tônicas do enunciador barreano, que cria para si a imagem de (des)construtor do mundo; a “criança”, os “passarinhos”, a linguagem do “des-”, a inovação linguística — como em “descomeço” — são igualmente recorrentes. O vocábulo “delira” esconde um caráter polissêmico: podendo significar “de lira” — evidentemente que por certa abstração —, numa referência a “canto”, e aí teríamos um efeito estilístico pautado nas escolhas lexicais, em virtude da alusão ao cantar “dos passarinhos”; ou podendo significar “enlouquecer”, o que se coaduna com o verso “*Eu escuto a cor dos passarinhos*”, reforçando a ideia de ilogismo que paira sobre o poema, apontando no caminho surrealista.

Ainda na linha da polissemia, é possível aventar a possibilidade de “delírio” aludir à flor “de lírio”, estabelecendo um diálogo com a natureza e com a “cor dos passarinhos”, conferindo um quê a mais de sinestésico ao texto além de amplificar a possibilidade semântica do prefixo “de-”. Ademais, a expressão “pegar delírio” entra no rol das construções



sintáticas arrevesadas, próprias do autor, afeito a regionalismos, pois algo como “O verbo tem que *delirar...*” apresentaria a sintaxe normal. Em suma, o estilo de Barros é inconfundível.

Está claro que esse poema não respeita a Bernardo, como o anterior, mas a alusão à mesma passagem bíblica é flagrante; inclusive, essas não são as únicas alusões a esse trecho do Evangelho de João na obra *Manoelina*. Com efeito, nova alusão ocorre, por exemplo, neste excerto, de OLI:

De primeiro as coisas só davam aspecto
Não davam ideias.
A língua era incorporante.
Mulheres não tinham caminho de criança sair
Era só concha.
(BARROS, 2010, p. 318)

O poema estabelece intertextualidade com o texto bíblico. Logo de saída, o verso “De primeiro as coisas só davam aspecto” alude a ele (cf. CARVALHO, 2016, p. 1248); no verso “A língua era incorporante”, o vocábulo “língua” dialoga com o “Verbo” bíblico, e “incorporante” tem duplo sentido, podendo significar “que ganha corpo” ou “que agrega”; sem dúvida, um topos para Barros. É justamente em função de argumentos como esses, reiterantes, entrecruzando-se de modo sistemático, que divisamos no princípio da convergência uma ferramenta para ajudar a entender o fazer poético do autor; nesse sentido, vejamos uma definição útil do termo:

A convergência diminui o limite de perceptividade do processo estilístico, devido à sua natureza cumulativa; ela pode funcionar também como um contexto semântico, limitando a polissemia da palavra em que atua; assim, as intenções do autor tornam-se mais claras. Por outro lado, a convergência é o único processo que podemos descrever como um processo consciente; mesmo que a convergência seja fortuita, ou tenha sido formada de início inconscientemente, não pode escapar ao autor quando este relê. Quer seja simplesmente mantida ou elaborada, ela representa um exemplo de consciência extrema da utilização da linguagem, sendo sem dúvida a forma estilística mais complexa. (RIFFATERRE, 1973, p. 60)

Podemos afirmar que o enunciador barreano é consciente das estratégias de que se utiliza em seu fazer poético, até porque, repetidas vezes, lança mão da metalinguagem para explicá-lo. O resultado dessa consciência aliada a uma grande habilidade com as palavras e a uma inegável sensibilidade artística é um projeto estético posto em prática com maestria e uma obra ímpar em nossa literatura, pois tudo converge para esse fim. Logo, segundo nos parece, essa definição de M. Riffaterre, que esclarece bem o sentido de convergência, sem a necessidade de maiores considerações, é muito útil para nortear o leitor no que concerne a divisar as estratégias do escritor sul-mato-grossense, todas se acumulando e afluindo na mesma direção, qual seja, a da fragmentação. Já apontamos algumas, apontaremos outras, e outras podem ser apontadas.

Assim, outro fator que destacamos na poética *Manoelina* que sinaliza no sentido da fragmentação hodierna é a relação estabelecida pelo enunciador entre o sagrado e o profano, na medida em que traz à tona a crise verificada em mais um dos pilares sociais, a Igreja. Se nos fragmentos anteriores já era possível divisar esse indício de profanação do sagrado, neste poema de *Retrato do artista quando coisa* – RAQC (1998), fica tudo mais explícito:



Pote Cru é meu Pastor. Ele me guiará.
Ele está comprometido de monge.
De tarde deambula no azedal entre torsos de
cachorro, trampas, trapos, panos de regra, couros
de rato ao podre, vísceras de piranhas, baratas
albinas, dalias secas, vergalhos de lagartos,
linguetas de sapatos, aranhas dependuradas em
gotas de orvalho etc. etc.
Pote Cru, ele dormia nas ruínas de um convento.
Foi encontrado em osso.
Ele tinha uma voz de oratórios perdidos.
(BARROS, 2010, p. 361)

Continuando a prática de parodiar os textos bíblicos, observada também por Silva (2009, p. 544), o primeiro verso desse poema “Pote Cru é meu Pastor. Ele me guiará” faz uma nítida referência ao Salmo 23.1 de Davi “O SENHOR é o meu pastor, nada me faltará” (BÍBLIA SAGRADA, 1941, p. 530). Por nivelar a figura de Deus a “Pote Cru”, um objeto que, no contexto do poema, devido às escolhas lexicais, se associa a coisas sem valor, desprezíveis, como “azedal”, “trampas” — 1. excremento grosso, fétido, 2. coisa de pouco valor; insignificância, ninharia (HOUAISS, 2009, p. 1865) —, “trapos”, “panos de regra” (menstruação), “couros/de rato ao podre, vísceras de piranhas,... etc”, o poema assume ares de profanação do sagrado.

Por outro lado, se consideramos que essas coisas, de fato, não são negativas, e sim elementos indispensáveis à constituição/manutenção da vida, percebemos que o poeta não está profanando o sagrado, pelo contrário, está glorificando-o. O fragmento de poema a seguir, de *Livro sobre nada* – LSN (1996), aponta nesse sentido:

É no ínfimo que eu vejo a exuberância.
(BARROS, 2010, p. 341)

Como podemos observar, no fundo, trata-se de um enunciador que, por meio de um fazer poético pautado na ideia do “ínfimo”, a qual contém o sentido de negação, mas não só, busca revelar ao mundo “a exuberância” que ele, mundo — aqui, leia-se “pessoas” —, na maior parte das vezes, deixa passar despercebida, devido ao estado de automatismo, comentado por Chklovski (1978, p. 54) — por falar em automatismo, se algo pode ser dito sobre a obra manoelina, é que ela é totalmente desautomatizante. De qualquer modo, o poema tal qual se apresenta não deixa de acenar com uma característica da pós-modernidade, fragmentada, que mistura o sagrado e o profano.

Outro aspecto ligado à fragmentação — a qual se constitui num topos contemporâneo, corroborando a atualidade do poeta —, que discutiremos, justamente por ser característico desse enunciador, e portanto traço indelével de seu *ethos*, é o afastamento que ele propõe em relação aos bens de consumo, hipervalorizados pelo capitalismo; de fato, valorizar o que normalmente se despreza não deixa de ser um ato revolucionário e, ao mesmo tempo, um traço que ajuda a construir a imagem de um enunciador à procura de, nas raízes do passado, encontrar seu lugar no mundo. Para tanto, convém fazermos uma digressão:

A fascinação que muitos homens de negócios passaram a sentir recentemente pela “obsolescência planejada”, foi um dos importantes desenvolvimentos do período de após-guerra. Seu emprêgo como estratégia para influenciar seja a forma do produto



seja a atitude mental do consumidor representa a quintessência do espírito de jogar fora. (PACKARD, 1965, p. 49)

O consumismo exacerbado é quiçá a principal força motriz do capitalismo em seu estágio atual, cujo recrudescimento se deu a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, conforme V. Packard. No livro do qual extraímos esse excerto o autor trata das táticas dos donos do capital com o fito de induzirem os cidadãos a se transformarem em consumidores compulsivos; uma dessas táticas é a obsolescência planejada, que pode ser resumida na promoção deliberada da ideia de não durabilidade dos produtos, os quais devem se transformar rapidamente em sucata, seja porque são produzidos com material de baixa qualidade, “programados” para quebrar após certo tempo de uso, seja porque o *marketing* se encarrega de convencer as pessoas de que estão obsoletos, a chamada “obsolescência na mente” (PACKARD, 1965, p. 64). Novamente, estamos diante de um fator de natureza sócio-histórica e ideológica, a que se referem Micheletti e Ignez (2014), que podem ter influenciado o poeta — e que também se configura como um elemento convergente —, em virtude da frequência com que sua obra valoriza o que a sociedade despreza, como no fragmento a seguir, extraído de LSN:

O ANDARILHO

Eu já disse quem sou Ele.
Meu desnome é Andaleço.
Andando devagar eu atraso o final do dia.
Caminho por beiras de rios conchosos.
Para as crianças da estrada eu sou o Homem do Saco.
Carrego latas furadas, pregos, papéis usados.
(BARROS, 2010, p. 353)

169

A começar pelo título, o vocábulo “Andarilho” já traz em si uma conotação negativa, por significar aquele que “anda de forma **erradia**” (HOUAISS, 2009, 129, grifo nosso); por ser um ninguém, tem um “desnome” ao invés de um nome, é privado de um nome; “Andaleço”, portanto — que se constitui num outro *alter ego* do poeta —, carrega no “desnome” uma carga negativa que aparece no título do poema, “Anda-” sem rumo, “devagar”, enquanto provoca “atraso” para “o final do dia”, enfim, o signo da negatividade o acompanha.

No que concerne ao extrato de Packard, interessa-nos mais de perto o verso “Carrego latas furadas, pregos, papéis usados”, pois o enunciador manoelino demonstra verdadeira fixação por aquilo que a sociedade despreza, na medida em que se apegue a tudo que sói se considerar inútil. Segundo nos parece, essa atitude figura justamente como uma crítica aos valores sociais vigentes, daí sua constante busca por (re)criar o mundo pautado em novos paradigmas, ainda que seja apenas através da poesia. Nesse sentido, podemos falar em um ato revolucionário contra o capitalismo, vez que sua proposta subverte o preconizado pelos donos dos meios de produção, que determinam os anseios coletivos, levando a um consumo desenfreado que não cessa, pois a ordem é consumir mais e mais, transformando o planeta em um depósito de lixo.

Quanto a esse espírito revolucionário em face do capitalismo, vale mencionar um episódio biográfico do autor. Segundo Kirmeliene, Barros chegou a defender a bandeira do comunismo, antes de desiludir-se de vez com a política e entregar-se à poesia, após testemunhar Luiz Carlos Prestes, então líder da ANL – Aliança Nacional Libertadora, apoiar



Getúlio Vargas, algoz de sua esposa judia Olga Benário, entregue aos nazistas (2015, p. 7-8). Se antes Manoel de Barros era contra o capitalismo, a partir de então, passou a ser ainda mais, devido à desilusão pelo que seria uma alternativa ao sistema capitalista. O episódio em questão, certamente, repercute no *ethos* do enunciador.

Um *ethos* voltado para o passado

O discurso de Manoel de Barros apresenta um enunciador que, frequentemente, está às voltas com um passado distante, como se buscasse em tempos antigos, anteriores mesmo à civilização, uma forma com a qual pudesse encontrar seu lugar no mundo. Disso resultam as personagens que ganham vida e representam os diversos alteregos do autor, sempre em sintonia com a natureza e em contato com as coisas do chão, desprezadas: sapos, lagartixas, caracóis, besouros, mato, arame, couro velho, cordas podres, dejetos, loucos, mendigos, pedras etc. etc. etc.

As reflexões em torno do enunciador abrem espaço para as reflexões em torno do *ethos*, o que, tendo em vista a obra do poeta pantaneiro, enseja uma apreciação que se nos afigura necessária. Lançando um olhar com preocupações etimológicas sobre o problema, temos que o vocábulo grego ἄθος — “morada habitual, pousada de animais”, segundo Homero, já ocorria com o sentido de “maneira de ser habitual, costume, característica, comportamento” em Hesíodo (CHANTRAINE, 1999, p. 407). Pois bem, uma característica que observamos acerca da poesia barreana é que ela é impregnada pelo sentido primeiro de *ethos*, ou do ponto de vista etimológico, isto é, se volta para o sentido primordial do termo, que ocorre em Homero “morada habitual, pousada de animais”, daí sua obsessão por retornar ao estado natural das coisas, o “coisal”, e por explorar a língua a ponto de propor uma nova forma de linguagem. Assim, julgamos que o *ethos* do enunciador manoelino conserva um sentido anterior ao do *ethos* aristotélico, assentado num sentido mais recente de *ethos*, qual seja, aquele que aparece em Hesíodo “maneira de ser habitual, costume, característica, comportamento”.

Logo, com Amossy (2014, p. 9), para quem a depreensão do *ethos* pode ser angariada a partir da observância do estilo, competências linguísticas e enciclopédicas, além de crenças implícitas, que permitem divisar a imagem que o locutor constrói de si, vemos, num enunciador que, por discordar dos rumos tomados pela humanidade, estabeleceu para si mesmo a tarefa de (re)criar o mundo através da poesia, imiscuindo-se com tudo que é considerado desprezível pela civilização, voltando no passado até um tempo imemorial, em que a natureza era o berço de tudo, “pousada de animais”, a chave para explicar muitos elementos da poética de Manoel de Barros, os quais, fragmentados, convergem para o passado distante buscando se (re)construir, através da poesia, no seio da natureza.

Considerações finais

Conforme sugere Martins (2003), apesar de opiniões divergentes, atentar para as sutilezas da morfologia no âmbito dos prefixos é uma prática que rende bons frutos à estilística, por ajudar a revelar marcas de expressividade recônditas. Sem dúvida alguma, na poesia brasileira, Manoel de Barros é a maior prova de que a autora está certa em sua avaliação; com efeito, o poeta sul-mato-grossense é um profundo conhecedor da língua



portuguesa, permitindo-se experimentações de natureza morfoestilística que ombreiam com a prosa de Guimarães Rosa.

Quanto ao *ethos*, observamos ao longo do estudo que é notória a presença de dados biográficos do escritor perceptíveis no enunciador dos poemas, como o descontentamento com as ideologias políticas que o levou a abdicar de suas crenças partidárias e embrenhar-se pelo Pantanal, totalmente entregue à poesia, livre das amarras de um mundo caduco.

Com relação a seus vários alteregos, não podemos dizer que eles sejam heterônimos, uma vez que não se assumem como tal, o que temos são personagens criados que falam pelo enunciador. Inclusive, as características desses alteregos se repetem e até se confundem, sendo difícil divisar um estilo próprio de cada um deles, de tão similares.

No que concerne à obra como um todo, sem dúvida, podemos afirmar tratar-se de uma poética de muita qualidade, coerentemente arquitetada desde o primeiro livro, com elementos que convergem e concorrem para uma produção hermética, mas que tem muito a dizer sobre os nossos tempos.

REFERÊNCIAS

ADES, Dawn. *O dada e o surrealismo* – com 62 ilustrações. Trad. Lelia Coelho Frota. São Paulo: Editora Labor do Brasil, 1976, 128 p.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014, 207 p.

BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010, 493 p.

BÍBLIA SAGRADA. Português. *A Bíblia Sagrada*: contendo o velho e o novo testamento. Trad. João Ferreira D'Almeida (edição revista e corrigida). Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1941, 1123 p.

CAMILO, Camila. Manoel de Barros: vida e versos para todas as idades. *Nova escola*, nov. 2014. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/ensino-medio/manoel-barros-biografia-obra-816177.shtml>. Acesso em 10 jan. 2015.

CAMPOS, Milton de Godoy. *Antologia poética da geração de 45* – 1ª série. São Paulo: Clube de Poesia, 1966, 206 p.

CARVALHO, Antonio Carlos Silva de. Considerações sobre a história e o uso estilístico dos prefixos. In *Fórum Linguístico*, v. 13, n. 2, p. 1240-1254. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n2p1240/32103>

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque* – histoire des mots. Nouvelle édition mise à jour. Paris: Klincksieck, 1999, 1449 p.

CHKLOVSKI, V. A arte como procedimento. In: EIKHENBAUM, B. *et al. Teoria da literatura: formalistas russos*. 4. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1978, p. 39-46, 279 p.



GRÁCIA-RODRIGUES, Kelcilene. *De corixos e de veredas: a alegada similitude entre as poéticas de Manoel de Barros e de Guimarães Rosa*. 2006. 318 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

HAAL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12. ed. , 1. reimpressão. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, 63 p.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2009, 1986 p.

KIRMELIENE, Wellington. Manoel de Barros: o homem que guardava águas e fazia amanhecer. In MAGI, Luzdalva S. (Edit.). *Manoel de Barros: a poesia em estado puro e sua trajetória lírica*. São Paulo: Literatura (Conhecimento Prático, 58), 2015, p. 6-11, 66 p.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 2003, 261 p.

MICHELETTI, Guaraciaba; IGNEZ, Alessandra Ferreira. Augusto dos Anjos: um eu em conflito. In MATRAGA, Rio de Janeiro, v. 21, n. 35, p. 47-67, jul./dez. 2014. Disponível em www.pglettras.uerj.br/matraga/.../matraga35a03.pdf.

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. Trad. Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA, 1965, 311 p.

RIFFATERRE, Michael. *Estilística estrutural*. Apresentação Daniel Delas. Trad. Anne Arnichand e Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Cultrix, 1973, 338 p.

SILVA, Célia Sebastiana. Manoel de Barros: sem margens com as palavras. In *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 7/8, p. 541-550, jul./ago. 2009. Disponível em seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos e vanguardistas*. Petrópolis: Vozes, 1972, 271 p.

Recebido em 12/04/2016
Aprovado em 27/07/2016